

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Lívia Freitas Pinto Silva

**O POVO NO IMAGINÁRIO DOS LETRADOS: AS
REPRESENTAÇÕES DOS SETORES POPULARES NAS PÁGINAS
DA REVISTA *O MALHO* (1904-1908)**

Juiz de Fora

2014

Lívia Freitas Pinto Silva

O povo no imaginário dos letrados: as representações dos setores populares nas páginas da revista *O Malho* (1904-1908)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Orientadora

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Surama Conde de Sá Pinto - UFRRJ

Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus – UFJF

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Orientadora

Juiz de Fora, MG.
2014

DEDICATÓRIA

A todos os meus amigos que passaram por
minha vida e a transformaram.....

Aos meus pais e ao Luís Felipe,
pelo amor, pela confiança e pelo apoio incondicional....

AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre é algo difícil. São tantas as pessoas que, no decorrer não apenas desses dois anos, estiveram presentes em minha vida e participaram dos momentos felizes e tristes e, que, de certa maneira, estarão sempre presentes.

Para que esta pesquisa pudesse ser concretizada foram cruciais as contribuições de diversas pessoas e instituições. Por esta razão, gostaria de registrar publicamente alguns sinceros e especiais agradecimentos, ainda que corra o risco de cometer alguma omissão ou esquecimento.

Primeiramente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela concessão da Bolsa de Mestrado que foi decisiva para a realização desta pesquisa.

Agradeço também às equipes da Biblioteca Nacional e da Fundação Casa de Rui Barbosa que, com muita gentileza, me receberam e auxiliaram nos arquivos por onde pesquisei. Além disso, sou grata aos funcionários dessas instituições, que sempre atenderam às minhas solicitações e não pouparam esforços no sentido de promover meu acesso às charges, as quais foram digitalizadas e, hoje, estão disponíveis *on line* para pesquisa.

Ao Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, por ter acreditado no meu trabalho, bem como pelas valiosas contribuições, sugestões e ensinamentos dos Professores ao longo da graduação e do mestrado, muitos dos quais acabaram se tornando meus amigos e foram imprescindíveis para a minha formação como pesquisadora e docente. À Ana, Secretária do Programa de Pós-Graduação em História, que sempre atendeu às minhas solicitações e sanou as minhas intermináveis dúvidas.

Agradeço aos Professores Doutores Ronaldo Pereira de Jesus e Surama Conde de Sá Pinto, por aceitarem o convite para participar da minha banca examinadora e da defesa dessa dissertação, como também pelas suas valiosas sugestões, que, na medida do possível, foram incorporadas a esta pesquisa.

Sou extremamente grata à Professora Doutora Beatriz Helena Dominguez, que foi quem me ensinou os principais fundamentos da pesquisa histórica e quem me ofereceu apoio e me acompanhou durante a iniciação científica. Ela depositou confiança

em mim, ofereceu aos meus trabalhos crítica construtiva e constante incentivo e paciência. Seu estímulo me fez chegar até aqui.

À Cláudia Maria Ribeiro Viscardi minha orientadora, pessoa de fundamental importância para o meu crescimento acadêmico e pessoal, já que não foi apenas minha professora, mas se transformou em uma grande incentivadora e confidente, por me ouvir tantas vezes e por ter toda paciência, compreensão e confiar em mim e na concretização deste trabalho. Sua insistência e seriedade enriqueceram esta pesquisa e me inspiram a investir, cada vez mais, nesta profissão e a querer seguir em frente. Como se não bastasse, fui agraciada com sua amizade.

Aos meus amigos, Marcelo Almeida, Clara Garcia, Livia Ferreira, Manoela Vieira, Leonardo Bassoli, Daiana Vieira, Camila Martins, com quem pude compartilhar tanto os temores e as angústias do ofício, quanto às expectativas, alegrias e as conquistas profissionais e pessoais. Agradeço-lhes pelo incentivo e amizade e por todos os momentos de alegria e confidências, que me ofereceram equilíbrio e inspiração para chegar ao final deste trabalho.

Por fim agradeço aos meus pais, meu irmão e ao Luís Felipe, meus maiores amores e os grandes incentivadores da concretização desta pesquisa e por me estimularem a progredir nesta carreira. Sou grata pelo constante apoio, paciência e incentivo, por aguentarem os finais de semana de estudo e por compreenderem a importância deste trabalho para mim. Sem eles teria sido impossível levar adiante esta pesquisa...

A todos o meu muito obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – OS INTELLECTUAIS, A CIDADE MODERNIZADA E OS “EXCLUÍDOS”: O RIO DE JANEIRO DA BELLE	
ÉPOQUE	27
1.1- A heterogeneidade dos habitantes da capital modernizada.....	28
1.2 – O “ <i>bota- abaixo</i> ” e a <i>Reforma Urbana</i> : as vítimas e os beneficiários da modernização do Rio de Janeiro.....	37
1.3. A elite e os famintos: o convívio entre ricos e pobres na capital da República.....	55
1.4- A regulamentação da higiene e a Revolta da Vacina sob os olhares dos chargistas.... <i>d’O Malho</i>	70
CAPÍTULO 2 – ENTRE O RISO E A CRÍTICA POLÍTICA: O POVO, A CIDADE E A POLÍTICA MUNICIPAL NA MIRA DA IMPRENSA ILUSTRADA	91
2.1 – O jogo político na capital federal: o Conselho Municipal e a Prefeitura do Rio de Janeiro.....	92
2.2–As charges <i>d’O Malho</i> e as “queixas do povo”.....	103
2.3 – Estrutura administrativa e dinâmica interna da sociedade carioca: as relações entre os poderes públicos e a população da cidade.....	105
2.4- O quadro social dos moradores dos subúrbios e favelas da cidade.....	109
CAPÍTULO 3 – DO “CHORO” AO “RISO”: OS NEGROS SOB OS OLHARES DOS CARTUNISTAS D’O MALHO	140
3.1– As dificuldades encontradas pelos negros no processo de integração à ordem social.....	141
3.2– Os olhares direcionados ao mundo profissional dos negros.....	150
3.3 – Economia e religião: os ritos, as crenças e as queixas dos negros que viviam na capital federal.....	158
CONCLUSÃO	181
SUMÁRIO DAS FONTES PESQUISADAS	185
FONTES	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo primordial conhecer as representações sobre a população que habitava o Rio de Janeiro, então capital federal, através da análise das charges veiculadas na revista *O Malho* durante os primeiros anos do século XX, mais especificamente entre os anos de 1904 e 1908. Ao longo deste trabalho, procuramos analisar como os setores populares foram representados pelos chargistas do periódico, bem como examinar como essas crônicas humorísticas retrataram a participação da sociedade carioca durante a sua *Belle Époque*. Para tal, buscamos conhecer as imagens que nos mostraram o cotidiano dos diferentes grupos sociais que habitavam a cidade em vias de modernização, suas reações em face do “bota- abaixo”, do regulamento da higiene, da vacinação obrigatória contra a varíola e da crise imobiliária. Procuramos avaliar, também, o modo como esses atores sociais se comportaram diante das ações e medidas contempladas pelos governos de Passos e Souza Aguiar, no Executivo municipal e Rodrigues Alves e Afonso Pena, à frente do poder federal. O exame dessas fontes nos permitiu mergulhar no universo sócio- cultural da cidade e, ao mesmo tempo, fazer uma leitura da iconografia de humor político do Rio de Janeiro da Primeira República cuja tônica recaiu sobre a análise do comportamento popular.

Palavras-chave: Caricaturas; Política; Povo.

Abstract

This dissertation intends to study the representations of people who lived in Rio de Janeiro, federal district at the time, through the analysis of cartoons printed in the “O Malho” magazine, during the early years of the twentieth century, more specifically, between the 1904-1908 period. Throughout this research, we analyzed how Brazilians coming from different economic and social strata were represented by press cartoonists, as well as examined how those humorous chronicles portrayed society’s participation during the Belle Époque. Therefore, we looked into the images that show the lives of different social groups who inhabited the city during its modernization, their reactions to the urbanization process, hygiene regulation, mandatory vaccination politics and the immobiliary crisis. We aim to study the reactions of these social actors to the measures taken by city governments, such as Passos and Souza Aguiar, and national leaders, like Rodrigues Alves and Afonso Pena. The examination of these cartoons allowed us to delve into the city’s sociocultural environment and interpret the iconography of political humor in Rio de Janeiro during Brazil’s First Republic, regarding popular behavior.

Keywords: Caricatures; Politics; People.

INTRODUÇÃO

A iniciativa de desenvolver esta pesquisa partiu do contato que tivemos, ainda na graduação, com as charges trazidas para a aula de República I, as quais exploraram a ira popular diante da lei de vacinação obrigatória contra a varíola, bem como difundiram as famosas representações dos regimes monárquico e republicano. Estas fontes também retrataram com ironia os principais episódios políticos que movimentaram as primeiras décadas do século XX. Neste sentido, foi possível perceber que esses desenhos, além de trazer em seu bojo a irreverência, o humor do chargista e provocar o riso nos leitores dos periódicos, também alimentavam críticas contundentes a determinadas oligarquias e a respeitáveis nomes da política do período, engendrando importantes reflexões a respeito das ações dos principais atores sociais e dos rumos tomados pelo país. Ao examinarmos as especificidades, o discurso e os personagens mais veiculados nessas imagens, constatou-se que elas davam margem para o início de uma ampla pesquisa que procurasse desvelar as representações produzidas acerca do povo brasileiro.

Tal motivação nos levou a ter como objeto de análise, a priori, as reproduções e os discursos do *Zé- Povo* que circularam na revista *O Malho* durante as primeiras décadas do século XX. No entanto, ao avaliarmos com mais acuidade suas representações, vimos que ele funcionava como um eficiente instrumento de intervenção dos chargistas nos debates públicos e, em diversos momentos, limitava-se a reproduzir as opiniões políticas dos editores e proprietários da revista. Por esta razão, resolvemos ampliar nosso foco de análise e buscamos, também, os tipos comuns que circulavam pelas ruas da capital federal, bem como as feições, as perspectivas e os papéis desempenhados pelos afro-brasileiros que fizeram do Rio de Janeiro seu novo lar. Ao longo da pesquisa, focalizamos também os traços, as expectativas e as percepções dos trabalhadores que habitavam os subúrbios e favelas da cidade acerca do regime republicano, bem como sobre as ações, projetos e leis estabelecidos por seus representantes no Executivo federal e municipal. Sob o traço dos caricaturistas foi possível encontrar importantes representações, que nos deram acesso a comportamentos políticos até então não desvelados.

Cabe salientar que as caricaturas e charges difundidas nos jornais cariocas já tinham alcançado fama e um público fiel desde as últimas décadas do século XIX. Essas

representações constituíam-se em autênticas crônicas da vida dos cariocas e dos principais episódios políticos, gozando de grande popularidade no cenário nacional. É possível constatar, ao avaliar seu conteúdo, que esses artistas cuja missão consistia em transformar os fatos corriqueiros, os tipos urbanos e, sobretudo, as decisões políticas em sátiras irreverentes, foram capazes de registrar, com maestria, os costumes políticos, a vida social e a situação econômica dos habitantes do Rio de Janeiro, então capital federal. Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro, Leônidas Freire e José Carlos foram os nomes mais significativos e presentes nas páginas ilustradas durante o período delimitado por esta pesquisa. Esses artistas, quase sempre intelectuais, figuraram pelas páginas das Revistas mais populares da capital da Primeira República, como *O Malho*, *O Mercúrio*, *Fon-Fon!*, *O Tagarela*, *Kosmos*, *Revista Ilustrada* e a *Revista da Semana*. De acordo com a perspectiva de Isabel Lustosa, a caricatura genuinamente nacional surgiria a partir da estreia desses chargistas, que paulatinamente abandonavam os pseudônimos, mantendo um estilo bastante peculiar, explicitado através da seleção dos temas e das personalidades a serem alvos de seus traços e de suas críticas¹. Como observa a autora²,

Raul Pederneiras conferiu destaque às cenas populares, José Carlos, nos anos 20, tornaria clássicos os janotas e as melindrosas. Os tipos sofisticados, de elite, tiveram em Calixto, seu caricaturista. Somente Raul, dos três cartunistas, não tornou a caricatura política carro-chefe de sua obra.

Isabel Lustosa observa que o humor foi sempre uma marca da imprensa brasileira.³ Mesmo as grandes folhas do século XIX, reservaram sempre um espaço, ainda que pequeno, para a quadrinha, a nota maliciosa sobre as figuras importantes do tempo, ou mesmo para a pura e simples anedota. A chegada ao Rio de Janeiro, em 1867, do italiano Angelo Agostini representou uma força nova na arte da caricatura, que aos poucos se firmava no meio jornalístico local. Lustosa afirma que Agostini e a sua *Revista Ilustrada* criaram um estilo, senão nacional, pelo menos característico de um momento do humor brasileiro, predominando no desenho litográfico a técnica do esfuminho – resultado da ação do lápis gorduroso sobre a pedra-afeita às nuances e aos modelados. O estilo “Agostini” chegaria aos três primeiros anos do século XX, quando

¹ LUSTOSA, Isabel. “*Humor e Política na Primeira República*”, In: Revista Usp: Dossiê 100 Anos de República, n. 3, pp. 53-64, set.-nov./89.

² Idem, p. 61.

³ LUSTOSA, Isabel. “*Humor e Política na Primeira República*”, In: Revista Usp: Dossiê 100 Anos de República, n. 3, pp. 53-64, set.-nov./89.

finalmente o artista encerra a carreira em sua última revista: *D. Quixote*. A historiadora chama a atenção do leitor para o fato de as ilustrações da *Revista Ilustrada* funcionar como verdadeiros substitutos da fotografia que ainda não frequentava as páginas dos jornais. Com a Proclamação da República as charges passaram a engrandecer e a realçar os heróis republicanos, sendo raras as situações caricatas. Foi na virada do século XIX que Raul, Kalixto e J. Carlos estrearam na imprensa quase ao mesmo tempo⁴. Lustosa salienta que com o início da publicação d'*O Malho*, em 1902, as inúmeras variações do Zé-povo brasileiro passaram a frequentar suas páginas. Saía de cena, assim, o vigoroso índio, adotado por Agostini para representar o Brasil. A historiadora observa, também, que a incorporação de novas técnicas de impressão libertou a caricatura do traço litográfico. A passagem do século marcou também a introdução da zincografia como processo gráfico substituindo a litografia e o velho esfuminho de sebo que marcaram o traço da charge da Monarquia. Predominava nas páginas das revistas ilustradas o desenho ligeiro, de apreensão rápida. Nas capas, os artistas não se valiam mais do pesado jogo de sombras e formas, pois seria o uso da cor que prevaleceria nas composições. Por fim, Lustosa conclui que a Primeira República conheceu o nascimento da verdadeira caricatura brasileira. Conheceu também o seu apogeu. Com o governo Vargas, teve início um novo período, a imprensa mudava e a fotografia passou a ocupar o lugar que antes era destinado às charges. Poucas seriam as revistas

⁴ Segundo Herman Lima, a estreia de K. Lixto se deu em 1898 nas folhas coloridas de *O Mercúrio*, dez dias depois de Raul. Nesse momento surgia um dos maiores caricaturistas brasileiros para a longa trajetória de mais de meio século, através de quase todas as revistas ilustradas cariocas, desde então. Lima afirma que em dois tempos, seu traço adquiria vivacidade, destreza e uma particular elegância, passando ele em breve a ocupar diariamente uma página daquela revista. Nessa fase de início, o cartunista teria sofrido as influências da arte de Julião Machado e de artistas franceses, como Henry Gerbault e Caran d'Ache. De Caran d'Ache seria possível encontrar, de acordo com Lima, certas lembranças mais teimosas, especialmente nos recortes dos figurões elegantes que usavam fraques da moda, o risco das costas exageradamente vincado e a linha das calças – fantasia caindo em ângulo contra a ponteira das botinas de verniz. Lima também observa que o ar de parentesco entre esses chargistas advinha da comum adoção do traço contínuo, cheio e limpo de esfumados, anteposto sensacionalmente pelos três ao modelado obrigatoriamente lambido da litografia a esfuminho, ainda em vigor no fim do século XIX. Pouco a pouco, seu traço ia ganhando independência, personalidade e *cachet* próprio que conservaria sempre; e, quando, mais tarde, em 1907, Calixto se tornaria junto com Raul o diretor artístico do *Fon-Fon!* depois de uma trajetória triunfal por todas as revistas cariocas aparecidas nesse intervalo. Sob a ótica do autor, o chargista já era um artista completo, senhor da sua técnica, de uma grande força plástica, tratando com o mesmo *élan* o bico-de-pena, o traço a pincel, a aguada, o pastel, o óleo, na charge política e social, entre outros. Lima também salienta que Calixto sabia desenhar de verdade, assim, logo abandonou o padrão da caricatura da época, a qual retratava sempre um homenzinho macrocéfalo, dizendo coisas, estatelado em face de outro manipanso, tipo que nunca foi seu, entrando com as suas figuras proporcionadas e ágeis. Os bonecos começaram a sair-lhes simples, de contorno seguro, limpos de empastes, dotados de uma grande mobilidade que de logo lhe assegurava um destaque especial. Assim, Calixto, dono de traços paralelos, verticais e oblíquos, conseguiu firmar, na legítima caricatura brasileira, a futura nota dominante do desenho livre e direto. LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. III. P. 1014.

especializadas nesse gênero. A *Careta e O Malho*, que alcançaram a segunda metade do século, mudaram de roupagem, ampliando o espaço da crônica sobre moda, do comentário político mais sisudo, da crítica sobre cinema, dos concursos de misse.

Seguindo as referências disponibilizadas por Herman Lima, somos informados de que Calixto Cordeiro e Raul Pederneiras tornaram-se dois mestres da arte de caricaturar⁵. Neste sentido, o primeiro, segundo a ótica do autor, teria se especializado na apresentação irônica de uma sociedade de pequenos burgueses, falsamente aristocratizados de forma repentina, campo em que a sua habilidade assumira uma feição inteiramente peculiar. Como observa o autor:

Seus cavalheiros de fraque, as damas elegantes e pomposas, os esnobes de todo o tipo, por ele fixados nas páginas da *Fon-Fon!* Lado a lado com as suas charges políticas extremamente vigorosas, têm o caráter chistoso, movimentado e autêntico de legítimos quadros de costumes dos bastidores da democracia brasileira, figurando entre os melhores espécimes da nossa caricatura genuinamente nacional, do começo do século⁶.

Raul, em contrapartida, teria se aperfeiçoado no desenho gracioso, na bondade fácil, no trocadilho cuja principal inspiração era a estrutura dos chistes parisienses e que fora largamente utilizado em nosso país nos idos de 1904.⁷ Todavia, a especificidade do refinamento dos seus traços encontrava-se na representação dos tipos populares, os modestos profissionais das ruas de outras épocas, cuja tendência estava fadada ao desaparecimento devido ao progresso urbano. Esse desenhista raramente se aventurava a representar charges relacionadas ao universo político. Segundo a perspectiva de Lima,

Raul Paranhos Pederneiras foi um nome que se destacou na caricatura. Homem de imprensa e portador de múltiplos talentos, e ligado às letras, Raul era poeta, cronista, pintor e professor de desenho, circulou pelos salões oficiais da alta cultura. Ao criar “Geringonça Carioca”, dicionário que apresentava os verbetes com as gírias cariocas, o caricaturista pesquisou com afinco e revelou os termos mais utilizados pelos cariocas naquele contexto.

⁵ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. 1.

⁶ *Ibidem*, p 1011.

⁷ Segundo Lima, Raul Pederneiras notabilizou-se por ser dono de um traço leve, alegre e de aparente ingenuidade, fabulosamente popularizado no correr dos tempos em milhares de composições, representando cenas e tipos populares do velho Rio dos quiosques e dos tálbures, em contribuição que o haveria de incorporar em definitivo à galeria dos intérpretes da vida carioca, na sua genuína expressão de cidade em marcha. O autor também afirma que ninguém melhor do que Raul soube pintar a alma das ruas, a comédia burguesa, a farsa política, a presunção da autoridade, a fatuidade do ricoço, a falácia do poderoso, a brejeirada do moleque, a vadiagem do boêmio, a filosofia do pé- rapado e a sublime resignação do João- ninguém. LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. III. P. 1007.

Dessa forma, Raul selou também o seu nome na filologia brasileira e nas páginas das revistas teatrais mais notáveis da época⁸.

No âmbito da Primeira República, optamos por analisar os anos que compreenderam o processo de modernização da então capital federal, e que também foram necessários para a concretização dos planos de reformulação e regeneração da cidade, aclamados como uma das prioridades dos governos de Pereira Passos e Rodrigues Alves. Desta maneira, o primeiro marco justifica-se por ter sido um ano convulsionado por dois acontecimentos de forte impacto político, a Reforma Urbana e a Revolta da Vacina. O segundo marco, 1908, foi necessário para dar continuidade ao exame dos desenhos que continuaram a tratar das implicações do projeto de urbanização e saneamento da cidade e das demais leis e projetos contemplados pela gestão de Passos e Souza Aguiar para os diversos grupos sociais que habitavam o Distrito Federal. Neste sentido, o estudo das charges publicadas em *O Malho*, no contexto da *Belle Époque* carioca, foi imprescindível para que o comportamento popular diante de outros eventos de importância, que repercutiram nos campos político e social, fosse avaliado. Acreditamos que este intervalo de quatro anos foi suficiente para que os objetivos propostos fossem atingidos.

Cabe salientar, também, que no ano de 1909 teve início a disputa eleitoral para a presidência da República, que opôs Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, o que inspiraria um volume expressivo de charges veiculadas na revista durante aquele ano, as quais ressaltaram a trajetória política e as fragilidades e virtudes dos dois candidatos. Nesta perspectiva, as charges eleitorais e as questões suscitadas por elas fugiriam ao escopo desta pesquisa.

No que concerne ao período delimitado por esta pesquisa, ou seja, a Primeira República, o debate que propomos é perceber nas charges referentes àquela configuração, os mecanismos discursivos que enunciaram e representaram o aspecto do povo e as feições assumidas pelo regime político em vigor, a partir da percepção dos chargistas, atores sociais que estavam inseridos naquela realidade.

Priorizamos a análise das charges e não das caricaturas, em virtude da existência de uma série de distinções entre elas, que acabaram nos levando à conclusão de que os primeiros desenhos constituem uma forma de discurso mais reflexivo, amplo e

⁸ Idem, p. 1011.

politicizado. Portanto, tal constatação, nos levou a privilegiar as charges como objetos de nossos estudos. Segundo Luiz Guilherme Teixeira,

A charge é um traço singular, sem relação com os demais desenhos gráficos de apreensão do real – como a caricatura e o cartum -, com os quais ela é, frequentemente, confundida. Como charge também se designa um traço de reflexão através do humor, que reproduz sujeitos reais e resume conflitos políticos. O humor é o principal fundamento de sua narrativa, o instrumento singular de sua linguagem, uma vez que é através dele que a charge transforma a notícia numa consciência sobre ela (...). A charge resume situações políticas que a sociedade vive como problemas, e os re-cria com os recursos gráficos que lhes são próprios. A charge, de fato, propõe uma crítica da razão como produtora única de “realidade”, da verdade como seu atributo exclusivo e da linguagem verbal como única instância capaz de expressá-la (...). A charge constrói um personagem cuja identidade é produto de um distanciamento crítico, um estranhamento entre ele e o sujeito do qual deriva. Seu desafio é reproduzir esse sujeito real num personagem fictício – entretanto, plausível e verídico-, revelando, pelo sentido, uma verdade sobre ele, desvinculada de qualquer traço de racionalidade. No discurso da charge, o sentido produz uma relação de diferença/identidade entre sujeito e personagem, uma vez que eles se reconhecem através do que os torna diferentes. A função do sentido, assim, é tornar possível que um personagem diferente do sujeito compartilhe com ele uma identidade comum. A função do sentido na charge é produzir *identidade por diferença*.⁹

Por outro lado, a caricatura é definida por Teixeira, como sendo um traço eventualmente de reflexão porque não visa prioritariamente à crítica, mas ao humor. Neste sentido, o autor observa, também,

Não haver, por outro lado, construção de personagem no universo de significações possíveis da caricatura, uma vez que seu objetivo final é produzir o duplo do sujeito, como cópia dissemelhante de si mesmo. Assim, a caricatura é a arte que transforma o próprio sujeito real no mesmo sujeito fictício. A caricatura, ao contrário da charge e do cartum, não trabalha com dicotomias como “mundo real/mundo fictício” ou “sujeito/personagem”, permanecendo presa nos limites da realidade, ancorada pelas dobras e bordas anatômicas do sujeito. A caricatura não lida com um imaginário a partir de situações, gestos ou atitudes concretas do sujeito real, seu traço não é temático ou discursivo, não “conta” história alguma sobre ele. Sendo um gênero gráfico “despolitizado” – instrumento de observação, e não de intervenção no real-, a caricatura não opina, não julga nem condena, não expõe sentimentos, não expõe conflitos, públicos ou privados, individuais ou coletivos, não dramatiza, não fantasia nem delira com a fragilidade das emoções humanas. Sua função é tão-somente introduzir desordem na ordem corporal do sujeito, intensificar, nos contornos de sua superfície externa, curvas e linhas que denunciam singularidades na sua cartografia pessoal. A caricatura é um traço que revela aparências, que aponta o visível e o supérfluo, que sublinha e ressalta, corta e recorta; enfim, é um traço de humor que batiza o que se vê e nomeia o que se pensa: orelhudo, topetudo, narigudo,

⁹ TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005. P. 73-75.

barrigudo. Na caricatura, a identidade do sujeito é produto de dissemelhanças que semeiam semelhanças através de traços excessivos em relação ao modelo original.¹⁰

Cabe salientar que os cartunistas d'*O Malho*, profissionais letrados e pertencentes ao universo dos setores médios, a despeito de frequentarem os cafés, teatros e salões literários, ou seja, os redutos que eram considerados os espaços da elite carioca, também conheceram e frequentaram os bairros mais modestos e distantes do Distrito Federal e dialogaram com os símbolos do universo *underground* dos setores populares. Esses grupos constituíram-se em um dos maiores alvos de suas irreverentes e famosas charges.

Para efeito desta análise, consideramos como membros dessa categoria social, os moradores dos subúrbios e favelas do então Distrito Federal, muitos dos quais eram trabalhadores com vínculos empregatícios frágeis, que antes da Reforma Urbana, ocupavam os cortiços e porões das freguesias centrais e, portanto, foram um dos setores mais prejudicados pelo “bota- abaixo”. Logo, este conjunto abarca tanto os grupos que possuíam emprego formal e daí conseguiam extrair a sua sobrevivência, quanto os segmentos que sobreviviam graças ao trabalho informal nas ruas do Rio de Janeiro e que estavam, portanto, à margem da sociedade carioca e, na maioria das vezes, distantes das políticas públicas. Nesta perspectiva, o foco desta pesquisa recai sobre os setores urbanos que habitavam o Rio de Janeiro durante a sua *Belle Époque*, atores sociais que resistiram ao processo de modernização e reformulação do tecido urbano da cidade do qual não fizeram parte e não usufruíram diretamente dos seus benefícios, mas que vislumbravam as transformações sociais. Assim, nesta pesquisa, o *popular* abrange os operários, os libertos, bem como os brasileiros que viviam do comércio e dos negócios informais nas vias da cidade, aqueles que estavam fora da posse e uso dos bens materiais produzidos socialmente, mas compreende também os setores médios urbanos. Desta maneira, *popular* configura uma expressão dos que desfrutavam de uma cidadania precária, ou dos que viviam sem condições elementares para o seu exercício, ou seja, aqueles grupos que não podiam contar com qualquer tipo de assistência.¹¹ Em

¹⁰ Idem, p. 92-93.

¹¹ Segundo a perspectiva de Robert Castel, os “excluídos” não constituíam, propriamente, um grupo homogêneo. Para o autor, seriam conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulavam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência, etc. O pesquisador defende a tese segundo a qual a massificação do desemprego e a precarização das relações de trabalho vieram acompanhadas pelo aumento das disparidades que cresceram no seio das categorias sócioprofissionais que eram homogêneas outrora. Assim, seu trabalho salienta que a

determinadas circunstâncias, esses setores expressaram sua própria afirmação e resistência aos decretos considerados arbitrários, aos ditames e mecanismos de controle social da época, sobretudo à Reforma Urbana e à lei de vacinação compulsória contra a varíola. Assim, as charges que exploram os setores simples ou grupos menos favorecidos, trabalhadores ou camadas populares constituíram-se no objeto de análise desta pesquisa.

A preferência por estudar o Rio de Janeiro deve-se ao fato desta cidade ter sido a primeira arena política do país e o principal polo de referência durante a Primeira República. O Distrito Federal foi o palco das revoltas mais abrangentes, bem como das disputas presidenciais mais ressonantes. Por se tratar da capital, os cariocas tiveram que conviver com a ebulição de valores, práticas e da profusão ideológica. Por essa razão, esse espaço foi um campo fértil para os motins e, conseqüentemente, para as charges e as diferentes leituras sobre elas. A Primeira República assinalou um momento decisivo para o Brasil, visto que os acontecimentos que marcaram o período acarretaram mudanças significativas para as diretrizes políticas. Tais aspectos serviriam de inspiração para que os cartunistas, muito próximos ao poder, elaborassem imagens sobre essa realidade. Ao atribuir significação à política formal, apresentando aos leitores os temas relevantes para a vida na cidade através do humor, as revistas ilustradas provocavam um impacto no interior das instituições públicas. Pode-se perceber, portanto, que as charges são excelentes recursos para analisar e compreender esse contexto político e social, pois a especificidade delas recaiu sobre o olhar dos cartunistas, que dialogaram com os segmentos populares e introduziram novos personagens nos debates políticos.

Para a execução da pesquisa, foi escolhida a revista periódica *O Malho*, publicação ilustrada semanal que circulou na cidade do Rio de Janeiro de 1902 a 1954,

competição social impossibilitava a existência de um grupo unido e portador de interesses comuns. Pelo contrário, alguns membros do grupo se viram abandonados a si próprios pela perda destas formas de participação coletiva. Castel afirma tratar-se de processos de individualização, ou de descoletivização que afetaram profundamente a organização do trabalho. Assim, sob a sua ótica, o indivíduo tornava-se cada vez mais responsável pela sua relação com o trabalho. O autor observa, também, que o “excluído” pode ser unicamente qualificado pela falta, pela ausência de inscrição nos circuitos habituais de trocas sociais. Por outro lado, de acordo com sua perspectiva, eles não eram unicamente indivíduos anômicos, eles pertenciam a grupos sociais em declínio e traduziriam a desordem que também teria uma dimensão coletiva. Castel conclui que esses grupos, muitas vezes de origem popular, corriam o risco de permanecerem presos a uma condição no limite da pobreza, não sendo muito bem-vistos socialmente, expostos aos riscos da insegurança social e sofrendo a dominação dos grupos mais bem posicionados. CASTEL, Robert. Classes sociais, Desigualdades sociais, Exclusão social. In: BALSÀ, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler & SOULET, Marc- Henry (Org.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. RS: Unijuí, 2006. P.63-78.

que se voltava para as camadas populares. A revista, fundada por Luís Bartolomeu de Sousa e Silva, teve como colaboradores alguns dos principais chargistas do Brasil, contribuindo com suas sátiras políticas e com seu elevado padrão editorial e gráfico, o que favoreceu sua ampla aceitação e circulação na época, encaminhando algumas das muitas demandas do povo e salientando os impasses político-sociais de seu período. O periódico possuía um caráter eminentemente político e humorístico, o qual se fazia presente tanto em suas crônicas como nas imagens, com a forte participação das charges. Na capa de cada publicação, constava sua data, seu número, o ano, uma grande charge colorida, comumente mais elaborada e complexa do que as demais. Possuindo geralmente 40, 44 ou 52 páginas, *O Malho* focalizava as modas seguidas pelas mulheres cariocas, bem como os seus costumes, retratava a vida política e cultural do Brasil, especialmente da sua capital, dentre outros temas. Os conteúdos relacionados às instâncias de poder ficavam por conta de determinados artigos, da seção *Chronica* e das inúmeras charges e caricaturas que ilustravam as páginas da revista, abordando temas que iam de momentos corriqueiros da vida do carioca aos acontecimentos nacionais de peso. Suas charges versaram sobre as questões políticas mais candentes, focalizando tanto as decisões e ações encaminhadas pela Municipalidade, quanto às medidas e projetos executados pelo governo federal.

Sendo assim, comumente nos deparamos com as figuras do porteiro, do estivador, do jornaleiro e da lavadeira nas charges, ou seja, os setores populares encontravam nas páginas do periódico, personagens com feições e portadoras de uma linguagem que dialogavam com sua realidade. Isto se deu em razão da proposta apresentada pelo periódico de ser o porta-voz da opinião do povo, a qual fora explicitada na edição de comemoração do seu aniversário na seção *Chronica*. Portanto, era natural que esse segmento encontrasse elementos e símbolos pertencentes ao seu mundo nas páginas ilustradas dessa revista carioca.

Ao longo do período destacado para estudo no projeto, foi publicada uma vastidão de charges sobre a temática, que compreende entre quatrocentas e quinhentas imagens, o que por si só já define uma limitação em relação ao número de periódicos analisados, devido ao tempo em que a pesquisa deveria ser concluída. É evidente que o tom de crítica esteve presente na maioria dos periódicos, mas por ser *O Malho* o periódico que se autointitulada o porta-voz da opinião do povo, bem como por ser o de maior longevidade e de circulação tão vasta, o priorizamos como fonte de nossa pesquisa.

A opção por trabalhar com charges como fontes preferenciais para a realização da pesquisa advém do fato de as imagens serem veículos próprios de representações simbólicas que a sociedade e a cultura forjam sobre si mesmas. Essas fontes são também o modo privilegiado de expressão de representações do imaginário coletivo¹², além disso, as expressões visuais possuem notável poder de comunicação, podendo alcançar efeito superior ao do discurso verbal.¹³

As charges constituem-se em instrumentos universais de crítica política e sátiras relativas às especificidades culturais de cada país, configurando um espaço de discussão dentro da esfera pública do país e um elemento mobilizado para a própria disputa política.¹⁴ Além disso, aproximam diversos tipos de público em relação à esfera política, tornando-a mais inteligível e próxima dos setores populares. Este veículo da imprensa cumpriu um papel fundamental na propagação de dados e informações, que passavam despercebidos ou eram apenas indicados por outros órgãos da imprensa. A partir dessas considerações, compreendemos que as fontes imagéticas fornecem dados valiosos para pesquisas que investigam as culturas políticas do Brasil em diferentes temporalidades. Acompanhá-las significa ter acesso a uma espécie de crônica dos principais acontecimentos que revestiram a história de nosso país, representada pela linguagem crítica das sátiras.

As charges analisadas receberam um tratamento sistemático para a adequada análise da argumentação política que trazem consigo. Elas foram selecionadas entre as centenas de charges publicadas entre 1904 e 1908 naquele periódico carioca. Essas imagens foram registradas em um banco de dados, categorizadas de acordo com uma série de critérios, e identificadas com o maior número de informações: localização; autoria; datação; categoria; número da revista e referência bibliográfica. O parâmetro de organização das charges foi movido por recortes temáticos e cronológicos, o que nos permitiu perceber como a percepção sobre as camadas populares foi sendo construída ao longo do tempo considerado. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, iconográficas e textuais: as charges publicadas na revista periódica *O Malho* e o debate acadêmico compuseram o arcabouço teórico do texto.

¹² TEIXEIRA, Luís Guilherme Sodré. *O traço como texto: História da Charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rui Barbosa. Papéis Avulsos, nº38. FCRB, 2001. P. 16.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. P. 17.

¹⁴ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. 1. P.175.

Nos anos que foram utilizados como referenciais temporais da pesquisa, ou seja, 1904 a 1908 foram publicadas centenas de charges que se enquadram perfeitamente para as análises que se desejam. Contudo, selecionamos as que possuem um amplo poder de sintetizar os temas delimitados ao longo da pesquisa e que nos diziam mais sobre o contexto social da Primeira República. Levamos em consideração, ainda, as imagens que continham os argumentos políticos mais contundentes sobre os episódios que agitaram o período em destaque. Vale destacar que as charges foram agrupadas seguindo três referências pré-estabelecidas. O primeiro grupo reuniu as figuras que tratam dos movimentos sociais, como as reações populares diante da aprovação do regulamento da higiene e durante a Revolta da Vacina, bem como os desdobramentos e as consequências da Reforma Urbana do Distrito Federal sobre a vida dos seus habitantes. O segundo grupo, por sua vez, foi composto por charges que tratam das feições e demandas dos setores que moravam nos subúrbios e morros cariocas, assim como das relações travadas entre os moradores da cidade e os poderes públicos. O terceiro grupo incorporou charges que exploram o quadro social dos afro-brasileiros durante os primeiros anos do século XX. Para os fins desta pesquisa, foram analisados 179 volumes da revista *O Malho* dos quais selecionamos 50 charges dispostas ao longo dos capítulos, que repercutiram temas de relevância para o campo sócio-político e que estavam em consonância com os objetivos e critérios propostos por este trabalho.

Por outro lado, cabe ressaltar que o exame dos assuntos e dos traços das personalidades políticas mais recorrentes nas charges d' *O Malho*, nos permitiu ter acesso aos movimentos de opinião pública e às questões que se localizaram no centro das polêmicas e dos debates políticos. No entanto, não serão observadas neste trabalho análises que levem em conta a produção individual dos chargistas e a recepção das caricaturas, tão-somente nos limitamos a avaliar as imagens portadoras das melhores mensagens políticas e da opinião desses profissionais sobre a sociedade carioca e os governos republicanos dos idos de 1900.

Tal como fez Rodrigo Patto de Sá Motta, em seu trabalho *Jango e o golpe de 64 na caricatura*, a presente pesquisa teve como parâmetro a análise dos temas mais recorrentes nas charges difundidas pela revista, fator que acabou influenciando a elaboração do segundo capítulo. Patto observa que o exame da incidência das charges possibilitou a ele a percepção das linhas mestras do debate político. Com efeito, tal argumento se mostrou pertinente para o âmbito deste trabalho, tendo em vista que o fato de determinados assuntos terem se localizado no centro dos debates promovidos pela

revista *O Malho* foi, em determinados momentos, revelador da sua postura diante de determinadas questões políticas e, ao mesmo tempo, nos mostrou quais assuntos foram considerados mais relevantes pelo periódico. No tocante aos procedimentos metodológicos que nos permitiram a chegada de determinadas conclusões, podemos mencionar a análise das figuras estilísticas das quais os cartunistas lançavam mão para produzirem o riso entre os leitores e suas críticas políticas, bem como a descoberta dos seus sentidos, além do levantamento quantitativo dos temas difundidos pelas charges. Assim, à semelhança dos métodos utilizados por Patto, as repetições e reiterações de determinadas linhas temáticas foram levadas em conta por esta pesquisa, uma vez que elas nos auxiliaram na percepção do eixo central das polêmicas e críticas aos governos.

Foi possível perceber que os cartunistas d'*O Malho* fizeram largo uso da ironia para transmitir mensagens críticas aos leitores. Por outro lado, para que pudéssemos compreender em quais conjunturas essas imagens circularam, foi necessária a realização de uma análise profunda sobre os grupos sociais que viviam na capital federal e as circunstâncias políticas, econômicas e sociais nas quais esses setores estavam inseridos. Neste sentido, procuramos encontrar as relações entre as figuras de linguagem utilizadas pelos chargistas e os acontecimentos que atravessaram o período, conferindo atenção especial à ambiguidade da linguagem humorística.

Com efeito, pode-se afirmar que a delimitação dos significados das imagens não foi algo tão simples, uma vez que tivemos que considerar uma série de fatores, dentre os quais se destacam as intenções empresariais do diário, o lugar que os agentes da imprensa ilustrada ocupavam na estrutura social, o público para o qual sua mensagem era direcionada, bem como a cultura política do editor. Assim, as várias significações que as imagens assumiram estiveram relacionadas ao contexto conturbado da Primeira República, bem como aos acordos políticos estabelecidos entre o proprietário d'*O Malho* e o governo, o que acabou refletindo, em maior ou menor medida, em suas criações humorísticas. Tal procedimento permitiu a construção de uma estrutura teórica que sistematizou as análises dessas charges.

A pesquisa compreende três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado Os intelectuais, a cidade modernizada e os “excluídos”: O Rio de Janeiro da *Belle Époque*, resgata as especificidades da sociedade carioca nos primeiros anos do século XX, conferindo atenção especial ao comportamento dos setores populares frente ao quadro de modernização e reformulação do espaço urbano da capital federal, bem como às suas reações durante a Revolta da Vacina. Ao longo do texto, procuramos realizar um breve

debate sobre os valores, as preferências e as ideias que circularam na sociedade carioca neste período. A partir da análise do conjunto de charges publicadas em 1904, no periódico *O Malho*, buscou-se desvendar como essa revista se apropriou dos debates acerca das implicações do bota-abaixo sobre a vida dos setores menos favorecidos do Distrito Federal, bem como das medidas em prol do saneamento e embelezamento da capital federal e dos assuntos pertinentes à esfera da política municipal. As charges apontam para o surgimento de um novo tempo e de uma nova sociedade, que convivia com um momento de amadurecimento das suas práticas culturais e de constantes mudanças no espaço urbano carioca, acontecimentos que faziam parte de um processo mais amplo que, como veremos, acabou superando as expectativas de muitos e explicitando suas contradições.

Foi realizada, também, uma apreciação sobre o contexto histórico nacional e os grupos sociais que habitavam o Distrito Federal na primeira década do século XX, fato que nos permitiu enxergar a heterogeneidade dos habitantes da cidade. Tal percepção foi possível graças à análise da bibliografia que revisitou os episódios que atravessaram o período e aos dados disponibilizados pelo censo demográfico da capital federal realizado em 1906. O conhecimento acerca dessas informações nos permitiu conhecer as particularidades dessa cidade e em qual conjuntura a revista *O Malho* circulava, além das circunstâncias políticas, econômicas e sociais nas quais os moradores da capital da República estavam inseridos.

A pesquisa realizada permitiu-nos constatar que a regulamentação sanitária e a vacinação obrigatória contra a varíola mobilizaram uma campanha contundente da imprensa, que conferiu um espaço de dimensões incomuns às reivindicações populares contrárias à invasão dos domicílios pelos representantes do Estado, à manipulação dos corpos das mulheres e à forma ofensiva que essa regulamentação assumiu, sendo vista por muitos como um desrespeito às liberdades dos cidadãos e à inviolabilidade dos lares. É interessante destacar que há um grande volume de charges que explora o pavor dos cariocas frente à possibilidade de consolidação do regulamento sanitário, bem como à intenção dos mesmos de exigir o cumprimento dos seus direitos fundamentais e de levar suas queixas diretamente ao presidente Rodrigues Alves. Foi possível identificar nas caricaturas, até mesmo, a vontade do povo de apelar para a constituição com vistas a colocar um fim àquela lei, entendida como sendo um verdadeiro desrespeito às liberdades individuais dos cidadãos. Tal ocorrência demonstrou que, para determinados caricaturistas, entre os setores médios e determinadas categorias de trabalhadores do Distrito Federal, existiam pessoas com o conhecimento acerca dos seus direitos, e que,

em determinados momentos, o apelo à justiça era uma das prováveis formas de resistência encontrada por eles.

Paralelamente ao esforço de investigar nessas fontes os componentes estruturais e as balizas estabelecidas pela sociedade carioca, procuramos abrir caminho para o estudo referente à cultura política desse período. Nesta pesquisa, as visões desses artistas foram as ferramentas utilizadas para redimensionar as ações, filiações e perceber os laços entre povo e cidadania. Através da análise dessas fontes foi possível ter acesso às memórias e perspectivas a respeito das disputas e relações de poder, bem como das reações e comportamentos dos diferentes segmentos sociais do Rio de Janeiro frente às intervenções realizadas pelos poderes municipal e federal.

A presente pesquisa se processou no campo de uma História Política renovada e para ela pretendemos oferecer contribuições. Para tanto, estivemos atentos às culturas políticas dos caricaturistas expressas nas charges do período, as quais nos permitiram apreender os valores, sentimentos, rituais e símbolos que estavam sendo compartilhados pelos caricaturistas e seus leitores. Cabe ressaltar que se entende por Cultura Política um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros¹⁵, e que permite oferecer explicações /interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e sensibilidades, e está ligado a “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em um dado momento¹⁶.

Nesse sentido, uma Cultura Política, que articula ideias, valores, crenças, símbolos e vocabulário, pode guardar coerência e permitir a produção de interpretações da realidade, sendo fundamental para a construção de identidades. Trazendo tais considerações para a realidade dessa pesquisa, é importante salientar que as charges e caricaturas constituem-se em importantes instrumentos de reflexão e fontes de pesquisa, um produto cultural do contexto em que circula, num tempo e espaço socialmente definidos, e que, portanto, para que ela seja inteligível para o leitor, ele tem de estar inserido nesta mesma conjuntura ou ter conhecimento do contexto sobre o qual a charge foi produzida. Por esta razão, a compreensão das charges requer uma comunidade de

¹⁵ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

¹⁶ GOMES, op. cit., 2005. P. 31.

experiência entre o chargista e o público leitor do periódico, que captará o sentido da imagem. Assim, para que a mensagem elaborada pelo chargista seja entendida pelo leitor, é preciso que haja uma compreensão de sua experiência de vida, ou seja, o autor deve lançar mão dos símbolos e representações compartilhadas por seus leitores, representações essas que se encontram imersas na Cultura Política dos mesmos, que resulta na atribuição de um determinado sentido à realidade vivenciada.

A partir desses documentos foi possível perceber de que forma e em quais momentos eles influíram nas decisões públicas, na mobilização popular, na formação e/ou reforço da cultura política republicana e, por fim, se contribuíram para a composição de uma opinião pública favorável ou não ao regime político em vigor.¹⁷ De acordo com Norberto Bobbio:

“Opinião” é sempre discutível muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da Ciência e dos entendidos. Enquanto “pública”, isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes de falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço para uma verdade política, para uma epistemocracia. A Opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião [...] mas, na medida em que se fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada. Sua existência é um fenômeno da época moderna, pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, uma sociedade livre e articulada, onde existam centros que permitam a formação de opiniões não individuais, como jornais e revistas, clubes e salões, partidos e associações, ou seja, um conjunto de indivíduos interessados em controlar a política de governo, mesmo que não desenvolva uma atitude política imediata.¹⁸

Já segundo a perspectiva de Pierre Bordieu, a opinião pública seria uma espécie de opinião geral. Como um consenso estabelecido entre uma comunidade. Por outro lado, o autor acredita que a chamada “opinião pública” consistiria, efetivamente, numa opinião restrita somente aos que podem ter opinião, que possuem dignidade ou

¹⁷ Norbert Elias (2006) defende a tese segundo a qual existiria, sim, uma *opinião pública* – no caso, sendo a Inglaterra o grande referencial –, configurada como uma base comum à pluralidade de opiniões. O autor chama a atenção do leitor para a existência de diferenças na forma como os jornais abordam um determinado tema, dependendo do público leitor a que se destinam, mas, por outro lado, também confere destaque à presença de uma uniformidade de interesses unindo aquele país. Essa base comum, de acordo com sua perspectiva, possuía contornos fortes no país, visto que o *nós-ideal*, ou seja, a visão que um inglês possuía a respeito de si próprio e de seus compatriotas, estava bastante consolidada entre eles. O exame promovido por Elias pondera a importância da relação existente entre indivíduos ou grupos – no caso da *opinião pública*, esse aspecto não poderia ser desconsiderado. Sob a perspectiva de Elias, a *opinião pública* seria um grupo de pressão não especialmente organizado, mas sempre presente, com capacidade de influenciar os rumos de um caso. ELIAS, Norbert. “Habitús nacional e opinião pública”. In: NEIBURG, Federico e WAIZBORT, Leopoldo (orgs.). *Escritos & Ensaíos. 1. Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, pp. 113-152.

¹⁸ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Ginfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb, 1993. P.842.

instrução para tanto. Ela seria, portanto, a opinião dos homens ilustres e importantes. Neste sentido, a mesma funcionaria, então, como uma forma de discurso de autoridade. Esse, por sua vez, poderia ser elaborado por meio de uma comissão de especialistas, figuras públicas, que, em sua diversidade, produziriam um discurso carregado de ares de consenso, sendo revestido por uma aura de legitimidade. Este último aspecto também poderia ser checado por outro dispositivo: as pesquisas. Desta maneira, as pesquisas populares atuam de modo a tornar objetivo algo que é profundamente subjetivo na essência: a opinião.¹⁹

No que tange ao exame das charges presentes no capítulo I, foi possível constatar que, em diversas circunstâncias, os cartunistas questionaram as primazias estabelecidas por Pereira Passos durante a sua gestão, bem como seu poder praticamente ditatorial.

No Capítulo II, intitulado Entre o riso e a crítica política: O povo, a cidade e a política municipal na mira da imprensa ilustrada, reconstituímos as relações travadas entre os trabalhadores cariocas e os governos municipal e federal, focalizando os setores que habitavam os subúrbios da cidade, os bairros e áreas mais ou menos contemplados pela Reforma Urbana e a qualidade das obras executadas pela Prefeitura do Distrito Federal. Nesta perspectiva, foram analisadas as charges que exploraram os reflexos das medidas aclamadas pela Municipalidade sobre a vida dos setores menos favorecidos. Outro aspecto que foi contemplado por este capítulo diz respeito às queixas dos moradores da cidade mais recorrentes na revista *O Malho*. Constatamos que as demandas mais presentes no diário versavam sobre a deficiência do sistema de policiamento da cidade, bem como sobre a falta de atitude da prefeitura do Distrito Federal em face das constantes enchentes que afetavam principalmente os moradores dos subúrbios, além das reclamações quanto à falta d'água e à crise de moradias. É possível encontrar, ainda, um número expressivo de charges publicadas, entre 1906 e 1908, que destaca a insatisfação popular com o calçamento das ruas, bem como o descaso do governo para com a população que habitava os arrabaldes e com a carência de políticas públicas voltadas para a construção das vilas operárias, o que minimizaria, em parte, a crise habitacional que se instalara sobre a cidade. Neste sentido, procuramos contribuir para uma melhor avaliação em torno do alcance das iniciativas e ações

¹⁹ Fonte: Jornal Le Monde Diplomatique.

encaminhadas pelos governos federal e municipal no sentido de adotar políticas sociais de amparo aos pobres, bem como as perspectivas dos cartunistas que salientaram as repercussões e os reflexos dos projetos aprovados pelos poderes Executivo e Legislativo sobre a vida dos segmentos menos favorecidos.

Nele, procuramos resgatar, também, as reflexões que tiveram o jogo político do Distrito Federal, assim como seus principais personagens, como objetos de suas análises. Tais trabalhos, ao serem confrontados com os discursos veiculados nas charges, nos permitiram conhecer os papéis desempenhados pelo poder municipal no que tange à assistência pública e ao atendimento às demandas mais urgentes dos setores populares. O exame dessas imagens nos permitiu constatar que, a despeito de os melhoramentos provenientes da Reforma Urbana terem beneficiado diretamente os moradores da zona sul e do centro do Rio de Janeiro, os brasileiros que viviam na capital da República confiavam mais nos seus representantes à frente do Executivo Federal e Municipal, caso específico de Rodrigues Alves e Pereira Passos. Através da análise dessas fontes, tivemos acesso aos acontecimentos políticos que atravessaram o país, sobretudo o Distrito Federal e às informações relativas ao cotidiano dos seus habitantes.

No Capítulo III, intitulado Do “choro” ao riso: Os negros no Rio de Janeiro da Primeira República, procuramos perceber nas charges determinadas pistas acerca do perfil sócio ocupacional dos negros que viviam no Rio de Janeiro, bem como as particularidades das relações entre esses grupos e seus empregadores, suas condições de vida e o ambiente profissional no Rio de Janeiro da Primeira República. Assim, selecionamos as charges que focalizaram a vida e o dia-a-dia dos afro-brasileiros que foram representados pelo ângulo do humor, entre os anos 1904 a 1908, tomados como expressão irônica e engenhosamente elaborada do cenário sócio-político-cultural em questão. Desta forma, buscamos conhecer, através das imagens, as expectativas, as feições e as fontes de insatisfações mais comuns existentes entre os negros. Como forma de entender e oferecer explicações sobre o mundo a sua volta, os chargistas apresentaram para a população de leitores de *O Malho* as relações estreitas existentes entre um mercado em processo de modernização capitalista, marcado pela crescente competição entre brasileiros mais ou menos qualificados, e imigrantes que dominavam os melhores postos de trabalho e o comércio da cidade e as dificuldades de reprodução material observada entre os ex- escravos que residiam na capital da República.

A partir da análise das contribuições de vários autores que trataram do tema, de forma mais ou menos direta, e da pesquisa empírica realizada, procuramos identificar as narrativas humorísticas que salientaram as profissões e cargos exercidos pelos negros, bem como o padrão de relacionamento que se estabeleceu entre esses brasileiros e seus patrões. Ao mesmo tempo, procuramos conhecer os instrumentos através dos quais esses setores conseguiram extrair a sua sobrevivência e repercutir suas principais fontes de insatisfação. Paralelamente, tais referências nos permitiram estabelecer uma comparação entre determinados aspectos presentes nos trabalhos dos autores que elegeram este tema como objeto de suas reflexões e aqueles localizados nas charges do periódico assinalado. Assim, sob a ótica dos cartunistas, foi possível conhecer seus lugares na sociedade carioca, bem como suas expectativas em relação ao futuro.

Cabe salientar que um conjunto expressivo de imagens humorísticas conferiu destaque, através do humor, às formas de convívio dos setores menos favorecidos da capital federal. Através do apelo à ironia, denunciavam a permanência da discriminação e/ ou segregação racial e a permanência do quadro de subordinação dos ex- escravos durante os primeiros anos do século XX. Contudo, determinados caricaturistas conferiram destaque à percepção e à consciência desses setores acerca dos seus direitos, alguns dos quais constavam nos parágrafos da Constituição de 1891, bem como dos usos que os gestores públicos faziam do dinheiro público. Por intermédio dessas imagens, procuramos conhecer os caminhos e as alternativas de sobrevivência encontradas pelos negros, o que nos permitiu promover uma análise que levasse em conta as perspectivas dos charginistas a respeito do quadro social desses brasileiros.

CAPÍTULO 1

OS INTELLECTUAIS, A CIDADE MODERNIZADA E OS “EXCLUÍDOS”: O RIO DE JANEIRO DA *BELLE ÉPOQUE*

“Os vapores vão cheios agora para a Europa. Tanta gente vai, que já os de volta não fingem mais de snobs e só desejam implantar aqui o que lá viram de bom. É o êxodo temporário que se acertava (...). Criaturas felizes essas que partem a abeberar-se do Belo e a sugar do velho continente a energia (...). Cada uma delas, porém, inconscientemente, ao voltar, será um agente propulsor do progresso e da civilização.

(João do Rio, “o bem das viagens”, p 166-7).

Esta citação de Paulo Barreto, famoso cronista do Rio de Janeiro que assinava suas crônicas nos periódicos da época com o pseudônimo de João do Rio, sistematiza o comportamento e as ideias presentes no imaginário da elite carioca nos anos iniciais do século XX. De fato, esse período consagrou-se pela riqueza de novidades e inovações em diversos âmbitos, manifestadas e evidentes, sobretudo no Rio de Janeiro, sendo fortemente marcada pela influência das modas e da cultura parisiense. A capital da França era, naquele contexto, um protótipo de tudo o que havia de novo, moderno, ousado e chique. Por essa razão, os brasileiros voltavam maravilhados desse país e com o propósito de transformar a então capital e as demais regiões do Brasil em uma nova cidade cuja principal referência era Paris. Sendo assim, o culto à cidade francesa ficava evidente no próprio traçado urbano e na estrutura comercial da cidade; as damas desfilavam com vestidos de mangas compridas que apresentavam a clara referência ao corte parisiense e compravam nas lojas com nomes franceses, localizadas na Rua do Ouvidor. Como exemplo, pode-se mencionar a casa de modas de madame *Dreyfus*, ou no *Palais Royal*, tecidos finos na *Notre Dame*, roupas masculinas no alfaiate *Raunier*, chapéus na casa *Douvizi*, entre outros lugares. Como observam Margarida de Souza Neves e Alda Heizer, os setores abastados provenientes das diversas regiões do Brasil vinham à capital desfilar e comprar as últimas novidades de Paris nessa famosa rua.²⁰

²⁰ NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.

Neste sentido, até mesmo os hábitos e os gostos dos setores privilegiados desta cidade foram absorvidos pela influência dos bons modos europeus. Conforme as referências das autoras mencionadas anteriormente, os pedidos feitos nas confeitarias cariocas e o apreço pelas modas literárias e intelectuais não ficaram isentos da influência do modelo europeizado. É possível perceber através da análise das crônicas e charges veiculadas pela imprensa periódica que o Rio de Janeiro tornou-se o *locus* das experiências modernizadoras e das reformas que inauguraram um novo tempo.

Por outro lado, é importante resgatarmos determinadas informações disponibilizadas pelo censo demográfico realizado em 1906, para que possamos conhecer determinadas particularidades da cidade do Rio de Janeiro, bem como os indicadores sociais que nos permitirão perceber os contrastes existentes na então capital do Brasil. De igual maneira, será possível constatar quais setores abocanhavam os melhores postos existentes no Distrito Federal e, ao mesmo tempo, os que estavam mais vulneráveis ao subemprego e distantes de usufruírem dos benefícios proporcionados por quaisquer políticas públicas.

1.1- A heterogeneidade dos habitantes da capital modernizada

De acordo com os dados presentes no censo de 1906, o Rio de Janeiro abrigava 811.443 habitantes, o que imputava a capital, a responsabilidade de ser a “maior cidade do país”. Segundo o registro histórico, estimava-se que aproximadamente 50% dos moradores do Distrito Federal não sabiam ler e escrever.

No que tange à parcela letrada e iletrada da população que vivia na capital, os gráficos nos informam que dos 811.443 habitantes recenseados, 421.072 sabiam ler ou escrever e 390.371 eram analfabetos, o que, em números proporcionais, indicava, para cada 100 pessoas, há 51,89 da primeira categoria e 48,11 da segunda. Dos homens, sabiam ler 260.941 e eram analfabetos 202.512, o que representava, em cada grupo de cem, 56,30 da primeira categoria e 43,70 da segunda. Das mulheres, 160.131 sabiam ler e 187.859 eram analfabetas, o que, em números proporcionais, corresponde a 46,02% do primeiro grupo e 53,98% do segundo. Em suma, os algarismos revelam que em cada 1000 brasileiros, 617 sabem ler (342 homens e 275 mulheres) e 383 não sabiam ler (175 homens e 208 mulheres); em 1000 estrangeiros, 551 sabiam ler (440 homens e 111 mulheres) e 449 não sabiam ler (280 homens e 169 mulheres). Esses números evidenciam, portanto, a influência do elemento estrangeiro na taxa de crescimento das cifras da população alfabetizada.

No que concerne à parcela de imigrantes residentes no Rio de Janeiro, a cidade abrigava aproximadamente 150.880 homens e 59.635 mulheres, o que correspondia a um total de 210.515 imigrantes e a uma taxa de 25,94% do total dos seus habitantes.²¹

A população de fato existente no Rio de Janeiro, aos 20 de setembro de 1906, compunha-se de 463.453 homens e 347.990 mulheres, perfazendo o total de 811.443 habitantes.

Comparada com a de 522.651 habitantes, encontrada em 1890, aquela cifra mostra que, no período de 15 anos, decorridos entre as datas dos dois últimos recenseamentos, a população do Rio de Janeiro teve um aumento de 288.792 almas, ou seja, 55,26% do total apurado em 1890. Repartindo igualmente esse aumento pelos anos do período aludido, encontra-se 3,515% para taxa média anual do acréscimo aritmético. A taxa de crescimento da população do Rio de Janeiro observada no período de 1872 a 1890 foi maior do que no período de 1890 a 1906. De acordo com as informações e análises presentes no censo demográfico, para o notável aumento da população no período de 1872 a 1890 influíram circunstâncias especiais. Nesse período acontecimentos de grande alcance social exerceram ação favorável sobre o desenvolvimento do município neutro e da maior parte das antigas províncias do país. Dentre os quais, pode-se mencionar o fim da guerra do Paraguai e a promulgação, pouco tempo depois, da primeira lei emancipadora do elemento servil, fatores que proporcionaram incalculáveis benefícios ao país. A longa época de tranquilidade, iniciada após esses fatos memoráveis, contribuiu bastante para o incremento da população do Rio de Janeiro. Para tanto, o novo regime político também influenciou essa atmosfera, atraindo para o centro, numa área de efêmero desenvolvimento industrial, grande número de estrangeiros e de habitantes dos diversos Estados.

No entanto, o mesmo não se observou no período de 1890 a 1906. Verificou-se a nociva influência de fatores importantes sob o viés demográfico que prejudicaram e reduziram bastante a taxa de crescimento da população nesse espaço de tempo. As revoltas, as epidemias, as crises econômica e financeira, se sucederam com maior ou menor intensidade, e se não acarretaram estacionamento ou diminuição da população, enfraqueceram até certo ponto o extraordinário aumento observado no período anterior de 1872 a 1890.

²¹ Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1906. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/. Acesso em setembro de 2013.

De acordo com os algarismos, a população de imigrantes presentes no Rio de Janeiro, em 1906, correspondia a 25.94% do total da população. José Geraldo de Moraes salienta que um dos fatores decisivos para o crescimento da população brasileira, principalmente em São Paulo e no Sul, foi a entrada de um grande contingente de imigrantes europeus desde meados do século XIX até os primeiros anos do século XX.²² Entre 1890 e 1929 aproximadamente três milhões e 523 mil imigrantes entraram no Brasil. Como nos adverte Moraes, a última década do século XIX foi marcada pela grande movimentação de imigrantes, influenciada, principalmente, pelas dificuldades econômicas pelas quais passavam a Argentina e os Estados Unidos e pelo apoio à imigração através de subvenção dos governos federal e estadual de São Paulo.²³ Mais de um terço de imigrantes que entraram no país nesse período eram italianos (aproximadamente um milhão e 130 mil); em seguida, vinham portugueses (um milhão e 30 mil), espanhóis (551.000), alemães (112.000), entre outras tantas nacionalidades. A maior parte desses estrangeiros se dirigiu, obviamente, para a região econômica que estava em franca expansão, ou seja, São Paulo, (aproximadamente 57%), seguido do Rio de Janeiro (cerca de 30%), sul de Minas e sul do país.²⁴

Cabe salientar que o Rio de Janeiro tornara-se destino de muitos imigrantes por ser o grande centro administrativo e financeiro do país e, por sua vez, isso significava que grande parte do capital acumulado, das possibilidades de empréstimos, da comercialização na bolsa de valores, das tarefas burocráticas de importação e exportação concentrar-se-iam no Distrito Federal. Seu porto era o maior e o mais movimentado do país e um dos maiores da América, e mesmo com a decadência da

²² O autor também destaca que esse foi justamente o período de maior movimentação humana da história, sobretudo na Europa. As pessoas saíam ou eram empurradas do campo para as cidades, das pequenas cidades para as metrópoles; e muitas cruzavam os oceanos, dirigindo-se para outros continentes. Milhares de italianos, espanhóis, alemães, portugueses, etc. emigravam em busca de novas perspectivas. Desta forma, somos informados pelo autor de que a grande maioria deles se dirigiu para a América, principalmente para os Estados Unidos, a Argentina e depois o Brasil. MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994. P.39-40.

²³ José Geraldo Moraes observa que, muito embora o destino dos imigrantes tenha sido as fazendas de café, nos primeiros anos do século XX boa parte deles, insatisfeitos com o tratamento dado pelos cafeicultores e desanimados com as dificuldades da produção rural, se deslocou para várias cidades, principalmente para São Paulo, em busca de uma vida melhor, que o universo urbano-industrial prometia oferecer. Esse enorme contingente de estrangeiros seria decisivo na formação cultural da cidade de São Paulo, distinguindo-a dos outros centros urbanos. Ao passo que no Rio de Janeiro e em Salvador a população negra se manteve estável, e às vezes crescente, sobretudo após a abolição (1888), em São Paulo os estrangeiros (italianos principalmente) logo eram a maioria da população paulistana (aproximadamente 55% em 1893), enquanto os negros decresciam em números relativos e absolutos. Idem, p. 40.

²⁴ MORAES, 1994 apud PETRONE, 1978, p. 40.

produção cafeeira do Vale do Paraíba e a ascensão do Oeste Paulista nessa área, o Rio de Janeiro não decaíra economicamente.²⁵ Com base nessas informações, o autor conclui que toda essa prosperidade, aliada às facilidades de transporte e à atração pela cidade, permitiu um deslocamento notável de pessoas, que constituíram a maior população do país e, conseqüentemente, o maior mercado consumidor.²⁶ Os apontamentos realizados por Paul Singer ilustram bem o quadro social e econômico da cidade,

(...) entre 1890 e 1910 o Rio de Janeiro preenche melhor que qualquer outro lugar do país as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria: capital acumulado, mercado interno, mão-de-obra, grande porto e rede ferroviária, proximidade de matéria-prima e apoio governamental. Assim, até o início deste século o Rio de Janeiro manteria a liderança da produção da indústria nacional (se destacando a tecelagem e alimentos). De acordo com o censo industrial de 1907, o estado acumulava cerca de 1/3 de toda a produção industrial do país, seguido por São Paulo com 16,5%, além de concentrar um número maior de indústrias. Em 1920 esta situação já havia se modificado, com São Paulo assumindo a liderança da produção, no número de indústrias e na quantidade de trabalhadores empregados. No decorrer das décadas de 1930 e 40 esta tendência se consolidaria, alargando a distância entre o parque industrial de São Paulo e o restante do país (em 1938, por exemplo, São Paulo já concentrava cerca de 50% da produção).²⁷

Portanto, é possível perceber que até o ano de 1907, o Distrito Federal ainda contava com o maior número de empresas e operários, produzindo um maior volume de riquezas para o Brasil. De acordo com as reflexões e os dados apresentados por José Arias Neto, verificou-se que, juntos, São Paulo (20%) e Rio de Janeiro (26%) concentravam 46% dos capitais industriais e 39% do operariado brasileiro. Neste sentido, o autor salienta que o número de estabelecimentos industriais em São Paulo correspondia a 10% do total do país e o do Rio de Janeiro a 20%. Os demais 70% estavam distribuídos por outros estados. Wilson Suzigan observa que:

Durante o encilhamento foram estabelecidas grandes fábricas de tecidos de algodão no Nordeste, em São Paulo e na própria área do Rio de Janeiro.

²⁵ MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994. P. 31.

²⁶ Segundo José Miguel Arias Neto, o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, contabilizava 662 empresas e empregava aproximadamente 34.850 operários, em 1907. Já São Paulo, neste mesmo ano, contava com 328 empresas e empregava aproximadamente 24.186 operários dos 149.018 brasileiros que trabalhavam neste setor. Quanto ao capital em contos, o Distrito Federal movimentou aproximadamente 167.120 contos, em 1907. Já São Paulo, neste ano, movimentou aproximadamente 127.702 dos 653.555 contos que foram gerados pelo setor industrial. NETO, José Miguel Arias. *Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização*. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano; v.1: o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P.217.

²⁷ NETO, 2013 apud SINGER, 1974, p.47.

Foram também realizados substanciais investimentos em outras indústrias tais como sacaria de juta, tecidos de lã, moinhos de trigo, cervejarias, fábricas de fósforos e indústria metal- mecânica. Também data desse período a construção do alto-forno de Miguel Burnier (Minas Gerais) operado pela Usina Esperança, única companhia a produzir ferro-gusa em escala industrial antes da década de 1920.²⁸

Assim, com base nesses dados, José Arias Neto ressalta que houve, entre 1889 e 1896, um *boom* no desenvolvimento e na acumulação industrial, tendo o ritmo de crescimento diminuído entre 1897 e 1904, para voltar a crescer a partir de 1905 até 1914. A crise pós-encilhamento, que coincidiu com a crise internacional e a política de caráter emergencial adotada para enfrentá-la, teria demonstrado duas faces do problema da relação entre café e industrialização. Em primeiro lugar, a manutenção do modelo agroexportador dependeria de uma intervenção nos mercados visando a forçar a alta dos preços e uma redução na expansão do café para evitar a superprodução. Em segundo, evidenciou que o crescimento industrial se processava em situação de dependência em relação à dinâmica cafeeira. Tal fator revelava a fragilidade e a instabilidade daquele setor – que seria superada somente com o investimento nas indústrias de base, isto é, na produção de bens de capital.

Seguindo uma linha de pensamento próxima a de Moraes, Boris Fausto salienta que o crescimento da atividade industrial é um fenômeno que se vincula ao desenvolvimento da urbanização e melhoria em termos de infraestrutura na cidade, que paulatinamente criava condições para a “modernidade” e o “progresso”. A indústria manufatureira, o setor têxtil, o ramo de transportes, enfim, a industrialização ganhava ímpeto no país, tendo São Paulo e, não mais o Rio de Janeiro, como a locomotiva desse processo. No que tange ao valor da produção industrial, em 1920, São Paulo passaria a assumir o primeiro lugar, ou seja, seria responsável por 31,5% da produção nacional, seguido pelo Distrito Federal e Rio Grande do Sul, que produziam respectivamente 20,8% e 11% .²⁹

Portanto, é nesta conjuntura que a imigração maciça despontou como uma peculiaridade da Primeira República. Pautando-se numa fonte estrangeira, Boris Fausto apresenta os seguintes números da imigração: no período de 1887 a 1930, cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil. O período de maior concentração da

²⁸ NETO, 2013 apud SUZIGAN, 1986, p.48.

²⁹ Boris FAUSTO, 1998, op. cit.

imigração compreendeu 1887- 1914, quando aproximadamente 2,74 milhões de estrangeiros se mudaram para o Brasil, ou seja, aproximadamente 72% de toda população imigrante durante a Primeira República³⁰.

O autor também observa que a imigração coincidiu com o surto industrial. Neste sentido, os imigrantes assumiram postos tanto como empresários, quanto como operários. Cabe salientar que vários imigrantes chegaram ao país como técnicos especializados, exercendo funções de destaque nas indústrias do Rio de Janeiro e São Paulo. Destacando a relevante participação dos imigrantes na atividade industrial, Fausto afirma que em 1893, nas empresas manufatureiras da capital paulista, 70% dos trabalhadores eram estrangeiros.³¹

Reiterando os dados fornecidos pelo censo de 1906, sob o ponto de vista das profissões, é possível notar grandes diferenças entre a população nacional e a estrangeira. Ao examinarmos separadamente as quatro grandes classes que compreendem a classificação profissional adotada no recenseamento de 1906, vê-se que os estrangeiros representavam 31,30% da população responsável pela produção da matéria-prima, quase 50% do setor envolvido com a transformação e o emprego da matéria-prima e cerca de 10% da administração pública e dos profissionais liberais e 18% desempenhavam outros serviços. No que diz respeito à população nacional os improdutivos atingiam a 55,54% do número total de habitantes e na estrangeira apenas 26,28%, o que se explicava, não só pela presença, neste último grupo, de menor número de mulheres e crianças, como também pelo mais frequente aproveitamento do trabalho industrial de umas e outras. É, com efeito, na classe aplicada à transformação e ao emprego das matérias-primas que se encontrava a maior proporção de estrangeiros. Vale ressaltar que, em vários grupos da referida classe, como, por exemplo, a indústria das madeiras, a indústria cerâmica, as da alimentação, da edificação, dos transportes terrestres e do comércio, o número absoluto de estrangeiros excede, às vezes, ao número de brasileiros. O mesmo se observava no grupo dos trabalhadores de pedreiras e no de jornaleiros e trabalhadores braçais. Em contrapartida, como era de se esperar, a proporção de brasileiros era enorme, atingindo quase 90% na terceira classe, que compreende as administrações públicas e as profissões liberais.

³⁰ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

³¹ Sobre os números da imigração, ver: CARONE, Edgar. *A República Velha I* (Instituições e Classes Sociais). 4 ed. São Paulo: Difel, 1978. p. 13.

Desta maneira, essas informações nos revelam a heterogeneidade da sociedade carioca, bem como nos permitem ter acesso aos indicadores econômicos do Distrito Federal, o que joga luz sobre as condições de vida e trabalho dos seus moradores naquele contexto. Tais elementos destacados pelo censo acabaram nos oferecendo importantes pistas e subsídios para a compreensão acerca das origens das reivindicações dos habitantes da capital federal, sobretudo da população que fora vítima do “bota-abaixo” aclamado por Passos.

Foi esse espaço tão heterogêneo que serviu de palco para tantos acontecimentos políticos e que, ao mesmo tempo, abrigou grupos sociais e contornos tão diversificados que se constituiu no objeto de nossas reflexões, entre os anos de 1904 a 1908. Ou seja, o contexto que ficou conhecido como a *Belle Époque* carioca, que foi o período marcado pela ostentação, abundância de reformas, ampliação e remodelação das principais avenidas, banquetes de inauguração das obras, construção de prédios que possuíam um padrão arquitetônico europeu, inauguração dos grandes teatros, pessoas finas e bem-vestidas frequentadoras dos cafés e das modistas da Rua do Ouvidor. Portanto, uma sociedade glamourosa e que, portanto, teria que habitar uma cidade próspera e moderna, que seguisse os gostos, a cultura, o traçado urbano e o refinamento da moda parisiense.

No Brasil, essa efervescência cultural começou a manifestar-se ao final do século XIX, caracterizando-se pelo fortalecimento político da República, o crescimento econômico e a expansão dos centros urbanos, especialmente do Rio de Janeiro.

Por sua vez, foi no início do século passado que foram aprovadas as medidas voltadas para a remodelação do Distrito Federal, condizentes com o projeto urbanístico idealizado pelo presidente Rodrigues Alves. O gestor, por conseguinte, se comprometera a realizar grandes reformas, as quais acabaram dando origem a uma dualidade de ordens e valores que distinguiria decisivamente a tradição cultural da cidade. O Rio de Janeiro, na condição de capital federal, deveria transforma-se num espaço civilizado, moderno e limpo nos moldes de uma “*Europa possível*” e, ao mesmo tempo, materializar um modelo de nossa nacionalidade. Por esta razão, o então presidente nomeou como prefeito do Distrito Federal, o engenheiro Pereira Passos, a quem delegou uma das principais tarefas de seu programa. Com 66 anos, era o mais velho membro do Governo, conhecedor das principais capitais europeias, tendo assistido, em Paris, ao final dos trabalhos de remodelação da cidade, empreendidos por Haussman. O engenheiro conhecia os problemas que enfrentaria e, por essa razão, condicionou a aceitação do convite ao compromisso presidencial de lhe assegurar ampla

autonomia de ação. Para tanto, foi necessária a elaboração de uma lei pelo Congresso, aprovada ao final de 1902, sendo responsável por conferir ao prefeito um poder praticamente ditatorial.

Por outro lado, a historiografia que analisou esse momento de nossa história demonstrou que a transformação dessa nova cidade não deixaria de ser algo problemático, sobretudo pelo fato de que esse espaço renovado deveria estar em consonância com a emergência de um novo imaginário. Através da análise da literatura do período e das charges que são analisadas por esta pesquisa, é possível perceber que a visão que se consagrou acerca da modernidade esteve distante de ser harmônica e homogênea, podendo-se afirmar, inclusive, que foi notadamente conflituosa.

Os jornais que circularam no Rio de Janeiro durante o período considerado exerceram a função de registrar, comentar e participar ativamente dos projetos de urbanização da cidade empreendidos pelos governos municipal e federal. É importante destacar que, em diversos casos, as opiniões dos agentes ligados à imprensa foram divergentes, no que diz respeito à forma como as obras estavam sendo encaminhadas e ao decreto que conferiu ao prefeito do Rio de Janeiro um grande poder. Nos periódicos verificou-se o andamento das negociações e dos fatores necessários ao início da construção da Avenida Central, bem como a adesão de muitos cronistas às decisões e aos decretos do governo, aspectos fundamentais para a concretização dos seus planos de modernização e saneamento da cidade. Apesar da postura e do discurso que ecoavam na imprensa governista, existiram momentos críticos pelos quais as medidas levadas a cabo pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, foram relativizadas por determinados caricaturistas, os quais exploraram o outro lado da Reforma Urbana. Contudo, tais questões e especificidades serão retomadas através da análise das charges.

Com efeito, a análise das reportagens que circulavam na imprensa permite-nos ter acesso ao amplo leque de memórias acerca das negociações das autoridades públicas com os proprietários dos casarões condenados, ao valor das indenizações pagas pelo governo aos mesmos, bem como aos lugares das construções arcaicas, as quais cederiam espaço para a edificação de novos prédios e da nova avenida. Determinados jornais se utilizaram do espaço privilegiado que logravam junto à população de leitores com o fim de difundir representações favoráveis ao prefeito da capital, afirmando que o gestor público honrara as funções inerentes ao cargo que ocupava, exercendo seu ofício com inteligência e labor nunca igualados. Tais publicações atribuíam o êxito de sua administração ao fato de ele ter conseguido atacar a “via reumática” da cidade, o que

acabaria alçando o nome de Passos nas páginas de nossa história como o prefeito que colocou termo ao passado fétido do Rio de Janeiro³².

Desta maneira, ao analisarmos as charges difundidas pelo periódico *O Malho*, nos meses iniciais de 1904, é possível notar a existência de um diálogo entre os temas eleitos pelos caricaturistas como dignos de serem caricaturados e os assuntos tratados por diversas crônicas que circularam em outros periódicos cariocas. Esses veículos da imprensa exploraram as opiniões populares sobre os reflexos das demolições e das novas construções na cidade em suas vidas. Por outro lado, é importante salientar que determinados diários esgrimiram argumentos contrários e que se distanciaram, em grande medida, daquela perspectiva otimista e enaltecida acerca dos feitos alcançados pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, e sua equipe de engenheiros, comandada por Paulo de Frontin, bem como das ações modernizadoras mobilizadas pelo poder republicano. Determinados chargistas vinculados à revista em questão se inseriram nesta vertente, representando através de suas charges e caricaturas, as consequências daquele processo de reformulação do perfil urbano do Distrito Federal para o cotidiano dos diferentes grupos sociais que viviam na cidade. Tais aspectos receberam cobertura jornalística tão importante quanto àquela destinada aos dias das grandes inaugurações e ao acompanhamento das sucessões presidenciais. Suas narrativas humorísticas tinham como um dos seus propósitos levar os leitores à reflexão sobre as contradições que continuavam a acompanhar a história do Brasil e da sua capital, e que seriam agravadas, no momento em que fossem deflagradas as medidas necessárias para a edificação da Avenida Central e de outras importantes vias urbanas. À diferença dos periódicos que especularam as prováveis referências e os modelos que moldariam a tão comentada avenida, bem como os estilos dos novos prédios e fachadas do centro da cidade, salientando a euforia da população, determinadas charges difundidas pela revista focalizaram o descontentamento daqueles cariocas, que se sentiram lesados pela lei que aprovava as desapropriações de imóveis, aprovada pelo Congresso e posta em execução naquele ano³³. Nota-se que a indignação e a adesão ao

³² BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. P. 528

³³ A Reforma Urbana aclamada pelo governo presidencial de Rodrigues Alves durante o mandato de Pereira Passos, à frente da prefeitura do Distrito Federal, refletia a preocupação dos gestores com a mudança do aspecto viário da capital. De acordo com as formulações teóricas de Carlos Maul, traçado na prefeitura os primeiros planos para a remodelação da zona urbana, os engenheiros, em obediência às ordens de Passos, entraram em ação. As ruas da Assembleia, Sete de Setembro e Uruguaiana, seriam alargadas, o mesmo acontecendo à da Carioca. Quanto à Avenida Central, que era a de maior importância

projeto urbanístico idealizado por Rodrigues Alves e Pereira Passos caminharam lado a lado entre os agentes ligados à imprensa ilustrada.

1.2 – O “bota- abaixo” e a Reforma Urbana: as vítimas e os beneficiários da modernização do Rio de Janeiro

Em uma pesquisa acadêmica, as referências teóricas norteiam a construção do trabalho e, neste sentido, procuramos aqui elencar os autores que estiveram atentos aos episódios que movimentaram a Primeira República e aos diferentes grupos que compunham a sociedade carioca. Suas reflexões jogam luz sobre determinadas especificidades dos moradores do Distrito Federal, fato que pode nos auxiliar na compreensão de determinados episódios.

As reflexões empreendidas por June Hahner em sua obra *Pobreza e política* se constituem em uma importante referência para o conhecimento acerca do quadro social dos pobres durante a Primeira República. Seu estudo versa sobre as lutas travadas pelos trabalhadores urbanos para garantir sua sobrevivência durante um período de rápida mudança econômica³⁴. Como observa a autora, “*embora a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, supostamente tenha substituído o trabalho servil pelo trabalho assalariado, as condições de trabalho e as tarefas desempenhadas pelos negros e mulatos nas cidades permaneceram praticamente inalteradas.*”³⁵

De acordo com as informações disponibilizadas pelo trabalho de Hahner, no início do século XX, os trabalhadores labutavam longa e pesadamente por retornos insignificantes e aparentemente em uma gama bastante diversa de empregos. Eles tinham que conviver não apenas com moradias superlotadas e insalubres, mas também enfrentavam a insegurança no ambiente de trabalho, salários e condições de trabalho miseráveis, doenças e alimentação deficiente. Segundo a perspectiva da autora, tais problemas eram completamente ignorados pelos governos brasileiros.³⁶

e a de lançamento mais audacioso porque projetada para servir a um tráfego desafogado durante vinte e cinco anos, essa teria oferecido, segundo a perspectiva de Maul, espetáculos sugestivos, uns sérios, outros jocosos, a quem acompanhava de perto a evolução da sua abertura. Para que a linha reta da Prainha ao Boqueirão do Passeio vencesse os obstáculos defrontados pelos técnicos, foram sendo demolidos sumariamente os pardieiros que enchiam as vielas que cortavam o centro em diversas direções (...). Todas as transversais que se orientavam para o Largo do Paço e rua Primeiro de Março, foram cortadas. MAUL, Carlos. *O Rio de Janeiro da bela época*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1967. P. 15.

³⁴ HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: EDUNB, 1993.

³⁵ Idem, p. 108.

³⁶ Ibidem, p.199.

Tais circunstâncias eram responsáveis por deixar os segmentos menos favorecidos mais vulneráveis à devastação da doença. Além disso, como ressalta a pesquisadora, o cuidado médico era difícil de alcançar, quando a doença atacava. Embora os hospitais de caridade, tal como as Santas Casas de Misericórdia do Rio de Janeiro, recebessem pacientes indigentes, falta de remédios, espaço e pessoal limitavam a eficiência dos hospitais³⁷.

Hahner afirma que, à semelhança do governo do Império, o regime dos cinco primeiros anos da República, dominado pelo militares, se preocupou muito pouco com as causas sociais, demonstrando um parco interesse em ajudar os trabalhadores urbanos³⁸. Neste sentido, ao apontar o descaso dos poderes públicos em relação à situação dos trabalhadores, a autora ressalta em sua análise as queixas mais comuns apresentadas pelos setores mais qualificados nas diferentes cidades brasileiras, os quais também se mostravam descontentes com o governo que nada fazia para ajudá-los. Assim, seguindo o coro dos brasileiros céticos quanto ao novo regime, esses setores reclamavam que “*esta não era a República que nos prometeram, mas, em vez disso, essa era a República das ilusões*”.³⁹

Outro importante trabalho que nos permite compreender as especificidades do mundo do trabalho, bem como o cotidiano dos trabalhadores que viviam no Rio de Janeiro da Primeira República consiste em *Trabalho, Lar e Botequim* de Sidney Chalhoub.⁴⁰ O autor se vale dos processos criminais de homicídio (1898-1911), impressos oficiais e jornais da época como documentos para entender o universo do trabalhador no pós-abolição. Seu objetivo consiste em elucidar como a sociedade da época se concebia e o modo como se estruturava e quais eram suas intenções. Neste contexto é que ele tenta desvendar o comportamento dos despossuídos residentes no Distrito Federal, procurando identificar as relações cotidianas desses grupos fora do espaço do movimento operário e da fala política articulada. Cabe salientar que os temas explorados por seu trabalho são as relações que se consolidaram entre os diversos segmentos que compunham a camada de trabalhadores, o que acabou por privilegiar as questões mais prosaicas: relações de trabalho, os laços afetivos e familiares, a

³⁷ Idem, p. 226.

³⁸ Cf. ibidem, p. 133.

³⁹ Cf. ibidem, p.140.

⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

concorrência por uma vaga no mercado de trabalho, o lazer dos trabalhadores, além do problema da moradia.

Suas reflexões chamam a atenção do leitor para a questão problemática herdada pela sociedade da Primeira Republica, a qual teria que reinventar a ética do trabalho, visto que até 1888 quando a escravidão chegou ao fim, o trabalho remunerado era uma função desprestigiada pelo fato de ser exercida, na sua maioria, por escravos. Por esta razão, a criação de uma mentalidade do trabalho era fundamental. Cabe salientar que nesse contexto, o Rio de Janeiro, por ser a capital federal, testemunhava um elevado crescimento demográfico e, conseqüentemente, seu número de habitantes completamente despossuídos aumentava, em virtude da migração dos libertos das áreas rurais para os centros urbanos e da vinda dos imigrantes. Por sua vez, todos estavam em busca de trabalho e de uma nova vida na capital. Atrelado a este aumento populacional ampliava-se a necessidade de moradias.

Paralelamente, Pereira Passos transformava a capital federal, suja, fétida e insalubre na “Cidade Maravilhosa”.⁴¹ Tais reformas tiveram um elevado custo social, tendo em vista que foram concretizadas graças à política de demolições levada a cabo pela Prefeitura do Distrito Federal, a qual arrasou as moradias ocupadas pelos setores populares, condenando e colocando abaixo os cortiços, casarões, porões e pardieiros situados nas áreas centrais da cidade.⁴² Assim, é esta conjuntura que ofereceu inspiração para o trabalho de Chalhoub, o qual tenta perceber, nas entrelinhas dos processos

⁴¹ Jaime Benchimol observa que, no alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro sofreu, de fato, uma intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura, e que repercutiu como um terremoto nas condições de vida da população, dando origem a uma paisagem nova, que reproduzia vários traços daquela cunhada por Georges Haussmann, em Paris, três décadas antes. Além das obras de demolição e reconstrução sem precedentes na história dessa e de outras cidades brasileiras, um conjunto amplo de leis e posturas procurou coibir ou disciplinar esferas da vida social refratárias à ação do Estado. O autor afirma que o Rio de Janeiro que emergiu dos escombros da Cidade Velha e da conflagração social que ardeu em meio a eles – a chamada Revolta da Vacina – era diferente. Não como imaginaram os apologistas da reforma urbana, pois a política “racional”, que se propôs a corrigir os erros de sua gestação “espontânea”, engendrou novas contradições e agravou muitas das que já existiam. BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Vol.1. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

⁴² Benchimol confere destaque em suas reflexões ao discurso proferido pelo Dr. Aureliano Portugal, médico da saúde pública, que enaltecera as vitórias alcançadas pelo prefeito como se fosse ele o chefe militar de uma verdadeira *blitzkrieg*. Em três anos, conseguira “desalojar milhares de pessoas de suas habitações e remover para mais de mil estabelecimentos comerciais, demolir, no todo ou parcialmente, cerca de dois mil prédios (...) promovendo, ao mesmo tempo, mil outras (obras) de ordem diversa, tendentes ao saneamento e embelezamento de uma cidade extensíssima, que conta em seu seio cerca de um milhão de habitantes” (Portugal, 1906, p.10).

criminais, o comportamento dos setores populares, que viviam no Rio de Janeiro, nos idos de 1900.

Ao tratar dos conflitos relacionados à reprodução da vida material, o historiador aponta as desavenças mais comuns observadas no ambiente profissional, bem como os problemas relacionados à habitação. Nas reflexões sobre as tensões cotidianas, o autor focaliza as rivalidades étnicas e nacionais, provenientes da concorrência no ambiente de trabalho. Tal fato guarda relações com uma série de particularidades apresentadas pela cidade. O Rio de Janeiro era a região com maior contingente de afro-brasileiros e que, apesar das mudanças, “*a clivagem da sociedade colonial se mantinha e suas contradições: senhor patrão branco versus trabalhador, escravo não branco e colonizador explorador português versus colonizado explorado brasileiro, se mantinha*”.⁴³ Como nos adverte Chalhoub, nas desordens também era possível constatar que os ressentimentos das relações da escravidão entre brancos e negros ainda existiam dos dois lados. Somado a isso, na cidade predominavam os imigrantes, principalmente os portugueses - que comumente ocupavam os postos mais elevados -, quando havia esta diferenciação. Assim, uma das conclusões mais relevantes passíveis de serem encontradas neste trabalho foi a comprovação de que os compatriotas, de fato, se protegiam. Um proprietário português preferia dar emprego ou moradia a seu conterrâneo mesmo que este fosse menos preparado que um brasileiro. Outro aspecto interessante presente nesta abordagem relaciona-se ao caráter dos confrontos travados entre os despossuídos nos centros urbanos, os quais não eram movidos por razões frágeis, mas por ações que estavam sendo construídas nas relações cotidianas e eram, muitas vezes, impulsionadas por problemas socioeconômicos distantes de sua vontade. Assim, sob a ótica de Chalhoub, eram as questões relacionadas ao capital/trabalho que movimentaram esta sociedade.

Com efeito, é esta cidade em processo de modernização e as visões dos cartunistas acerca do povo que são os objetos contemplados por esta pesquisa. Desta forma, pretendemos desvelar quais foram as alternativas de participação ou resistência desses grupos frente às mudanças empreendidas. A historiografia do período nos mostra que em momentos específicos eles chegavam a manifestar sua insatisfação, assuntando as autoridades com violentas manifestações.

⁴³ Idem, p. 60.

Partiremos, agora, para a análise das imagens humorísticas mais representativas sobre esse momento de nossa história, as quais podem revelar, sob a ótica dos chargistas, vários aspectos da vida dos cariocas, tanto do ponto de vista da rotina de trabalho, como da vida cotidiana. Tendo essas fontes como ponto de partida de nossas reflexões, pretende-se iniciar essa incursão pelo mundo dos letrados e, a partir daí, teremos acesso às suas memórias acerca do quadro social dos setores populares durante a Primeira República.

Para começar, constatamos que no ano de 1904 foi observado um número expressivo de charges que retratou a dificuldade encontrada pelos pobres de obter um posto de trabalho, sobretudo nas obras do porto do Rio de Janeiro. Por sua vez, há um grande volume de documentos que cobriu a repercussão negativa assumida pela regulamentação da higiene do Distrito Federal, bem como a incidência do “bota-abaixo” sobre a vida das camadas populares.⁴⁴ Primeiramente, apresentaremos as fontes que nos indicaram como os desenhistas d’*O Malho* perceberam as reações e os comportamentos populares em face das expulsões, levadas a cabo pela Prefeitura do Distrito Federal, das habitações insalubres e condenadas, situadas no centro da cidade. A partir daí, será possível desvelar quais foram suas formas de resistência, bem como as alternativas encontradas frente às mudanças empreendidas. A seguir, partiremos para o debate em torno das impressões desses profissionais sobre o modo pelo qual os setores populares encararam a aprovação do regulamento sanitário pelo governo, questão fundamental para que possamos compreender seus desdobramentos, especialmente a Revolta da Vacina⁴⁵. Cabe salientar que estaremos atentos à forma como a bibliografia revisitou os episódios políticos que ocorreram nesse contexto.

⁴⁴ Dos 44 volumes d’ *O Malho* veiculados em 1904 aproximadamente 13 charges exploraram diretamente as consequências das demolições e desapropriações dos prédios e cortiços do centro do Distrito Federal para os setores populares, bem como para os proprietários que se sentiram lesados pela Prefeitura. Vale destacar, também, que aproximadamente 20 charges difundidas naquele ano tiveram o regulamento da Higiene como ponto de partida de suas reflexões.

⁴⁵ Vale ressaltar que, no início do governo Rodrigues Alves (1902/1906), Oswaldo Cruz foi designado para titular da Diretoria Geral de Saúde Pública. A gestão da saúde pública revestia-se, naquele momento, de especial importância, uma vez que o novo governo comprometera-se a sanear a capital. A reforma sanitária foi confiada a Oswaldo Cruz, à frente da DGSP, e a execução da reforma urbana, ao engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado prefeito da capital com poderes discricionários. A reputação de cidade pestilenta do Rio de Janeiro devia-se, sobretudo, à presença da febre amarela, da varíola e da peste bubônica. Tais doenças estavam comprometendo a política de estímulo à imigração estrangeira e acarretando enormes prejuízos à economia nacional, dado que os navios que atracavam na capital eram submetidos a frequentes quarentenas. Foram, por essa razão, os alvos prioritários das campanhas sanitárias executadas nesse período. Para assegurar o sucesso das campanhas, Oswaldo Cruz passou a defender a reforma dos serviços de saúde, sem o que não seria possível superar a dualidade de atribuições existentes entre a prefeitura da capital e o governo federal, bem como entre esferas da própria DGSP. Em maio de 1903, o projeto de lei relativo ao assunto começou sua lenta tramitação no Congresso, sendo



Direitos Engarrafados

- E esta! Então o Sr. Passos quer por-me a casa abaixo, eu ponho a boca no mundo e o Supremo Tribunal põe-me a rolha na boca? E esta!

- Meu caro, não são só as esquadras que podem ser engarrafadas: é também o direito de propriedade! ...

Fonte: *O Malho*, 16/07/1904, número 96.

Ao nos direcionarmos para o exame da charge acima, cuja assinatura não nos permite identificar sua autoria, o desenhista demonstra a oposição e a revolta dos cariocas afetados pelo bota - abaixo, ou seja, o movimento de destruição dos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, o que nos sugere o fato de ter existido um movimento de opinião pública, contrário à maneira pela qual o governo estava encaminhando a Reforma Urbana do Distrito Federal. Nesta imagem há determinadas especificidades que nos levam a crer que os personagens em destaque sintetizam a opinião de muitos proprietários, os quais tiveram de negociar a venda de algumas de suas posses, tais como prédios, casarões e cortiços com o governo municipal.⁴⁶ Com efeito, a intenção primordial da Municipalidade consistia em demolir essas habitações que simbolizavam o passado colonial da então capital federal com vistas a melhorar a aparência e as condições sanitárias da cidade. A presença de determinadas

duramente combatido pela oposição. O novo regulamento sanitário somente seria aprovado em janeiro de 1904, mesmo assim, bastante mutilado. Contudo, isso não impediu que Oswaldo Cruz desencadeasse, já em abril de 1903, a campanha contra a febre amarela e, no começo de 1904, o combate à peste bubônica. Em 1906, ao encerrar-se o mandato de Rodrigues Alves, as estatísticas de mortalidade e morbidade dessas doenças testemunhavam o êxito das campanhas. *As campanhas sanitárias na capital*. Disponível em: <http://www.bvsoswaldocruz.coc.fiocruz.br/Trajectoria/diretoriageral/diretoriageral.htm>. Acessado em 20/05/2013.

⁴⁶ Carlos Maul afirmou que, às vezes, os donos de casas marcadas para demolição e queixavam-se de que o governo não lhes pagava de acordo com o valor dos imóveis condenados. MAUL, Carlos. *O Rio de Janeiro da bela época*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1967. P. 15.

características na imagem, a exemplo dos trajes e da bengala e, sobretudo o fato de terem propriedades situadas nas proximidades do centro da cidade, nos sugere que os tipos cariocas integravam o universo dos setores médios.

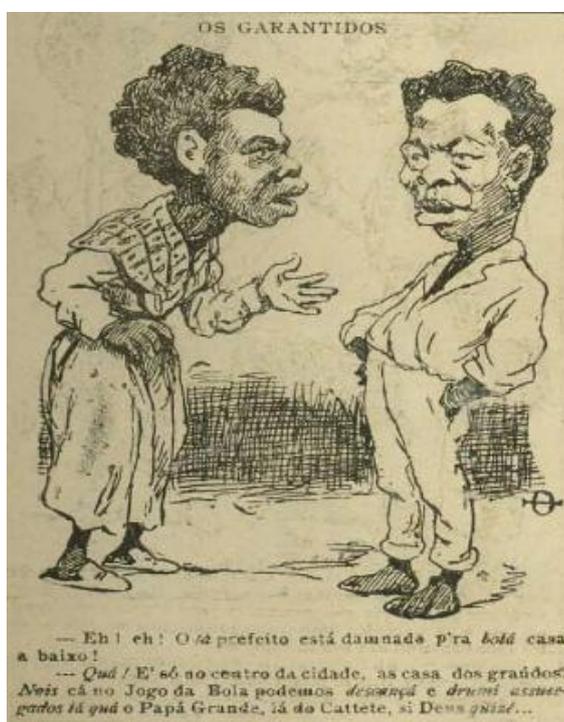
Por sua vez, nota-se, também, que o chargista em questão retratou o desejo de as pessoas diretamente afetadas por esta medida de denunciar o autoritarismo de Pereira Passos, o qual ganhara, no momento de sua nomeação, carta branca do presidente Rodrigues Alves para modernizar e sanear a cidade. No entanto, os próprios retratados concluem que se encontravam em um meio no qual as garantias constitucionais dos cidadãos e a liberdade de expressão estavam sujeitas, com frequência, às diversas formas de censura, evidenciada pelo número significativo de estados de sítio aprovados pelos diversos governos presidenciais durante a Primeira República.

Assim, é possível ter acesso através da análise dessa fonte, a uma série de especificidades dos habitantes do Rio de Janeiro da Primeira República. Ela nos indica, por um lado, que, na perspectiva do cartunista, os brasileiros conviveram com um regime político pouco afeito à liberdade de expressão, principalmente os cariocas e, por outro, é possível concluir que, os moradores e proprietários do Rio de Janeiro não aceitaram passivamente a destruição dos seus lares, esboçando a convicção dos seus direitos e a revolta com o Supremo Tribunal Federal, que deveria validar a justiça e assegurar os direitos de propriedade dos cidadãos e, no entanto, colocava-lhe “a rolha na boca”. Em outras palavras, o caricaturista, ao explicitar em sua charge a sua perspectiva sobre os moradores da antiga capital federal, salientou a violação dos direitos de propriedade e das liberdades fundamentais das quais diversos proprietários e inquilinos foram destituídos. Nesta perspectiva, sob os olhares do caricaturista, determinadas condutas aprovadas pelo governo com vistas a edificar um novo Rio de Janeiro configuravam, conforme a opinião de muitos, abuso de poder.

Esta simples charge exprime algo mais amplo que ocorria na antiga capital federal - tratava-se da indignação dos proprietários das casas marcadas para a demolição-, situadas nos principais pontos da cidade, em relação ao ínfimo valor pago a eles pela prefeitura. Tal medida era necessária para a concretização dos maiores objetivos da municipalidade, ou seja, a ampliação das principais vias urbanas, o que transformaria o seu aspecto viário, bem como a regeneração e a modernização do Distrito Federal.

Sendo assim, ao compararmos as informações disponibilizadas pela historiografia atenta a este momento de nossa história com o tratamento dado por

determinados chargistas ao bota- abaixo, pode-se concluir que um número significativo desses agentes da imprensa ilustrada condenou o autoritarismo de Passos, o qual teria exercido o seu mandato de forma ditatorial.⁴⁷ Percebe-se através do exame das charges veiculadas na imprensa ilustrada que suas ações e medidas, embora visassem o benefício da sociedade carioca, em geral, mobilizaram uma campanha contundente dos periódicos ilustrados, que, no caso d'*O Malho*, deu voz e conferiu um espaço de destaque às reivindicações dos que se sentiram prejudicados. A reforma da cidade que veio acompanhada pela demolição dos casarões, pardieiros e dos cortiços, os quais enchiam as vielas que cortavam o centro em diversas direções, suscitou uma violenta reação de determinados caricaturistas, que fizeram eco à indignação da população.



Os garantidos

- Eh! Eh! O tá prefeito está danado p'ra botá casa a baixo!
 - Quá! É só no centro da cidade, as casa dos graúdos. Nois cá no jogo da Bola podemos descançá e drumi assossegados lá quá o Papá Grande, lá do catete, si Deus quisé...

Fonte: *O Malho*, 9/07/1904, número 95.

Na última charge não assinada encontramos dois moradores provenientes das camadas populares do Rio de Janeiro, na qual identificamos determinados aspectos reveladores da sua condição social, bem como de suas perspectivas. Os pés descalços,

⁴⁷ Uma das maiores consequências do “bota- abaixo” foi o agravamento da crise imobiliária que já afligia os moradores do Rio de Janeiro desde o final do século XIX. Dos 179 volumes d' *O Malho* compulsados, quarenta e uma charges denunciaram os preços abusivos dos aluguéis, bem como o sofrimento da população que se viu obrigada a morar em quartos de cômodo superlotados que serviram de abrigos para famílias inteiras e o desespero geral dos trabalhadores diante da escassez de moradias salubres.

as vestes simples, o cabelo sem corte e as expressões faciais dos personagens denunciam gestos, comumente observados em situações desagradáveis e de desconforto, relacionados à preocupação com determinada situação. Acreditamos que o motivo de sua inquietação esteja diretamente relacionado à condição de liberto em um contexto de intensa capitalização e marcado pela predominância dos imigrantes nos melhores postos de trabalho. Embora a legenda da charge nos sugira o contrário. A temática desta charge versa sobre as consequências do bota- abaixo para os setores menos favorecidos que habitavam a então capital da República. Sabe-se que a sua principal consequência foi o deslocamento da população pobre do centro para os morros e as áreas periféricas da cidade. *Os garantidos*, personagens representados na charge, afirmam que eles não precisariam se preocupar com o decreto do governo, pois somente as casas dos “graúdos”, os cariocas que habitavam as áreas centrais, seriam demolidas. Por esta razão, poderiam ficar aliviados por não terem suas moradias afetadas, já que se encontravam distantes não só da área central da cidade, região que se constituiu no foco das reformas urbanísticas e das demolições, mas também das autoridades públicas e das instâncias decisórias, não encontrando formas estratégicas de pressionar o governo a seu favor.

Os aspectos que podem ser inferidos dessa charge dialogam, em grande medida, com os pressupostos teóricos sustentados por Eduardo Silva e por June Hahner. No que diz respeito às formulações teóricas de Silva, tem-se acesso às principais demandas do povo encaminhadas pela coluna do *Jornal do Brasil*, *As queixas do povo*, bem como aos principais desdobramentos da política de transformação urbanística do Rio de Janeiro⁴⁸. Nesta perspectiva, somos informados por Silva sobre os fatos que se relacionaram ao início do processo de favelização da antiga capital e ao agravamento da crise habitacional na cidade. Conforme suas referências, as favelas despontavam gradualmente e, no momento em que foram deflagradas as primeiras medidas com vista à demolição das moradias condenadas, a população começou a subir as encostas dos muitos morros e a construir suas moradias precárias. Um dos mais povoados era o Morro da Favela, o qual acabaria cedendo seu nome a todos os morros que abrigaram a população pobre do Distrito Federal. Os projetos urbanísticos empreendidos por Rodrigues Alves e Passos priorizaram a construção do porto, da Avenida Central, e o combate à febre amarela, por Oswaldo Cruz, medidas que permitiriam novas

⁴⁸ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

perspectivas para a evolução urbana. De acordo com suas reflexões, dentre as prováveis consequências dessa reforma de amplo alcance, é possível afirmar que a principal foi a expulsão dos pobres do centro para os morros. O deslocamento desses grupos para as favelas teria sido um dos principais reflexos deste processo de modernização e reformulação do aspecto urbano do Rio de Janeiro.

Silva nos adverte que o cenário carioca sofrera alterações significativas desde o início do século XX, por ser a maior cidade do Brasil, crescia num ritmo vertiginoso.⁴⁹ O êxodo rural resultante da abolição da escravatura e a migração estrangeira contribuíram para esse aumento populacional. Como observa o autor, a cidade registraria, entre 1872 e 1890, o maior salto demográfico de sua história, o que significava quase a duplicação da população em apenas dezoito anos. Contudo, esse crescimento teria se manifestado de maneira desordenada, o que significava o agravamento das dificuldades de circulação impostas pelas condições geográficas e de habitação inerentes à cidade.

Ao refletir sobre as questões políticas e sociais mais candentes durante os anos iniciais do século XX, June Hahner apresenta-nos determinadas peculiaridades acerca das ações do poder republicano⁵⁰. De acordo com a perspectiva da autora, muitos subúrbios não contavam com serviços urbanos básicos, como sistema de esgoto ou entrega de correio. Nesse sentido, até mesmo os fornecimentos de água e gás permaneciam altamente inadequados e ineficazes, assim como a proteção da polícia e dos bombeiros. Hahner conclui que, apenas em época de eleição, os funcionários do governo pareciam lembrar-se dos moradores dos subúrbios. No entanto, suas queixas sobre os burocratas arrogantes e o ‘abandono’ pelo governo demonstravam uma habilidade em protestar e uma expectativa de ação reparadora encontrada com menos frequência entre moradores das casas de cômodos do centro da cidade.

Dentre os historiadores que empreenderam esforços para analisar, de maneira crítica, o processo de renovação urbana pelo qual passou o Distrito Federal, merece relevo a obra “Pereira Passos: um Haussmann tropical” de Jaime Benchimol.⁵¹ Com forte influência dos recursos teóricos marxistas, Benchimol apresentou, com riqueza de detalhes, o contexto anterior à reforma, bem como o seu desenrolar. Obra de referência

⁴⁹ Idem, p. 87.

⁵⁰ HANNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: EDUNB, 1993. P. 184-185.

⁵¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

sobre esta temática, nela é possível encontrar tanto reflexões mais gerais acerca desse processo de transformação do tecido urbano da cidade, como especificidades a respeito de quais ruas sofreram maiores alterações em seu desenho original, quais trabalhadores circulavam nesses trechos, entre outros aspectos.

Durante a segunda metade desse século, a população do Rio testemunharia o crescimento populacional, a crise habitacional, os surtos epidêmicos, tendo que conviver com o aumento da circulação de mercadorias no porto em suas ruas estreitas e congestionadas. Ademais, o autor chama a atenção do leitor para as particularidades do centro da cidade, local onde era possível encontrar um número considerável de cortiços, as casas de cômodos, pequenas oficinas artesanais, escritórios de grandes companhias, casas de comércio, prédios públicos, bancos, entre outros. A conclusão do trabalho de Benchimol mostra-se interessante, na medida em que percebe que essa utilização do espaço já não atendia aos interesses dos capitalistas estrangeiros e brasileiros, tampouco aos projetos modernizadores do Estado republicano. Sendo assim, todos esses fatores em conjunto influenciaram, com maior ou menor intensidade, a realização das reformas.⁵²

Cabe destacar, ainda, as análises esclarecedoras que o autor fez a respeito do papel do Estado nesse processo. Considerando que as obras foram levadas a cabo por uma ação conjunta dos governos federal e municipal, Benchimol faz a seguinte observação:

“(…) a expropriação ou segregação de um conjunto socialmente diferenciado de ocupantes de um espaço determinado da cidade – modificado pela ação do Estado – e sua apropriação por outras frações de classe. Essa ‘transferência’ realizou-se por intermédio de mecanismos de expropriação e valorização acionados diretamente pelo Estado”.⁵³

⁵² O autor ressalta que Passos, ao mesmo tempo em que remodelava, junto com o governo federal, a estrutura física da cidade, semeava um cipoal de interdições para banir “velhas usanças” incompatíveis com este ideal de civilização. Nesta perspectiva, quis alterar formas de trabalho e lazer, costumes e hábitos arraigados no tecido sociocultural da cidade. Sob a ótica de Benchimol, seus decretos serviram para descarregar boa parte do ônus da modernização sobre as camadas populares. O historiador conclui que fosse a intenção banir ambulantes e artesãos, ou formas arcaicas de distribuição e transporte, fosse apenas arrecadar recursos, o fato é que Pereira Passos usou de todo o rigor contra esses segmentos mais vulneráveis da população, para os quais o pagamento de licenças ou multas representava, muitas vezes, encargo insustentável. BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Vol.1. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. P. 263-264.

⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 245.

Os grupos sociais segregados dos quais fala o autor eram constituídos por trabalhadores e membros da pequena burguesia, proprietária de pequenos estabelecimentos comerciais e de habitações coletivas, que não tinham condições financeiras de habitar na região modernizada, cujos terrenos foram supervalorizados em virtude das obras realizadas. Nesse sentido, suas conclusões são relevantes para o entendimento das charges veiculadas ao longo do ano de 1904, uma vez que o autor percebe o “bota- abaixo” como a medida responsável por desarticular uma “trama complexa de relações sociais”. Ao desapropriar e demolir diversos prédios, a vida dos que trabalhavam e residiam no centro da cidade foi alterada de maneira significativa.

Neste sentido, tomando como referências as conclusões das pesquisas que investigaram a conjuntura de modernização do Rio de Janeiro e as ações executadas conjuntamente pelos governos federal e municipal, no que diz respeito ao oferecimento dos serviços públicos básicos às freguesias suburbanas e a análise da última charge, pode-se concluir que, sob a perspectiva do caricaturista, esses setores estavam totalmente à mercê do poder público. As charges propagadas pelo diário carioca salientaram a revolta dos moradores dos arrabaldes em relação às primazias contempladas pela gestão de Pereira Passos, que deixou para o final do seu mandato, os melhoramentos na infraestrutura dessas áreas da cidade. Tal descaso ficaria ainda mais evidente, no ano de 1906, momento em que as inundações assolariam aquelas zonas do Distrito Federal. Contudo, tais questões serão objeto de nossa análise no próximo capítulo.

Nesta perspectiva, o caricaturista retrata o esquecimento das autoridades em relação àqueles grupos da sociedade carioca, uma vez que os investimentos públicos estavam sendo canalizados, naquele momento, para a consolidação de uma imagem civilizada e progressista da região central e dos outros bairros mais valorizadas da cidade. Outra questão que nos leva a acreditar na viabilidade dessa alternativa diz respeito à perspectiva de um dos personagens, visto que para ele a população que residia no centro do Rio de Janeiro era vista como “graúda”. Em primeiro lugar, tal concepção pode estar relacionada ao fato de eles se verem completamente desassistidos pela política municipal. Em segundo lugar, por estarem distantes do centro do poder, o Palácio do Catete, não acreditavam na possibilidade de a Reforma Urbana e os

benefícios à saúde proporcionados por ela serem estendidos à população dos confins da cidade.⁵⁴

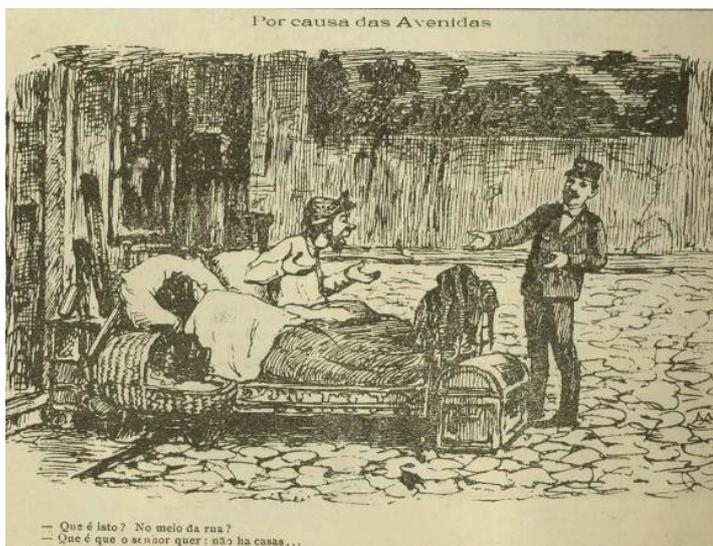
Nessa perspectiva, acreditamos que os “*garantidos*” poderiam ser vistos, ironicamente, como os esquecidos pelo poder republicano, já que a legenda da charge nos permite concluir que os governos municipal e federal (Papai Grande) falharam na observância do seu dever de fiscalizar a prestação de serviços públicos nos espaços mais afastados da antiga capital federal.

Através do que foi apresentado nas últimas charges, que tratam diretamente das diferentes implicações e perspectivas acerca do “*bota- abaixo*”, a primeira imagem nos mostra os desdobramentos das demolições dos casarões e cortiços situados nas áreas centrais sobre a vida dos trabalhadores e proprietários, setores que estavam perdendo suas casas para dar lugar à concretização da Reforma Urbana. Em contrapartida, como se constata facilmente na última charge, os miseráveis estavam livres da demolição, por estarem tão à margem da sociedade, até a reforma urbana não os atingia. Ou seja, sob os olhares desse caricaturista, os negros com pouca qualificação que habitavam as zonas periféricas do Rio de Janeiro estavam distantes de conhecer qualquer benefício proporcionado pelas políticas públicas. Essas imagens nos apresentaram uma interessante realidade, na medida em que são reveladoras dos grupos sociais que tiveram o ritmo de suas vidas alterado pelo processo de reformulação urbana da capital, em maior ou menor grau, e, ao mesmo tempo, nos oferece diferentes pontos de vista acerca da maneira como foram afetados. Por outro lado, ela nos sugere que, a despeito de esse processo de modernização ter engendrado uma intensa crise habitacional e o deslocamento dos trabalhadores para os subúrbios e morros do Distrito Federal, esses grupos, por estarem mais inseridos no cotidiano da cidade, possuíam maiores possibilidades de reconstruírem suas vidas, quando comparados aos libertos que habitavam as freguesias suburbanas.

Para que possamos visualizar a forma como os cartunistas representaram o quadro social dos brasileiros pobres, no ano de 1904, foram selecionadas mais charges que servem perfeitamente para as análises que se desejam. Tais figuras apresentam

⁵⁴ Foram difundidas aproximadamente 29 charges, nos 179 volumes compulsados, as quais exploraram os traços dos brasileiros que eram completamente despossuídos, algumas das quais conferiram destaque aos grupos que vinham da região Norte para o Rio de Janeiro em busca de um posto de trabalho e de novas perspectivas. Essas charges recuperaram também as feições daqueles que estavam mergulhados num quadro de miséria, fome e que sobreviviam dos pequenos biscates. Tais setores estavam, portanto, à margem da sociedade carioca.

como eixo temático a incidência das medidas e dos reflexos relacionados à política de demolições sobre os habitantes do Distrito Federal.



Por causa das Avenidas

- Que é isto? No meio da rua?

-Que é que o senhor quer: não há casas...

Fonte: *O Malho*, 28/05/1904, número 89.

Na charge acima não assinada o caricaturista confere destaque a uma cena passível de ser observada a partir de meados de 1904, momento em que se encerrara a negociação da compra dos casarões, porões e cortiços situados nas freguesias centrais do Rio de Janeiro e, paralelamente, ganhava ímpeto a política de demolições liderada por Passos. É possível perceber que o cartunista se vale de uma metáfora para mostrar um casal que faz das ruas da cidade sua casa, uma vez que não tiveram tempo suficiente ou dinheiro para pagar o aluguel de outra moradia. Por outro lado, o chargista ao se utilizar dessa metáfora pode ter tido a intenção de alertar as autoridades para a iminência de tal situação, ou seja, a presença de pessoas morando nas ruas do Rio de Janeiro poderia se tornar um fato corriqueiro, tendo em vista a ausência de incentivos por parte da Municipalidade em apoiar a construção de moradias populares para as vítimas do bota-abixo.

Como vimos anteriormente, as demolições eliminaram um número significativo de habitações ocupadas pelos trabalhadores, que não teriam mais condições de ter endereços na região renovada, cujos terrenos foram supervalorizados em virtude das grandes obras e das benfeitorias realizadas. Assim, além da ocupação dos morros e das zonas mais distantes do centro da capital, as ruas da cidade seriam, temporariamente, os novos lares de determinados brasileiros. Contudo, o levantamento realizado permite-nos afirmar que, a partir de 1905, a locação das casas de cômodos e de quartos mais modestos, que teriam de abrigar famílias inteiras, foi a solução encontrada por muitos deles.



Em família

Mas afinal, si a casa tem de ser demolida, para que continuamos nela!

- Nada, por teima. É só para mostrar que não mudamos assim, por bons modos...

Fonte: *O Malho*, 14/05/1904, número 87.

Na última imagem humorística executada por Calixto Cordeiro encontramos uma família carioca reunida, com um aspecto triste e preocupado, pois sua casa seria alvo do decreto do governo. No entanto, o desenhista ressalta a oposição da família ao abandonar o seu lar e a ironia dessa charge reside, exatamente, no fato de a matriarca afirmar que eles não abandonariam aquela casa em respeito aos bons modos, o que acabava por contradizer a realidade, uma vez que eles seriam obrigados pelo poder municipal a deixar aquela casa condenada. Por outro lado, percebemos que, para esse caricaturista, o povo não aceitaria facilmente as decisões e negociações com a Prefeitura, que alterariam de forma significativa os rumos de suas vidas, traçando estratégias criativas de resistência às mudanças empreendidas.

Convém ressaltar que a ironia dessa charge localiza-se na desculpa dada pela matriarca para não abandonar o seu lar, tendo em vista que o apelo aos bons modos os impediria de viver nas ruas. Tal chiste relaciona-se ao fato de os cronistas e caricaturistas destacarem em suas crônicas e charges, que os homens e mulheres deitados pelo chão e os bêbados, dentre outros problemas relacionados à moral e à

higiene, eram responsáveis pela má fama da então capital, fatores que iam de encontro aos bons costumes e com a imagem civilizada que se pretendia consolidar da cidade.

Com efeito, percebe-se que os desdobramentos das desapropriações foram amplamente representados pelo ângulo do humor, tema que adquiriu um espaço ainda maior na imprensa ilustrada a partir de maio de 1904, momento em que as demolições das construções condenadas pelas autoridades públicas ganharam um novo ímpeto e um ritmo cada vez maior.

A expressividade do volume de charges que tratam desse tema leva-nos a acreditar que os cartunistas tanto repercutiram os acontecimentos políticos e sociais, como cumpriram o papel de ator social, colocando em xeque o desafio de governar um país que ainda conservava os resquícios de uma sociedade escravista e que, ao mesmo tempo, testemunhava um momento de modernização capitalista. A partir da análise de suas inúmeras charges, é possível aventar duas possibilidades: a primeira corresponde à noção de que os chargistas d'*O Malho* se apropriaram dos debates acerca da renovação urbana do Rio de Janeiro, tomando partido daqueles que se sentiram lesados pela reforma. De igual maneira, a segunda possibilidade relaciona-se ao fato de as perspectivas dos chargistas refletirem os valores, símbolos e simpatias políticas compartilhadas entre os demais profissionais vinculados à imprensa ilustrada, principalmente o editor e o proprietário da revista. É provável que o conteúdo e a estrutura narrativa de diversas charges e caricaturas tenham sido resultado dos acordos firmados entre o editor e o governo, bem como dos debates e reuniões que aconteciam na redação do periódico, o que acabava reduzindo o nível de autonomia desses profissionais do humor. É inegável a influência assumida pela opinião dos editores e dos pactos que se estabeleceram entre os governos e os proprietários de jornais e revistas na produção caricatural de nosso país ao longo do século XX. Rodrigo Patto de Sá Motta, ao analisar as charges veiculadas no contexto anterior ao golpe de 1964, afirma que essas imagens expressaram, mais do que a opinião do autor, o ponto de vista do jornal ou periódico em que foram publicadas. Nesse sentido, o historiador chegou à conclusão de que muitas caricaturas foram produto de discussões travadas na redação, gerando ideias que acabaram corporificadas nos desenhos⁵⁵.

Cabe salientar, por sua vez, que o fundador do periódico *O Malho*, o jornalista mineiro Luís Bartolomeu de Souza e Silva passou pela Escola Militar da Praia

⁵⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006

Vermelha, apresentando um histórico de ingresso no Batalhão dos Jovens Republicanos, fatores responsáveis pela formação de uma cultura política favorável às ideias republicanas associadas ao positivismo no fim do Império. Portanto, é provável que o discurso das charges, bem como a utilização de símbolos presentes nos discursos dos caricaturistas, guarde relações com as simpatias políticas do fundador da revista, opositor ao governo de Rodrigues Alves e, portanto, à grande parte das ações e medidas executadas por ele. É possível que Luís Bartolomeu apoiasse o retorno dos militares ao poder.

É interessante ressaltar, também, que o coproprietário da revista, o senador Antônio Azeredo apoiou a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República no ano de 1910, enquadrando as charges políticas do seu diário à consolidação da imagem do candidato como sendo o presidente ideal para o Brasil. Este fato leva-nos a acreditar na viabilidade da segunda alternativa e serve de parâmetro para a compreensão de que as charges d’*O Malho* espelham, em grande medida, o resultado das alianças que se firmaram entre os governos republicanos e os coordenadores do diário que sobreviveu até 1954.



A temperatura
- Dizem que é ótimo passar o dia em casa.... Mas de quem?

Fonte: *O Malho*, 19/03/1904, número 79.

A charge acima executada por Calixto Cordeiro mostra-nos um brasileiro pobre que, aparentemente, ficara sem moradia por ter sido uma das vítimas do “bota- abaixo”. Assim, percebe-se que os desenhistas registraram, com riqueza de detalhes, os reflexos e as consequências das ações governamentais em prol do embelezamento da cidade sobre a vida dos segmentos menos favorecidos. Tais projetos acabaram atrapalhando a já difícil vida desse setor.

A análise desta imagem permite-nos concluir que os brasileiros mais fragilizados acabaram sendo os maiores prejudicados com a Reforma Urbana do Rio de Janeiro. Por outro lado, a recorrência deste tema na produção caricatural durante o ano de 1904, leva-nos a acreditar que, sob a perspectiva de determinados cartunistas, poucos foram capazes de encontrar novos lares em um curto espaço de tempo, tendo em vista que foi pequeno o período que separou o início da negociação do governo com os proprietários dos casarões e cortiços do centro da cidade, do momento em que foram deflagradas as demolições daquelas moradias condenadas pelo poder público.

Alguns trabalhos que foram feitos tendo o Rio de Janeiro da Primeira República como objeto de análise resgataram as diferentes perspectivas existentes acerca da modernização pela qual o Brasil passava através da análise das crônicas escritas por seus contemporâneos. No que se referem às transformações urbanísticas vivenciadas pelos habitantes dessa cidade, o trabalho realizado por Mônica Velloso, *Modernismo no Rio de Janeiro* é referência obrigatória para que se possa enxergar a dualidade desse processo de modernização que incidiu sobre os cariocas de forma tão controversa e desigual⁵⁶. A autora se valeu das crônicas de Lima Barreto e de João do Rio que, apesar de apresentarem perspectivas diferentes, viram a modernização urbana como fator responsável pelo desaparecimento das tradições populares e da própria memória cultural da cidade. Neste sentido, como explica a autora, prevaleceu em suas crônicas a presença de uma visão cética da modernidade, que apareceu sob a forma de ironia, no caso das crônicas de Lima Barreto, e traduziram-se em desencanto nas reflexões realizadas por João do Rio. Assim, a perspectiva que predominou entre determinados intelectuais que testemunharam as mudanças que ocorreram naquele contexto era a de que o Rio de Janeiro se tornara uma cidade culturalmente cindida.

Esta mesma impressão pode ser inferida, quando o eixo de inflexão recai sobre o exame das charges difundidas durante os primeiros anos do século XX. A pesquisa realizada permite-nos afirmar que os caricaturistas registraram a Reforma Urbana da capital, como sendo a grande responsável pela desestruturação da vida, dos costumes e da rotina das camadas subalternizadas da então capital do Brasil. Nesse sentido, percebe-se que esse período foi marcado pela construção de um discurso de questionamento do ideal de progresso, tão perseguido e almejado pelas elites e pelo poder republicano, bem como de críticas referentes à forma como se encaminhava as

⁵⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

verbas públicas. Desta forma, notamos que os caricaturistas viram esse segmento como estando desiludido com a política de nosso país e com as feições assumidas por esse processo de modernização, excludente e desigual.

Um conjunto expressivo de charges veiculadas durante o ano de 1904 foi obra da imaginação fértil e dos traços acurados de Calixto Cordeiro, um dos caricaturistas mais conhecidos do período em questão e um dos que mais se dedicou a registrar a imagem do povo em face do quadro de transformações urbanísticas e da mentalidade carioca. Ao construir seus discursos políticos, o desenhista buscou lançar mão de uma linguagem simples, sem a utilização de muitas figuras de linguagem. Assim, parece-nos que este artista teve como fonte de inspiração as cenas e os tipos cariocas mais comuns, passíveis de serem vistos, com frequência, nas ruas da então capital federal. O desenhista dedicou-se a explorar, nos primeiros anos do século XX, traços, cenários, recursos plásticos e personagens de fácil identificação, talvez, dada a expressividade do número de analfabetos e iletrados durante a Primeira República e, a partir daí, percebe-se a necessidade de construção de um discurso inteligível e que mostrasse um campo cultural e social que dialogasse com os signos daquele mundo *underground* dos segmentos populares que habitavam a capital.

Na qualidade de chargista político de um periódico de circulação nacional, desenhistas como Calixto adquiriram a condição de interlocutores privilegiados no interior da sociedade e da esfera pública em que se desdobrava o debate em torno das questões sociais e políticas mais candentes. Isso ocorreu porque, assim, lhes era facultada a possibilidade – não apenas de difundir a notícia, mas, também, – de veicular a sua opinião sobre as questões do momento, sobretudo relacionadas ao quadro sociopolítico em torno do qual dedicava os seus traços diariamente. Conseguindo, igualmente, fazer com que suas mensagens adquirissem uma influência muito maior do que a das crônicas e obras que circularam, naquele momento, uma vez que a mensagem visual é comunicada mais facilmente.

1.3- A elite e os famintos: o convívio entre ricos e pobres na capital da República

No presente estudo, dentre vários aspectos instigantes da sociedade carioca propagados pelas charges que circularam nas diversas regiões do Brasil durante a Primeira República, dignos de serem avaliados, merecem relevância e um espaço de destaque nesta abordagem as perspectivas de determinados representantes da elite carioca sobre os setores menos favorecidos da cidade. Neste sentido, ao nos voltarmos

para o exame atento dessas imagens, pode-se verificar que há determinadas charges que retratam a preocupação das camadas socialmente favorecidas com o número significativo de vítimas da pobreza e da fome durante os primeiros anos do século XX. Ao mesmo tempo, percebemos que esse segmento social convoca, de forma direta, uma ação mais efetiva do poder público no sentido de minimizar o impacto das rápidas transformações sociais e econômicas sobre a vida dos brasileiros pobres.



- Ora esta! O governo, em vez de acudir aos famintos, manda fazer uma estrada de ferro para aumentar-lhes o mal!
- Não percebo.
Percebe-se logo, homem! É que o governo trata de devorar o espaço...
Fonte: *O Malho*, 5/03/1904, número 77.

Esta charge elaborada por K.lixto confere destaque à indignação de um morador do Rio de Janeiro no que tange à forma como o governo conduzia o emprego das verbas públicas durante o mandato de Rodrigues Alves, à frente do governo federal e Pereira Passos, no âmbito municipal⁵⁷. É interessante ressaltar que os trajes e a conversa regida pela norma culta da língua portuguesa, elementos dos quais faz uso o desenhista na elaboração do seu discurso político, são indícios que nos sugerem que o diálogo ocorre entre dois representantes dos setores mais privilegiados da sociedade carioca.

Convém salientar que, naquele momento, o dinheiro público tinha como principais fins o embelezamento e o combate à insalubridade do Distrito Federal, bem como a melhoria da infraestrutura e da rede de transportes na esfera nacional. É possível identificar nessa imagem a construção de uma mensagem contrária ao destino dado pelo poder republicano às verbas públicas que, conforme representa o chargista, não eram apenas os brasileiros carentes que tinham interesse em vê-las sendo utilizadas ao seu

⁵⁷Foi durante a gestão de Passos que o Brasil anexou o território do Acre, após um acordo com a Bolívia, negociado pelo Barão do Rio Branco, e que determinava que o Brasil pagasse àquele país dois milhões de libras esterlinas e construiria a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A questão do Acre foi finalizada com a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903). *Francisco de Paula Rodrigues Alves* (1848-1919). Disponível em: www.dec.ufcg.edu.br. Acessado em maio de 2013.

favor. Como se constata na charge, na visão dos mais abastados, o dinheiro deveria ter como prioridade a melhoria das condições de vida dos pobres.

Através dos gestos e das expressões faciais do personagem que aparece em primeiro plano nesta charge, Calixto Cordeiro (K.lixto) representou o desejo de o carioca colocar um fim ao projeto do governo federal de construção da estrada de ferro Madeira- Mamoré, por onde seria escoada a produção de borracha. Somado a isso, de acordo com a perspectiva do caricaturista, este personagem repercute a opinião compartilhada entre determinados brasileiros quanto à necessidade de o chefe do Executivo Federal adotar medidas eficazes que fossem ao encontro das demandas dos setores menos favorecidos. Muito embora os gestos, as feições e a ausência de informação por parte do outro personagem representado nesta imagem constituam-se em aspectos reveladores de sua indiferença.

A posição da mão do personagem, bem como seus olhos assustados e sua testa contraída demonstram a sua irritação e nos dão a impressão de que o seu objetivo era acabar com aquele descaso do poder público para com o enorme contingente de pessoas desempregadas, famintas e desabrigadas que eram observadas constantemente nas ruas do Rio de Janeiro.

A charge abaixo não assinada traduz a preocupação de alguns brasileiros, que viviam na capital da República, em face do quadro de pobreza e do esquecimento com os quais a população do Norte do país se viu obrigada a conviver, desde que se observara a intensificação do processo de modernização e capitalização da região sudeste e, conseqüentemente, a grande concentração de brasileiros nesta região.

Como vimos, o Rio de Janeiro vivenciava a sua *Belle Époque*, representada pela edificação de belos teatros e os encontros da elite carioca nos cafés centrais e salões culturais da cidade, bem como pelos banquetes realizados em virtude da inauguração das obras do porto e da Avenida Central. Assim, a região do Norte do país funcionava como contraponto ao Sudeste do Brasil, especialmente em relação à capital federal, espaço que, como vimos, testemunhava a sua *Belle Époque*. Nesse sentido, localizamos mais uma charge, a qual funciona como um instrumento de denúncia social quanto ao descaso do governo federal para com a população do Nordeste do Brasil, região historicamente marcada pela seca e que convivía com o aumento das disparidades regionais, muito embora algumas obras fossem iniciadas em Belém, Recife e Salvador. Contudo, como veremos esta região não conseguiu acompanhar o progresso observado na região sul do Brasil. Conforme as referências propagadas em determinadas crônicas

que circularam na época, até a penúltima década do século XIX, ainda se equilibravam as populações das duas grandes zonas geográficas. No entanto, em 1900, as populações de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, praticamente triplicaram, aumentando a diferença em relação ao número de habitantes daquela região.



Comentários

- Foi um banquete monstro!

-É isso! Aqui um banquete desses, uma comezaina que nunca mais acabava, e lá no Norte gente morrendo à fome...

Fonte: *O Malho*, 2/04/1904, número 81.

Outro elemento identificado através da análise dessa representação humorística reside na percepção do desenhista acerca da consciência e do incômodo existente entre os cariocas sobre os contrastes sociais do Brasil. No Rio de Janeiro, a despeito de a pobreza se encontrar atrelada a uma série de fatores, como por exemplo, a dificuldade de os cariocas obterem um posto de trabalho na cidade, em virtude do acirramento da concorrência no mercado de trabalho, dadas as circunstâncias marcadas por um processo de rápida mudança econômica, os pobres puderam desfrutar dos melhoramentos urbanos e das suas festas de inauguração, no início do século XX.⁵⁸ Paralelamente, esse segmento social gozou de certa proximidade em relação às instâncias de poder, encontrando caminhos promissores e alternativas reais para reivindicar e encaminhar suas demandas aos gestores públicos. No entanto, como se constata, sob os olhares vigilantes deste chargista, a população do Norte do país permaneceu esquecida pelas autoridades públicas, ficando sem ter acesso a determinadas prerrogativas acessíveis aos habitantes do Distrito Federal.

⁵⁸ Dos 179 periódicos analisados, constam aproximadamente dezesseis charges que tratam diretamente do desemprego na capital federal e/ou apresentaram para os leitores o quadro social dos desempregados que viviam na cidade, alguns dos quais sobreviviam graças à mendicância ou à assistência oferecida pelas irmandades religiosas.



Os Retirantes

-Chegaram um bocadinho tarde... Si viessem alguns dias antes, pilhariam metade do avanço das inaugurações...

Fonte: *O Malho*, 9/04/1904, número 82.

A narrativa humorística traçada por Raul Pederneiras reflete, em grande medida, a discussão travada anteriormente, haja vista que, mais uma vez, nos deparamos com uma charge que tem como ponto de partida a visão do autor sobre o quadro de penúria e declínio no qual a população do Norte estava inserida. As feições dos personagens que deram voz ao sofrimento da população que habitava essa região mostram-se tristes, desanimadas e abatidas, provavelmente em virtude da decadência econômica do nordeste, bem como da perda de prestígio político por parte das antigas lideranças, as quais não conseguiram se promover com as inaugurações que ocorreram durante o mandato de Rodrigues Alves.

A única personagem política retratada é Rodrigues Alves, devidamente identificado com a alusão ao seu programa de governo, o *Avança*. Sua opinião era a de que os nordestinos haviam chegado tarde demais, e não conseguiriam uma oportunidade nas obras públicas, que foram responsáveis pelo aumento dos postos de trabalho existentes na capital federal, tampouco conseguiram desfrutar dos banquetes que inauguraram as obras do Porto do Rio de Janeiro. Por um lado, esta charge de Raul Pederneiras pode estar relacionada à frustração dos brasileiros que habitavam o norte do Brasil, em virtude da fome, do esquecimento dos poderes públicos e da seca, fenômeno responsável pelo processo migratório do interior flagelado para os centros urbanos mais importantes econômica e politicamente, neste caso para o Rio de Janeiro. Por outro lado, a intenção do cartunista pode ter sido a de mostrar a perda do prestígio político e da importância econômica da região norte do Brasil, ao mostrar o desespero de alguns

setores que moravam nos locais distantes do Distrito Federal, nesse caso parece tratar-se de antigas lideranças regionais.

A partir destas referências, pode-se constatar que os chargistas da revista *O Malho* apresentaram à população de leitores através de uma linguagem bem simples, inteligível para a maioria da população, as contradições e os conflitos de um país de dimensões continentais que se conclamava como sendo civilizado e moderno e, no entanto, convivia lado a lado com a pobreza, o infortúnio e o descaso do governo federal para com o quadro social e as demandas dos habitantes das outras regiões. Nesse sentido, fica muito claro o desejo de os desenhistas do referido periódico de mostrar a dualidade do processo de modernização do Brasil e, sobretudo da sua capital. Parece-nos que a intenção do seu discurso consistiu em apontar para os leitores que o Brasil conservava os traços arcaicos em sua diversidade regional, concentrados especialmente na região norte, da mesma forma que não era composto apenas de seus estados com a economia mais pujante ou de seus modernizados centros urbanos em expansão naquele contexto. Havia também os setores menos favorecidos que habitavam o campo, dominados por uma sociedade na qual prevaleciam os traços oligárquicos e testemunhava um longo processo de decadência. Por outro lado, as grandes cidades eram dominadas por figuras como o *Zé Povo*, o homem pobre, o subempregado, o operário, o estivador e o desempregado à margem da sociedade, que mendigava dinheiro e a atenção dos poderes públicos, convivendo com uma série de problemas sociais. Como se percebe, existiu uma preocupação sociológica entre os desenhistas d'*O Malho* em documentar os contornos tão diversificados do Brasil, das suas diferentes e extensas regiões e, por fim, do quadro social dos brasileiros durante os anos iniciais do século XX.



As Madamas que Assitem

Tomara já que se instale o Ofício de Assistência Pública. Não é possível assistir-se a tanta gente desassistida... de meios pagantes.

Fonte: *O Malho*, 25/06/1904, número 93.

Na imagem em destaque, o chargista que se utilizou de pseudônimo, apresenta-nos uma senhora abastada que demonstra a sua preocupação com a quantidade significativa de pobres e com a miséria dos mesmos na capital do Brasil. Ela torce para que o governo assuma a resolução dessas questões sociais e instale, imediatamente, o Ofício de Assistência Pública⁵⁹. Assim, a primeira hipótese sugerida, tendo como referência a interpretação desta charge, relaciona-se ao fato de a presença de um grande contingente de pobres e mendigos nas ruas do centro do Rio de Janeiro, região que concentrou os benefícios provenientes da reforma urbana, representasse, com frequência, uma fonte de mal-estar e incômodo para as elites, que costumavam frequentar os teatros, os salões, os cafés daquela área da cidade. Desta forma, tal possibilidade nos sugere que o desenhista pode ter conferido destaque às opiniões elitistas, ressaltando a insatisfação da “senhora” em ter que conviver diariamente com tantos pobres no Distrito Federal.

⁵⁹ Cláudia Maria Ribeiro Viscardi destaca que, de acordo com os relatórios feitos por Athaulpho de Paiva, desembargador atento às causas sociais, o prefeito Pereira Passos criou, em 1903, o Ofício Geral de Assistência, com o fim de conferir certo nível de sistematização aos socorros existentes no Rio de Janeiro, mantendo, no entanto, a autonomia das diversas instituições privadas de caridade. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. História, Ciências, Saúde- Manguinhos vol.18 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702011000500010&script=sci_arttext. Acessado em abril de 2013.

Por outro lado, é possível considerar a existência de outra hipótese. Tal possibilidade guarda relações com o fato de que, para os desenhistas, a elite poderia não ser indiferente à presença e à quantidade de pessoas, que sofriam com a miséria, com a dificuldade de aquisição dos produtos básicos, necessários a sua subsistência. O objetivo do chargista pode ter consistido em retratar a indignação da elite com a inoperância do serviço público em face do número elevado de pessoas desassistidas e, a partir daí, repercute a sua opinião quanto à necessidade de convocar o governo a agir a favor dos mesmos. Assim, caso a iniciativa do Ofício de Assistência Pública se tornasse mais efetiva, haveria um benefício para todos os segmentos sociais. De um lado, a existência de uma instituição que amparasse os segmentos mais carentes do Distrito Federal facilitaria as suas condições de reprodução material e, do outro, tornaria o centro e as demais áreas da cidade, menos triste e desigual.

A primeira hipótese é a mais plausível, tendo em vista a ambiguidade da linguagem humorística e ao fato de que sua ironia se localiza na defesa da senhora quanto à necessidade de se instalar o Ofício de Assistência Pública, pois suas ações reduziriam o número crescente de pessoas empobrecidas que transitavam sem rumo e mendigando ajuda e dinheiro pelas ruas do Rio de Janeiro. Tal interpretação também se relaciona à noção de que a pobreza e a miséria constituem elementos de incômodo para a sociedade em geral.

Ao lado do grande contingente de desempregados que engrossavam as filas em busca de assistência do governo, encontravam-se os subempregados e os trabalhadores que mal ganhavam para prover o seu sustento e pagar os impostos. Vale ressaltar que a maioria dos operários convivia com uma rotina marcada pelas longas jornadas de trabalho, com poucas possibilidades de descanso e lazer, não contando com qualquer expressão de políticas sociais encaminhadas pelo poder republicano. Assim, como muito bem observou Claudio Batalha, aquele trabalhador que não contasse com um fundo beneficente da empresa, ou que não contribuísse por sua própria iniciativa para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência comprometida, uma vez que não poderia contar com nenhum amparo previsto em lei.⁶⁰ No entanto, Batalha salienta a diversidade de situações encontradas nos diferentes Estados e entre os profissionais mais especializados e os menos qualificados.

⁶⁰ BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. P. 11.

No que diz respeito às reflexões sobre a caridade e às instituições que amparavam os pobres da cidade do Rio de Janeiro da Primeira República, o trabalho empreendido por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi se constitui em uma importante referência.⁶¹ Como ressalta a historiadora, nas primeiras décadas do século XX, destacou-se na sociedade civil brasileira, a atuação de intelectuais, políticos, lideranças religiosas ou leigas que, preocupados com a situação de uma crescente multidão de desvalidos, mobilizavam seus recursos - materiais e imateriais - para socorrer as vítimas do pauperismo. Este grupo de reformadores atuou como filantropos, sugerindo políticas públicas a adotar no combate à pobreza.

Seu método de análise é muito interessante, na medida em que recupera as ideias preconizadas por Athaulpho de Paiva, nas quais constam importantes referências acerca da atuação dos filantropos responsáveis pela edificação de obras de caridade. Seus relatórios sugerem que a situação dos destituídos no Brasil estava relacionada ao absoluto descaso. A pesquisadora salienta que a avaliação de Paiva traduziu a necessidade de se promover uma ampla reforma na ajuda aos desassistidos no Brasil, sobretudo no que tange à organização. Athaulpho de Paiva conferiu destaque em suas reflexões ao projeto de se criar um instituto voltado para a organização de toda a assistência social, evitando-se a fragmentação de iniciativas assistenciais. Tal iniciativa foi proposta primeiramente pelo ministro J.J. Seabra, no governo presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906). Contudo, a ausência de métodos mais efetivos e diretos de organização das ações assistencialistas acabou promovendo melhorias muito modestas na vida dos setores menos favorecidos da sociedade carioca, produzindo resultados pouco compensadores e de baixa repercussão. Como se constatou, os *chargistas* d'*O Malho* ressaltaram a inquietação e o incômodo dos segmentos privilegiados com o duro quadro social dos brasileiros pobres, em face da inexistência de uma preocupação maior com o tratamento dos pobres. Da mesma forma que os esforços direcionados pelos poderes municipal e federal tiveram pouca ressonância e impacto sobre a vida daquela parcela da população, caso do *Ofício de Assistência Pública*. Pode-se concluir, portanto, que os pobres ficariam entregues à própria sorte durante boa parte da Primeira República, tendo que contar com a generosidade de determinados cidadãos e entidades. De acordo com a perspectiva da historiadora, sem

⁶¹ VISCARDI, Cláudia. M. R. Pobreza e Assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 18, p. 179-225, 2011.

esses lhes restaria, como única alternativa, se submeterem às ações assistenciais da polícia, que eram comuns no período. Mas, como ressalta Paiva, a corporação policial não deveria se envolver com a questão da assistência, em nenhuma hipótese.

Falar da vida e das relações presentes no cotidiano dos pobres durante a Primeira República, através da interpretação dos chargistas, não nos permite conhecer inteiramente o universo cultural e social desse segmento, já que estamos nos referindo a um território muito maior e mais complexo, envolvendo uma rede de relações que vai muito além da percepção desses profissionais. Contudo, através dessas imagens, têm-se acesso aos discursos que nos mostram visões e lógicas diferenciadas acerca da ordem social do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Ou seja, trata-se de linguagens e representações que não eram verdadeiras ou falsas, mas que variavam de acordo com as ideologias, perspectivas e os códigos culturais dos cartunistas que integravam o conjunto do editorial d'*O Malho*.



Não venhas...

- Você já leu o letreiro do Teatro Apollo? É a primeira vez que uma empresa diz ao povinho: não venhas!
- E o povinho, apesar disto, lá vai, porque gosta do que é bom.

Fonte: *O Malho*, 16/01/1904, número 70.

Esta charge, que não nos fornece elementos para que possamos identificar seu cartunista, conferiu destaque à conversa de dois cariocas, os quais se encontram trajados e apresentam comportamentos típicos da elite, dos *dândis* e dos intelectuais cariocas, tipos vistos, com frequência, nos redutos boêmios do Rio de Janeiro. Esta imagem retrata o surgimento de novas opções culturais disponíveis para os cariocas, as quais

refletiam a atmosfera efervescente da *Belle Époque* e a grande preocupação da época, ou seja, a de tornar a capital do Brasil um espaço civilizado, moderno e aprazível, tendo como referência principal as ruas, as avenidas amplas, os teatros e os cafés de Paris. Portanto, esta figura faz eco ao clima otimista e contrastante, que caracterizou a *Belle Époque* do Rio de Janeiro. Nela, os personagens comentam o fato de o Teatro Apolo (1889-1930), um bom café-concerto situado ao redor da Praça Tiradentes⁶², conforme consta nas crônicas do período, ter manifestado claramente não desejar a presença do “povinho” em meio a seus ilustres frequentadores⁶³.

No entanto, percebe-se no discurso construído pelo cartunista, que a elite viu o povo tentando traçar caminhos de aproximação desse novo Rio de Janeiro e, a partir daí, mesmo sendo alvo de rejeição, esse segmento social continuou a frequentar determinados lugares que estavam sendo consagrados como os espaços dos setores mais abastados. Desta maneira, é possível concluir que, para o chargista, os segmentos populares também buscavam alternativas de aproximação dessa sociedade moderna e progressista, bem como a possibilidade de desfrutar das opções culturais oferecidas pela cidade. Ou seja, percebe-se que, embora a remodelação do Distrito Federal tenha sido responsável por ampliar ainda mais as distâncias topográficas e as barreiras históricas existentes entre ricos e pobres da cidade, as camadas populares traçaram metas de aproximação dessa nova sociedade carioca moderna, culta, progressista e excludente. De igual maneira, fica evidente para os leitores que as fronteiras e balizas existentes entre os espaços da elite e da população carioca eram muito tênues. Ou seja, ricos e pobres continuavam convivendo lado a lado no Rio de Janeiro modernizado. Portanto, as medidas estabelecidas por Passos, o estabelecimento de um código de posturas, a proibição de ambulantes nas ruas da cidade, a remodelação urbana, dentre outras iniciativas não impediram que o espaço público carioca servisse de palco para a circulação dos diferentes grupos sociais.

Percebe-se que as charges executadas no início do século XX possuíam um formato muito simples, habitualmente, localizamos em seus discursos, legendas que

⁶² Evelyn Furquim Werneck Lima, ao analisar o espaço teatral carioca, constatou que a Praça Tiradentes tinha carisma como lugar simbólico da boêmia literária e artística do Rio de Janeiro, notabilizando-se nas primeiras décadas do século XX por ser o *locus* do mundanismo, o espaço das artes cênicas, do entretenimento e do lazer popular. LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Arquitetura do Espetáculo-teatros e cinemas na formação do espaço público da Praça Tiradentes e Cinelândia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

⁶³ De acordo com as referências de Carlos Maul, cafés- concertos eram uma espécie de botequim com um palco ao fundo e, no qual, se exibiam algumas cantoras. MAUL, Carlos. *O Rio de Janeiro da bela época*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1967. P.135.

traduzem os diálogos dos personagens, que manifestam suas opiniões sobre os temas mais prosaicos, relacionados às eleições municipais, às decisões tomadas pelos gestores públicos, aos conchavos políticos, à elevação dos preços dos produtos básicos. Convém lembrar que nesse contexto não observamos ainda um número expressivo de charges coloridas, que explorassem a presença de mais personagens, cenários, circunstâncias complexas e aspectos ambíguos e com caráter grotesco. Essas imagens humorísticas coloridas e de elaboração complexa, comumente eram encontradas nas capas do periódico, passando a serem mais frequentes na revista a partir do ano de 1910, em cujas páginas seriam possível localizar situações, configurações e personagens com o traçado mais elaborado, bem como novos e importantes nomes na história da caricatura do Brasil.

Tendo em vista que a presente pesquisa se processa no âmbito da Primeira República, torna-se imperativo encontrarmos as relações da estrutura, dos símbolos e elementos presentes nas charges com a sociedade e os grupos que a compunham e para os quais as imagens humorísticas eram destinadas. O Rio de Janeiro, por ser a capital, era a cidade mais urbanizada e contava com um número razoável de alfabetizados, aproximadamente 61,3% da população total da cidade, em 1920. No entanto, como nos adverte José Murilo de Carvalho, a proclamação da República não representou o fomento das iniciativas do governo na área de educação e o compromisso com a obrigatoriedade da educação primária, pelo contrário, o novo regime acabou excluindo os pobres (através da exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. De acordo com as formulações teóricas do autor:

Os índices mais altos desse estado, assim como os de São Paulo e de Santa Catarina, devem-se sem dúvida à presença de imigrantes europeus e seus descendentes. A taxa de alfabetização dos estrangeiros era mais que o dobro da dos brasileiros (52% e 23%, respectivamente). Havia no país 1,6 milhão de estrangeiros, concentrados no Distrito Federal, em São Paulo e nos estados do Sul. O estado de São Paulo, sozinho, abrigava 53% deles. A população da capital desse estado era composta de 35% de imigrantes. Nos outros estados, a herança da escravidão pesava com mais força. O analfabetismo era um dos aspectos mais terríveis dessa herança. Na média, os alfabetizados representavam cerca da metade da população das capitais⁶⁴.

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os três povos da República*. Revista USP, São Paulo, n.59, p. 96-115, setembro/novembro 2003. P. 101.

Por esse motivo, não faria sentido que os leitores da revista *O Malho* encontrassem charges repletas de personagens, situações e signos complexos, difíceis de serem decifrados e destituídos de legendas, visto que o público-alvo desse periódico incluía os trabalhadores da Central do Brasil, os jornaleiros, porteiros e caixeiros, setores com pouco nível de instrução⁶⁵.

As charges resgatadas por esta pesquisa constituem-se em sínteses magistrais, interpretações distintas, flagrantes e memórias muito vívidas de uma sociedade dominada pelos valores de mercado e repleta de contrastes sociais, de um sistema político com poucos canais que possibilitavam a abertura para a entrada de novos atores políticos, visto, na maioria das vezes, como falidos, excludentes e condenados. Importa ressaltar que a análise atenta das charges permite-nos perceber que os desenhistas contaram com um canal privilegiado para a manifestação de suas opiniões políticas e ideológicas, encontrando um espaço de dimensões incomuns para a denúncia das medidas governamentais consideradas, frequentemente, injustas e prejudiciais ao povo e para convocar os poderes públicos à ação. Por um lado, é necessário salientar que há determinadas charges e circunstâncias exploradas pelos chargistas d'*O Malho* que nos levam a crer que seus discursos convidavam os segmentos populares a agirem de modo a pressionar o poder republicano ao seu favor. Por outro, em circunstâncias específicas, esses desenhos conferiram tamanho destaque à indignação dos segmentos populares em relação ao regime político em vigor, que nos leva a pensar que, na opinião desses profissionais do humor, uma revolta de caráter popular estaria a caminho.

⁶⁵ As reflexões empreendidas por Monteiro Lobato em sua obra *Ideias de Jeca Tatu* (1964) oferece um importante subsídio para a compreensão dos fatores que viabilizaram o êxito alcançado pelo periódico em questão, bem como das estratégias adotadas pela revista para conquistar seu público-leitor durante mais de cinquenta anos o “poviléu”. LOBATO, J.B.M. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1978. ed. 13.



Maldade

- Esta mulher parece-se com a Constituição, muito catita por fora, mas o resto é mulambo só...

Fonte: *O Malho*, 16/ 01/1904, número 70.

Esta charge elaborada por Calixto Cordeiro traz em seu discurso uma crítica incisiva à constituição de 1891, a qual seria portadora de belas ideias, princípios e referenciais paradigmáticos, tendo como maiores fontes de inspiração os modelos político-constitucional francês e norte-americano. Caso suas leis e parágrafos fossem, de fato, concretizados e respeitados trariam mais satisfação para os brasileiros⁶⁶. O próprio princípio federativo tão almejado pelos republicanos, avessos à antiga centralização imperial, foi uma concepção buscada no modelo estadunidense. Como unidades federadas, cada estado teria a possibilidade de se organizar política, legal e financeiramente, desde que não ferissem as diretrizes da Constituição Republicana de 1891. No entanto, ao nos voltarmos para a análise dessa imagem e da expressão “*mas o resto é mulambo só*”, percebe-se que, sob a ótica do caricaturista, boa parte dos seus decretos, bem como das luzes e das instituições vislumbradas por Rui Barbosa, o principal idealizador da Carta do Brasil republicano, federativo e presidencialista era completamente desrespeitada.

A primeira Constituição Republicana, de 1891, sinalizava para avanços e permanências em termos de adequação do ordenamento jurídico às exigências sociais de cidadania. As modificações na estrutura política e as novas possibilidades abertas pelo

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. P.18-25.

regime republicano poderiam comprometer a presença de antigos e poderosos grupos à frente dos negócios públicos⁶⁷. A extensão do direito ao sufrágio a todos os homens alfabetizados e maiores de 21 anos foi algo que poderia comprometer o poder dos tradicionais grupos à frente da política brasileira. Desta maneira, a solução encontrada para manter intacta a velha ordem foi a permanência de antigos dispositivos do viciado sistema eleitoral do Império. Através deles, as eleições continuariam sob o controle das habituais lideranças regionais. Cabe salientar que os regimentos eleitorais, ainda que gradualmente modificados ao longo da Primeira República, detinham consideráveis brechas à prática da fraude eleitoral. Além disso, a presença de determinados dispositivos constitucionais, como o estado de sítio e o desterro, os quais eram práticas recorrentes acionadas pelos diversos presidentes para “manter a ordem” em face das demandas sociais nas primeiras décadas da República, fomentavam a insatisfação e a ira de muitos brasileiros. Cabe salientar que durante o mandato de Rodrigues Alves os brasileiros tiveram suas garantias constitucionais suspensas durante 121 dias⁶⁸.

A partir dessas considerações, pode-se concluir que a charge traçada por Calixto Cordeiro reflete a sua insatisfação com a prática política republicana no que diz respeito ao cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Carta de 1891, a qual permitia um padrão de conduta que acarretava o enfraquecimento das instituições, ações e medidas democráticas⁶⁹. Além disso, a manutenção dos antigos mecanismos eleitorais e a

⁶⁷ MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O mecanismo das comissões verificadoras de poderes* (estabilidade e dominação política, 1894-1930). 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1986. P.15-16.

⁶⁸ De acordo com as reflexões empreendidas por Josy Lima, o estado de sítio, com a supressão das garantias constitucionais, a repressão, o autoritarismo e as ilegalidades em “nome da ordem” estabeleceram uma estratégia de controle social que atravessou a história republicana brasileira. Entre 1889, um século após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e, 1930, início do período Vargas – decorreram 41 anos de vida política republicana em que o estado de sítio tornou-se regra. Na Constituição de 1891 o dispositivo sobre estado de sítio contemplava a prática do desterro para “outros sítios do território nacional”. No período republicano, a tradição foi iniciada por Floriano Peixoto que enviou os opositores ao Governo Provisório para São Joaquim no Rio Branco e para Tabatinga, no estado do Amazonas. Aproveitava-se do estado de sítio para ampliar a ação policial no sentido de promover uma “limpeza social”, retirando, os “desclassificados” do cenário urbano e levando-os para longas viagens rumo à selva amazônica, constitucionalmente respaldada. LIMA, Josy. *Estado de exceção na Primeira República: notas sobre o desterro dos “indesejáveis”* (Parte I). Disponível em: <http://tecituras.wordpress.com/2010/04/10/estado-de-sitio-na-primeira-republica-notas-sobre-o-desterro-dos-%E2%80%9Cindesejáveis%E2%80%9D/>. Acesso em junho de 2013.

⁶⁹ Seguindo as referências indicadas por Paulo Bonavides, durante décadas perdurou a instabilidade, a tensão, a crise, a animosidade, o desequilíbrio nas relações entre a União e os corpos federados. O despreparo destes para o exercício das competências federativas manifestava-se patente, ocasionando assim um quadro político deveras turbulento, marcado por abusos, extravios de poder, intervenções federais e freqüente decretação de estados de sítio, fontes portanto de violência e desrespeito contumaz e descarado à liberdade e às competências constitucionais dos entes políticos da federação. BONAVIDES, Paulo. *A evolução constitucional do Brasil*. Estud. av. vol.14 n.40 São Paulo Sept./Dec. 2000.

perpetuação do poder das oligarquias nos diferentes estados eram fatores que fomentavam a crítica e o descontentamento dos diferentes caricaturistas. Somado a isso, os brasileiros testemunhavam um processo de cidadania que estava bem distante de concretizar-se em sua plenitude. Todos esses elementos, portanto, influenciaram na conformação do discurso político desse profissional do humor.

1.4- A regulamentação da higiene e a Revolta da Vacina sob os olhares dos chargistas d'O Malho

Nas charges em destaque adiante, é possível perceber que os caricaturistas fizeram eco, primeiramente, à oposição das camadas populares em relação à lei que regulamentava a vacinação obrigatória, a qual visava ao combate à varíola. Em seguida, pode-se constatar que a imprensa ilustrada repercutiu a aversão dos brasileiros à forma autoritária como o governo e o diretor geral de Saúde Pública do Distrito Federal, Oswaldo Cruz, encaminharam as medidas de higiene e de erradicação dos focos das doenças que atacavam os cariocas há tempos e eram responsáveis pela má fama internacional da cidade. Neste sentido, para que possamos relacionar o conteúdo dessas imagens aos acontecimentos e decisões políticas que influenciaram a atitude reacionária da população do Distrito Federal, ao final do ano de 1904, pretende-se resgatar nesta pesquisa determinadas reflexões empreendidas pelos historiadores, que tiveram a Revolta da Vacina, e as questões relacionadas à Saúde Pública do Rio de Janeiro como objeto de suas reflexões.

O estudo empreendido por Jaime Benchimol sobre a Revolta da Vacina e as campanhas organizadas pela Diretoria Geral da Saúde Pública nos fornece elementos de análise acerca da política sanitária adotada pela municipalidade e das principais deliberações dos gestores públicos no sentido de erradicar os focos das endemias que afetavam a cidade.⁷⁰ Benchimol observa que, em abril de 1903, Oswaldo Cruz apresentou ao ministro da Justiça o plano da campanha contra o vetor da febre amarela, o *Stegomyia fasciata*. Como presidente do Estado de São Paulo (1900-1902), Rodrigues Alves apoiara as medidas adotadas por Ribas e Lutz em prol da teoria de *Finlay*. Assim, a Saúde Pública teria de impedir a contaminação dos mosquitos pelos amarementos infectantes, a infecção das pessoas receptíveis pelos mosquitos contaminados e a

⁷⁰ BENCHIMOL, Jaime. *Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. 6ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. O Brasil Republicano; v.1. P. 270- 278.

permanência dos casos esporádicos que garantiam a continuidade da doença nos intervalos epidêmicos (Franco, 1969; Benchimol, 1999). Quanto à varíola, acreditava-se que a vacinação de toda a população fosse o bastante para que a doença fosse controlada. Já a peste bubônica seria detida pelo extermínio dos ratos, por medidas de cunho urbanístico e pelo uso do soro e da vacina fabricados no instituto Manguinhos.

Seguindo as referências disponibilizadas pelo autor, somos informados de que Oswaldo Cruz estabeleceu como prioridades o combate aos vetores da febre amarela e peste bubônica, conferindo uma ênfase especial à vacina, que não fugia à imagem de um ponteiro voltado para o flanco da varíola. Essas setas nortearam as brigadas sanitárias organizadas pelo médico, o que, sob a ótica do autor, tornavam suas ações claras no contexto tumultuário do embelezamento do Rio de Janeiro. Por outro lado, essas campanhas sanitárias colocaram em movimento e conflito uma multidão de atores e acontecimentos que não estavam previstos no momento em que a nova estratégia fora apresentada, retoricamente, na simplicidade de suas relações experimentais. O autor observa que o tumulto trouxe a vacina, a peste foi subjugada, a febre amarela desapareceu do Rio de Janeiro, mas só momentaneamente.

Seu trabalho chama a atenção do leitor para o fato de que o sucesso das campanhas dependeu de regulamentações jurídicas que ampliavam o poder das autoridades sanitárias, sobretudo em relação à notificação obrigatória dos casos de doenças infecciosas. Nesta perspectiva, em maio de 1903, o projeto de lei que a reorganizava começou a tramitar no Congresso, onde foi duramente combatido pela oposição, tendo sido aprovado, com mutilações, somente em janeiro de 1904.

Cabe salientar que o Rio de Janeiro foi dividido em dez distritos sanitários, com delegacias de saúde, cujo pessoal tinha a incumbência de receber as notificações de doentes, aplicar soros e vacinas, multar e intimar proprietários de imóveis, detectar focos epidêmicos. A cada notificação, tornada obrigatória, a turma partia para o local, isolava o doente, fazia o expurgo e a limpeza do recinto e a extinção dos focos.⁷¹

O autor salienta que a campanha contra a peste bubônica foi menos polêmica e agitada do que a da febre amarela. Nesse caso, a notificação obrigatória também cumpria um papel essencial para que os doentes fossem isolados e tratados com o soro fabricado em Manguinhos. A desratização da cidade, em colaboração com a Prefeitura,

⁷¹ Hélio Silva resgata os discursos veiculados na imprensa e a reação dos opositores que afirmavam que tal atitude representava a violação do recesso do lar, o que acabou por fomentar a revolta dos pais de família, inspirando os cartunistas, animando os oradores. SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira*. O Poder Civil. São Paulo: Editora Três, v.2, p.129, 1975.

redundou na emissão de centenas de intimações a proprietários de imóveis para que removessem entulhos e executassem reformas, sobretudo a impermeabilização do solo e a supressão de porões. Conforme as indicações de Benchimol, a DGSP lançou mão de um crédito especial para a compra de ratos, o que gerou ativa indústria de captura e comercialização dessa exótica mercadoria.

No que diz respeito ao combate da varíola, o autor afirma que a sua erradicação dependeu da vacina. Seu uso fora declarado obrigatório em leis do século XIX não cumpridas por falta de condições políticas e técnicas, e pelo horror que muita gente tinha à ideia de se deixar inocular com o “vírus” da doença. Apesar disso, as vacinações vinham crescendo desde que começaram a ser feitas nos domicílios, na década de 1890.

Em junho de 1904, foi apresentado ao Congresso o projeto de lei que reestabelecia a obrigatoriedade da vacinação e revacinação contra varíola em todo território nacional, o qual contava com cláusulas rigorosas, uma vez que previa multas aos refratários e a exigência de atestado para matrículas em escolas, bem como acesso a empregos públicos, casamentos, viagens, etc. Como observa Benchimol, esse projeto de lei fomentou a ira da oposição ao governo, tendo como alvos o “General Matamosquitos” e o “bota-abaixo”. Os debates exaltados no Congresso foram acompanhados por intensa agitação extraparlamentar promovida pelo Apostolado Positivista, por oficiais descontentes do Exército, monarquistas e líderes operários. Em cinco de novembro, foi fundada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória, na sede do Centro das Classes Operárias. O movimento contava com a adesão dos monarquistas que vinham se organizando em partidos e jornais. Como membros do Exército, Lauro Sodré e Barbosa Lima mobilizavam oficiais e alunos das escolas militares contra a oligarquia cafeeira paulista, e como parlamentares lideravam a oposição no Congresso.⁷²

A lei de vacina obrigatória foi aprovada em 31 de outubro de 1904. No dia em que os jornais publicaram, em nove de novembro, o esboço do decreto que ia regulamentar o “Código de Torturas”, a cidade foi entorpecida pela Revolta da Vacina

⁷² A princípio, o golpe militar foi planejado para a noite de 17 de outubro de 1904, data do aniversário do tenente-coronel e senador Lauro Sodré, a quem seria entregue a presidência. A denúncia da conspiração pela imprensa obrigou os revoltosos a adiarem seus planos. O governo instituiu medidas preventivas de segurança quando chegavam ao auge as controvérsias a propósito da lei da vacina. BENCHIMOL, Jaime. *Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. 6ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. O Brasil Republicano; v.1. P. 274.

por mais de uma semana (Sevcenko, 1984; Chalhoub, 1996; Carvalho, 1987). Segundo Benchimol, esse movimento, que a literatura da época reduziu a um simples choque entre as massas incivilizadas e a imposição inexorável da razão e do progresso, foi protagonizado por forças sociais heterogêneas, compondo-se, na realidade, de duas rebeliões imbricadas. De um lado, o grande motim popular teria se direcionado contra a vacina e outras medidas arbitrárias e segregadoras impostas à população do Rio de Janeiro em nome do “embelezamento” e “saneamento” da capital, e, de outro, a insurreição militar deflagrada dias depois teve como objetivo a deposição do presidente Rodrigues Alves.

Ao averiguarmos a forma como os desenhistas d’*O Malho* retrataram a questão da regulamentação da higiene e a participação decisiva do médico sanitário, é possível perceber que há uma associação direta entre os personagens históricos cuja fama era marcada pelo despotismo, como Napoleão Bonaparte e o rei da França Luís XIV, e o então diretor Geral da Saúde Pública da capital federal, o personagem mais caricaturado daquele ano e aquele que concentrou o maior número de críticas dos profissionais do humor. Assim, de acordo com a perspectiva dos chargistas do periódico, a noção que prevaleceu entre os cariocas durante o contexto em questão era a de que seus lares, seus corpos e sua privacidade estavam sendo violados e que isso se dava em razão das iniciativas e do esforço mobilizado pelo médico. O desespero e a indignação da população do Rio de Janeiro sensibilizaram os homens de imprensa, os quais repercutiram os sentimentos e as impressões dos brasileiros, no que se refere ao modo pelo qual o presidente da República e os seus principais aliados conduziram a vacinação da população e a invasão dos lares com vistas a combater os focos das doenças.

Em outubro a revista *O Malho* trilhou a direção do questionamento da lei de vacinação obrigatória contra a varíola e da postura intransigente de Oswaldo Cruz. A charge de Leônidas Freire em destaque abaixo se tornou muito conhecida por antever um conflito de dimensões incomuns, comparável àquele que opunha as forças da Rússia contra as do Japão em disputa pela região da Manchúria. A charge prevê que o caos se espalharia pelas ruas do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, revela um cenário completamente conflituoso no qual as tropas de Oswaldo, na charge considerado o “Napoleão da seringa e da lanceta”, aparece em confronto com a “população”, que se utiliza das “armas” que possuía naquele momento, como panelas e vassouras, entre outros instrumentos de utilidade doméstica. Mais a frente diz a charge: “O interesse dos

combates deixará de perder de vista o das batalhas das flores e o da guerra russo-japonesa. E veremos no fim da festa quem será o vacinador à força!.



Leônidas. O Malho, 29 de outubro de 1904.

Segundo Benchimol:

No dia 10 de novembro, ocorreram os primeiros choques de populares com a polícia, que reprimia com violência os ajuntamentos na cidade. Os tumultos foram crescendo e adquiriram grandes proporções em 13 de novembro. A cavalaria investia contra a multidão. A toda hora pipocavam tiros. Agindo à revelia das articulações político-militares, protagonizavam um motim com características das guerras de barricadas europeias combinadas às de um vasto quebra-quebra direcionado contra os marcos mais notáveis da modernização burguesa. Mesmo com a ajuda dos bombeiros, a polícia não conseguiu dominar os populares, que lutavam com paus e ferros arrancados às construções, e com rochas de cortiça cedidas pelos donos dos armazéns. Quando a cavalaria arremetia, refugiavam-se nos becos, nos prédios em ruínas, entre os andaimes das construções, e quando passava, atacavam pela retaguarda com pedras, espalhando as rochas para tombar os cavalos (Hahner, 1976). Na rua da Passagem, defrontaram-se com as tropas fiéis ao governo. Houve tiroteio, mortos e feridos, e ali só sobrou a revolta militar. Mas a popular continuou a arder, e os navios de guerra chegaram a apontar os canhões para os quarteirões populares da Saúde e Gamboa. No dia 16, o Congresso votou o estado de sítio no Distrito Federal. À tribuna subiam parlamentares governistas e opositores para invectivar, com igual menosprezo, os rebeldes pobres, que eram amontoados em navios prisão e despachados para o Acre, nos confins da floresta amazônica.

Para Nicolau Sevcenko (1993), a população do Rio de Janeiro procurou resistir obstinadamente à implantação da vacina, argumentando que os métodos de aplicação do

decreto de vacinação eram truculentos, afirmavam também que os soros aplicados eram pouco confiáveis, e que os funcionários, tais como enfermeiros, fiscais e policiais encarregados da campanha tinham intentos brutais e moralidade discutível. Como observa o autor, eles queriam que o governo os deixasse escolher se desejavam ou não tomar a vacina. Desta forma, os moradores do Rio de Janeiro não se colocaram contra a vacina, mas sim contra as condições de sua aplicação e acima de tudo, contra o caráter compulsório da lei. Por outro lado, Sevcenko conclui que esta revolta teria sido a manifestação mais explosiva da resistência dos grupos populares cariocas ao processo autoritário de transformação do Rio em capital burguesa e cosmopolita. A Reforma Urbana veio acompanhada por fórmulas particularmente drásticas de discriminação, exclusão e controle social, voltadas contra os grupos destituídos da sociedade. Foi nesse contexto que esses setores viram suas condições de vida reduzir-se ao mais baixo nível. Assim, sob a ótica de Sevcenko, sua reação, portanto, não teria sido contra a vacina, mas contra a história. Uma história que lhes parecia reservar um papel intolerável e que eles lutavam para mudar.⁷³ Neste sentido, tanto a modernidade burguesa que tomara conta do Rio de Janeiro, quanto à vacina, foram alvos da violência popular que as enxergavam como símbolos de um poder arbitrário.⁷⁴

Outro trabalho de relevância, que dedica um capítulo especial ao conhecimento e à compreensão da concepção dos direitos e deveres nas relações entre os indivíduos e o Estado embutida na Revolta da Vacina foi empreendido por José Murilo de Carvalho, trata-se da sua obra *Os bestializados*. O maior interesse do autor consiste em esclarecer a composição da população insurgente e as motivações justificadoras da revolta. Como já foi dito, o contexto em que se deu o levantamento popular foi marcado pelas reformas urbanas promovidas pelo governo de Rodrigues Alves. Por esta razão, convém destacar que não faremos uma análise profunda acerca dessa conjuntura, tão-somente gostaríamos de ressaltar que há uma relação direta entre a regulamentação da higiene, a Revolta da Vacina e as medidas aclamadas pelo governo federal cujo objetivo era promover a modernização, o embelezamento e o saneamento do Distrito Federal, como havia sido prometido pelo presidente no discurso de sua posse.⁷⁵

⁷³ Sobre este tema ver também: NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.

⁷⁵ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

No que tange à composição social do levantamento que ocorreu em novembro de 1904, Carvalho observa que, com exceção dos participantes e simpatizantes, que viam o povo em geral envolvido conscientemente na revolta, os outros depoentes ou não viam entre os rebeldes o que consideravam povo, ou definiam o povo envolvido como ignorante e manipulado.⁷⁶ Carvalho chega à conclusão de que a composição social da multidão variou de acordo com o desdobramento da revolta. A princípio o leque era amplo, incluindo a presença dos operários, comerciantes, estudantes, militares, pivetes. Contudo, após o fracasso do golpe que unia militares e o Centro, o movimento passou a ser liderado por operários de grandes empresas, de um lado, e pelas “*classes perigosas*” do outro, estas últimas, conforme salienta Carvalho, concentradas nos redutos da Saúde e do Sacramento. Neste sentido, o autor conclui que, apesar de a revolta ter contado com um único estopim, tratava-se de uma revolta fragmentada.

À luz dessas informações, fica mais fácil decifrar a realidade dos insurgentes e da sociedade carioca. Seguindo as referências indicadas pelo trabalho de Carvalho somos informados de que, no Rio de Janeiro, o setor popular era em parte já mais moderno devido à presença das grandes fábricas, mas não tinha a tradição de organização e de luta dos artesãos franceses, profissionais qualificados que se constituíam na espinha dorsal das rebeliões parisienses. Tal especificidade foi considerada impossível pelo cientista político de ser observada e de formar-se em uma sociedade escravista. Tinha, por outro lado, um setor operário estatal forte e uma enorme população de subempregados. Dessa forma, o autor conclui que tudo isso resultava em maior fragmentação do setor popular, a qual se tornava notável nas revoltas.⁷⁷

Cabe salientar que o cientista político também confere grande importância à campanha de cunho moralista que aliou a indignação das audiências operárias e pequeno-burguesas contra a invasão dos lares pelos funcionários da DGSP, conclamando os chefes de família a defenderem a honra das filhas e mulheres, que seriam impelidas a expor braços e coxas à lanceta dos vacinadores. Para Carvalho, “foi este guarda-chuva moral que tornou possível a mobilização popular de 1904 nas proporções em que ela se deu”.⁷⁸

⁷⁶ Idem, p. 116.

⁷⁷ Ibidem, p. 125.

⁷⁸ Idem, p. 131-136.

Outra investigação que procurou refletir sobre as especificidades dessa revolta popular consiste em *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, de Sidney Chalhoub⁷⁹. Seguindo uma perspectiva de análise bastante distinta, este autor percorre as fontes históricas relacionadas aos saberes e às práticas em torno da doença, da saúde e da cura. As epidemias de febre amarela, os cortiços, o serviço de vacinação, bem como a cultura *vacinophobica*, fatores que marcaram profundamente a história do Rio de Janeiro, são os objetos centrais de sua análise e das histórias das políticas de Saúde Pública.

Seu trabalho contribui, em grande medida, com a historiografia acerca da Revolta da Vacina, na medida em que ele resgata a trajetória do serviço de vacinação, criado na Corte em 1804, apresentando para o leitor à longa “história de desconfiança” da população em relação à vacina e às práticas médicas oficiais, apresentando novos caminhos para a compreensão e o conhecimento desse movimento. Tendo como fio condutor de suas reflexões as distintas práticas de “variolização” e de vacinação, Chalhoub promove uma reflexão acurada sobre as origens e o desenvolvimento da “*vacinofobia*”. Ao investigar as vacinações, tendo como base uma perspectiva de longa duração, o historiador resgata uma dimensão da revolta que se manteve oculta tanto nos relatos de época, como nas principais fontes históricas sobre essa questão: a tradição dos negros de combate à varíola através da prática ancestral das variolizações. Nesta perspectiva, o historiador afirma que:

Há uma explicação (...) para o fato de a principal revolta coletiva contra o despotismo sanitário haver ocorrido em função da (...) varíola: além dos descaminhos técnicos e burocráticos do serviço de vacinação em todo um século de história, havia sólidas raízes culturais negras na tradição vacinofóbica. Um dos mananciais da revolta seria, então, o culto a *Omulu*, o orixá que tinha o poder de espalhar a doença e, ao mesmo tempo, de defender “seus devotos de estragos maiores (...) por meio da inoculação ritual de material varioloso”. Criar obstáculos à ação dessa divindade ou impor a vacina animal preparada no Instituto Vacinogênico significava devastação e morte para esse grupo social.

Seu exame mapeia, em primeiro lugar, a natureza diversa e ambígua das agitações que acompanharam o confronto entre vacinação *versus* variolização. Em segundo lugar, o autor ressalta as controvérsias médicas sobre a vacinação, em suma, os conflitos que marcaram as relações entre médicos e *vacinophobos* populares. Deste modo, Chalhoub observa que, a partir das décadas de 1870 e 1880, o serviço de

⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Pois, si Papai Grande não tiver mais juízo do que o Congresso, hão de arrepender-se muito! Tão certo como eu ficar nas colunas d' O Malho a gritar:

- Não pode! Não pode!

Fonte: *O Malho*, 29/10/1904, número 111.

Na imagem em destaque, elaborada por Leônidas Freire, deparamo-nos com um personagem em posição de combate, uma vez que sua postura lembra-nos a de um soldado na iminência da guerra. Os elementos presentes nesta charge nos sugerem, que em face da existência de poucos canais de negociação entre o governo e o povo e o fato de a aprovação da lei de vacinação não ter contado com sua anuência, o futuro próximo seria marcado pela revolta popular. Outro elemento interessante presente na legenda da charge diz respeito ao fato de que o povo aceitaria de forma alegre e tranquila a vacinação contra a varíola, caso ela não fosse fruto de uma imposição arbitrária do governo e das autoridades sanitárias. Contudo, essa lei não foi bem vista pela população, uma vez que o Congresso a aprovou sem obter o consentimento popular. Desta forma, de acordo com a perspectiva do chargista, o povo não tardaria a demonstrar a sua indignação com um projeto que extrapolara os limites da racionalidade e que, ao mesmo tempo, afrontava suas liberdades individuais e os direitos de cidadania.

Outra possibilidade passível de ser considerada a partir da análise dessa legenda relaciona-se à ausência de qualquer atitude diplomática e de habilidade política dos agentes envolvidos na regulamentação dessa lei, uma vez que as campanhas de esclarecimento dos cariocas acerca da importância do combate à varíola através da vacina de *Jenner*, como ela agia no organismo e as suas reações, ajudariam a sanar as dúvidas e as fontes que fomentavam os focos de resistência dos cariocas. Talvez, se elas tivessem sido realizadas pelos agentes da saúde nos diversos bairros do Distrito Federal, não teria ocorrido um levantamento popular de proporções semelhantes à da Revolta da Vacina. Por fim, pode-se concluir que o desenhista constrói um discurso marcado pelo caráter de ameaça, visto que sob a sua ótica, caso os cariocas concluíssem que a falta de juízo, na visão dos brasileiros, característica das ações encaminhadas pelos membros do Congresso, se estendesse ao “Papai Grande”, ou seja, o presidente da República Rodrigues Alves, todos que votaram essa lei iriam se arrepender. Ou seja, identificamos mais um aspecto presente nessa imagem que nos permite concluir que, para os desenhistas da revista *O Malho*, a revolta popular só prescindia de um estopim para ser deflagrada. Ou seja, a aprovação de uma lei considerada arbitrária, o que acabou acontecendo aos 31 de outubro daquele ano, contando com a anuência de uma larga

maioria. No entanto, como consta na própria legenda da charge, o povo aceitaria de forma pacífica o programa de vacinação contra a varíola, caso os gestores tivessem mobilizado profissionais da área da saúde com fim de explicar os efeitos da vacina de Jenner no organismo humano. Porém, como se sabe, não foi isto o que aconteceu. Portanto, pode-se afirmar que a sintaxe desta imagem dialoga com a mensagem construída por Leônidas na primeira charge em destaque sobre a Revolta da Vacina, a qual apresenta Oswaldo Cruz como “o Napoleão da seringa e da lanceta” e prevê a iminência do grande levantamento popular.



Livra! Que Dous!

- Que dizes tu sobre a vacina obrigatoria?

- Eu? Nada! Apenas, que não compreendo como é que os mesmos graúdos que jogam pedras à vacina, vão jogar flores no dia 15 a outra cousa ainda mais obrigatoria ainda!

- A outra cousa... Qual?

- A República, homem! Estás a fazer-te de tolo!

Fonte: *O Malho*, 12/11/1904, número 113.

Na imagem acima, executada pelo cartunista cujo pseudônimo era Dudu, encontramos dois personagens discutindo os contornos políticos daquele período, o que nos revela que, sob o olhar deste profissional do humor, aquele cenário não era marcado apenas pela revolta dos cariocas no que se refere à vacinação obrigatória, pois abrigava uma fonte de insatisfação ainda mais profunda. Em outras palavras, o que o desenhista focaliza nessa charge consiste na perspectiva dos habitantes do Distrito Federal que constataram a incompatibilidade entre a atitude dos “graúdos” que aplaudiam o aniversário da proclamação da república e que, ao mesmo tempo, condenavam e se rebelam contra o autoritarismo do mesmo regime, o qual contemplou a aprovação de uma lei sem qualquer consentimento e consulta aos brasileiros.

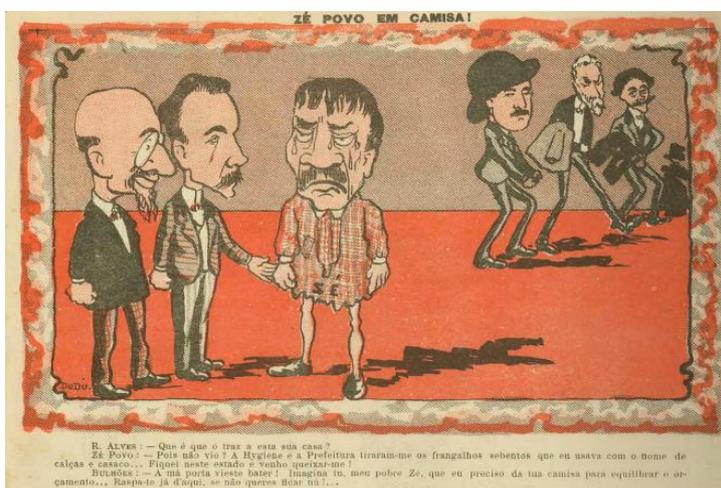
De acordo com a perspectiva do autor da charge, determinados grupos sociais do Rio de Janeiro viram a República como uma verdadeira ditadura, tratava-se de um regime imposto que não fora fruto da vontade popular e que, portanto, seria ilegítimo. Nesse sentido, os autoritarismos dos seus principais representantes e o desrespeito aos interesses do povo tornaram-se notáveis, na medida em que aprovaram uma lei destituída da simpatia e da adesão dos habitantes do Rio de Janeiro, demonstrando para seus eleitores que o regime não prescindia do seu consentimento. Assim, o cartunista

apresentou para a população de leitores d'*O Malho* as contradições de um regime político que se autointitulava liberal e democrático e, em contrapartida, aprovava um decreto que não carecia da consulta àqueles a quem se propunha representar. Portanto, através da análise desta charge, pode-se concluir que, para o desenhista, o maior responsável pelas circunstâncias violentas que se seguiram à aprovação da referida lei foi o próprio regime republicano e não o seu o povo.

Esta charge apresenta uma estrutura bastante simples, não se observa a presença de um cenário, de recursos plásticos sofisticados, cores, ou situações complexas, tampouco o recurso às figuras de linguagem. À diferença das charges políticas de elaboração mais sofisticada, que eram veiculadas anualmente no aniversário da proclamação da república, em cujos traços era possível localizar determinados valores e sentimentos compartilhados pelos chargistas, a imagem em questão apresenta uma intenção comunicativa bastante simples e direta. Ela leva o leitor a refletir sobre as falhas e os impasses institucionais do regime político em vigor, influenciando a opinião pública. Os desenhistas, através dos pseudônimos, se posicionaram de forma contumaz contra a lei de vacinação obrigatória, observando-se uma união entre eles em torno da defesa de uma causa comum: o fim de um decreto considerado arbitrário. De acordo com a perspectiva do chargista, os brasileiros não apoiaram a postura autoritária dos seus representantes nos poderes Executivo e Legislativo, que aprovaram com larga maioria uma lei que não contou com o seu respaldo.

Identificamos a existência de duas tendências presentes entre os profissionais dos chistes no que se refere à forma como retrataram a regulamentação da higiene e a revolta do povo em relação à obrigatoriedade da vacinação. Convém salientar que a visão bem humorada dos desenhistas parece ter prevalecido como um todo. Por um lado, o emprego de trocadilhos inteligentes, construções metafóricas, troças, jogos de palavra foi predominante nos atos de fala dos desenhistas durante o levante. Por outro, esses artistas se valeram da conjuntura de contestação popular frente às arbitrariedades dos poderes Executivo e Legislativo para denunciarem o quadro social dos brasileiros pobres, que não experimentaram mudanças em suas vidas, após o advento da República. Os chargistas exploraram, por meio de uma gama diversificada de artifícios retóricos, a decepção dos brasileiros em relação à conduta dos seus representantes no poder público, especialmente a do presidente da República, o qual apoiou a lei de vacinação obrigatória. Ao mesmo tempo, os artistas se valiam dessas circunstâncias para mostrar aos brasileiros que aquele regime era tão obrigatório como a vacina.

A expressividade do volume de charges publicadas ao longo de 1904 que tratou da questão da Higiene e da vacinação obrigatória permite-nos concluir que o problema localizado no centro dos debates e dos questionamentos suscitados pelos chargistas, dizia respeito à validade da invasão do governo às liberdades individuais.⁸¹ Ou seja, os cartunistas levantaram a seguinte questão: até que ponto o Estado poderia intervir na autonomia do cidadão? Desta forma, o fato de o personagem Zé Povo ter sido tratado pelos desenhistas d'*O Malho* como *Zé Bocó* durante esse período, parece-nos muito significativo, uma vez que para a maioria desses intelectuais, o personagem representante do povo era quem acabaria sempre sofrendo as consequências das arbitrariedades do poder público. A regulamentação da higiene e a aprovação do projeto que tornava a vacina obrigatória deram-se ao final de outubro e virou lei no dia 31 desse mês, o que acabaria inspirando os chargistas d' *O Malho* e desencadeando uma violenta reação da imprensa ilustrada. Esses profissionais em geral consideraram tais dispositivos ilegais, verdadeiros atentados à constituição e à racionalidade. Como veremos, Oswaldo Cruz foi tachado pelo periódico de centralizador e déspota, o maior expoente e responsável pela intromissão do governo na vida dos cariocas.



Zé Povo em camisa!

R. Alves: - Que é que o traz a esta sua casa?

- Zé Povo: - Pois não viu? A Higiene e a Prefeitura tiraram-me os frangalhos sebentos que eu usava com o nome de calças e casaco...Fiquei neste estado e venho queixar-me!

Bulhões: - A má porta vieste bater! Imagina tu, meu pobre Zé, que eu preciso da tua camisa para equilibrar o orçamento... Raspa-te já daqui, se não queres ficar nu!.

Fonte: Dudu, *O Malho*, 29/10/1904.

⁸¹ As 26 charges que exploraram as perspectivas e críticas dos chargistas acerca da regulamentação da Higiene durante o ano de 1904, bem como as 40 charges do total de 44 volumes da revista, as quais focalizaram a indignação popular diante do decreto de vacinação compulsória contra a varíola, nos permitem afirmar que esses foram, de fato, os temas que mais ocuparam as páginas ilustradas d' *O Malho* naquele turbulento contexto.

Nesta charge não assinada, os personagens representados pelo cartunista em primeiro plano são Rodrigues Alves, o presidente da república, Leopoldo de Bulhões, o ministro da Fazenda e Zé Povo e, em segundo plano, identificamos J. J. Seabra, ministro da Justiça, o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos e o Diretor da Saúde Pública do Distrito Federal, Oswaldo Cruz. Nesta imagem, o chargista ressalta o fato de o Zé Povo ter perdido suas calças e seu casaco para a Higiene e a Prefeitura que os levou como pagamento das multas sanitárias, enquanto Bulhões, o principal responsável pelo equilíbrio das finanças pede a camisa para equilibrar o orçamento. À direita, Passos, Seabra e Oswaldo Cruz se distanciam para não terem que devolver as roupas do Zé Povo.

Zé Povo encontra-se triste e decepcionado com as atitudes adotadas pelas autoridades políticas pelo fato de elas terem levado suas roupas gastas e ficou praticamente sem ter o que vestir. Essa charge nos sugere, primeiramente, que a alusão à Higiene representada, sobretudo pela presença do médico Oswaldo Cruz na imagem diz respeito à cobrança feita ao personagem de uma multa sanitária que, para ele, era desrespeitosa e abusiva, uma vez que ela teria sido responsável por retirar dele boa parte do seu escasso dinheiro. Por esta razão, pode-se afirmar que a presença do prefeito, posicionado entre o Diretor do Serviço de Saúde Pública do Rio de Janeiro e o ministro da Justiça corrobora a premissa segundo a qual o Zé Povo fora punido com a cobrança do pagamento da multa por não atender às condições exigidas pela política sanitária dos domicílios, ficando sem nada. De acordo com os dados difundidos pela imprensa do período, o governo era autorizado a instituir multas de até dois contos de reis que poderiam ser convertidas em prisão, até o prazo máximo de três meses, bem como, cumuladas ou não e mesmo como medida preventiva, cassação de licença, fechamento e interdição de prédios, obras e construções⁸².

Outro aspecto presente nessa imagem diz respeito à metáfora da roupa, a qual se relaciona à ausência de recursos do personagem que, após ser multado pelo serviço de Saúde do Distrito Federal, ficou sem qualquer dinheiro, restando a ele, encaminhar suas queixas aos outros membros do governo. Desta maneira, percebe-se que essa charge reflete, em grande medida, a campanha contundente levada a cabo pela imprensa ilustrada, a qual no caso da revista *O Malho* se posicionou ao lado dos setores

⁸² BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985, p.135.

populares, encaminhando suas demandas, bem como suas queixas referentes às multas sanitárias e à lei de vacinação obrigatória contra a varíola.

Sob a ótica do chargista, a ação reivindicatória do Zé Povo, que vai ao encontro de Bulhões e do presidente da República exigir o resgate de suas roupas, ou seja, do seu dinheiro, seria em vão, visto que o representante do povo brasileiro era o grande pagador das contas do governo. Ao mesmo tempo, percebe-se que o desenhista mostra para os leitores d’*O Malho* que os seus representantes no poder público, além de agirem pouco ao seu favor, poderiam prejudicá-los no sentido de se apropriarem das suas economias.



A obrigatória da carupa

Papai Grande: - Chó! Burro! Tens muito juízo, mas mais força, não! Chó! Burro! Fica manso! E vocês, que diabo! – acabem ali com essa gaita! Tanto tempo para fazer montar a besta...

Oswaldo: - Eu bem que ajudo; mas o Wenceslau Braz está muito fraco...

Seabra: - Felizmente, chegou o Cassiano gaúcho que está acostumado a montar em pello...

Papai Grande: - Pois o melhor é elle montar o amazonas na chuva?? : Chó! Burro!

Fonte: *O Malho*, 16/11/1904, número 115.

Nesta charge executada por Leônidas Freire localizamos o presidente Rodrigues Alves, cujo apelido era *Papai Grande*, mobilizando seus esforços para conter o burro, a qual consiste em uma metáfora do povo brasileiro, com o intuito de domá-lo e aplicar nele a vacina contra a varíola, bem como o ministro da Justiça, J. J. Seabra, Wenceslau Braz, deputado federal e o diretor da Saúde Pública Oswaldo Cruz. Esta charge é muito relevante, pois, Leônidas, seu autor, ao lançar mão de símbolos relacionados ao imaginário dos brasileiros acerca da lei que aprovara a vacina de *Jenner* e dos seus efeitos sobre seu organismo e suas vidas, apresentava determinadas intenções comunicativas, as quais serão retomadas adiante.

Parece-nos significativo o fato de o desenhista ter recorrido, em primeiro lugar, à metáfora da caveira com o fim de representar a vacina obrigatória, bem como apresentar o burro como uma síntese do povo brasileiro. Em segundo lugar, a posição central

ocupada pelo burro e a cor laranja empregada para simbolizar o céu, o chão, as vestes do presidente, as faces das outras autoridades, enfim, a maioria dos elementos presentes na imagem, não foi regida por escolhas aleatórias. É instigante o fato de o povo ter sido representado como um burro, pois esse animal encontra-se envolto em um feixe de significados.

Desta forma, pode-se aventar uma série de possibilidades, dentre as quais a metáfora do animal pode estar relacionada à conduta popular marcada pela teimosia, rejeição à vacinação obrigatória e a recusa em atender as autoridades que visitavam suas casas com o fim de aplicar a vacina de *Jenner*. A possibilidade consiste no fato de o burro ser um animal que, comumente, carrega o peso, a carga pesada de uma lei considerada, por muitos, arbitrária. Como já vimos, para um número significativo de cartunistas, era o povo quem carregava o peso dos impostos e dos gastos do regime republicano. Contudo, acreditamos que esse recurso metafórico guarde mais relações, de um lado, com a teimosia do animal, simbolizada por seu coice, e do povo em aceitar e reconhecer a necessidade de vacinação de uma doença que assolava o Rio de Janeiro há aproximadamente um século. Do outro, o chargista, ao explorar a imagem do animal para simbolizar o povo, pode ter tido como fim promover a associação entre a resistência oferecida por esse segmento em vacinar-se e a ignorância, comumente atribuída a esse animal. Dentro desta lógica, a estupidez do burro se estenderia à maioria dos cariocas, os quais rejeitaram a forma autoritária como foi encaminhada a regulamentação da higiene e o decreto de vacinação contra a varíola, visto que desconheciam as reações da vacina em seus organismos. No entanto, o termo “garupa” pode estar relacionado à representação do burro construída por Machado de Assis, o qual associa a figura do animal à inteligência e à teimosia.

Outra hipótese que pode ser ponderada diz respeito ao fato de o autor da charge ter representado a forma como as autoridades públicas, Rodrigues Alves, Wenceslau Braz, Oswaldo Cruz e J. J. Seabra, viam o povo, ou seja, como um burro de carga. Da mesma forma que é possível considerar a possibilidade de que Rodrigues Alves, ao espantar o burro, não acreditou que a resistência popular à vacinação contra a varíola durasse muito tempo, talvez, para ele, o programa de saúde pública do Rio de Janeiro sairia vitorioso, assim como a Revolta da Vacina seria logo abafada. Acreditamos que a primeira hipótese seja a mais viável, uma vez que o número de charges que representou o povo como o grande responsável por carregar o peso dos impostos e da República neste período foi considerável. De igual maneira, o apelo à figura do burro foi o meio

através do qual os cartunistas representaram a rejeição, a desconfiança e a ignorância das massas em relação aos efeitos da vacina de *Jenner* em seus organismos.

A tonalidade laranja domina o cenário, bem como os detalhes dos trajes e da maioria dos utensílios utilizados pelas autoridades políticas que estão em evidência na charge. As características, as feições e as posições das autoridades presentes na figura nos sugerem que, na visão dos desenhistas, os setores populares atribuíram parcelas de culpa distintas àqueles que se envolveram na aprovação e na execução da lei de vacinação contra a varíola. A impressão que fica é a de que os chargistas imputaram a Oswaldo Cruz e ao ministro da Justiça J. J. Seabra, o qual deu carta branca ao médico para concretizar o seu programa de higiene da capital federal, a responsabilidade pelas arbitrariedades que se seguiram à regulamentação e à aprovação do decreto. É significativo o fato de o autor da charge tê-los representado à esquerda, segurando o burro com mais força, muito embora a expressão do sanitarista seja reveladora de sua insegurança quanto à aceitação da vacina pelo povo. A presença do então deputado federal Wenceslau Braz, mais à direita do burro, justifica-se por ser um aliado natural do programa de urbanização e saneamento do Rio de Janeiro aclamado pela gestão de Rodrigues Alves e Pereira Passos, uma vez que foi o político mineiro quem liderou a corrente governista, na câmara dos deputados, durante os debates acerca da lei de vacinação compulsória contra a varíola.⁸³ Na imagem, contudo, a posição e a falta de força de Wenceslau nos permite entender que o seu grau de envolvimento com a aprovação da referida lei foi menor, quando comparado com a postura e a posição dos outros personagens políticos representados na imagem.

Acreditamos que a alusão ao nome de Cassiano Nascimento pelo presidente relaciona-se ao fato de o magistrado e ex- senador gaúcho ter participado da campanha em prol da República, percorrendo cidades e vilas discursando e fazendo propaganda, até a proclamação em 1889, portanto, como conclui Alves, já estava acostumado “a montar em pelo”. No que diz respeito à alusão ao Amazonas e à chuva, pode-se afirmar que se trata de uma previsão do desenhista quanto ao destino mais provável dos setores que se envolveram na Revolta da Vacina. Ou seja, sob a sua perspectiva, os insurgentes seriam desterrados nas proximidades do Estado do Amazonas pelo poder republicano.

Outro recurso metafórico presente na charge diz respeito à representação da vacina como uma caveira, símbolo vinculado ao imaginário dos setores populares sobre

⁸³ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira: o poder civil* (1895- 1910). Editora Três: São Paulo, 1975. p. 132.

os efeitos da mesma em seus organismos. Convém ressaltar que este símbolo, encontra-se comumente envolto em um feixe de aspectos negativos, o qual está associado à mudança, ao medo e, sobretudo, à morte. Contudo, no caso específico desta charge, a metáfora da caveira estava atrelada aos mitos e às superstições acerca das consequências de uma prática milenar conhecida como variolização e da vacina de *Jenner*.⁸⁴

Em linhas gerais, é possível concluir que essas duas formas de combate à doença, suscitaram reações e pensamentos diversos, incluindo a noção segundo a qual a vacina poderia desencadear a sífilis quando aplicada braço a braço e até mesmo a morte. Nesse sentido, ao analisarmos as charges executadas durante aquela revolta, pode-se constatar a existência de um diálogo entre as visões dos desenhistas d'*O Malho* acerca do imaginário popular sobre a vacina e do seu comportamento e as perspectivas dos autores que elegeram esse tema como objeto de suas reflexões. Percebe-se que, tanto a imprensa ilustrada quanto as fontes históricas de outra natureza, utilizadas pelos historiadores atentos a essa questão, atuaram de modo a denunciar as dúvidas dos brasileiros quanto à capacidade de imunização da vacina, as quais fomentavam a revolta dos *vacinophobos* populares contra a lei de vacinação obrigatória.

Na esteira dos debates acerca dos efeitos da vacina de *Jenner* e do comportamento popular durante a Revolta da Vacina, os cartunistas transformaram suas criações em verdadeiros *locus* de discussão e de reflexão sobre as ações arbitrárias encaminhadas pelos gestores públicos no que tange ao projeto e à lei de vacinação, mostrando para o governo, através de sátiras irreverentes, que as opiniões dos seus leitores deveriam ser levadas em conta. Outro aspecto merecedor de destaque diz respeito ao fato de as charges terem focalizado em seus traços as especificidades presentes no imaginário da Revolta da Vacina, podendo-se localizar as impressões dos cariocas acerca dos efeitos da vacina, da regulamentação da higiene, bem como suas

⁸⁴ Convém destacar que o primeiro método utilizado para atacar o vírus consistia em uma prática milenar, que fora introduzida na Europa a partir do século XVIII. Tratava-se da retirada da secreção ou casca das pústulas dos doentes para ser ministrada em pessoas saudáveis, as quais adquiriam, segundo as crenças, imunidade ao vírus variólico. Por outro lado, a vacina Jenneriana surgiu na Inglaterra do século XVIII, mediante as observações realizadas pelo cientista Edward Jenner (1749 –1823), as quais viabilizaram a constatação de que as pessoas que se ocupavam em ordenhar vacas não contraíam a varíola. De acordo com sua perspectiva, estas pessoas adquiriam uma doença própria dos bovinos, porém guardava semelhanças com o vírus variólico, conhecido como “Cow-Pox” (pústula da vaca) várias pesquisas feitas em pessoas sadias, constataram imunidade ao vírus e como a doença bovina produzira uma pústula na epiderme das pessoas, retirava-se a secreção e aplicava-se em outra pessoa saudável. Segundo a perspectiva de Tânia Maria Fernandes, a diferença entre a variolização e a vacina de Jenner relacionava-se ao fato de que a primeira tentava implantar a forma benigna da varíola, e a segunda buscava evitar a varíola através do acontecimento de doença não letal. FERNANDES, Tânia Maria. *Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: Inoculação, Variolização, Vacina e Revacinação*. História, Ciências, saúde – Manguinhos, Vol. 10 (Suplemento 2): 461 – 74. 2003

perspectivas sobre as ações e posturas adotadas pelas autoridades públicas envolvidas no projeto de vacinação.

Parece-nos que os desenhistas d'*O Malho* visavam mostrar para os representantes do povo que sua visão de mundo, suas ideologias, superstições e, sobretudo, suas vozes deveriam ser ouvidas e respeitadas. Foi possível perceber que, em diversos momentos, os desenhistas, ao representarem o povo com uma conduta reativa à vacina, concordavam com ele.

A partir dessas considerações, é possível constatar que a varíola e a Revolta da Vacina (1904) fizeram parte de um processo mais amplo, o qual foi visto por milhares de pessoas como o grande responsável por alterar suas rotinas, posições e estilos de vida. Como se pode constatar, através da análise das charges difundidas pela imprensa ilustrada, cada grupo social tentava resguardar seus interesses e preservar suas visões de mundo, no momento em que a lei foi posta em vigor, os sentimentos mais íntimos, as tradições, a revolta e as concepções dos cariocas vieram à tona, tal como concluiu Sevcenko. Com efeito, os motivos que fomentaram a agressividade das pessoas durante os dez dias da Revolta da Vacina eram diversos e estavam integrando-a não só pelo acúmulo de ações autoritárias, ou por estarem perdendo suas moradias; era mais que isto, elas estavam, também, perdendo o controle sobre os ritmos de suas vidas. Sendo assim, na visão dos chargistas, a Revolta da Vacina (1904) apresentou igualmente este contorno, a luta dos amotinados para manter suas concepções e crenças, bem como sua moral e seus corpos livres da apropriação e da ingerência do governo. Portanto, pode-se concluir que o combate à varíola esteve em consonância com os discursos da ciência, do progresso, da ordem, da modernidade, da regeneração, práticas e intenções já existentes e contra as quais os insurgentes tentavam resistir.

Em determinadas narrativas humorísticas, Calixto Cordeiro, Raul Pederneiras e Leônidas Freire posicionaram-se na contramão do ideário preconizado pela grande maioria da intelectualidade da época, partidária de um projeto modernizador do Brasil, sobretudo da então capital federal, pautado no ideal de progresso, na disciplina do espaço urbano e na supremacia da ciência, dentre outros valores que espelharam o clima efervescente da *Belle Époque* carioca. Como contraponto a essa corrente, esses profissionais focalizaram em seus traços as mazelas do povo, agravadas em grande medida pela destruição dos cortiços e das casas condenadas pela Higiene. Por

intermédio desses documentos históricos e das reflexões que este gênero é capaz de engendrar, tivemos acesso a uma gama diversificada de memórias e perspectivas dos chargistas acerca dos rumos da política nacional, bem como do Rio de Janeiro em permanente processo de transformação, e das sensações e impressões que aquelas mudanças despertaram entre eles e os demais habitantes da cidade. É evidente que não foi possível apresentar todas. A opção metodológica foi selecionar as charges veiculadas durante o ano de 1904, que privilegiaram as perspectivas dos desenhistas e da elite carioca acerca das camadas populares, assim como aquelas que possuíam os melhores argumentos políticos e o poder de sintetizar o quadro social dos cariocas menos favorecidos. As charges selecionadas foram marcadas profundamente pelo cenário político-econômico instável da República brasileira e como cidadãos inquietos que eram, os desenhistas foram buscar inspiração nas ruas, apuraram e colheram boa parte dos acontecimentos que transcorreram naquele tempo, difundindo suas representações e opiniões para uma pequena, mas relevante população de leitores. As dificuldades mais comuns com as quais os trabalhadores se defrontaram constituíram-se em pontos de partida para um volume significativo de charges que circularam em *O Malho*, configurando um espaço privilegiado para as análises desses agentes da imprensa ilustrada sobre o lugar ocupado por estes setores na sociedade carioca e na vida política da república, com seu regime de leis, válido para todos os cidadãos. Talvez como nenhum outro grupo de intelectuais do seu tempo, os chargistas do periódico em questão, mostraram para os brasileiros, o universo dos pobres e dos subúrbios que se ocultava nos vãos da capital da ordem e do progresso e era, na maioria das vezes, encoberto pelo processo de modernização da cidade. A pesquisa das fontes permite-nos concluir que determinados cartunistas atuaram no liame entre estética e política, tendo em vista que um contingente significativo deslocou o tema e a complexidade de suas charges para criticar as primazias estabelecidas pelo governo municipal, tornando o seu discurso inteligível para os grupos menos instruídos, bem como para pontuar as deformações da estrutura oligárquica do regime republicano. As charges cumpriram uma função sociopolítica e os seus criadores, por sua vez, tentaram traduzir os anseios e expectativas do povo em diversas circunstâncias. É nesse sentido que a sua observação possibilita a compreensão de que elas apresentaram, para seus leitores, um segmento social inconformado com o aumento dos gastos públicos canalizados, sobretudo para a remodelação do espaço urbano carioca e verbas pouco revertidas para medidas em prol da geração de novos postos de trabalho e da melhoria das suas condições de vida. Por

outro lado, ainda que os setores menos favorecidos continuassem a enfrentar durante toda a Primeira República um cenário pouco favorável à consolidação dos seus direitos plenos, entre os trabalhadores existiam pessoas com a clara consciência dos seus direitos e que não perderam a capacidade de lutar por melhores condições de vida e de trabalho, mesmo diante de tantas adversidades.

CAPÍTULO 2

ENTRE O RISO E A CRÍTICA POLÍTICA: O POVO, A CIDADE E A POLÍTICA MUNICIPAL NA MIRA DA IMPRENSA ILUSTRADA

“Ninguém mais do que nós reconhece e proclama os grandes e valiosos serviços que o ilustre Sr. Dr. Prefeito Municipal tem prestado a esta cidade. Muitas vezes, nestas colunas, lhes temos feito, com prazer e orgulho, a justiça que merecem a dedicação, o esforço, a atividade que esse ilustre cidadão tem sabido desenvolver no exercício de um cargo tão cheio de responsabilidades quão erigido de dificuldades. Evidentemente, essa obra colossal que ele tem realizado, no decurso de três anos rápidos, tem provocado reclamações e protestos muitos dos quais terão, naturalmente, seu cunho de razão. Não poderíamos, porém, fechar os olhos à consideração de que tal obra jamais seria executada sem isso, porque impossível seria trazê-la sem ferir o espírito de rotina, deslocar interesses, perturbar os que achavam bem acomodados, irritar os que, indiretamente, viriam a ser lesados. Pretender que a transformação da cidade colonial, que o Rio de Janeiro era, na cidade moderna que já vai sendo, poderia ser feita sem abalos, sem atritos, sem reclamações e sem protestos, é pretender uma utopia” (...). A Ordem da Penitência, O Paiz, Rio de Janeiro, 7 fev. 1906⁸⁵.

O trecho desta crônica publicada nas páginas do jornal *O Paiz*, em 1906, ressalta a dualidade de sentimentos, expectativas e perspectivas dos cariocas acerca da Reforma Urbana e sanitária do Rio de Janeiro, eleita como prioridade dos governos de Pereira Passos e Rodrigues Alves. De fato, como já foi destacado, esse período consagrou-se pela transformação de uma capital colonial, fétida e insalubre em uma nova cidade, civilizada, arejada e moderna, permeada por inovações e melhoramentos em diversos âmbitos. Por sua vez, esta conjuntura marcada por contornos tão diversificados inspirou um conjunto expressivo de charges, crônicas, fotografias e caricaturas, as quais focalizaram os desdobramentos de tais medidas tanto do ponto de vista daqueles que se

⁸⁵ BRENNNA, Giovanna Del Brenna (Org). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão* II. Rio de Janeiro: Index, 1985. P.428.

sentiram beneficiados, lucrando diretamente com os resultados da Reforma, quanto dos setores que se sentiram prejudicados. Contudo, como muito bem observou o autor dessa crônica não assinada, seria impossível que o empreendimento colossal levado a cabo por Passos ficasse isento de conflitos, reclamações e protestos. O fato é que tais mudanças e benfeitorias não se estenderam e beneficiaram, da mesma maneira, todos os moradores da cidade.

Neste capítulo são analisadas as relações dos cariocas com o poder público do Distrito Federal e, a partir daí, exploramos as charges que trataram das demandas populares, no que se refere aos serviços públicos básicos, das áreas contempladas pelo projeto de reformulação da capital, bem como da qualidade das obras executadas pela Prefeitura nos seus diferentes bairros. De igual maneira, permanecemos atentos às imagens que focalizaram os reflexos das medidas aclamadas pelo Conselho Municipal sobre a vida dos setores menos favorecidos.

Desta maneira, pretendemos dar continuidade à análise acerca de determinadas questões que começaram a ser discutidas e problematizadas no primeiro capítulo. No entanto, tais aspectos não puderam ser mais explorados em função do recorte temporal, já que o ano de 1904 foi marcado por um número significativo de acontecimentos de ampla repercussão, responsáveis por inserir aquele momento vivenciado pelos habitantes da então capital nas páginas da história de nosso país.

2.1 – O jogo político na capital federal: o Conselho Municipal e a Prefeitura do Rio de Janeiro

Para viabilizar a compreensão acerca das relações travadas entre os moradores da capital federal e os seus representantes nos poderes públicos, bem como nas diferentes instâncias, resgatamos alguns estudos e apontamentos que tiveram o Executivo municipal e o Conselho composto pelos intendentess como objetos de suas análises.⁸⁶ Tais abordagens nos permitiram conhecer as especificidades do jogo político do Distrito Federal, bem como seus principais personagens.

⁸⁶ O Governo Provisório dissolveu a Câmara da Corte (1830-1889) pelo decreto nº 50-A, de 7 de dezembro de 1889, criando em seu lugar o Conselho de Intendência Municipal (1889-1892). Até a redação da primeira Constituição republicana, este Conselho era composto por sete membros nomeados diretamente pelo Executivo federal. Os antigos vereadores do Império foram denominados intendentess, numa clara alusão à ideia de administração militar fomentada por parte dos idealizadores e fundadores da República brasileira. Dentre suas atribuições estavam o gerenciamento da justiça, alimentação, saúde pública, educação, obras, finanças e patrimônio municipal. A partir dos preceitos constitucionais da Carta promulgada em 24 de fevereiro de 1891, segundo a qual os presidentes do Brasil e dos estados, assim como os membros do Poder Legislativo, em todos os níveis, seriam eleitos pelo povo, foi sancionada pelo presidente Floriano Peixoto a lei nº 85, de 20 de setembro de 1892 - primeira Lei Orgânica do Distrito Federal. Nesta, ficou estabelecido que o Legislativo da capital estivesse a cargo do Conselho Municipal,

Marcelo de Souza Magalhães, ao analisar o papel desempenhado pelos diferentes atores sociais envolvidos com a política da então capital da república trabalha com a perspectiva de que todos eles participavam do campo político-institucional carioca. O foco do seu estudo consiste em investigar o poder legislativo municipal, tendo como ponto de referência a análise da interconexão entre os intendentes e o prefeito do Distrito Federal e entre os intendentes e os habitantes da cidade.⁸⁷

Magalhães ressalta a existência de uma historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro dos primeiros anos republicanos, a qual insiste na permanência de um hiato considerável entre o Estado e a sociedade. Nesta perspectiva, o autor aponta o trabalho de José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* como portador de uma perspectiva, segundo a qual haveria uma espécie de pacto de convivência sem interferência, não se observando uma relação entre os poderes municipais e os habitantes da cidade no dia-a-dia⁸⁸. Em suma, sob a ótica do pesquisador, na capital federal, os políticos se colocavam de um lado e os demais habitantes de outro. Assim, segundo esta premissa, o único momento no qual se observaria determinado contato e algum tipo de relação entre a população carioca e os poderes constituídos seria o da revolta. Desta maneira, a população que habitava a cidade seria mais reativa do que propositiva a uma ação empreendida pelo Estado, considerada como indevida.

composto por 27 intendentes eleitos um por cada distrito municipal, e também por seis cidadãos mais votados no somatório de todos os distritos. Para a primeira eleição foram considerados distritos cada uma das 21 paróquias existentes no Distrito Federal. Os intendentes, com mandato de três anos, reuniam-se normalmente em duas sessões anuais e, extraordinariamente, quando convocados pelo presidente do Conselho, prefeito ou através de requerimento firmado pela maioria. Todas as resoluções empreendidas pelo Legislativo carioca eram julgadas pelo Senado, instância superior federal. Em 1893, o Distrito Federal foi dividido em três distritos eleitorais, antigas paróquias, cada um elegendo cinco membros para o parlamento municipal (decreto nº 1.910, de 18 de dezembro de 1894). Por sua vez, em 1902, a lei nº 939, de 29 de dezembro, reorganizou geograficamente a capital, em apenas um distrito, regulando o alistamento e o processo eleitoral. O Conselho Municipal passou a ser constituído por dez intendentes, com mandato de dois anos improrrogáveis. Em 1906 (decreto nº 1.619-A, de 31 de dezembro) e 1916 (decreto nº 3.206, de 20 de dezembro), o governo baixou novas regras quanto à eleição dos membros do Conselho Municipal. Pelo primeiro decreto, estipulou em 16 o número de intendentes, e pelo segundo, 24. Este número permaneceu até a última eleição para o parlamento do Distrito Federal. Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_link3.htm. (Acesso em janeiro de 2014).

⁸⁷ Tais análises consistem em versões da sua dissertação intitulada *Ecos da política: a capital federal, 1892-1902*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense em fevereiro de 2004. http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/%5B08%5DURBANA2_MAGALHAES.pdf. Acesso em dezembro de 2013. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da política: a capital federal, 1892-1902*. Niterói: PPGH-UFF, 2004, Tese de Doutorado.

⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O autor também salienta que as modestas pesquisas feitas na década de 1980 que se dedicavam à análise acerca das instituições municipais no âmbito da capital federal terminaram estigmatizando-as e reforçando a noção de que existiria, efetivamente, uma dissociação em relação à sociedade. No caso da Prefeitura do Distrito Federal, esta vertente sempre reitera o fato de que o prefeito era indicado pelo presidente da República, ao invés de ser aclamado através do voto.⁸⁹

Outra explicação destacada por seu trabalho diz respeito à atuação dos prefeitos da capital federal que consta no livro *Os bestializados*.⁹⁰ O fato de a cidade do Rio de Janeiro acumular duas instâncias de poder num mesmo espaço, Distrito Federal e sede do município –, teria gerado um conflito de competências, no que tange à resolução dos problemas da cidade. Nessa disputa entre diferentes esferas de poder, o governo federal teria conseguido despolitizar o poder municipal, tanto que o prefeito Pereira Passos, nomeado pelo presidente da República, governara ditatorialmente, com o Conselho Municipal fechado⁹¹. Esta atitude seria a grande responsável pela imagem do prefeito como um interventor federal.

Para uma série de abordagens, o pesquisador observa que o Conselho Municipal seria visto pelos habitantes de maneira negativa⁹². Assim, seus membros estariam basicamente preocupados em defender seus próprios interesses, estando distante das questões que aborreciam a grande parte da população, tais como: abastecimentos de água e carne, calçamento, iluminação pública, transporte público etc. Por outro lado, o pesquisador afirma que a análise da documentação produzida pelos poderes municipais

⁸⁹ Magalhães confere destaque ao trabalho de Elisabeth Von der Weid, a qual afirma ser o prefeito uma figura de ligação entre o Executivo federal e o Conselho Municipal. Isto é, esperava-se da pessoa indicada para ocupar o cargo de Prefeito ser capaz de desempenhar o papel de intermediário entre os poderes federal e municipal. A autora ressalta que o fato de o prefeito corresponder ou não à expectativa de quem lhe delegou o poder era decisivo para sua permanência no cargo. WEID, Elisabeth Von der. *O prefeito como intermediário entre o poder federal e o poder municipal na Capital Federal*. Rio de Janeiro: CEH-FCRB, 1984, mimeo.

⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

⁹¹ Magalhães também focaliza o trabalho realizado por Américo Freire, o qual acompanhou os debates travados no Senado Federal e na Câmara dos Deputados em torno dos projetos sobre o tipo de organização político-administrativa que deveria ser adotada no Distrito Federal, entre 1889 e 1906. Segundo o historiador, Freire estava preocupado em entender os embates existentes entre o poder federal, principalmente o Executivo, e as forças políticas cariocas, representadas nas duas casas do legislativo federal, nos momentos de definição e redefinição de um modelo de capital para a República. FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no campo político carioca*. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 1998, Tese de Doutorado.

⁹² CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...*, *op. cit.*

permitiria questionar essas interpretações acerca do papel do prefeito e do Conselho Municipal.

Ao analisar as mensagens dos prefeitos proferidas nas cerimônias de abertura das sessões legislativas municipais e a atuação dos mesmos quando da oposição de vetos às resoluções do Conselho, o autor conclui que as interpretações que simplificaram suas ações, ao considerá-los como meros intermediários ou interventores não se sustentam. Neste sentido, seu trabalho defende a premissa segundo a qual os prefeitos, não importando a origem da delegação de seus poderes, atuaram de forma relativamente autônoma, por vezes, indo contra os interesses do governo da União.

Através da análise dos abaixo-assinados, dos requerimentos, das representações e das petições apresentados ao Conselho Municipal, de 1892 a 1902, Magalhães se propõe a demonstrar a existência de um intercâmbio eficiente entre os vereadores e os demais habitantes da cidade. Ao invés de um Legislativo fraco e sem apelo popular, o autor constata que a instituição funcionou como um espaço que viabilizava o acesso da população aos poderes municipais.

Assim, conforme a perspectiva do autor,

A tramitação dos requerimentos, dos abaixo-assinados, das representações e das petições dentro do Conselho Municipal dividia-se em, no máximo, três etapas. Recebidas pelo Conselho, tais demandas eram lidas na parte inicial das sessões legislativas pelo primeiro Secretário da Mesa. Terminada a leitura, elas eram imediatamente distribuídas entre as comissões permanentes da casa, de acordo com o assunto de cada demanda, para emissão de parecer. A segunda etapa transcorria na comissão competente. Essa era uma fase em que se podia finalizar a tramitação. Havia duas grandes possibilidades de parecer. A comissão podia emitir um parecer conclusivo, ou seja, tomando uma decisão acerca da demanda: deferindo, indeferindo, não tomando conhecimento, mandando tanto arquivar, como aguardar melhor oportunidade para o despacho. Além disso, ao invés de decidir, o parecer podia ter um caráter de encaminhamento da demanda, mandando: ouvir a opinião de outra comissão permanente da casa legislativa, ouvir a repartição da Prefeitura competente no assunto ou encaminhar à Prefeitura para obter despacho. Por fim, a demanda deferida por uma comissão tinha ainda uma terceira e última etapa a cumprir. Ela era transformada em projeto de lei, tendo como autoria a própria comissão permanente que emitiu o seu parecer. Em seguida, passava a cumprir as etapas de tramitação de um projeto de lei. Isso implica dizer que demandas formais, encaminhadas por pessoas da cidade (individual ou coletivamente), podiam ser respondidas positivamente pelos membros do Conselho pelo meio mais próprio de atuação de uma instituição legislativa, que consiste na produção de uma lei.⁹³

⁹³ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da política: a capital federal, 1892-1902*. Niterói: PPGH-UFF, 2004, Tese de Doutorado.

Marcelo Magalhães adverte-nos que essa mobilização para responder a um número considerável de demandas permite que o leitor tenha dimensão da relevância assumida por esse canal de comunicação para a população e para os membros do Conselho. Assim, o ato de requerer, não importando, a princípio, tanto o que se pede, constituía-se o reconhecimento de que a instituição legislativa municipal era vista por muitos cidadãos como um lugar adequado para alcançar o que se requer. Nesta perspectiva, o autor conclui que o esforço de responder demonstrava, minimamente, a existência de intendentess preocupados em manter comunicação com os diferentes grupos da cidade.⁹⁴

Tal constatação permite a Marcelo afirmar que, de alguma forma, os intendentess eram sensíveis às demandas vindas da cidade, uma vez que eles atuavam flexibilizando as leis, isentando impostos, autorizando exceções à regra de construção na cidade, dentre outras coisas. Sob a ótica do historiador, o importante consiste em conferir destaque à permeabilidade observada entre o Conselho Municipal e a cidade, o que talvez ajude os historiadores a compreenderem o porquê do fechamento dessa instituição por seis meses, quando da posse do prefeito Pereira Passos.

É possível identificar certa similaridade no que tange às propostas dos diários *O Malho* e *Jornal do Brasil*, uma vez que ambos tentaram cristalizar sua imagem junto ao público leitor de defensores dos oprimidos. No caso específico da primeira revista, a edição comemorativa de seu aniversário reafirmava seu compromisso de “malhar” em benefício do povo. As reclamações populares reproduzidas na coluna do último periódico durante a virada do século XIX para o XX versavam sobre questões relativas à segurança pública, que aparecia como o aspecto mais citado, conforme consta no trabalho realizado por Eduardo Silva, seguido das preocupações com a limpeza e saneamento básico. O historiador salienta que a questão habitacional também se revelava problemática, bem como outros fatores que são imprescindíveis ao bem-estar do indivíduo na sociedade e ao exercício da cidadania. Sua obra apresenta-nos um pouco do itinerário dos brasileiros, especialmente daqueles socialmente desfavorecidos, trazendo à baila suas diversas estratégias de sobrevivência. Através da análise daquelas fontes, o pesquisador conclui que a ameaça da violência, mesmo generalizada, incidia de forma

⁹⁴ Marcelo Magalhães adverte-nos que os requerimentos, os abaixo-assinados, as petições e as representações eram as maneiras formais com que pessoas da cidade, individual ou coletivamente, se comunicavam com o Conselho Municipal. Grande parte do cotidiano político da casa legislativa era dispensada a responder esses tipos de demanda.

desigual às camadas sociais: mais aos segmentos populares, menos aos demais setores. Desta maneira, Silva adverte-nos que uma parcela considerável da população, entretanto, não dispunha de recursos para negociar politicamente seus direitos de cidadania. Sugere-se com isso, que as “classes perigosas” nada possuíam para dar em troca, a não ser, muitas vezes, a promessa de bom comportamento.⁹⁵

Assim, à semelhança da coluna *Queixas do povo*, as charges difundidas pelo periódico *O Malho* também atuaram de modo a focalizar as demandas dos habitantes da capital federal e, em diversos momentos, conferiram espaço de destaque ao padrão de conduta que regia as relações estabelecidas entre os setores populares e as diferentes instâncias de poder. A imprensa ilustrada alertou o leitor, diversas vezes, para o fato de que as políticas públicas, além de serem muito frágeis, estavam distantes de abarcarem os setores menos favorecidos que habitavam a capital modernizada.

Assim, da mesma forma que o *Jornal do Brasil*, o periódico *O Malho* dedicou-se, por longos anos, à publicação de um espaço destinado à crônica dos problemas políticos e sociais que angustiavam os brasileiros, principalmente os moradores do Rio de Janeiro. Daí é possível apreender a relevância de fontes como as charges, veículo fundamental na propagação de informações que passavam despercebidas pelo público leitor.

No que tange ao papel exercido pelo diário em questão, determinados cartunistas se utilizaram do espaço privilegiado que logravam junto aos seus leitores com o fim de difundir representações que refletiam as opiniões desfavoráveis dos moradores dos subúrbios cariocas às ações modernizadoras levadas a cabo pela política municipal. Tais imagens foram estruturadas de modo a deixar claro para o público leitor do periódico que Passos honrara o seu compromisso de eliminar o aspecto sujo e pouco civilizado dos espaços mais nobres e frequentado da capital, contudo, esquecera-se da população que habitava os arrabaldes. Há um número expressivo de charges veiculadas no período delimitado por esta pesquisa, em cujos traços percebem-se a intenção de o desenhista expressar a revolta popular em relação à indiferença da Prefeitura do Distrito Federal para com setores que habitavam as áreas mais distantes do centro e da Zona Sul. Conforme consta nas charges, esta parcela da população se via obrigada a conviver com as frequentes crises de desabastecimento de água, com inundações constantes, tendo que

⁹⁵ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.123.

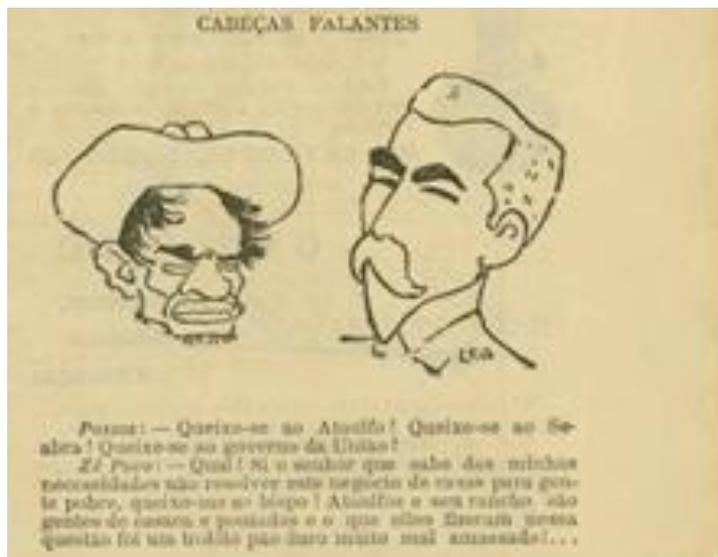
transitar pelas calçadas e ruas esburacadas. Tal situação os impedia até mesmo de chegar a seus lares.⁹⁶

Assim, as prioridades contempladas pelo programa de governo do Prefeito do Rio de Janeiro constituíram-se nos conteúdos mais frequentes das imagens difundidas pela imprensa carioca, que apresentava lado a lado as belíssimas construções existentes na Avenida Central, a abertura da Avenida à beira-mar e as ruas alagadas dos subúrbios cariocas, convertidas em pequenas lagoas e rios com as enchentes que assolavam diversas áreas da cidade.

Por outro lado, pode-se afirmar que os temas que suscitaram debates acalorados na imprensa ilustrada e que mais inspiraram os cartunistas, entre os anos de 1906 a 1907, estiveram relacionados ao arrasamento do Morro do Castelo, ao agravamento da crise habitacional, à nomeação de Souza Aguiar como novo Prefeito da então capital, às necessidades de construção das vilas operárias e das moradias populares pelo governo municipal, dentre outros acontecimentos de repercussão nacional.

A escolha de tais temas e medidas políticas como objetos de análise não foi fortuita, uma vez que a partir do mapeamento destas questões, pretendemos colaborar para uma melhor avaliação da sociedade carioca da Primeira República e do perfil dos seus principais atores. Com base nos dados disponibilizados pelas charges difundidas pela revista *O Malho*, são analisadas as estratégias de sobrevivência dos setores populares, bem como as respostas oferecidas pela Prefeitura do Distrito Federal às suas demandas mais urgentes, enfatizando-se aspectos que suscitavam consenso, temáticas que provocavam dissenso, bem como o tipo de relação estabelecido entre eles com os seus representantes no governo municipal.

⁹⁶ Tais reivindicações presentes nas charges da revista se assemelham, em grande medida, às queixas populares publicadas no *Jornal do Brasil*.



Cabeças falantes
 - Passos: - Queixe-se ao Ataulfo! Queixe-se ao Seabra! Queixe-se ao governo da União!
 Zé Povo: - Qual! Si o senhor que sabe das minhas necessidade não resolver este negócio de casas para gente pobre, queixo-me ao bispo! Ataulfo o seu rancho são gentes de casaca e pomadas e o que eles fizeram nessa questão foi um trololó pão duro muito mal amassado!...

Fonte: *O Malho*, 20/1/1906, número 175.

A charge em destaque executada por Leônidas Freire se constitui em uma ótima síntese do tema e do assunto mais candente que se encontrava no centro dos debates travados na imprensa carioca durante aquele ano. Tratava-se do anseio dos cariocas em torno da construção de moradias populares no Distrito Federal. Desta forma, ela foi escolhida por esta pesquisa em razão do seu poder de representar um tema que chamou a atenção da população da cidade, contando com uma ampla repercussão na imprensa durante aquele ano. De igual maneira, esta figura nos oferece elementos de análise para avaliar a percepção dos chargistas sobre a situação do povo naquele contexto, da mesma forma que possibilita-nos identificar sua postura política frente ao governo de Passos.

Nesta charge de composição e recursos plásticos muito simples, na qual não se observam cenários, situações complexas e um número significativo de personagens e situações concomitantes, o cartunista destacou o Prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, bem como o personagem Zé Povo que se encontra triste, abatido e preocupado com a sua situação e de seus companheiros. A maior fonte de insegurança e insatisfação dos trabalhadores relacionava-se ao fato de que a crise habitacional que se instalara após a aclamação do “bota- abaixo” estava longe de chegar ao fim e de conhecer uma resolução durante a administração de Passos. Ao final do seu mandato, Passos conseguira cumprir o maior objetivo de sua gestão: modernizar e conferir um aspecto civilizado à capital federal. Por outro lado, o prefeito deixava para o próximo gestor, a missão de consolidar um projeto antigo e muito discutido durante o seu governo: a

construção das moradias populares.⁹⁷ A imprensa carioca focalizava os debates e os projetos da municipalidade em torno das demolições do Morro do Castelo e das demais construções condenadas da cidade, o que significava a eliminação de um número significativo de habitações, deixando esses setores à mercê da vontade e das iniciativas do Conselho e do governo municipal.

Ao analisarmos a charge com mais acuidade, percebe-se que seu autor denuncia a indiferença notável de Passos a esse problema, clarividente na própria legenda da imagem, a qual salienta a insensibilidade do gestor público em relação ao sofrimento popular. Tal perspectiva se justifica, no momento em que o prefeito sugere ao Zé Povo queixar-se ao Athaulpho Nápoles de Paiva, desembargador preocupado com a organização e uniformização de todas as atividades de assistência pública e privada aos destituídos existentes na capital federal. Passos também aconselha o personagem encaminhar suas demandas ao ministro da Justiça, J. J. Seabra e ao governo da União, opinião que poderia estar relacionada ao fim iminente do seu quadriênio, bem como à premissa de que a resolução da questão da moradia popular não era competência da política municipal.

Desta forma, o cartunista utiliza de seu espaço privilegiado na imprensa com o fim de apontar, para a população de leitores da revista, o descaso dos governos municipal e federal para com a população pobre do Distrito Federal, salientando a sua revolta e o seu desespero em face da iminência das demolições dos quartos, barracos e dos lares ocupados por eles, situados nas áreas centrais e nos morros cariocas.⁹⁸ Por fim,

⁹⁷ Aproximadamente 25 charges dos 179 volumes compulsados, entre os anos 1904 a 1908, salientaram a crise imobiliária que se instalara sobre o Rio de Janeiro, na transição do século XIX para o XX, e que se agravava diante da continuidade do “bota- abaixo”, bem como a necessidade de o Estado apoiar e mover esforços no sentido de resolver essa questão, que tanto apavorava seus habitantes. Vale ressaltar que aproximadamente 21 imagens humorísticas trouxeram em seu bojo a defesa dos cartunistas quanto à necessidade de o governo levar a cabo o projeto de construção das vilas operárias e das moradias populares.

⁹⁸ Foi a partir do Morro do Castelo que a cidade do Rio de Janeiro cresceu e se urbanizou, do alto do Castelo, a cidade se espalharia pelas planícies que o rodeavam. Contudo, os casarios coloniais e as estreitas e tortuosas ruelas que se situavam no morro passaram a ser ocupada por uma população pobre e marginalizada. De acordo com as referências existentes sobre a urbanização o Rio de Janeiro, a discussão em torno da necessidade da sua demolição teria sido observada desde o século XVIII, sendo observados pareceres técnicos que ressaltavam a importância dessa medida. Contudo, quando o prefeito Carlos Sampaio decretou o desmonte do Morro, em 1920, ninguém acreditava que ele iria acontecer. Até 1922, aproximadamente cinco mil pessoas ainda ocupavam a área. Uma teoria muito em voga na época, defendida por médicos e sanitaristas, afirmava que o Morro impedia a circulação de ar que vinha da Baía de Guanabara, o que contribuía para as moléstias e epidemias que atacavam a população do centro da cidade. O fato é que o Morro foi arrasado em 1922 durante a gestão de Carlos Sampaio. BARRROS, Paulo Cezar de. *Onde nasceu a cidade do Rio de Janeiro: Um pouco da história do Morro do Castelo*. Revista geo-paisagem (on line), Rio de Janeiro Vol.1, número 2, dez. 2002. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/origem%20do%20rio%20de%20janeiro.htm>. Acesso em junho de 2013.

na visão do chargista, o povo atribuía a ineficácia das políticas públicas, em prol da construção de novas residências destinadas a ele, ao Conselho Municipal, que apresentava projetos platônicos e mobilizava esforços mínimos no sentido de colocar termo a esse impasse.⁹⁹ Por esta razão, pode-se afirmar que os alvos maiores da crítica popular, sob a sua ótica, no que diz respeito à questão das moradias, incidiu sobre o Conselho e a atuação do desembargador Athaulpho de Paiva, tendo em vista que ele e os membros daquele órgão eram vistos como membros de uma elite e, portanto, estavam muito distantes de conhecer a realidade dos morros e subúrbios cariocas. Assim, Zé Povo afirma que somente Pereira Passos conhecia as suas necessidades, da mesma forma que se pode entender que, na visão do cartunista sobre os setores populares, a única pessoa confiável e capaz de atuar a seu favor era o então prefeito da capital federal.

Dentro desta perspectiva, tem-se a impressão de que o cartunista, ao construir seu discurso político, conclamou o governo municipal a atuar de forma a beneficiar os trabalhadores daquela cidade, salientando a descrença popular em relação à assistência pública. De igual maneira, pode-se inferir desta imagem que, diante da modesta assistência oferecida pelo Estado, uma das opções mais viáveis que se apresentavam ao Zé Povo era recorrer à caridade privada proporcionada pela Igreja (Bispo). Portanto, a análise dessa charge permite-nos concluir que o socorro público simbolizado na imagem pelo nome de Athaulpho de Paiva era completamente ineficiente e dominado por pessoas que desconheciam o cotidiano dos setores populares. Apesar disso, Passos sugere que Zé Povo busque seus direitos no setor público. E, mesmo assim, o personagem diz que recorrerá à Igreja, o que nos revela o fato de a sua confiança ser maior nessa instituição do que naquelas mantidas pelo governo.

Surama Conde de Sá Pinto observa que muito se tem especulado sobre as origens dos prefeitos, deputados, senadores e intendentes que fizeram parte da representação da bancada carioca no contexto da Primeira República.¹⁰⁰ Nesta perspectiva, a autora salienta que o trabalho de José Murilo de Carvalho, “Os Bestializados”, se constitui em uma importante referência sobre o exame desta temática, uma vez que o autor sustenta a ideia de que havia uma separação entre o governo municipal e a representação dos cidadãos, apontando como fator agravante a frequente

⁹⁹ O Conselho Municipal constituiu-se no alvo da crítica ferina veiculada nas 29 charges dos 179 volumes avaliados por esta pesquisa, entre os anos de 1904 a 1908.

¹⁰⁰ PINTO, Surama Conde de Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: MAUAD, FAPERJ, 2011.

nomeação de prefeitos e chefes de polícia distantes da realidade da cidade, naturais, muitas vezes, dos estados de origem dos presidentes da República.¹⁰¹ Contudo, a historiadora ressalta que há poucas abordagens que contemplem a análise das especificidades desses grupos. Por esta razão, ela busca traçar um perfil dos atores vinculados à política do Distrito Federal, o que acaba nos oferecendo subsídios para o delineamento das relações existentes entre as narrativas humorísticas que repercutiram as ações e primazias estabelecidas pelas agendas políticas dos chefes do Executivo municipal e do Conselho Municipal e as suas carreiras profissionais e o seu local de origem. As reflexões motivadoras deste capítulo da tese de doutoramento da pesquisadora partem de uma afirmação feita por Lima Barreto em uma de suas crônicas, na qual observa que a representação do Distrito Federal estava nas mãos de pessoas que não tinham relação e não se preocupavam com o destino da cidade.

A tese defendida pelo cronista se sustentava na naturalidade dos representantes da população da antiga capital federal no Congresso e no Conselho Municipal. No que diz respeito à constatação de Barreto quanto ao fato de eles serem provenientes de diversas regiões do Brasil, Surama reconhece que ele não estava de todo equivocado.¹⁰² Partindo dos dados apresentados pela autora, constata-se que do universo total de membros das elites políticas, pouco mais de um terço havia nascido na cidade. No entanto, a despeito da origem desse grupo, a historiadora observa que seria equivocado afirmar que não havia elementos em comum. Seguindo as referências disponibilizadas por este trabalho, a geração à qual pertencia a maioria desses agentes incluía a formação superior em cursos tradicionais e nos mesmos estabelecimentos de ensino, padrões de carreira parecidos e o local de exercício da profissão conferiram ao grupo relativa homogeneidade, fato que o aproximava, inclusive, conforme ressalta a autora, do perfil das elites regionais do país no mesmo período¹⁰³.

A perspectiva de análise desta autora é interessante, na medida em que ressalta a importância da manutenção de um diálogo aberto e efetivo entre o candidato a profissional da política do Distrito Federal e o operariado da cidade. Assim, a manutenção de um canal aberto às demandas dos trabalhadores, apoiando Congressos, realizando Conferências e palestras com as associações das diversas categorias profissionais era importante para que o aspirante a político angariasse votos desses

¹⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P.35.

¹⁰² Idem, p. 38.

¹⁰³ Ibidem, p.42.

profissionais. Outro aspecto relevante salientado pela autora diz respeito à importância assumida pela imprensa durante o contexto eleitoral. Ela era um canal eficaz, tanto para difundir ideias e projetos políticos voltados para os problemas do momento, quanto para driblar acusações e responder a adversários.

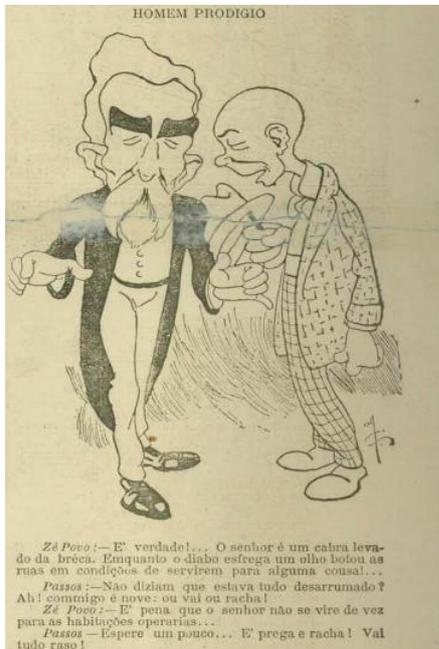
Como se constata, a verve política dominou o conteúdo e a estrutura narrativa da maioria das charges veiculadas na revista *O Malho* durante o ano de 1906. Neste período, observou-se um grande volume de imagens que salientou os debates entre o povo e os prefeitos do Distrito Federal, Pereira Passos e Souza Aguiar, bem como as opiniões populares relativas aos seus projetos, o que nos leva a concordar com Surama Conde de Sá Pinto quanto ao fato de este órgão funcionar como um canal de ligação fundamental entre o político e a sociedade. Ou seja, trazendo essas discussões para o âmbito desta pesquisa pode-se afirmar que Passos não poderia ignorar a atuação da imprensa ilustrada que difundiu um conjunto amplo de crônicas e charges que repercutiam perspectivas desfavoráveis a sua gestão, denunciando o aumento das disparidades sociais trazidas pelo seu programa de modernização do Rio de Janeiro.

A historiadora conclui que, de fato, as elites políticas cariocas entre 1909 e 1922 eram bastante heterogêneas, no que concerne à naturalidade e, portanto, mais abertas à presença de estrangeiros do que a maioria das elites regionais no período. Por outro lado, seu trabalho também deixa claro que a grande maioria dos membros dessas elites havia concluído os estudos na cidade que representariam, exercendo nela o seu trabalho. Neste sentido, os médicos, engenheiros, advogados, militares haviam passado por um intenso processo de socialização na antiga capital federal e, conseqüentemente, por um processo de enraizamento nos temas caros à política do Distrito Federal. Desta maneira, a tese de Surama vai de encontro à premissa sustentada por Lima Barreto, na medida em que ela afirma que os representantes do Distrito Federal conheciam muito mais do que o bairro onde moravam, sendo que boa parte deles encerrou sua trajetória política no Rio de Janeiro.

2.2–As charges d’*O Malho* e as “queixas do povo”

Ao averiguarmos as charges publicadas ao longo do ano de 1906, é possível afirmar que as críticas populares, de acordo com a perspectiva de diversos chargistas, entre os quais se destacam os nomes de Leônidas Freire e Calixto Cordeiro, incidiram sobre as primazias firmadas pela agenda política de Passos, não havendo qualquer relação com a sua naturalidade. Ao mesmo tempo, tal perspectiva nos permite perceber

que o chargista também difundiu uma representação daquele que seria o prefeito ideal para o Rio de Janeiro: ele deveria demonstrar um conhecimento profundo acerca dos principais problemas da cidade. Ou seja, ele precisaria reconhecer que a crise imobiliária deveria figurar como uma das principais precedências estabelecidas pelo seu projeto de governo.



Homem prodígio

Zé Povo: É verdade! ... O senhor é um cabra levado da breca. Enquanto o diabo esfrega um olho botou as ruas em condições de servirem para alguma cousa!...e

Passos: - Não diziam que estava tudo desarrumado? Ah! Comigo é nove: ou vai ou racha!

Zé Povo: - É pena que o senhor não se vire de vez para as habitações operárias...

Passos: - Espere um pouco... É prega e racha! Vai tudo raso!

Fonte: *O Malho*, 3/03/1906, número 181.

A charge em relevo cuja assinatura do desenhista não foi identificada tem como ponto de partida de seu discurso a defesa da construção de moradias para os operários que trabalhavam no Distrito Federal, ou seja, a formação das vilas operárias. Faltando poucos meses para o encerramento do quadriênio de Francisco Pereira Passos, Zé Povo lastima que o Prefeito não tenha conseguido levar a cabo a construção das casas que contemplariam os trabalhadores da cidade. Cabe salientar que este projeto fazia parte da linha teórica do discurso higienista sustentado pelas autoridades públicas durante os anos iniciais do século XX. Por outro lado, convém destacar, também, que a postura com a qual o cartunista representa o personagem popular perante o Prefeito do Distrito Federal, bem como a forma como Zé Povo aborda o gestor público seguem na mesma direção da vertente de desenhistas que construíram narrativas humorísticas com o fim de desqualificar ou relativizar as ações e os projetos modernizadores de Passos. Nesta

charge percebe-se a crítica do seu autor ao fato de o Prefeito não privilegiar os pobres. Em contrapartida, os elogios quanto ao caráter enérgico e perspicaz do engenheiro, evidente na expressão “levado da breca”, corresponde à ironia que o chargista imprime a sua criação, uma vez que a realidade na qual a maioria dos cariocas se encontrava inseridos se mostrava bastante diversa.

Por um lado, o desenhista conferiu destaque à agilidade com a qual o gestor colocou abaixo as estruturas condenadas e coloniais do Rio de Janeiro, o que acabou proporcionando melhorias diretas para os grupos que viviam nas proximidades do centro e na zona sul da cidade. Por outro lado, evidenciava-se para os leitores da revista a morosidade do gestor no atendimento às demandas dos pobres.

O descaso da política municipal em relação aos pedidos dos trabalhadores se faz notar na própria legenda da charge, bem como nas especificidades do encontro de Zé Povo com o Prefeito. Enquanto Passos olha para frente, o povo lhe apresenta suas queixas. Nota-se que ele caminha apressado, querendo ficar livre de Zé Povo. O cartunista ressaltou através da legenda, que o próprio gestor reconheceria o fato de suas preferências identificarem-se com a política de demolições das habitações condenadas e construções de fachadas, prédios e teatros que chamassem a atenção de todos.

2.3 – Estrutura administrativa e dinâmica interna da sociedade carioca: as relações entre os poderes públicos e a população da cidade



Quem espera desespera

- Com raios de diabos! Vêm essas casas para gente pobre ou não vêm?

- Com mil bombas! Não de vir! Mas primeiro está se tratando da sala de visitas: palácios e avenidas. Depois se passará para a cozinha, para o quintal, para o chiqueiro!

Fonte: *O Malho*, 10/04/1906, número 182.

A charge em evidência, traçada por um desenhista que se valeu de um pseudônimo, revela-nos determinadas convicções compartilhadas pelos segmentos populares nos idos de 1906, ciosos pelo início da construção pelo governo das casas populares e descontentes com as poucas iniciativas mobilizadas pelo Conselho

Municipal e pela Prefeitura do Distrito Federal nesse sentido. Em primeiro lugar, a análise atenta dos gestos dos personagens retratados na charge nos permite concluir que os trabalhadores desaprovaram e contestaram as ações levadas a cabo pelo governo e o Conselho Municipal, uma vez que faltavam poucos meses para o fim do mandato do Prefeito Pereira Passos e nem os projetos que visavam definir os parâmetros dessa construção haviam sido aprovados. Suas feições preocupadas e de revolta relacionavam-se ao quadro angustiante no qual os pobres da cidade se encontravam inseridos, tendo que conviver com suas famílias inteiras em quartos e barracos apertados em função dos elevados preços dos aluguéis. Desta forma, é possível notar que a preocupação popular em torno do seu destino diante da continuidade do *bota- abaixo* se constitui na tônica dos debates travados pelas charges difundidas em *O Malho* durante aquele ano.

De acordo com os estudos realizados por Romulo Costa Mattos, em 1905, a partir da denúncia das condições de moradia das classes pobres feita por um jovem engenheiro da Prefeitura, Everardo Backheuser, reacenderam os debates sobre a questão habitacional, que acabou ganhando o caráter de uma campanha sistemática na grande imprensa¹⁰⁴.

Assim, a repercussão desses debates acabou influenciando as medidas adotadas por Passos em 1905. Neste ano, o Prefeito anunciou o seu plano de intervenção direta na questão da moradia, tendo iniciado os procedimentos que levariam à construção de casas populares com os recursos da própria Prefeitura. Contudo, como nos adverte Mattos, embora esse tipo de ação fosse uma demanda urgente dos trabalhadores, o poder de alcance de tal medida não foi muito grande. Portanto, a experiência do prefeito nesse campo não pode ser superestimada, uma vez que ele deixara para o fim de sua administração as decisões concernentes à construção de casas populares, que foram, de fato, erguidas na gestão de Souza Aguiar. Nesse sentido, o autor observa que:

A quantidade de habitações construídas (120 no total) não foi nem um pouco significativa perto do número de demolições ocorridas durante as obras de reformulação urbana (2.240 prédios). Além disso, o início da construção de tais moradias foi retardado para o fim do seu mandato; e, para coroar todo esse processo terminado em 1908, as classes pobres acabaram ficando de fora dessas habitações, tendo sido ocupadas preferencialmente pelos funcionários da própria Municipalidade –conforme denunciaram os jornais operários e os órgãos da grande imprensa que faziam oposição à União e à Municipalidade. Vale observar que, mesmo sendo a intervenção direta do Estado um tipo de abordagem que ia de encontro aos interesses do grupo dos construtores civis,

¹⁰⁴ MATTOS, R. C. *Habitações populares na Primeira República: Campanhas, leis e discursos*. In: Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011, 2011, Niterói. *Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*, 2011. p. 1-13.

tal medida foi aplaudida pela maioria dos periódicos da capital, por ser vista como um indício de reação dos poderes públicos contra a crise de moradias¹⁰⁵.

Por outro lado, o historiador afirma que as diversas leis habitacionais elaboradas na Primeira República obedeciam mais ao objetivo de aliviar a pressão da classe trabalhadora em um determinado contexto histórico do que efetivamente combater à questão da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o autor conclui haver uma estreita sintonia da aprovação de tais leis com as conjunturas em que a manifestação dos trabalhadores no espaço público atingia níveis mais elevados¹⁰⁶.

Segundo consta nas notas e crônicas veiculadas na imprensa, disponibilizadas pelo trabalho *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*, em março de 1906, período em que esta imagem foi difundida, os jornalistas noticiaram um decreto do Prefeito de número 590, estabelecido aos nove de março de 1906, que abria crédito especial de vinte e cinco contos para a compra de terrenos e construção de casas para operários. Contudo, no mês seguinte houve um retrocesso nesse sentido, uma vez que o Conselho Municipal declarou a necessidade de redução do programa de construção dessas casas¹⁰⁷. Dessa forma, é possível concluir que tais medidas e ações encaminhadas pela municipalidade eram muito lentas e não apresentaram uma solução alternativa e com caráter mais emergencial para a resolução da questão habitacional. Muitos trabalhadores e subempregados do Distrito Federal continuavam a conviver com o medo de morar nas ruas da cidade ou tinham que se espremer nos quartos alugados.

A análise dessa charge permite-nos concluir que, sob a ótica da população da capital federal, de acordo com o argumento difundido pelo cartunista, ela só alcançaria seu objetivo através de mobilizações que expressassem o seu descontentamento, aspecto que fica claro na seguinte passagem: “*com mil bombas*”. Talvez, tal expressão possa ser substituída sem perda de valor semântico por “*mil armas*”. Da mesma forma que, na visão do povo, tal levantamento parecia estar próximo e ser inevitável.

¹⁰⁵ Um longo tempo se passou e em 1920 o tema da crise habitacional recobrou sua força em um contexto marcado pelo auge do movimento operário, o reinício das grandes obras públicas e a queda no número de construções e reconstruções ocasionada pelo encarecimento dos materiais importados. Novamente, a movimentação dos trabalhadores foi acompanhada pela dos representantes do grande capital imobiliário, que enxergavam em tais ocasiões a oportunidade de pressionar o Governo a fim de que esse arregimentasse uma legislação habitacional favorável aos seus interesses. Idem, p.4.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 5.

¹⁰⁷ BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão* II. Rio de Janeiro: Index, 1985. P. 463.

No entanto, é possível identificar o termo dramático “mil bombas” como o barulho proveniente das reivindicações e discursos populares e da própria imprensa que fazia eco aos setores da população que se sentiam desassistidos pelo poder público, denunciando o despreparo dos gestores, bem como as feições autoritárias assumidas pela política de demolições. A partir daí, a expressão “hão de vir”, pode ser concebida como uma solução para a crise imobiliária, ou seja, para a construção das vilas operárias e das moradias populares através da intervenção dos governos municipal e federal, contudo ela tardaria, uma vez que Passos e Rodrigues Alves elegeram as áreas centrais e a Zona Sul como o foco dos melhoramentos urbanos durante o seu quadriênio.

Assim, deparamo-nos com mais uma charge que apontou a indiferença com a qual os poderes públicos lidavam com a maior parte da população carioca, reduzida à miséria e à mercê da boa vontade da Prefeitura. Tais denúncias difundidas por diversos veículos da imprensa estiveram relacionadas ao fato de não ter se observado o estabelecimento de um prazo razoável pela municipalidade, para dar início às demolições, até que os moradores das habitações precárias encontrassem novos lares. Esta charge transmite-nos a noção de que à medida que a cidade se embelezava e alargava suas ruas e avenidas, questão tratada como prioritária pela agenda política do momento, mais sofrimento e miséria se abatiam sobre o “*chiqueiro*” e a “*cozinha*”. Ou seja, tais metáforas remetem-se ao drama vivenciado pelos grupos que habitavam as áreas mais carentes da cidade, ou seja, os morros e subúrbios da capital federal.

De acordo com a perspectiva de Ribeiro, o aumento do preço dos imóveis, que consagrou o mercado imobiliário, como um dos três maiores setores especulativos da Primeira República, acompanhado da especulação cambial e do mercado de capitais, devia-se basicamente a dois fatores¹⁰⁸. Por um lado, o aumento populacional da ordem de 2,84% ao ano e uma taxa de crescimento das construções de 3,4%. Por outro, um aumento de apenas 1% nas construções domiciliares. Dessa forma, mesmo que tenha ocorrido um aumento da construção civil, grande parte desta destinava-se a imóveis comerciais, industriais e de prestação de serviços. Esses dados referem-se ao período compreendido entre 1890 a 1906, conhecido pelos pesquisadores como de consolidação da crise imobiliária. No período anterior, de 1870 a 1890, apesar de verificar-se um aumento do número de habitantes da cidade, ele se fez acompanhar pelo fluxo

¹⁰⁸ RIBEIRO, L. C. Q. ; LAGO, L. C. . A Oposição Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n.1, p. 144-154, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8598.pdf>. Acesso em: julho de 2013.

populacional em direção aos arrabaldes da cidade e por um aumento da oferta de moradias sob a forma de casas-de-cômodo, cortiços e estalagens no centro.

2.4- O quadro social dos moradores dos subúrbios e favelas da cidade



Fome de casas
Ella: - Patife! Pois ainda te atreves a dizer que não achaste casa para nos mudarmos?!

- Elle:- Mas, Santinha, olha que não há mesmo casas... As poucas vazias a hygiene chimpa-lhes o cartapão na porta ou não dá- habitação!

- Ela: - Deixe-me de embromações! O senhor não leu os jornais? Não leu que o presidente da República ia morar na sua residência particular?

Elle: Li... sim!

Ella: E que é que o senhor fez que não foi tratar o palácio do Catete que vai ficar vazio? Vá, puxe!

Fonte: *O Malho*, 20/01/1906, número 175.

Esta charge não assinada sintetiza a situação preocupante com a qual os setores menos favorecidos do Rio de Janeiro se viram obrigados a conviver. Tais circunstâncias remetem-se ao fato de eles terem de encontrar às pressas um novo lar, visto que as moradias que não se enquadrassem nos princípios postulados pelo Programa de higiene do governo municipal seriam demolidas a um só tempo. Este desenho possuiu o mesmo caráter de denúncia daqueles selecionadas pela pesquisa até agora, contudo ela é portadora de um apelo humorístico maior do que as outras, visto que o cartunista se utilizou da sua verve satírica para representar o desespero e a raiva da mulher canalizada para o marido em face da iminência de ser despejada. Assim, diante da escassez de habitações, dos elevados preços dos aluguéis e das modestas políticas públicas voltadas para a construção das vilas operárias, a única solução viável que se apresentava aos pobres consistia na ocupação do Palácio do Catete, a residência oficial do então presidente da República, Rodrigues Alves.

Por outro lado, a partir de março, como foi delineado, alguns decretos foram estabelecidos pela municipalidade no sentido de criar as condições básicas e dar os primeiros passos para a edificação dessas vilas, o que deixava, pelo menos, um rastro de esperanças para esse segmento social.



A Queixa Geral

- Elle: - Você precisa se apromptar. O novo prefeito vai tratar de limpar e embelezar os arrabaldes e subúrbios, e é feio você não deitar elegância...

Ella:- Quá, seu Praxede! Premero que seu prefeito estifaça os graúdo de Botafogo, tem tempo da gente morre comida... pelos mosquito e sê enterrada pela poeira!...

Fonte: *O Malho*, 1/12/1906, número 220.

Nesta charge o cartunista resgatou, também, as feições e as vozes da população que residia nos subúrbios cariocas. Durante todo o ano, os cronistas e chargistas, que eram colaboradores dos diferentes diários e revistas da cidade, colocaram em xeque os contrastes existentes entre as regiões centrais e as mais valorizadas da cidade, caso de bairros como Botafogo e Laranjeiras. Tais imediações colheram diretamente os louros da política de remodelação e saneamento da cidade levada a cabo pelos governos federal e municipal, ao passo que os subúrbios constituíam-se em verdadeiros contrapontos aos endereços nobres da capital, uma vez que a população que habitava os arrabaldes era obrigada a acostumar-se com as constantes inundações e com o mau estado de suas ruas e calçadas.¹⁰⁹

Esta figura apresenta uma estrutura bastante simples, contando apenas com dois personagens que ganharam feições sob os traços de um desenhista não identificado. Ele conferiu destaque à fala coloquial da população que residia nos confins da cidade, ressaltando a desconfiança da mulher, no que se refere à promessa do novo Prefeito do Distrito Federal, Souza Aguiar, de limpar e embelezar aquela região tão carente da

¹⁰⁹ Aproximadamente 12 charges dos 179 volumes pesquisados, entre os anos 1904 a 1908, denunciaram diretamente o estado de completo abandono no qual se encontravam os subúrbios cariocas, os quais não observaram quase nenhum vestígio dos melhoramentos que estavam transformando a capital fétida e colonial na “cidade maravilhosa”. Tais transformações urbanísticas, de fato, contemplavam os moradores das freguesias centrais e da zona sul do Rio de Janeiro. As queixas dos habitantes da capital da República publicadas na revista *O Malho* versavam, em geral, sobre a má qualidade dos materiais empregados no calçamento das ruas (aproximadamente 14 charges num total de 179 volumes tiveram este tema como fio condutor de suas reflexões), bem como sobre o precário sistema de policiamento do município (28 charges abordaram este tema num total de 179 periódicos). As imagens denunciavam, ainda, os elevados impostos a serem pagos pelos contribuintes brasileiros (aproximadamente 41 charges em 179 volumes abordaram este assunto diretamente), assim como a deficiência da higiene na cidade (18 charges criticaram a limpeza do Distrito Federal).

atenção dos poderes públicos e de infraestrutura. Ao advertir a mulher quanto às suas vestes e a sua postura inadequada para receber o político, o personagem acreditava, de fato, no compromisso firmado pelo novo chefe do Executivo municipal junto aos moradores daqueles bairros, de promover as melhorias mais urgentes naquela área. Contudo, esta opinião não era compartilhada pela mulher que mostrou-se cética a tudo isso.

Tal descrença relacionava-se ao fato de que os moradores dos subúrbios cariocas já tinham se acostumado a ver o empréstimo contraído por Passos junto à Inglaterra, ser empregado, exclusivamente, para o usufruto daqueles que tinham seus endereços na Zona Sul e no centro da capital. Sendo assim percebe-se que a queixa da carioca guardava relações com a negligência da gestão anterior em relação aos problemas que assolavam os subúrbios, principalmente as enchentes que, vez e outra, destruíam os bairros localizados naquelas áreas do Rio de Janeiro. A partir daí, é possível entender a dubiedade da personagem, a qual só via os impostos que saíam do bolso de todos os contribuintes, indo em direção aos melhoramentos das áreas nobres da cidade.

Nesta perspectiva, sob os olhares desse chargista, esses moradores da capital federal não acreditavam na possibilidade de que o governo municipal promoveria mudanças e melhorias naquelas áreas, premissa que fica clara na seguinte passagem : “ *tem tempo da gente morrer comida... pelos mosquitos e ser enterrada pela poeira*. Este desenhista, ao abordar as opiniões populares acerca do papel desempenhado pela Prefeitura do Distrito Federal, no que diz respeito às obras necessárias para o benefício dos subúrbios, dialoga com a maioria das premissas defendidas por estes profissionais durante o ano de 1906. As charges desacreditaram a capacidade de o poder público colocar termo aos problemas na infraestrutura da cidade, sobretudo aqueles observados nas proximidades do Canal do Mangue e da Cidade Nova. Assim, fica a impressão de que, na visão dos chargistas d’*O Malho*, os moradores dos arrabaldes da cidade acreditavam que o governo municipal demoraria a agir a seu favor. Tal perspectiva se evidencia no conteúdo irônico da legenda, bem como nos significados negativos transmitidos pelos gestos e feições da personagem, que simboliza a opinião dos moradores dos subúrbios da capital.

Para efeito desta análise, convém salientar determinadas características, etapas e objetivos contemplados pela Reforma Urbana levada a cabo pelo então prefeito Pereira Passos, para que possamos compreender seus reflexos manifestados na vida dos cariocas durante a gestão de Souza Aguiar. De acordo com as formulações de André

Nunes de Azevedo, Pereira Passos nomeou a Comissão da Carta Cadastral, cuja chefia coube ao engenheiro Alfredo Américo de Souza Rangel¹¹⁰. Seguindo as orientações do prefeito, Rangel ficaria responsável pela definição dos objetivos da reforma, bem como do detalhamento de seu projeto. Nesse sentido, a reformulação do sistema viário indicava cinco operações de reordenamento da estrutura da cidade. A primeira, conforme observa o autor, visava desafogar o movimento, então intenso, entre os bairros do centro e aqueles localizados no sentido sul da cidade. Para tanto, projetou-se uma avenida traçada entre o princípio da Rua Chile e o fim da Praia de Botafogo, margeando o litoral em toda a sua extensão, com exceção de um trecho de 220 metros atrás do Morro da Viúva. Tratava-se da Avenida Beira-Mar.

A segunda tratava de promover a ligação entre a zona sul e leste da cidade pela Avenida Mem de Sá). Já a terceira visava estabelecer uma ligação entre o centro e o oeste, pela artéria constituída com a integração das ruas da Assembléia, Carioca, Visconde de Rio Branco e Frei Caneca. A quarta ligaria em sentido centro-noroeste, pela artéria estabelecida com a integração da Rua Visconde de Inhaúma e a Rua Marechal Floriano, que ganhava solução de continuidade com as ruas General Pedra e Boulevard São Cristóvão em sentido no norte e Senador Euzébio, em sentido oeste. Por fim, tinha início a construção das duas linhas que articulavam a região portuária com o centro da cidade, pelas ligações do Largo da Prainha com a Rua do Sacramento. Estas operações viárias, explicadas somente pelo seu sentido, traduziriam o objetivo da prefeitura do Distrito Federal de promover a integração do centro urbano com todas as direções da cidade. Por outro lado, conforme consta nas explicações oferecidas por André Azevedo em sua análise a respeito da reforma urbanística empreendida por Passos, a estruturação viária da cidade operada na gestão de Pereira Passos não se circunscreveu aos objetivos postulados pela Comissão da Carta Cadastral. Para além das obras assinaladas, o prefeito arruou e promoveu melhoramentos em uma série de vias em Copacabana, entre as quais se destacou a Avenida Atlântica, obras possibilitadas pela abertura do hoje denominado “túnel velho”, o qual ligava Botafogo a Copacabana.¹¹¹

A partir dessas considerações, é possível perceber que os cartunistas da revista *O Malho* produziram sátiras irreverentes e levaram os brasileiros a refletirem sobre o

¹¹⁰ AZEVEDO, A. N. de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago.2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf. (Acesso em: 23/05/2013).

¹¹¹ Idem, p. 50.

universo político e social no qual estavam inseridos. Esses profissionais conferiram espaço de destaque à insatisfação dos habitantes do Rio de Janeiro com o fato de Passos não ter contemplado, entre as metas aclamadas pela Comissão da Carta Cadastral, a resolução dos problemas na infraestrutura dos subúrbios da cidade, uma vez que eles constituíam-se em facilitadores para as enchentes. A reformulação do sistema viário foi considerado prioritário pela gestão de Passos, cuja intenção consistia em promover a integração urbana da cidade, o que viabilizaria o seu funcionamento harmônico. A despeito da realização de algumas obras que beneficiaram a população que habitava as áreas próximas à Cidade Nova, pode-se averiguar nas charges que a noção que prevalece entre os moradores do Distrito Federal é a da descrença quanto à possibilidade de as melhorias nas áreas adjacentes à Cidade Nova serem consideradas pelo novo prefeito Souza Aguiar. Com efeito, tal perspectiva estava diretamente associada à pouca atenção conferida pela administração de Passos às obras necessárias ao benefício daquelas zonas da cidade.



No Morro da Providência

- Sabes d'uma cousa, mulher? Os jornaes fallar contra estas casinholas de caixas de kerozene e zinco... D'aqui a pouco temos por cá a Prefeitura e a Policia... Vamos tratar de mudar os troços...

- Para onde?! Para os palácios da Prefeitura e do Catete? Pois si nem para gente rica há casas que chegem!... Não seja mollenga: vá dizer aos jornaes e ao seu Aguiar que nos deixem em paz, já que, a respeito de casas, nos deixaram às moscas...

Fonte: *O Malho*, 9/03/1907, número 234.

A charge em relevo cuja autoria não foi explicitada salienta a revolta e a preocupação dos segmentos menos favorecidos em relação à escassez de moradias na antiga capital da República, uma vez que os imóveis da cidade teriam que atender a uma série de condições e requisitos postulados pela Comissão da Higiene e da Saúde do Distrito Federal. Por esta razão, havia uma inquietação geral entre os cariocas a respeito das decisões deste órgão e as iniciativas mobilizadas pelas autoridades públicas com o fim de resolver, em certa medida, esta questão através da construção das vilas operárias. Nesta crônica humorística, o personagem em destaque mostra-se preocupado com as

denúncias realizadas pela imprensa, que salientava a precariedade das condições e do material empregado na edificação de certas moradias construídas nas diferentes regiões da cidade. Sendo assim, o carioca em primeiro plano acreditava que a visita realizada pelas autoridades ligadas à Saúde e às demais autoridades, como o Prefeito do Distrito Federal e a própria Polícia, estaria próxima e, naturalmente, condenariam sua residência à demolição, pois ela não se adequaria às normas exigidas pela Higiene. Desta maneira, na perspectiva do personagem a solução era mudar-se rapidamente daquela casa e juntar seus pertences.

Por outro lado, a postura e as feições da personagem em segundo plano evidenciam a sua indignação e a sua ira, em primeiro lugar, com as denúncias realizadas pela imprensa e as poucas ações adotadas pela municipalidade com vistas a resolver a crise habitacional que preocupava e tanto afligia os trabalhadores. Em segundo lugar, pode-se perceber que a irritação da mulher estava diretamente relacionada à ignorância do marido, uma vez que ele não conseguira perceber que a escassez de moradias era um problema geral, e que afetava até mesmo as famílias cariocas mais abastadas. Nesta perspectiva, o desenhista salienta que, na concepção da carioca, o único recurso para a resolução daquele impasse era a imprensa se pôr do lado do povo e não colocar em xeque as condições de higiene e de construção de determinadas moradias, visto que os pobres só tinham a alternativa de continuar onde estavam.

Em face da ausência de casas para alugar e dos preços exorbitantes estabelecidos pelos senhorios, que se valiam daquelas circunstâncias favoráveis aos ganhos para lucrar o máximo possível, os pobres deveriam permanecer em suas casas, mesmo que elas não atendessem às condições de higiene, simplesmente pelo fato de ser preferível ficar em uma moradia apertada e precária a morar nas ruas da cidade. Como vimos anteriormente, este tema constitui-se no fio condutor dos debates políticos e das reflexões realizadas por diversas charges veiculadas ao longo do ano de 1906, fato que nos leva a concluir que, na visão dos cartunistas, os cariocas tinham a exata dimensão de que poucos aspectos haviam sofrido mudanças ou melhoraram nesse sentido durante a gestão de Passos e nos meses iniciais do mandato de Aguiar. Ou seja, a crítica que parece emergir desta imagem relaciona-se ao fato de que o novo prefeito do Distrito Federal tardou a executar o seu projeto e a promessa de facilitar e dar início à construção das vilas operárias.



Conta errada

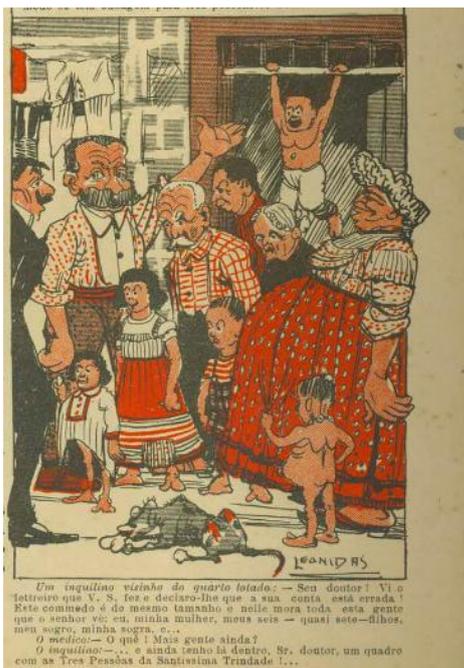
Um médico da higiene (à parte):- Mas, como é que se pode combater a tuberculose, si não há casas, si a gente pobre vive por aí amontoadá?! Enfim, cumpram-se as ordens! Este cômodo só tem cubagem para três pessoas... Escrava-se!

- Um inquilino vizinho do quarto lotado: - Seu doutor! Vi o letreiro que V. S. fez e declaro-lhe que a sua conta está errada! Este cômodo é do mesmo tamanho e nele mora toda esta gente, que o senhor vê: eu, minha mulher, meus seis – quase sete-

filhos, meu sogro, minha sogra, e...

O médico: - O que! Mais gente ainda?

O inquilino:- ... e ainda tenho lá dentro. Sr. Doutor, um quadro com as Três Pessoas da Santíssima Trindade!...



Fonte: *O Malho*, 23/3/1907, número 236.

A charge acima executada por Leônidas Freire se estrutura em duas partes, nela é possível encontrar uma família grande que ocupava um quarto apertado na então capital federal. O médico que se encontra à esquerda se assusta diante daquele quadro social no qual as três gerações de uma família se espremiavam para conquistar um lugar no cômodo apertado e que fora alugado pela mesma. No entanto, o quarto ocupado pela família em destaque não fora objeto da fiscalização do médico que se espanta diante dos numerosos membros pertencentes a distintas gerações. Assim, a constatação do tamanho do quarto e a comparação com o número de pessoas que integravam aquela

linhagem levariam o médico a reprovar aquela situação. A ironia desta charge encontra-se ainda na observação realizada pelo patriarca desta linhagem que afirma que, no interior daquele cômodo, encontrava-se, ainda, um quadro com as três pessoas da Santíssima Trindade. Ou seja, aquele foi o recurso encontrado pelo personagem que dá vida aos cariocas menos favorecidos na charge para confirmar o seu argumento de que aquele espaço comportava um cachorro e treze pessoas ou mais, pois “*espremendo-se tudo dava certo*”. Contudo, aquela condição contrariava os limites do bom senso.

Ficava patente para a população de leitores d’*O Malho* a dificuldade de combater a tuberculose na antiga capital federal, haja vista o convívio de um grande contingente de pessoas em um mesmo ambiente fechado, pequeno e em condições que se afastavam, em grande medida, dos requisitos estabelecidos pela Comissão da higiene do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que as próprias condições de trabalho a que os operários estavam submetidos ofereciam elementos favoráveis à propagação da tuberculose, uma vez trabalhavam, na maioria das vezes, em ambientes pouco arejados e ventilados. Com efeito, tais circunstâncias constituíam-se em facilitadores para a propagação daquela e de outras doenças. Cabe ressaltar que as charges veiculadas no periódico em questão durante os anos 1906 e 1907 destacaram a limpeza pública e, sobretudo a lentidão das providências tomadas pela Municipalidade contra a tuberculose como um dos motivos para ter-se vergonha e um dos principais símbolos do atraso de nosso país. Por conseguinte, percebe-se este mesmo discurso em algumas crônicas difundidas pela imprensa neste período, em cujas páginas localizamos um caráter de contestação em relação aos poderes públicos que agiam pouco a favor da instalação de uma assistência pública que auxiliasse os mendigos e os doentes, uma vez que apenas os hospitais de São Sebastião e da Juruçuba se destinavam a recolher as vítimas de epidemias mais frequentes. Neste sentido, os cronistas conferiam destaque à relevante atuação das instituições privadas, atribuindo a elas o fato de os cariocas não conviverem com o mais triste e vergonhoso espetáculo de pobreza e moléstia indigente. Conforme consta em determinadas crônicas veiculadas na época, a irmandade da Santa Casa da Misericórdia era a única instituição de assistência pública existente no Rio de Janeiro, mantida exclusivamente pelo esforço particular e a que o Estado prestava um apoio em grande desproporção com os serviços que dela recebia.¹¹²

¹¹² BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão* II. Rio de Janeiro: Index, 1985. P. 429.

A análise atenta desta charge viabiliza a chegada de algumas conclusões. De um lado, as medidas voltadas para a erradicação de doenças como a tuberculose não poderiam excluir a resolução da crise habitacional pela Municipalidade mediante a construção das vilas operárias ou através de outros incentivos criados pelos poderes municipal e federal que deveriam agir conjuntamente, dada a expressividade do número de tuberculosos na cidade e a escassez de habitações para abrigar os setores menos favorecidos. De outro, vimos que os cartunistas salientaram a noção presente entre os setores pobres da capital federal de que muito pouco havia sido feito pelo novo prefeito no sentido de aclamar como uma das prioridades da sua gestão a construção de casas para os trabalhadores da cidade, o que nos leva a concluir que tanto a erradicação da tuberculose, quanto à questão da moradia na cidade, estavam longe de conhecer uma resolução pelo Estado e de beneficiar a população carente da cidade.

Ao averiguarmos as charges publicadas durante os anos de 1906 e 1907, percebe-se que existia um consenso entre os cariocas, sob os olhares de determinados desenhistas, a respeito das questões relativas à moradia e ao combate às doenças que assolavam o Rio de Janeiro: a ação do Prefeito do Distrito Federal deveria ser mais efetiva e as ações assistencialistas dos governos municipal e federal precisariam coexistir para minimizar o quadro de privação a que tantas famílias de trabalhadores da cidade estavam inseridas. Assim, como se constata, os chargistas denunciavam para a população de leitores da revista o fato de a prefeitura adotar determinadas medidas cuja finalidade consistia na erradicação da tuberculose, esquecendo-se de resolver, primeiramente, uma questão imprescindível para o combate da mesma: a escassez de moradias na cidade. “O diagnóstico apresentado por esses profissionais do humor, sem exceção, é o de que a assistência e preocupação com os trabalhadores do Rio de Janeiro eram insuficientes e distorcidas¹¹³”. Outra crítica passível de ser identificada na

¹¹³ De acordo com as formulações teóricas de Cláudia Viscardi, por um lado, considerava-se a pobreza fenômeno social; por outro lado, um fenômeno natural ou moral. Tal dualidade no trato da questão revelava o choque de duas concepções distintas, próprias de um país que transitava para a modernidade capitalista, embora mantendo ainda muito rígidas as concepções próprias de seu passado escravista, ameaçado pelo rápido processo de urbanização, industrialização e modernização. Apesar de acompanharem as experiências europeias a partir dos congressos internacionais, nem sempre tinham acesso aos problemas gerados pelas diferentes experiências implantadas, seus fracassos e limitações. Ao mesmo tempo, suas propostas de maior participação do Estado no trato com a questão social encontravam-se limitadas por duas circunstâncias: a prevalência do ideário liberal, que via na intervenção do Estado um mal capaz de pôr em risco a República, e a incapacidade do Estado brasileiro, em razão de seu pequeno tamanho e da escassez de recursos, de se fazer presente em todas as regiões do país. VISCARDI, Cláudia. M. R. Pobreza e Assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso), v. 18, p. 179-225, 2011.

imprensa e nos relatórios elaborados na época diz respeito à assistência pública, no Brasil, resumir-se ao combate de epidemias e à difusão dos preceitos de higiene, o que acabava revelando para os brasileiros suas profundas limitações.¹¹⁴

A despeito de algumas políticas de proteção social, ainda que mínimas, terem sido implantadas, e o Estado tenha auxiliado algumas iniciativas de proteção social no período, fato é que os pobres tiveram que conviver com a ausência de políticas públicas de amparo à saúde, à educação, ao emprego e à renda, aos inválidos, aos idosos e à infância abandonada, deixando este segmento relegado à caridade de setores religiosos e/ou leigos que, por mais que se empenhassem, não conseguiriam resolver o problema da pobreza no país. Contudo, no que se refere à parcela menos favorecida dos brasileiros, que sofria com a falta de moradias e se via obrigada a se espremer nos quartos e cômodos apertados do Rio de Janeiro, restava continuar convivendo com esse tipo de situação e aguardar a boa vontade dos gestores públicos no sentido de impulsionar a construção das vilas operárias e resolver, em parte, a crise habitacional.



No Morro da Favela

Por que é que o prefeito não vem ver isto por aqui? Moro num barracão feito de caixas de batatas e coberto de zinco, não tenho um pingão d'água e pago oitenta mil réis por mês...

- E d'ahí? Que pensas tu que o prefeito adeantava? Deixa-o a andar lá pelo Sumaré e outras alturas de gente rica...

O menino: - É mesmo, papai! O homem era capaz de arrasar tudo depois de botar a gente morando... na Correção.

Fonte: *O Malho*, 6/04/1907, número 252.

A charge em destaque cuja assinatura não é capaz de nos revelar sua autoria traz como objeto de sua reflexão as reivindicações populares quanto às poucas medidas e ações mobilizadas por Souza Aguiar com o fim de criar novas alternativas de habitações para os trabalhadores da cidade. O personagem em destaque à direita revolta-se com o fato de o preço do aluguel pago por ele ser incompatível com a precariedade dos

¹¹⁴ PAIVA, Ataulpho de. *Justiça e assistência*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1916.

materiais empregados na construção da casa e do estado da mesma. Outro elemento fomentador da ira do personagem diz respeito à ausência de água em sua residência, outra queixa comum entre os cariocas durante os anos de 1906 e 1907.¹¹⁵ A manutenção desta demanda tão urgente nos revela, em primeiro lugar, a manutenção do problema, da mesma forma que nos indica que as medidas implementadas pela Prefeitura do Distrito Federal eram insuficientes para normalizar e estender o abastecimento de água para toda a população da cidade e, ao mesmo tempo, deixa claro as limitações em sua infraestrutura. Ao longo do ano de 1906, diversas charges e crônicas veiculadas na revista em questão exploraram as reivindicações dos cariocas sobre as constantes crises de desabastecimento de água na cidade, dando margem para os leitores e chargistas questionarem as primazias e os projetos estabelecidos pelo prefeito Souza Aguiar.

Em contraposição à postura questionadora e revoltada do personagem à esquerda, que dá voz e feições aos cariocas, o personagem à direita se mostra resignado frente às prioridades colocadas pelo poder municipal, e ao contrário de revoltar-se com o prefeito, encara com naturalidade aquela situação, uma vez que já estava acostumado a enfrentar circunstâncias similares, desde a gestão de Pereira Passos (1902-1906). Tal perspectiva relaciona-se, provalmente, ao fato de a Prefeitura ter escolhido as áreas centrais e a Zona Sul como os focos do programa de embelezamento e modernização da então capital federal, esquecendo-se quase por completo de tratar da população dos subúrbios e das favelas da cidade. Esta premissa é confirmada pela fala do personagem: “ *E d’ahí? Que pensas tu que o prefeito adeantava? Deixa-o a andar lá pelo Sumaré e outras alturas de gente rica...*”

Nesta perspectiva, o filho do carioca que se encontra à esquerda compartilha da mesma opinião que o pai, pois não esperava mais nada do poder municipal. Pelo contrário, a criança que já estava habituada a assistir a tomada de decisões pela Prefeitura sem o consentimento da população, restando esperar que ela se voltasse contra a parcela pobre dos brasileiros. Sendo assim, a noção presente entre determinados trabalhadores, sob os olhares atentos do chargista, era a de que o Prefeito não só poderia demolir suas casas, mas também enviá-los para a Casa de Correção, o estabelecimento destinado a

¹¹⁵ Durante o ano de 1905 aproximadamente 10 charges dos 45 volumes publicados nesse contexto, denunciaram a escassez de água potável para a população do Rio de Janeiro. Foi o período no qual essa queixa foi mais recorrente no periódico *O Malho*.

servir de prisão celular e prisão com trabalho, de acordo com o Código Penal de 1890, para indivíduos sentenciados pela justiça da capital republicana.¹¹⁶

Por outro lado, o que mais nos chamou a atenção nesta representação humorística diz respeito à presença de um personagem, que não despositava a esperança de ter uma vida melhor nas ações encaminhadas pelo governo municipal, não atribuindo a ele o dever ou a esperança de ver seus destinos serem mudados, tampouco resolver a crise habitacional. Desta maneira, esta perspectiva do chargista acerca da população carente do Rio de Janeiro vai ao encontro às premissas e noções recorrentes entre a maioria dos cartunistas que representavam as vozes dos cariocas que figuravam nas charges d'*O Malho*. Tal argumento justifica-se pelo fato de que nos defrontamos, diversas vezes, com representações nas quais os desenhistas salientaram a perspectiva dos pobres de que, quando o governo municipal quisesse resolver a questão habitacional, pela qual tantos jornais e revistas discorriam e insistiam em chamar a atenção, não haveria obstáculos.



Sobre as ruínas do calçamento

- Civil: - Che! Cidadão! Levanta-se

Não pode dormir no meio da rua!

Zé Povo:- Não estou a dormir; estou a chorar o meu rico dinheirinho... Dei-o com tão vontade para o calçamento da Avenida...

Civil (comovido): - Bem, mas em vez de chorar era melhor que você arrancasse um dos tijolos e com ele esfregasse as ventas os contratans, até que a pedra falsa virasse toda em pó!

Zé Povo: - Contratantes!... E o camarada ainda lhes acrescenta uma qualidade que eles não merecem!... Tratantes só é que eles são!

Fonte: *O Malho*, 13/01/1906, número 174.

A charge acima cuja assinatura não é capaz de nos mostrar quem a executou traduz a queixa dos brasileiros, no que se refere à má qualidade dos materiais utilizados

¹¹⁶ SANT'ANNA, M. A. A Casa de Correção do Rio de Janeiro: Projetos reformadores e as condições da realidade carcerária no Brasil do século XIX. In: Anais XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/MARILENE%20ANTUNES%20SANTANNA.pdf>> Acesso em julho de 2013.

na pavimentação das calçadas e das ruas do Rio de Janeiro, fato que ficava claro no calçamento da Avenida Central, um dos lugares mais recentes e movimentado da cidade, frequentado tanto pelos segmentos populares quanto pela elite carioca.¹¹⁷

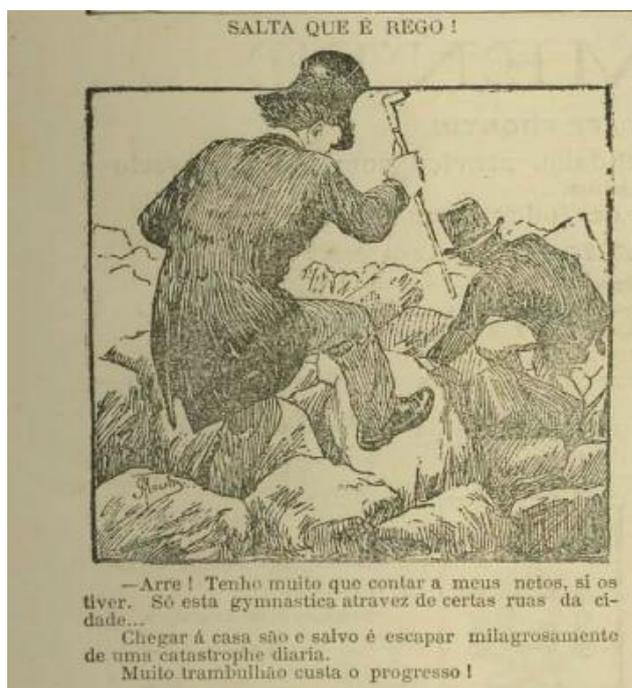
Convém salientar que a imprensa noticiou, no ano de 1905, que o governo municipal estabeleceria um imposto de 25% a ser pago pelos proprietários de imóveis com a finalidade de renovar o calçamento das ruas. Essa taxa e a continuidade do “bota- abaixo” tinham como objetivo a consolidação do projeto modernizador do Rio de Janeiro que asseguraria o grosso das grandes inaugurações do ano seguinte. No momento em que tais medidas foram decretadas e anunciadas pelos periódicos cariocas, as crônicas e charges difundiram as opiniões populares que ressaltavam o caráter arbitrário e repressivo desses decretos. Nesse sentido, as charges veiculadas em *O Malho*, no ano de 1906, revelariam para a população de leitores, ao mesmo tempo, o destino e o mau emprego dos impostos criados por Passos, que foram cobrados aos proprietários do Distrito Federal.

A situação na qual se encontrava os calçamentos estava relacionada, não apenas à qualidade questionável dos materiais utilizados na sua configuração, mas também aos problemas que as constantes inundações traziam para boa parte dos habitantes da capital. Por sua vez, este era outro aspecto problemático que se apresentava à Prefeitura, uma vez que as enchentes assolavam a cidade há tempos e estava longe de conhecer uma resolução por parte dos poderes públicos. Daí ser viável pressupor que o aparecimento das pequenas poças e lagoas nos calçamentos do Distrito Federal, comprometiam a sua estrutura, evidenciando para todos os transeuntes este problema, da mesma forma que dava margem para a população questionar o uso do dinheiro e os gastos injetados para o melhoramento e reformulação urbana da cidade, tão recente na memória dos trabalhadores, visto que as quantias vultosas canalizadas para aquele fim saíam dos bolsos dos contribuintes brasileiros.

Nesta fonte imagética, o civil sugere a Zé Povo que, ao invés de chorar, ele vá aos contratantes mostrar o tijolo que logo vira pó, ou seja, parece-nos que o caricaturista alerta o povo para apontar para os gestores públicos tudo aquilo que fizeram com o dinheiro dos impostos pagos por ele, bem como para agir contra aquele estado de

¹¹⁷ Durante o período analisado circularam na revista *O Malho* aproximadamente 14 charges nos 179 volumes avaliados por esta pesquisa, as quais denunciaram o material de péssima qualidade destinado à pavimentação das diversas ruas, calçadas e avenidas do Rio de Janeiro, até mesmo da moderna Avenida Central.

coisas. Esta charge colocou em xeque, portanto, determinadas ações e decisões de Passos.



Salta que é rego!

- Arre! Tenho muito que contar a meus netos, si os tiver. Só esta ginástica através de certas ruas da cidade. Chegar à casa são e salvo é escapar milagrosamente de uma catástrofe diária. Muito trambulhão custa o progresso!

Fonte: *O Malho*, 3/02/1906, número 177.

Esta charge executada por J. R. Lobão consiste em mais uma da série que aborda os problemas relativos às constantes obras e ao calçamento das ruas e calçadas da cidade em questão. Como já vimos, este assunto serviu de fio condutor para um amplo conjunto de publicações, tanto charges, quanto crônicas, explorando o outro lado do progresso urbano do Rio de Janeiro, uma vez que naquele momento todos poderiam visualizar através das ruas destruídas, que o processo de modernização teria que abarcar outros setores, sobretudo a infraestrutura da cidade. De igual maneira, ficava patente para a população do Distrito Federal a necessidade de executar projetos modernizadores e encaminhar obras grandiosas através do emprego de materiais de qualidade reconhecida e recorrendo a um parâmetro preestabelecido e discutido publicamente. Fatores que, provavelmente, não foram pensados pelo prefeito do Rio de Janeiro, tampouco pela comissão de obras incumbida de concretizar seu projeto, liderada por Paulo de Frontin. Sendo assim, o cartunista, ao representar a dificuldade de os cariocas chegarem aos seus destinos, passando pelas ruas esburacadas, frequentemente em obras, e que se encontravam em péssimo estado de conservação, visava mostrar para a população de leitores, que o progresso da cidade teve um custo para os cariocas maior do que o esperado. No que tange ao questionamento da conduta dos gestores públicos, determinados cartunistas d'*O Malho* jogaram luz sobre o descaso do poder público para

com o preparo adequado do “terreno” para dar início às obras, logo este esquecimento se estendia à população, uma vez que era evidente a necessidade de se colocar um fim, primeiramente, às inundações que assolavam, com frequência, a capital federal.

Por esta razão, pode-se afirmar que esta charge é mais um exemplo das imagens humorísticas que engrossou as críticas direcionadas às primazias contempladas pela política de Passos para o Distrito Federal. Da mesma forma que fica claro para o leitor a intenção de o cartunista relativizar o ideal de progresso, tão almejado pelo segmento que estava no controle do poder, na medida em que salienta a dificuldade de passagem nas ruas pelos transeuntes, que seria o “trambulhão” do progresso. Nessa perspectiva, pode-se concluir que, o que estava em causa nas charges estampadas nas páginas d’*O Malho* naquele contexto, não era o julgamento contrário à Reforma Urbana do Rio de Janeiro, haja vista a dificuldade que seria não reconhecer os benefícios para a vida e saúde dos cariocas, em geral, mas a forma como foram encaminhados os projetos executados pela política municipal, tão carente de critérios, debates, prazos justos para a população carente encontrar novos lares e prestação de contas para os contribuintes. As charges d’*O Malho* assinalavam para as autoridades públicas a necessidade de se estender o programa de melhoramentos do Rio de Janeiro para as demais áreas da cidade. Através da análise desta imagem, é possível aventar a possibilidade de que a abertura das avenidas e as transformações ensejadas na Avenida Central durante o quadriênio de Passos abriram caminho para a reivindicação dos transeuntes e moradores de outras áreas da cidade, influenciados pelo desejo de também poderem ver seus bairros e ruas modificados e embelezados.



Do mangue para cima
- Qui é qui o sinhô diz do novo Prefeito?...
- Quem? Do Souza Aguiar? Digo que é um grande homem. Se ele morar pr'os lados... de cá...bem! Mas si elle morar pr'os lados de Botafogo, adeus, melhoramentos da nossa zona!
Era uma vez um Prefeito
Fonte: *O Malho*, 10/11/1906, número 217.

A charge em evidência focaliza a conversa entre dois cariocas, moradores dos subúrbios da antiga capital federal, que analisam a escolha do novo prefeito do Rio de

Janeiro, o General Souza Aguiar pelo presidente da República Afonso Penna. Os personagens representados nesta imagem reconheceram o valor do novo gestor, contudo atrelaram as suas ações e medidas ao bairro no qual o novo prefeito residiria. Ou seja, sob o olhar deste cartunista, a população dos subúrbios do Rio de Janeiro mostrava-se cética quanto aos melhoramentos promovidos pelas autoridades públicas naquelas áreas, visto que durante todo o quadriênio de Passos acostumaram-se a ouvir promessas de melhorias naquela região da cidade, contudo, somente no último ano do seu governo viram parte das verbas públicas serem revertidas ao seu favor. Assim, conforme a percepção deste segmento, as reformas e mudanças não chegariam para os arrabaldes, caso o novo Prefeito resolvesse morar em Botafogo, uma das áreas mais contempladas pela reforma urbana de Passos. Pelo contrário, ao morar na Zona Sul, os pobres acreditavam que seriam mais quatro anos de impostos pagos por eles sendo canalizados apenas para a melhoria dos bairros nobres da cidade.

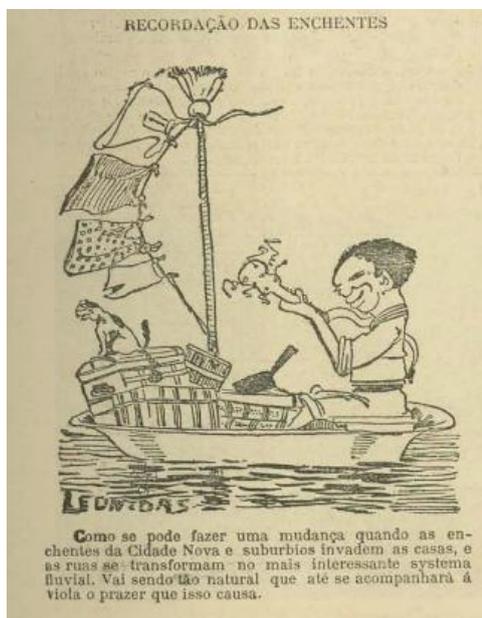
Nos primeiros meses do ano de 1906, a imprensa noticiava a intenção de o Prefeito aumentar os impostos para a população que morava nas regiões mais distantes do centro da cidade com o fim de promover as melhorias necessárias para essa localidade. Assim, em novembro de 1906, determinadas promessas feitas pela Municipalidade aos moradores daquelas áreas começaram a ser cumpridas, em parte, assistindo-se à inauguração do Jardim do Campo de São Cristóvão, à abertura do canal do mangue, entre outras melhorias.¹¹⁸ Contudo, tais medidas não foram suficientes para resolver de imediato o problema mais comum àquela região, ou seja, as inundações, cada vez mais frequentes, e os desabamentos que se seguiam a ela. Com efeito, o povo, de acordo com a perspectiva dos cartunistas d'*O Malho*, reconhecia o valor das iniciativas e das ações executadas pelo antigo prefeito da capital federal, contudo muitas questões também teriam que conhecer uma solução e a principal era colocar um fim às inundações que ceifavam as vidas da população dos subúrbios e traziam inúmeros prejuízos para estes setores.

Fica-nos a impressão de que os desenhistas defendiam, em determinadas circunstâncias, que o governo municipal investisse o dinheiro público nos aspectos mais fundamentais da cidade como forma de dar continuidade a esses melhoramentos. Ao mesmo tempo, é possível concluir que as caricaturas d'*O Malho* apresentavam, para o novo Prefeito, todos os problemas que teriam de ser sanados em sua gestão.

¹¹⁸ BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão* II. Rio de Janeiro: Index, 1985. P. 528

Através da análise das charges veiculadas no ano de 1906, verifica-se que a população do Rio de Janeiro continuou a enfrentar as catástrofes trazidas pelas inundações. Conforme as referências disponibilizadas por Daniel Braga, a localização da cidade, “*pouco acima da linha do Trópico de Capricórnio*”, a tornava ainda mais propícia a tal fenômeno, uma vez que se encontrava “*na região transicional de conflito entre os sistemas polares e os sistemas intertropicais*”.¹¹⁹

Como também observa Martha Abreu, haveria uma relação estreita entre a intensificação da propensão às enchentes e aquele período notabilizado pela evolução urbana do Rio de Janeiro, no qual ocorreu a inserção da cidade em um processo de modernização mundial, vinculado a redes comerciais capitalistas globais.¹²⁰ No caso da capital federal, o crescimento da zona urbana, ao impermeabilizar intensamente o solo da região, teria contribuído para a maior recorrência do problema, visto que a expansão urbana se observava precisamente sobre as áreas mais sujeitas às inundações, tais como brejos, várzeas, pântanos e manguezais¹²¹. Daí é possível entender a preocupação frequente dos moradores da Cidade Nova em relação às chuvas que caíam sobre a cidade, uma vez que a proximidade em relação ao canal do Manguê aumentava a sua propensão a sofrer inundações.



Recordações das enchentes

¹¹⁹ BRANDÃO, A. M. de P. M. As chuvas e a ação humana: uma infeliz coincidência. In: ROSA, L. P. & LACERDA, W. A. *Tempestades Cariocas. Seminário prevenção e controle dos efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997.

¹²⁰ ABREU, M. A. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, M.A. (org). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

¹²¹ COSTA, H. *Enchentes no Estado do Rio de Janeiro: Uma Abordagem Geral*. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001. P. 77.

Como se pode fazer e mudança quando as enchentes da Cidade Nova e subúrbios invadem as casas, e as ruas se transformam no mais interessante systema fluvial. Vai sendo tão natural que até se acompanhará a viola o prazer que isso causa.

Fonte: *O Malho*, 22/02/1908, número 284.

Esta charge traçada por Leônidas Freire retrata com humor as enchentes que afligiam os moradores do Rio de Janeiro, questão que, como vimos, se mostrava tão problemática para a população da cidade. Por outro lado, na visão do cartunista, os setores que viviam nos subúrbios estavam tão acostumados a sofrer com aquele fenômeno que começaram a improvisar formas alternativas de se viver naquelas áreas do Distrito Federal, haja vista o fato de as enchentes já fazerem parte da rotina deles. O personagem estava de mudança e levava o pouco que não tinha sido arrastado pela violência das águas, contudo, o chargista retrata ironicamente que, como nada havia sido feito até aquele momento pelos governos federal e municipal, restava à população dos subúrbios se adaptar àquela triste realidade.¹²²

Por sua vez, a ironia da imagem está, precisamente, no fato de a situação representada contradizer aquela na qual os moradores dos subúrbios do Distrito Federal se encontravam, uma vez que as enchentes espalhavam doenças, o medo e aumentavam o drama das famílias, constituindo-se, portanto, em circunstâncias completamente distintas daquela retratada na imagem. Com efeito, o senso comum nos leva a concluir não ser possível existir felicidade, no momento em que há possibilidade de óbitos e do aumento da pobreza. No entanto, ao analisarmos esta crônica humorística, fica a impressão de que as ruas alagadas das zonas periféricas do Rio de Janeiro eram, na verdade, um cenário romântico e idílico que servia para o tranquilo passeio do carioca, mas como sabemos esta situação correspondia, precisamente, à crítica e à razão da ironia desta charge.

Ficava patente para o público leitor daquela revista ilustrada que, em meio a tantos investimentos públicos em saneamento e urbanização, a Prefeitura do Distrito Federal se esquecera de resolver aquela questão que se mostrava ser a mais emergencial e fomentadora do sofrimento de muitos moradores da cidade: as inundações.

¹²² Aproximadamente 15 charges dos 179 volumes compulsados retrataram a manutenção e as consequências das enchentes para a população do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que esse tema foi mais explorado como objeto da crítica dos cartunistas às primazias estabelecidas pelo prefeito durante o ano de 1906. Período no qual foram difundidas aproximadamente sete charges nos 43 números avaliados por esta pesquisa.



Imagem da atualidade

Ella:- Estou muito triste... Você de roupa nova e chapéu novo, mas os sapatos velhos, parece-me um João Rarão, no meio de todas essas festas...

Elle: - Cala a bocca, solteirona! Não vês que eu sou a imagem da actualidade?!... Inaugurei as roupas, como eles inauguraram as avenidas... Inaugurei os chapéu, como eles inauguraram as margens do Canal do Mangue. Deixo de inaugurar os sapatos, que são a base do traço, como eles deixam de inaugurar o abastecimento d'água, que é o essencial, que é por onde eles deviam começar!

Ella: Isso fica para outro governo...

Elle: E os meus sapatos também se houver arame.

Fonte: *O Malho*, 10/10/1906, número 217.

Esta charge cuja assinatura não permite que conheçamos o seu autor apresentamos um personagem que se encontra decepcionado com os reflexos e os feitos alcançados pelas medidas e ações encaminhadas pelo prefeito do Distrito Federal, uma vez que estabeleceu como prioridade do seu governo a abertura das avenidas do centro e da Zona Sul da cidade. Desta forma, o investimento neste aspecto seria a preocupação com a roupagem do espaço urbano carioca, ou seja, uma ação que seria capaz de chamar a atenção de todos para o governo de Passos e atrair o apoio de muitos, da mesma forma que as autoridades públicas inauguraram a abertura do Canal do Mangue em novembro de 1906, este acessório, portanto, seria uma metáfora do grau de importância e das primazias aclamadas pelo poder público. Assim, o chapéu estaria longe de ser uma das preferências aclamadas pela municipalidade. Da mesma forma que não era uma obra com a capacidade de despertar, em grande medida, o interesse da população do Rio de Janeiro, exceto dos moradores da Cidade Nova e das áreas adjacentes ao Canal, uma vez que a proximidade em relação a ele aumentava a propensão de os bairros vizinhos sofrerem com as inundações.¹²³

¹²³ De acordo com a perspectiva de André Nunes de Azevedo, associada às obras do Porto estavam as aberturas da Avenida do Cais, da Avenida do Mangue e da Avenida Central. Essas três avenidas foram concebidas para constituir um sistema viário destinado a melhor absorver as atividades de distribuição de mercadorias oriundas do porto. Da mesma forma que as outras duas avenidas, a Avenida do Mangue também obedecia a um plano de saneamento. Desde meados do século XIX, o estado buscava soluções para a região do mangue, propícia a constantes alagamentos. Conforme as referências disponibilizadas

Por outro lado, a metáfora utilizada pelo chargista referente à ausência de sapatos novos por parte do personagem, que representa a voz dos cariocas na imagem, guardaria relação com a ausência de investimentos da gestão de Pereira Passos na infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro. O desenhista confere destaque à indignação popular, no que diz respeito ao uso do dinheiro público pelo prefeito que, ao invés de ser revertido em prol de toda a população carioca, no momento em que este fosse utilizado para colocar um fim nas constantes crises de desabastecimento de água que afetavam diversos bairros na cidade, estava sendo canalizado para obras que não eram vistas como sendo de primeira necessidade. Os jornais e revistas da cidade salientaram que a resolução do problema relacionado à água era a primeira condição de vida e saúde numa cidade populosa.

Nesta perspectiva, os cartunistas d'*O Malho* destacam que a perspectiva dos cariocas era a de que, antes de iniciar e executar obras de aparato, melhoramentos luxuosos, destoantes do aspecto geral da cidade e de submeter a população ao cumprimento do programa da higiene era necessário proporcionar aos cidadãos água em abundância. Assim, sob o olhar desse chargista d'*O Malho*, o progresso da então capital federal se deu às avessas, uma vez que a Prefeitura do Rio de Janeiro não colocara a água, tão necessária à higiene e à saúde como questão prioritária. Esta charge, portanto, difunde uma opinião desforável ao mandato de Passos que relegou a segundo plano a resolução de um problema considerado fundamental para a consolidação dos seus projetos de urbanização e salubridade do Distrito Federal, o que acabava revelando para os leitores as contradições das medidas e ações aclamadas por sua gestão. Assim, evidenciava-se que a resolução de tais questões competiriam ao novo prefeito do Rio de Janeiro, que seria indicado pelo novo presidente da República, aos dezesseis de novembro de 1906, caso houvesse “arame”, ou seja, dinheiro.

pelo autor, esta avenida foi a mais ampla de todas as abertas na Grande Reforma Urbana de 1903 a 1906. Ao centro recebia o Canal do Mangue, que fora prolongado da Ponte dos Marinheiros até o mar. No cais foi construída uma comporta, visando manter o controle da limpeza diária do Canal. AZEVEDO, André N. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago. 2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf. Acesso em junho de 2013.



Inundações ou tonel sem fundo

- Ora, gaitas! De que serviu a tal engenharia dos melhoramentos do Canal do Mangue e da cidade! Houve aquela chuva que você viu, e ficou tudo inundado como dantes...

Ora, gaitas!

- Quá, seu Mané, sinhô cada veis é mais criança, prá não dizê mais tolo... Pois sinhô não vê que si os doutô do engenho fizê obra que preste acaba a maminha dos concerto? Si gastaram-se milha de contos, mas si não de se gasta outros tanto prá endireitá o que se feis mal feito. É a regra do bem vivê...

- Pois agora é que eu digo: Ora, gaitas!

Fonte: *O Malho*, 5 de janeiro de 1907, número 229.

Esta charge não assinada revela-nos a manutenção do problema que, como vimos, afetou a população do Distrito Federal em determinadas estações do ano de 1906. O aspecto interessante passível de ser identificado nesta charge diz respeito às falhas do programa de engenharia do município do Rio de Janeiro e aos projetos encaminhados pelo governo municipal, que promoveu a abertura do Canal do Mangue, finalizada em novembro de 1906. Conforme consta nas crônicas que circularam na imprensa do período, esta obra realizou a abertura da barragem de terra na boca do canal, para a entrada do mar¹²⁴.

Dentro desta perspectiva, percebe-se que as enchentes continuavam afetando os moradores da Cidade Nova, bem como as pessoas que moravam nas proximidades daquele canal. Desde a gestão de Pereira Passos que as águas invadiam de forma violenta as casas situadas nos subúrbios e, no entanto, a Prefeitura não conseguia encontrar uma engenharia adequada para colocar um fim nas enchentes que traziam

¹²⁴ BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão* II. Rio de Janeiro: Index, 1985. P. 528

doenças e prejuízos incalculáveis a esses setores da sociedade carioca¹²⁵. Como se constata nesta charge, seu autor confere destaque ao questionamento dos dois personagens, que dão vida ao drama vivenciado pelos moradores da cidade, quanto à eficácia dos planos e obras executadas pelos engenheiros do Distrito Federal cuja competência consistia em encontrar soluções para o fim das inundações através da abertura dos canais, dentre outras medidas. O personagem que se localiza à direita tenta promover o alerta ao interlocutor a respeito das reais intenções dos engenheiros nomeados para dar sequência às obras necessárias para o fim do problema. Cabe ressaltar que os gestos, a posição das mãos e as feições do personagem em destaque na charge sinalizam a sua revolta, bem como sua preocupação em face de tanta corrupção e desrepeito em relação à dor daqueles que sofriam com aquele mal. Seu questionamento fica claro, na medida em que ele ressalta o fato de os benefícios dos engenheiros conhecerem um fim, caso eles fizessem obras certas, modificando as estruturas que facilitavam e aumentavam a propensão da cidade às inundações que assolavam constantemente a cidade. Sendo assim, tornava-se evidente para os leitores o fato de a realização de obras erradas resultarem na necessidade da realização de novas obras com vistas a consertar a primeira, o que significava mais rendas para aqueles profissionais, fato que também pode ser confirmado pela expressão utilizada pelo personagem: “*Ora gaitas*”. Tais benefícios e vantagens, na visão de muitos brasileiros, pareciam ser a regra geral da engenharia dos empreendimentos públicos realizados no Brasil.

A partir da análise desta charge, pode-se concluir que esta imagem não só refletia a opinião de muitos cariocas a respeito da gestão do prefeito do Rio de Janeiro, Souza Aguiar, mas também mostrou aos brasileiros o destino tomado pelos impostos pagos pelo contribuinte. O tom de advertência presente no discurso do chargista visava mostrar para os brasileiros, sobretudo para os menos instruídos, o destino das verbas públicas que saíam, em grande parte, dos seus bolsos, bem como as intenções dos

¹²⁵ Como salienta Cristina Nunes de Sant’ Anna, era a empresa de Paulo de Frontin quem tocava as obras da capital federal. Frontin também era presidente do Clube de Engenharia, competindo a ele estabelecer quais eram os critérios para a concessão das obras. A Empresa Industrial Melhoramentos no Brasil fora fundada em 1890, por um grupo de engenheiros, entre eles Frontin, aproveitando-se da política do encilhamento de Rui Barbosa. De acordo com as formulações teóricas de Cristina Nunes, Lima Barreto teria denunciado em uma de suas crônicas que a empresa do engenheiro teria sido a grande responsável pela demolição de 1.681 habitações, ao final do governo de Passos, em 1906, obrigando quase vinte mil pessoas a procurar nova moradia no curto espaço de quatro anos. SANT’ANNA, Cristina Nunes. *O cronista político Afonso Henrique de Lima Barreto*. Niterói: UFF, 2008. 130p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. P. 43.

engenheiros e empresários envolvidos na abertura do Canal do Mangue e dos melhoramentos da Cidade Nova.



Comparações inevitáveis

— Esta Light quer abarcar o mundo com as pernas, hein?

- Sim, é claro; mas ao menos não lhe faltam pernas compridas e de muita força... Ao passo que a Ferro Carril Carioca quer abarcar o mundo com... a Mãozinha...

Fonte: *O Malho*, 6/04/1907, número 238.

A charge em destaque elaborada por J. R. Lobão traduz a campanha mobilizada pela imprensa contra o monopólio exercido pela *Light and Power*, companhia inglesa, responsável pelo controle da energia elétrica e do transporte de bondes na cidade do Rio de Janeiro e em outras capitais.¹²⁶ Os agentes ligados à imprensa exploraram através de charges, caricaturas e crônicas veiculadas nos diferentes periódicos, suas críticas referentes à precipitação das decisões tomadas pelo Conselho Municipal que votou o projeto de fornecimento de energia à cidade por aquela companhia em novembro de 1906.¹²⁷ Nesta charge veiculada pelo periódico *O Malho* aos seis de abril de 1907, percebe-se que o cartunista J. R. Lobão focaliza a desaprovação dos cariocas em relação à decisão do Conselho, uma vez que nela há o destaque referente à falta de força e aos atrasos constantes dos bondes, o que acabava alimentando ainda mais a revolta popular com o governo e a Companhia. É importante ressaltar que, no ano seguinte, as charges difundidas pelo periódico em questão continuariam a encaminhar as insatisfações

¹²⁶ Aproximadamente 14 charges d'*O Malho*, publicadas nos 179 volumes avaliados, trouxeram em seu discurso, críticas diretas dos cartunistas à companhia britânica. No entanto, se considerarmos as imagens que denunciaram o serviço deficitário prestado pelos bondes aos moradores da cidade, somam-se a elas mais sete charges, o que resulta num total de 21 fontes que criticaram os serviços prestados pela *Light and Power* aos moradores da cidade.

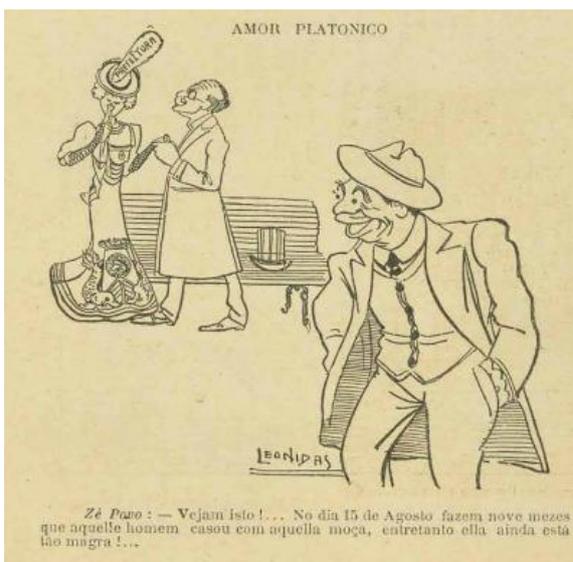
¹²⁷ BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão* II. Rio de Janeiro: Index, 1985. P. 528

populares em relação aos preços elevados das passagens de bonde, os quais giravam em torno de cem réis¹²⁸.

Ao mesmo tempo, o caricaturista salienta o fato de os cariocas terem a plena consciência de que a *Light* gozava de amplos privilégios, o que dava margem para os moradores da antiga capital da República questionar o fato de os legisladores municipais concederem amplas prerrogativas, sem obterem, em contrapartida, favores de importância. Por sua vez, os cariocas enxergavam com desconfiança esta relação de proximidade entre o Conselho e a Companhia de fornecimento de energia, uma vez que as vantagens enormes proporcionadas a ela saíam do bolso dos contribuintes da cidade, pesando duramente sobre a coletividade, durante longos anos, em troca de obrigações e favores que não compensavam tamanha generosidade.

Desta maneira, percebe-se que a perspectiva que predominava entre determinados habitantes da capital federal, conforme se constata na charge, era a de que eles seriam os principais prejudicados, pois nem com o direito de acompanhar o debate travado no Conselho eles puderam contar. De acordo com as publicações veiculadas no *Jornal do Comércio*, no mês de novembro de 1906, os discursos não foram publicados, da mesma forma que as emendas não foram esclarecidas ao público. Sendo assim, pode-se concluir que a perspectiva existente entre os cariocas e demais moradores do Rio de Janeiro era a de que o Conselho criara de fato um monopólio odioso da *Light*, mobilizando uma campanha incisiva da imprensa que focalizou as reclamações e reivindicações dos que se sentiram prejudicados.

¹²⁸ A introdução da tração elétrica nos bondes do Rio de Janeiro, em 1892, significou um tremendo salto de qualidade na história do transporte carioca. A partir daquele momento, as viagens ficariam mais rápidas, livrando os cariocas do cheiro de estrume com a aposentadoria dos animais de tração. De acordo com as referências que circularam nesse período, a segunda companhia a adotar a nova tecnologia foi a Companhia Ferro-Carril Carioca, tendo linhas exclusivamente no bairro de Santa Teresa. Até essa época, o acesso a este bairro era feito principalmente de duas maneiras: pela rua Monte Alegre, rota usual das diligências, e pelo Plano Inclinado, a partir de 1877, cujo embarque ficava na rua do Riachuelo junto à Ladeira do Castro, levando os passageiros até próximo ao Largo do Guimarães. Ao lá chegar, embarcava-se em bondes de tração animal para ir a Paula Matos ou em direção ao França e Silvestre. Em vista disso os 12 quilômetros da linha foram eletrificados em apenas dois anos (1896/7), tornando-se, portanto, a primeira empresa de bondes do Rio de Janeiro a unificar o serviço de tração elétrica em todas as suas linhas. A passagem das linhas sobre os Arcos da Carioca, ligando o morro de Santa Teresa ao de Santo Antônio, foi inaugurada no dia 1º de setembro de 1896. Contudo, em 1905, pelo Decreto no. 5.539, de 30 de maio, foi autorizada a Empresa *Light and Power* a funcionar na Capital da República. Dois anos depois, após a inauguração da represa de Ribeirão das Lajes, o fornecimento de energia elétrica da *Light* tornou-se padrão e já a 19 de março de 1907 abrangia a iluminação pública e particular da cidade e na tração dos bondes das companhias Carioca e Vila Isabel. Bondes de Santa Teresa: Patrimônio ameaçado. Disponível em: <http://www.proturescola.com.br/default.asp?id=16&pg=materia>. Acessado em julho de 2013.



Amor platônico

Zé Povo:- Vejam isto! ... No dia 15 de agosto fazem nove meses que aquele homem casou com aquela moça, entretanto, ela ainda está tão magra!...

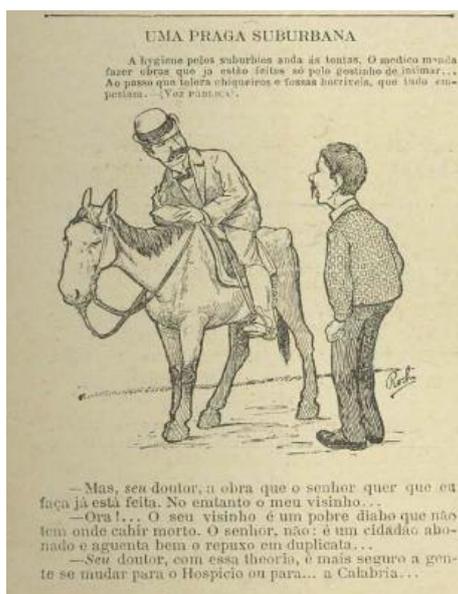
Fonte: *O Malho*, 28/4/1907, número 241.

Esta charge elaborada por Leônidas Freire se constitui em uma ótima síntese a respeito das opiniões populares sobre a gestão do General Francisco Marcellino Souza Aguiar. Comumente, os chargistas representaram as vitórias eleitorais ou estabeleceram analogias do cargo ocupado por determinados gestores com as uniões matrimoniais, aspecto que espelha as culturas políticas desses agentes ligados à imprensa ilustrada e, por sua vez, traduz determinados valores, ideias e símbolos que eram compartilhados por estes profissionais especializados na produção do riso. Nesta imagem encontramos Souza Aguiar de mãos dadas com a Prefeitura, representada por uma mulher muito elegante, porém a mesma encontrava-se magra e abatida. A crítica desta charge relaciona-se ao fato de que muito pouco havia sido feito durante os seis primeiros meses da gestão do prefeito. Os subúrbios continuavam em péssimas condições, as calçadas do centro encontravam-se em mau estado, as inundações continuavam afetando a Cidade Nova e outras áreas da cidade, da mesma forma que as taxas de desemprego continuavam elevadas e, por fim, a crise imobiliária continuava sendo o principal drama enfrentado pelos trabalhadores da cidade. Contudo, a maior fonte fomentadora das críticas empreendidas pelos desenhistas d'*O Malho* diziam respeito à engenharia das obras do Canal do Mangue e da Cidade Nova.

Neste sentido, a condenação à magreza da mulher remete-se à baixa “fertilidade” da gestão de Souza Aguiar, pois pouco havia sido feito até aquele momento, uma vez que as reformas urbana e sanitária realizadas por Passos se fizeram a alto custo social e financeiro, deixando os cofres da Prefeitura praticamente vazios e inúmeros problemas sociais que deveriam ser resolvidos pela próxima gestão. Assim, as maiores preocupações do novo prefeito do Distrito Federal relacionavam-se à recuperação do

equilíbrio financeiro e ao resgate social. Ao assumir a Prefeitura, Souza Aguiar encontrou muitas obras inconclusas, outras que precisavam ser refeitas, como a Avenida Beira-Mar. Além disso, a Prefeitura herdara grandes dívidas. A partir daí, conclui-se que a nova gestão não assumiria o mesmo caráter empreendedor da anterior, pelo menos não seria possível imprimir o mesmo ritmo. Por outro lado, conforme consta nas referências difundidas pela imprensa da época, o novo prefeito conseguira empreender ações e obras necessárias à cidade, saneou as finanças da Prefeitura, da mesma forma que deu continuidade a determinadas obras iniciadas na gestão anterior, realizando novas obras e investindo em educação, com a criação de escolas e do primeiro jardim de infância do Rio de Janeiro, além de conseguir oferecer à cidade um serviço de assistência pública mais eficiente. Dentre as medidas mais notáveis executadas por Souza Aguiar, pode-se afirmar que foi a construção das vilas operárias na Avenida Mem de Sá, no Beco do Rio e na Avenida Salvador de Sá, concluídas em 1908.¹²⁹

Contudo, os primeiros meses da gestão do novo Prefeito não foram nada fáceis, os salários de diversos trabalhadores e as contas estavam atrasadas. Desta forma, esta charge reflete, em grande medida, as opiniões populares acerca das modestas iniciativas e projetos executados por Souza Aguiar, uma vez que a palavra de ordem do seu governo, a princípio, era sanear as finanças da Prefeitura. Em suma, através da análise desta charge, percebe-se que seu autor lança mão da ironia e de figuras de linguagem, como a metáfora do casamento, para tratar da impotência de Souza Aguiar diante da falta de recursos financeiros, ou seja, passaram-se nove meses e o filho ainda não havia nascido.



Uma praga suburbana

A hygiene pelos subúrbios anda às tontas. O médico manda fazer obras que já estão feitas só pelo gostinho de intimar... Ao passo que tolera chiqueiros e fossas horríveis, que indo empostam. — Voz pública.

- Mas, seu doutor, a obra que o senhor quer que eu faça, já está feita. No entanto o meu visinho...

- Ora!... O seu visinho é um pobre diabo que não tem onde cair morto. O senhor, não: é um cidadão abonado e aguenta bem o repuxo em duplicata...

- Seu doutor, com essa teoria, é mais seguro a gente se mudar para o Hospício ou para a Calabria...

Fonte: *O Malho*, 28/04/1907, número 241.

¹²⁹ Notas Biographicas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, nov. 1908.

A imagem criada por Augusto Rocha em destaque acima focaliza a opinião de um carioca acerca da atuação dos profissionais da saúde nos subúrbios do Rio de Janeiro. Esta charge revela a revolta do cidadão com as contradições apresentadas pelo programa de higiene, o qual tinha como objetivo eliminar os focos das doenças, que assolavam, com frequência, a cidade e dar continuidade à política de saneamento. No entanto, sua queixa revela o contrassenso da decisão tomada pelo médico que, ao invés de impedir a expansão das fossas e chiqueiros existentes nos terrenos vizinhos, ocupados pelos setores menos favorecidos, intimava um cidadão que respeitara as condições estabelecidas pela Diretoria de Saúde Pública do Distrito Federal.

Através da análise desta charge, é possível perceber que os desenhistas salientaram as queixas populares sobre o programa do governo, considerado sufocante, arbitrário e contraditório, já que este incluía as visitas domiciliares e, conseqüentemente, o seu cumprimento estava diretamente relacionado às condições de moradia dos trabalhadores do Distrito Federal. Como já foi dito, tais habitações eram muito precárias e, na maioria das vezes, insalubres, dadas as circunstâncias marcadas pela escassez de residências e, conseqüentemente, pelos elevados preços dos aluguéis. Neste sentido, pode-se inferir que a legenda da charge, “praga suburbana”, trata-se de uma alusão à insalubridade de um número significativos de domicílios situados nos arrabaldes do Rio de Janeiro, caso do vizinho do personagem em destaque na imagem.

Desta forma, os chargistas atestaram a impossibilidade de se cumprir à risca as condições sanitárias estabelecidas pelo referido programa, pelo menos durante aquele momento em que a crise imobiliária continuava afetando os cariocas e, ao mesmo tempo, enquanto eles não conhecessem medidas e projetos subsidiados pelo governo municipal, caso da construção das vilas operárias e moradias populares. Como se constata o quadriênio de Rodrigues Alves foi marcado por uma intensa agitação política, especialmente no Rio de Janeiro, com a saúde ocupando um espaço central na agenda política.

Foi possível perceber que o conteúdo das charges estampadas nas páginas do periódico *O Malho* visava menos à defesa dos valores relacionados ao progresso, à ciência e à difusão dos princípios da modernidade e mais às informações relativas ao cotidiano da cidade e aos acontecimentos políticos de nosso país. Este veículo da imprensa delineou um espaço favorável para a propagação de notícias referentes à ação

política dos prefeitos, deputados, presidentes e senadores, bem como às expectativas dos brasileiros quanto aos rumos tomados pelo país. Portanto, a sintaxe das charges esteve revestida de um caráter eminentemente político e combativo. Ao que parece foram muitas as autoridades públicas e as disputas pelo poder, que inspiraram os famosos chistes e as críticas ferinas produzidas pelos chargistas nos idos de 1900. Assim, através dessas fontes tivemos acesso a uma gama variável de memórias que acolheram diversos tipos de informações, sejam relacionadas às peculiaridades dos tipos cariocas, às habitações do Distrito Federal, sejam os aspectos linguísticos, como as gírias e as expressões comuns à época, sejam econômicas, políticas ou culturais.

A análise atenta aos tipos e aos temas eleitos como dignos de serem caricaturados permite-nos a chegada de algumas conclusões. Por um lado, parece-nos haver uma similaridade entre os papéis e as perspectivas dos profissionais do humor e cronistas, como João do Rio, uma vez que esses intelectuais contemplaram em seus traços e em suas reflexões as situações atravessadas pelos representantes dos grupos marginalizados do Distrito Federal. Neste sentido, ao fazermos um balanço dos personagens e protótipos dos brasileiros que foram representados nas imagens humorísticas, tem-se a impressão de que deparamo-nos com os tipos cariocas que ganharam visibilidade nas crônicas de João do Rio. Por esta razão, é possível afirmar que determinados cartunistas d'*O Malho*, notadamente Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro e Leônidas Freire, através das suas verves humorísticas, registraram as feições e as perspectivas das pessoas comuns que circulavam nas ruas da antiga capital federal. De igual maneira, esses artistas conferiram um espaço de dimensões incomuns à representação dos traços e das expectativas da população que habitava os subúrbios do Rio de Janeiro, muitos dos quais eram considerados pelas autoridades públicas como integrantes das “classes perigosas”. Por outro, é notável o fato de a imprensa ter atuado como um instrumento de denúncia social, constituindo-se em *locus* da documentação de uma época e, paralelamente, apresentava aos leitores, os contornos tão diversificados e contrastantes de uma capital modernizada, que acolhia lado a lado, os espaços destinados ao luxo e à mendicância.

Na análise sobre a obra e os pensamentos de João do Rio, Antonio E. Martins Rodrigues afirma que o escritor foi um autêntico *flâneur* à medida que falava de coisas que as pessoas não gostavam de ouvir sobre a cidade e o mundo, transitando por um

espaço de crítica social e revelando o “mundo das sombras”.¹³⁰ Em outras palavras, o cronista conferiu um lugar de destaque para tratar de assuntos que, comumente, incomodavam as pessoas, todos os aspectos que o processo de modernização do Distrito Federal encobria. Assim, para João do Rio, explorar as banalidades do cotidiano consistiu na melhor estratégia de compreensão das mudanças em relação ao modo de ver e conceber a cidade. De acordo com a ótica de Rodrigues, João do Rio salientou em suas crônicas os conflitos existentes em uma cidade em permanente processo de urbanização, denunciando as poucas medidas tomadas pelo poder público com vistas a melhorar as condições de vida das nações subterrâneas, “as classes perigosas”.¹³¹ Em suas reflexões, é possível localizar uma crítica violenta a respeito das situações degradantes a que os indivíduos marginalizados da sociedade moderna encontravam-se submetidas, ou seja, tratava-se de referências claras aos tipos encontrados nas ruas do Rio de Janeiro.

O recurso às metáforas, ironias, metonímias e a linguagem figurada utilizada pelos desenhistas e cronistas, respectivamente, explica-se como busca de armas retóricas para salientar e combater determinadas situações, eventos políticos e os modos de pensar e agir durante a Primeira República. Nesse sentido, o periódico *O Malho* configurou-se, por vezes, com um espaço privilegiado para que os intelectuais exercessem suas críticas políticas e encaminhassem as demandas dos diversos grupos sociais do Distrito Federal. Como foi possível constatar, o modo pelo qual Pereira Passos e Rodrigues Alves encaminharam o projeto de modernização e reformulação do tecido urbano carioca não foi visto com bons olhos por diversos profissionais que publicavam suas charges no periódico assinalado. No entanto, é necessário esclarecer que a oposição exercida pela revista ao governo do presidente, não correspondeu a uma postura geral de todos os cartunistas.

Além do sofrimento que a remoção dos cortiços situados nas áreas centrais da cidade havia trazido para os antigos moradores daquelas habitações condenadas, os caricaturistas apresentaram para os leitores d’*O Malho* o descaso da Prefeitura do Rio de Janeiro para com a população dos subúrbios, a qual via aumentar os enormes contrastes entre as regiões centrais e a Zona Sul da cidade. Tais fatores contribuíam ainda mais para alimentar o ressentimento popular em relação à gestão de Passos e ao

¹³⁰ RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta – olhar do flâneur na belle époque tropical*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. P.23.

¹³¹ Cf. *ibidem*, p. 40-41.

regime republicano. Passos consolidou na cidade uma atmosfera de apologia ao progresso e à modernidade, realizando intervenções que foram ao encontro dos interesses e das necessidades dos setores dominantes e da expansão do capital. Por intermédio das situações inerentes ao cotidiano da cidade de maior repercussão, os caricaturistas denunciavam para os leitores do periódico, quais eram os atores que se beneficiaram diretamente com a política de melhoramentos da cidade, bem como os objetivos dos principais agentes de intervenção no tecido urbano carioca, os quais se escondiam atrás da ideologia do progresso e da ciência. No entanto, como se constatou, o que estava em jogo na crítica difundida pelas charges, não eram os necessários projetos de saneamento e reformulação do Distrito Federal, e sim a forma como eles foram conduzidos pelos gestores públicos. Em meio ao agravamento da crise imobiliária que afetou a vida dos diversos moradores da cidade, os desenhistas não perderam a oportunidade, é claro, e o mote principal das imagens publicadas naquele período foi mostrar, para os leitores da revista, bem como para o governo municipal a sua obrigação de minimizar o sofrimento dos trabalhadores que se espremiavam em quartos apertados, apoiando a construção das vilas operárias. Essa temática adquiriu centralidade nas narrativas humorísticas publicadas em *O Malho*, no ano de 1906.

Contudo, à diferença de Marcelo Magalhães que parte da perspectiva segundo a qual existiu um intercâmbio efetivo entre os vereadores e os demais habitantes da cidade, derrubando, portanto a noção de que o Legislativo era fraco e não contava com o apelo popular, não se pode afirmar o mesmo quando analisamos as charges *d'O Malho*. Fica claro que, na opinião dos cartunistas do diário, os moradores do Rio de Janeiro confiavam mais nos seus representantes à frente do Executivo Federal e municipal do que nos intendentess do Conselho Municipal. Esta instituição, quando representada nas imagens, aparecia sob a forma de urubu, o que revela o predomínio de uma visão negativa entre os chargistas, e tendo seu nome diretamente relacionado ao estabelecimento de contratos com empresas arduamente criticadas pela imprensa, além de ser vista como a entidade responsável pelo aumento dos impostos. Assim, pautando-se nessas informações, é possível concluir que, sob os olhares dos desenhistas da revista, muito embora a Reforma Urbana tenha contribuído para o aumento da impopularidade de Passos e Rodrigues Alves, eles ainda gozavam de uma confiança maior dos moradores do Distrito Federal, quando comparados com seus representantes à frente do Legislativo.

No que tange ao quadro social dos brasileiros que moravam nos subúrbios da cidade, os desenhistas os registraram reconstruindo seus lares arrasados pelas enchentes, comprando botes e canoas para enfrentar esses e outros problemas relacionados à precária infraestrutura da cidade, morando em pequenos quartos alugados com suas famílias e à procura de novas habitações. Assim, mesmo não encontrando um cenário favorável à consolidação das suas demandas, determinados brasileiros não deixaram de mostrar sua capacidade de atuação. Como se sabe, determinadas circunstâncias foram capazes de unir esses atores políticos, que atuaram conjuntamente, manifestando interesses e convicções próximas, o que acabou garantindo, ainda que temporariamente, alguma margem de manobra na sociedade e no campo político do Rio de Janeiro. Ainda que suas vozes e o seu ressentimento tenham sido mais ouvidos e se notabilizado em episódios como a Revolta da Vacina, as charges permitem-nos afirmar que os setores populares demonstraram alguma consciência dos seus direitos. Talo fato tornou-se evidente nos momentos em que as leis mais polêmicas foram aprovadas, caso do decreto que regulamentou a vacinação obrigatória contra a varíola, assim como nos momentos de reivindicação quanto ao destino das verbas públicas pelos gestores.

O foco desta pesquisa consistiu em apresentar imagens que difundiram as impressões dos cartunistas sobre os setores populares, contudo não nos preocupamos com seu caráter estético, tampouco em levar em consideração a produção individual de determinados desenhistas. Esses profissionais procuraram construir uma linguagem popular, que permitissem ao grande público alcançar o seu discurso. Daí o uso de figuras de linguagem simples, utilizadas exatamente com a intenção de comunicar-se com o povo, assim como o diálogo e a apropriação de temas relativos ao cotidiano dos cariocas e, portanto, assuntos que correspondiam às áreas de interesse da população em geral.

Capítulo 3

Do “choro” ao “riso”: os negros sob os olhares dos cartunistas d’*O Malho*

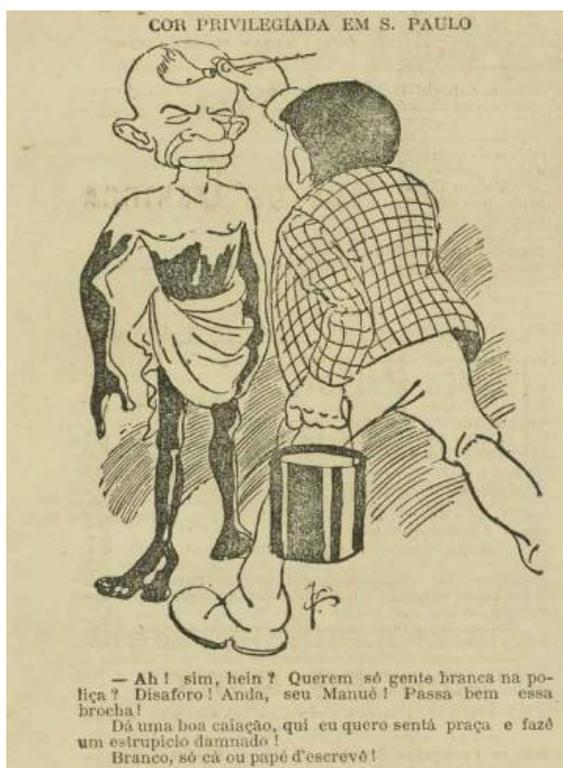
Neste capítulo abordaremos as visões dos chargistas sobre os ex-escravos que habitavam a cidade do Rio de Janeiro, conferindo espaço de destaque, sobretudo às charges que retratam seus ofícios e postos de trabalhos. Nele exploramos, para além dos desenhos que se aproximaram dos temas caros ao universo do trabalho no Rio de Janeiro, as imagens que focalizaram as expressões, opiniões e os reflexos do passado escravista de nosso país sobre o cotidiano dessas parcelas da população, articulando a realidade desses setores à dinâmica social da cidade. Desta forma, buscaremos conhecer por intermédio das imagens, as opiniões dos chargistas sobre o padrão de conduta que regia as relações entre trabalhadores negros e patrões, determinadas pistas sobre suas condições de vida e de trabalho na capital durante os primeiros anos do século XX, bem como suas expectativas e as queixas mais recorrentes entre eles. Assim, procuraremos dar continuidade a algumas questões que começaram a ser analisadas ao longo dos dois primeiros capítulos, contudo não foram mais exploradas em função dos recortes temático e temporal.

Pautando-se na análise das contribuições de vários autores que trataram desse tema, de forma mais ou menos direta, e da pesquisa empírica por nós realizada, buscamos identificar nas charges as perspectivas dos desenhistas sobre os instrumentos e os canais através dos quais estes setores ganharam suas vidas e expressaram suas fontes de insatisfação, bem como suas demandas mais urgentes. Paralelamente, tais referências nos permitiram estabelecer uma comparação entre determinados aspectos presentes nas reflexões dos autores que tomaram o universo desses segmentos como objeto de suas pesquisas e aqueles elementos localizados nas charges do periódico assinalado.

Estabelecemos como um dos objetivos deste capítulo a compreensão acerca da natureza da sociedade carioca para termos acesso ao grau de participação política e à consciência de direitos por parte dos ex-escravos. Desta forma, desvendamos quais limites e barreiras se colocaram à frente da consolidação dos seus direitos. Tendo esta proposta, o capítulo focalizou as imagens que carregam as impressões dos chargistas

acerca do universo dos negros e das suas relações de trabalho no pós-abolição. Para tanto, selecionamos as representações humorísticas portadoras do melhor argumento político e do poder de sintetizar boa parte das teorias, propostas e projetos de lei que estavam sendo aprovados pelo Congresso e tinham lugar garantido na imprensa ilustrada.

3.1– As dificuldades encontradas pelos negros no processo de integração à ordem social



Cor privilegiada em São Paulo

- Ah! Sim, hein? Querem só gente branca na poliça? Disaforo! Anda, seu Manué! Passa bem essa brecha!

Dá uma boa caição, qui eu quero sentá praça e fazé um estрупício danado! Branco, só cá ou papé d'escrevê!

Fonte: *O Malho*, 3/2/1906, número 177.

O exame das charges que difundiram representações acerca dos negros, no contexto das primeiras décadas do século XX, despertou a nossa atenção para as barreiras impostas aos negros nos processos seletivos para a Força Pública de São Paulo. Este recrutamento foi tomado pelos chargistas da revista *O Malho* como um episódio responsável por eliminar as chances dos afro-brasileiros de concorrerem em condições de igualdade com os brancos, uma vez que o governador de São Paulo havia imposto uma série de pré-requisitos, que praticamente extinguíam as chances de os negros terem acesso a estes postos de trabalho. Por outro lado, esse processo seletivo foi interpretado pelos chargistas como uma ocorrência explícita de discriminação racial, a qual impossibilitava a presença de negros nessa instituição.

Optamos por analisar estas charges relativas aos negros que viviam em São Paulo, pelo fato de o volume de imagens sobre este tema ser expressivo e por elas nos

sugerirem que a “cor”, não era apenas um elemento de distinção social nesta região, mas também um aspecto que acabava pesando nos processos seletivos para determinadas instituições desse Estado. Tais passagens foram objetos das reflexões e das críticas dos cartunistas d’*O Malho*, que trouxeram à luz este tema e denunciaram a revolta dos negros por verem mais uma possibilidade de ascensão social e vida digna se esvaindo.

As charges em destaque tratam das mudanças que estavam ocorrendo na Força Pública de São Paulo, a qual passou por uma profissionalização, em 1906, com a vinda da missão francesa e abordam, também, os reflexos dessas alterações sobre a vida dos negros que viviam nessa localidade. Tais modificações foram resultantes de uma solicitação feita por Jorge Tibiriçá, então governador de São Paulo, ao governo federal, para o aprimoramento técnico dos contingentes militares do Estado, através da contratação de uma Missão Francesa de Instrução Militar. Neste contexto foram criados novos cursos, novas patentes e uma elevada hierarquização. Como observa José Eduardo Azevedo¹³²:

Esta missão que havia sido contratada, inicialmente, para um período de dois anos, acabaria permanecendo em São Paulo de 21 de março de 1906 a 4 de agosto de 1914, pelos esforços permanentes de Jorge Tibiriçá, Albuquerque Lins, Rodrigues Alves, Barão do Rio Branco, entre outras autoridades. Após esses anos de formação, instrução, fardamento, armamento e comando, a Força Policial do Estado ostentava um alto padrão de organização e disciplina, constituindo-se em instrumento de repressão e defesa, em que os governos se apoiariam legalmente, embora nem sempre com a preocupação primordial de defesa do interesse público. A concepção da organização da força policial paulista, na mentalidade dos homens de governo de São Paulo, passava pelo pressuposto da profissionalização: homens preparados para o confronto permanente com a sociedade a ser disciplinada, ou mesmo reprimida.¹³³

O autor também ressalta que a profissionalização, recrutamento com padrões específicos, remuneração, supervisão sistemática e plano de carreira eram motivos novos, ainda não codificados na organização das forças com poderes coercitivos no Brasil durante aquele período, seja o exército, seja a polícia.

A charge acima, executada por um chargista que faz uso de pseudônimo, salienta os reflexos dessas modificações que estavam ocorrendo na Guarda Civil, em 1906, com a vinda da Missão Francesa, para os negros, que pleiteavam uma vaga nessa instituição.

¹³² AZEVEDO, José Eduardo. *Polícia Militar de São Paulo: Elementos para a construção de uma cartografia social da questão policial no Brasil*, In: Revista da UNESP, número 1, pp. 11-24, 2003. Disponível em: <http://www.levs.marilia.unesp.br/revistalevs/edicao1/Autores/Azevedo.pdf>

¹³³ AZEVEDO, 2003 apud AMARAL, 1966.

Na imagem encontramos um negro a pintar-se de branco com vistas a concorrer a um posto na Polícia de São Paulo. A atitude do personagem pode ter sido interpretada pelo chargista como uma impossibilidade de os negros atenderem às exigências impostas pelo Estado para a seleção dos melhores candidatos. Ou seja, os negros não apresentariam o grau de profissionalização, a formação intelectual e a instrução para integrarem a Polícia de São Paulo, aspectos apreciáveis pelas diversas instituições militares do Brasil. A imposição de uma série de condições, como disciplina, a hierarquização e um nível mais elevado de instrução podem ter sido interpretados pelos chargistas como um episódio de exclusão dos negros e de discriminação racial, pois seria praticamente impossível que um afro-brasileiro atendesse a todos os pré-requisitos exigidos por aquela instituição. Tendo tais circunstâncias como pano de fundo, a solução encontrada pelo personagem foi pintar seu corpo de branco. Por um lado, tal atitude pode ser interpretada como um fator responsável pelo ingresso do personagem, já que o fato de ser visto como uma pessoa branca não eliminaria suas chances de ser recrutado pela instituição. Por outro, esta charge pode ter sido resultado de uma interpretação do chargista acerca dos critérios de seleção dos candidatos para a ocupação dos postos na Força Pública de São Paulo, estipulados por Jorge Tibiriçá, uma vez que dificilmente um negro cumpriria as condições estabelecidas pela instituição.¹³⁴

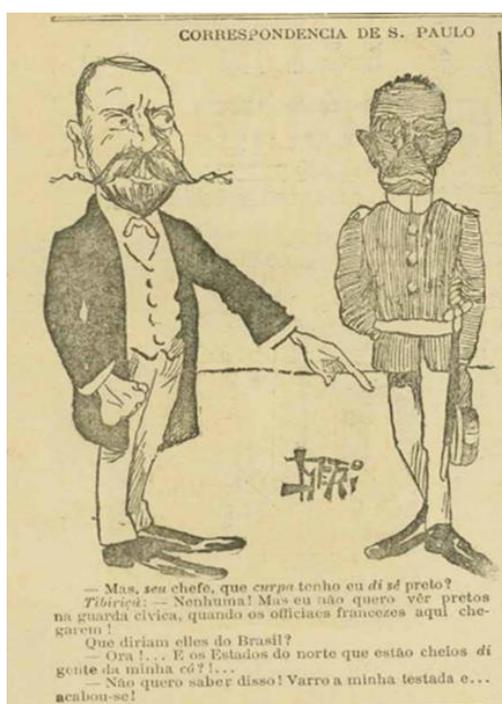
José Eduardo Azevedo salienta que a Defesa Nacional não deixou de insistir em profundas transformações no universo escolar militar, condenando o bacharelismo e a exagerada formação intelectual, tão estimada nos círculos militares, de formação positivista, porém pouco eficaz para as funções de liderança no exercício da guerra.

A revolta do personagem, o qual representa o duro quadro social dos negros durante os primeiros anos do século XX, relaciona-se à dificuldade observada entre esses grupos de encontrar empregos e oportunidades reais de ascensão social, uma vez que, na então capital federal e, em cidades como São Paulo, parecia existir uma clara relação entre a cor da pele e a pobreza¹³⁵. Paralelamente, esta charge pode estar relacionada à permanência do ideal de branqueamento da população, muito presente nas

¹³⁴ Nos 179 volumes d'*O Malho* que foram analisados circularam aproximadamente 16 charges que retrataram os episódios de discriminação racial e/ ou a perseguição do governo dos quais os negros foram alvos diretos.

¹³⁵ Sobre esta questão ver: Azevedo, C.M.M. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites— século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Consultar também: ALMEIDA, Fernanda Moutinho. *E depois do Treze de Maio? Conflitos e expectativas dos últimos libertos de Juiz de Fora (1888-1900)*. Dissertação de mestrado. História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2003. MATTOS de Castro, Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 / Nova fronteira, 1998.

análises dos diversos intelectuais do século XIX, e da proposta manifestada por determinadas autoridades de apresentar para o exterior a imagem do Brasil como sendo a de um país eminentemente branco e civilizado.¹³⁶ Assim, como se constata, os afro-brasileiros demorariam a encontrar um cenário favorável às suas demandas, bem como situações e seleções nas quais prevalecessem a justiça social e a igualdade nas relações entre brancos e negros.



Correspondência de São Paulo

- Mas, seu chefe, que culpa tenho eu di sê preto?

Tibiriçá:- Nenhuma! Mas eu não quero ver pretos na guarda cívica, quando os oficiais franceses aqui chegarem!

Que diriam eles do Brasil!

- Ora!... E os Estados do norte que estão cheios di gente da minha cô?...

- Não quero saber disso! Varro a minha testada e... acabou-se!

Fonte: *O Malho*, 17/02/1906, número 179.

À semelhança da primeira figura, o cartunista não identificado que executou o desenho acima, destaca as dificuldades encontradas pelos negros de ingressarem e construírem suas carreiras na Guarda Cívica do Estado de São Paulo. Desta maneira, fica claro para o leitor a revolta e a decepção do ex-escravo, ao ver mais uma oportunidade de trabalho e crescimento profissional se esvaindo.¹³⁷ Ao mesmo tempo, o

¹³⁶ Sobre esta questão ver: ROMERO, Sílvio. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro, 1871. In: S. Romero. *Etnologia selvagem*, 1875. Cf. Mendonça, C.S. *Silvio Romero. Sua formação intelectual (1851-1880)*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasiliana, v. 114, 1938, p. 74-75. Ver também: DOMINGUES, Petrônio, 2004. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, São Paulo: Editora Senac de São Paulo.

¹³⁷ Jorge Tibiriçá Piratininga nasceu em Paris, França, em 15 de novembro de 1855, filho de João de Almeida Prado Tibiriçá Piratininga e de Pauline Eberlé. Seu pai, rico fazendeiro e notável paulista

chargista focaliza o autoritarismo de Jorge Tibiriçá, governador de São Paulo, que, ao ser indagado pelo liberto sobre a existência de um volume expressivo de negros na região Norte do país, mostra-se irredutível aos seus pedidos e à sua observação. Tal iniciativa, como vimos, era parte integrante do seu projeto de contratação de oficiais estrangeiros para dar suporte à segurança e à Força Pública de São Paulo, o que, segundo a sua ótica, conferiria à instituição características de tropa solidamente estruturada e moldada em princípios de rígida disciplina. Assim, a vinda de uma missão francesa, composta de oficiais graduados, os quais durante muitos anos foram responsáveis pela formação do contingente da milícia paulista, representava a consolidação dos planos do governador. Portanto, esta charge salienta as consequências do projeto do governador de São Paulo para os negros, os quais haviam criado expectativas em relação à contratação pela Guarda Cívica. O ingresso nesta instituição representaria possibilidades de ganhos reais para os negros e uma vida mais estável e tranquila. No entanto, a charge nos mostra que aquela vaga era inacessível aos negros, pois a sua contratação para a Guarda Civil seria incompatível com o nível de qualificação, disciplina e hierarquização dos profissionais que se pretendia reunir e como os novos postos criados a partir daquele momento. De um lado, sob os olhares desse chargista, os critérios impostos pelas autoridades de São Paulo para o ingresso naquela instituição significavam o mesmo que rejeitar e tolher a presença de negros na Força Pública do Estado. De outro, esse profissional pode ter simplesmente denunciado e explorado, através da ironia, a exclusão dos negros no processo seletivo para aquela instituição e os reflexos diretos do preconceito racial, por parte do governador do Estado. Tal proibição não existia na prática legal, uma vez que era inconstitucional, mas poderia estar, de fato, ocorrendo. É interessante o fato de situações relativas a outro Estado terem chamado à atenção dos cartunistas de uma revista carioca e inspirado suas sátiras e críticas diretas ao governador de São Paulo. Posição que nos sugere, mais uma vez, que os negros poderiam estar sendo, efetivamente, barrados no processo seletivo para a Força Pública de São Paulo, à revelia dos princípios constitucionais.

Nesta perspectiva, cabe salientar alguns apontamentos realizados por Skidmore, o qual observou que a postura adotada pelas diversas instituições militares, as quais

pertencente a tradicional família ituana, presidiu a famosa Convenção de Itu, que em abril de 1873 lançou as bases da organização do Partido Republicano Paulista (PRP). Jorge Tibiriçá foi eleito em 15 de fevereiro de 1904 para o quadriênio de 1904 a 1908, tendo como companheiro de chapa João Batista de Melo e Oliveira. Após renunciar à cadeira no Senado Estadual em 27 de abril, assumiu o governo em 1º de maio seguinte. Informações disponibilizadas pelo dicionário político da Primeira República: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/8>. Acesso em dezembro de 2013.

recrutavam, na maioria das vezes, apenas homens brancos e, em determinadas circunstâncias, excluía os negros nas missões internacionais, tal como aconteceu na Marinha, em 1907, motivaram uma campanha contundente da imprensa. O autor observa que o editorialista do *Correio da Manhã* ridicularizou essa atitude, lembrando a seus leitores o rol ilustre de mulatos brasileiros, que incluía Tobias Barreto e André Rebouças. Segundo rumores, até Rodrigues Alves, presidente da República e ex-presidente da província de São Paulo, teria sangue negro.¹³⁸ Como observou o historiador, muito embora os brasileiros costumassem dizer que não tinham preconceito racial, a imprensa noticiava casos de suposta discriminação contra negros ou mulatos escuros. Os incidentes envolviam instituições brasileiras oficiais que tinham contatos frequentes com estrangeiros. O *Correio da Manhã* denunciou, em 1904, que os negros não eram contratados como guardas no Teatro Lírico, a melhor casa de espetáculos no Rio de Janeiro. Skidmore também ressalta que, em 1906, o mesmo jornal protestou, em editorial, contra a suposta discriminação de negros e mulatos no recrutamento para a Guarda Cívica de São Paulo.

O pesquisador também ressalta que a Marinha, que tinha a reputação de só recrutar oficiais brancos, deu motivo a numerosos incidentes. Em 1907, segundo se alegou, marinheiros negros teriam sido excluídos de uma missão naval enviada aos Estados Unidos. O governo foi acusado de tentar apresentar o Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, como um país branco -, imputação que, de acordo com a ótica do autor, tinha fundamento.¹³⁹ O historiador também menciona o caso no qual a Marinha teria excluído marinheiros negros da guarnição do navio que recebeu a visita do presidente da Argentina, o general Roca. A Marinha também já havia sofrido “desfeitas raciais” nos Estados Unidos, em 1905. Tais contratempus, sob a ótica do autor, poderiam ter influenciado as posteriores tentativas de selecionar os oficiais para compor o quadro das diferentes instituições militares e filtrar as tripulações navais em viagem aos Estados Unidos, naquele ano.

Tais apontamentos nos levam a crer que esses transtornos podem ter influenciado os pré-requisitos, as barreiras tácitas e os “filtros” estabelecidos pelas

¹³⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976., p. 91.

¹³⁹ Sobre a influência da biologia e das teorias evolucionistas que influenciaram as Ciências Sociais e para o entendimento de conceitos como monogenismo e poligenismo ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

autoridades de São Paulo com vistas a selecionar os candidatos para integrarem a Guarda Cívica desse Estado.

Portanto, as análises dessas imagens nos permitem afirmar que os critérios colocados para o recrutamento dos oficiais de São Paulo, não só limitavam, de um lado, os postos de trabalho para os afro-brasileiros, como também, de outro, revelavam a forte resistência da sociedade paulistana à integração do negro na ordem produtiva e social. Situações como aquelas exploradas pelas charges poderiam fomentar ainda mais a discriminação racial, a segregação e o fortalecimento das teorias pretensamente científicas que justificavam as hierarquias sociais. As iniciativas que caminhavam nessa direção acabavam legitimando as balizas sociais estabelecidas desde o período colonial, negando ao negro o acesso à cidadania e a sociedade brasileira em vias de modernização.

Desta maneira, as charges acima vão ao encontro das conjunturas e questões ressaltadas pelo trabalho de Thomas Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, que tem como objeto de análise, o quadro social dos afro-brasileiros no pós-abolição¹⁴⁰. Com base nesses dados e informações, Skidmore conclui que, para os brasileiros menos favorecidos, setores que compreendiam a vasta maioria dos negros e mulatos, era difícil ascender economicamente. Assim, tal deficiência, segundo o historiador, confirmava a concepção que dele fazia a elite: um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento nacional.

No que diz respeito ao período em que o pensamento racial brasileiro alcançou seu auge – 1880 a 1920 –, conforme a perspectiva de Skidmore, a ideologia do “branqueamento” ganhou foros de legitimidade científica, à medida que as teorias racistas passaram a ser interpretadas como confirmação das ideias de que a raça superior (branca) acabaria por prevalecer no processo de amalgamação.¹⁴¹

As primeiras formas de lutas organizadas coletivamente contra o racismo no pós-abolição, apareceram mais visivelmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde a disputa com os brancos, especialmente no mercado de trabalho, foi mais acentuada, embora neste último estado os afro-brasileiros tenham tido melhor sorte na

¹⁴⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹⁴¹ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 63.

integração à sociedade do trabalho livre no Brasil que em São Paulo¹⁴². Não que isto nos leve a concluir que, no Rio de Janeiro, as situações de discriminação racial não tenham existido, pelo contrário, haja vista a denúncia do *Correio da Manhã* da não contratação de negros pelo Teatro Lírico, bem como a mobilização dos marinheiros negros, deflagrada em novembro de 1910, contra os castigos corporais a que eram submetidos pelos oficiais.

No que diz respeito ao universo das charges, as quais veicularam as representações dos negros, que viviam no Distrito Federal, foi possível constatar que os chargistas d’*O Malho*, durante o período avaliado, não apresentaram a cor e o baixo nível de instrução e qualificação dos negros como fatores que constituíram impedimento ou critério para o ingresso no mercado de trabalho livre e assalariado. Apesar de as condições de trabalho e as atividades desempenhadas por eles se assemelharem ao contexto anterior à abolição, os afro-brasileiros, sob os olhares dos chargistas, gozavam de ampla mobilidade e, muitas vezes, escolhiam ofícios que lhes ofereciam maior autonomia. Por outro lado, o fato de o Rio de Janeiro contar com um número expressivo de negros que trabalhavam como ambulantes, pode nos sugerir a dificuldade observada entre esses setores de encontrar outros trabalhos que lhes garantissem mais dignidade, liberdade e ganhos expressivos.¹⁴³ Esta realidade demoraria a se apresentar e a fazer parte da vida dos negros.

¹⁴² Sobre este tema consultar: ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo* (1888-1988). Bauru: Edusc, 1998. Ver também: HASENBALG, Carlos A. *Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, CCBB, 1996

¹⁴³ Maria Cláudia Ferreira salienta que, em São Paulo, ocorreu um **racismo** antinegro específico, contrariando o ideal do Brasil como o país do “paraíso racial”. Para a autora, outro fator mais significativo parece explicar a mobilização e formação de identidade racial com vistas ao associativismo entre os negros na primeira metade do século XX em São Paulo: a ocorrência de um racismo “segregacionista e costumeiro” que se potencializou naquele estado. Segundo a autora, a prova desse tipo de racismo estaria nos frequentes casos de preconceitos étnicos e de cor que aumentaram após a chegada dos imigrantes; na permanência de desigualdades de oportunidades entre negros e brancos mesmo após a abolição; no recrudescimento do racismo europeu no entre guerras, fonte de argumentos e fortalecimento de sentimento étnico para as comunidades de origem europeia. O efeito dessa combinação teria sido o surgimento da mobilização de parte dos negros daquela cidade, primeiramente em torno dos clubes dançantes, grupos literários e dramáticos e dos pequenos jornais informativos. No decorrer das décadas tais **ações** se transformaram com o objetivo de reagir ao **cotidiano** racista da cidade que, segundo as pesquisas, os impedia de frequentar espaços de sociabilidade e dificultava o acesso aos empregos mais dignos. FERREIRA, Maria Cláudia. *Espaços de sociabilidade e ações antirracismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo* (1900-1940). Editorial: Edição nº 3, ano II. *PPHPBC-FGV. Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/espacos-de-sociabilidade-e-acoes-antirracismo-no-cotidiano-das-elites-negras-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: dezembro de 2013. (Acesso em novembro de 2013).



Preto no branco

- Que mi diz ocê daquele sassinato da Tijuca?

- Qui hei de eu dizê! Não vare pena sê captivo di bala di revolve... Nosso não era capais di matá zótro só pru sê noivo. Muié sorteira é livre. Tempo de zicravo já acabou. Obrigá muié a gostá de nois...mió é pegá no cesto, i vendê banana ou mendoin torrado!

Fonte: *O Malho*, número 190, 5/05/1906.

Esta charge executada por Augusto Rocha explora a conversa entre dois escravos que opinam sobre o assassinato de uma mulher, morta pelo noivo, que ocorrera na Tijuca recentemente. O chargista salienta as perspectivas dos personagens segundo as quais nenhum homem, negro ou branco, deveria ser escravo de qualquer elemento ou pessoa, bem como não deveria fazer de ninguém seu cativo. De um lado, a figura revela a importância e o valor que os personagens conferem à liberdade e ao trabalho, ainda que fosse para pegar no cesto e vender bananas e amendoim, ofício que, sob a perspectiva dos chargistas, tornou-se a principal fonte de renda dos ex-escravos durante os primeiros anos do século XX. De outro, percebe-se que os negros são sempre retratados pelos chargistas como portadores de feições grotescas, com os pés descalços, trajes simples, falando um português repleto de erros. Desta forma, a charge evoca diferentes impressões e sensações. Em primeiro lugar, o leitor parece lidar com códigos linguísticos típicos de um contexto escravocrata no qual os dois personagens representariam o cotidiano dos cativos. Em segundo lugar, os pés descalços e as vestes simples remetem àquelas utilizadas pelos escravos no Brasil, as quais eram concedidas

pelos seus senhores. Pautando-se nesses aspectos, parece-nos que, para o chargista, muitas facetas da vida desses setores mantiveram-se intactas desde o pós-abolição.

A conversa regida pela linguagem coloquial e repleta de erros de português também são elementos explorados pelo chargista, que revela aos leitores da revista, a manutenção do baixo nível de instrução e o analfabetismo dos libertos. Nota-se na charge, também, a existência de pistas que nos indicam alguns dos ofícios exercidos pelos negros durante os primeiros anos da República. Comumente, esses brasileiros aparecem nas imagens, como vendedores de doces, acarajé, quitandeiros, agentes do jogo do bicho, entre outras funções. Nesta figura o tema motivador dos debates reside no assassinato de uma jovem cujo responsável pela tragédia foi seu próprio noivo.

3.2– Os olhares direcionados ao mundo profissional dos negros



- Mas praquê ossuncê, sá Thereza, não bota quitanda graúda? Ossuncê tem dinheiro, que eu sei...

- Quá! Não vare pena. Gente graúda paga có dinheiro de papé e nota farsa tá hí que matto.

Tô muito bem c'os meu mindobi e pé di moleque. Si vié nike farso não faz má: tá quá vem, tá quá vai!

Fonte: *O Malho*, número 186, 7/04/1906.

Esta charge de J.R Lobão ressalta a perspectiva de dois negros quanto à possibilidade de trabalho rentável no Rio de Janeiro. O personagem, ao sugerir que o fato de a ex-escrava possuir renda suficiente para abrir uma grande quitanda voltada para os setores mais abastados revela-nos que, para o chargista, as negras que trabalhavam como ambulantes poderiam obter lucros consideráveis com a venda de seus quitutes e, conseqüentemente, gozar de uma relativa autonomia. No entanto, a personagem afirma não ser do seu interesse, já que seus lucros eram certos com moedas verdadeiras, pagas pelas compras dos seus pés-de moleque e amendoim, e este não correspondia à atitude dos ricos que a pagavam com notas falsas. Assim, esta charge

sugere, de um lado, que as afro-brasileiras que trabalhavam no setor informal como vendedoras de guloseimas possuíam mais escolhas e possibilidades de planejar suas vidas. De outro, a referência às notas falsas nos leva a acreditar que os ricos teriam, sob os olhares dos afrodescendentes, uma moralidade questionável e que eles confiavam mais nos seus pares. Da mesma forma, percebe-se a valorização conferida pela negra ao seu tempo e à sua autonomia.¹⁴⁴

É possível constatar que os cartunistas registraram as profissões das afro-brasileiras, suas preocupações, expectativas e seu parco nível de escolaridade. Comumente nos deparamos com as ex-escravas assumindo a cozinha das patroas, ou nas ruas do Rio de Janeiro, vendendo quitutes ou legumes e frutas, quando eram mais bem-sucedidas montavam quitandas destinadas ao público mais abastado da cidade. Desta maneira, conseguiam consolidar sua liberdade e seus ganhos, muito embora ainda estivessem à margem da sociedade e desempenhassem funções estigmatizadas em função do recente passado escravocrata. Neste sentido, o fato de as negras serem sempre representadas como domésticas ou ambulantes pelos chargistas *d'O Malho* nos indica o predomínio do exercício destas atividades por este contingente da população do Distrito Federal.



Efeitos da carestia

A patroa: - Eu já te não disse que não quero desperdícios na cozinha?! A conta do armazém não faz sinão crescer, crescer, crescer! É preciso por um paradeiro nisso, arre!

A criada: - Arre, não sinhô! Miô que sinhá fosse esbravejá com seu marido que é douto, e só sabe dizê que é preciso castiga o arroz, o feijão e a carne da estranja com imposto de tirá couro e cabelo! Arre! Comigo é nove! Faça minha conta que eu vou se embora!

Fonte: *O Malho*, 29/12/1906, número 224.

Esta charge traz à baila as relações entre a empregada e patroa na qual fica explícita a compreensão da empregada acerca do aumento dos impostos sobre os preços dos produtos básicos pelos gestores públicos, caso do marido de sua patroa e o padrão de relações entre empregado- negro e senhor ser regido por parâmetros típicos do

¹⁴⁴ Aproximadamente 14 charges dos 179 volumes da revista conferiram destaque ao trabalho dos libertos como ambulantes nas ruas do Rio de Janeiro, entre os anos de 1904 a 1908.

universo da escravidão. A forma como a patroa se dirige à ex-escrava vai ao encontro desta perspectiva. A consciência da criada, em contrapartida, acaba servindo de base para a sua defesa, quando a patroa a culpa de não economizar nas compras e, ao mesmo tempo, ela demonstra ter uma postura de não subordinação e subserviência à patroa. Tal comportamento pode estar relacionado ao fato de as negras encontrarem no mercado informal uma forma consistente e certa de auferir seus ganhos. As charges que as retratam como vendedoras de cocadas, amendoim, acarajé, entre outros quitutes possuem volume expressivo. Assim, o chargista salienta a consciência da personagem quanto a sua liberdade e a possibilidade de obter ganhos em outras áreas, o que nos leva a acreditar que tal fato pode ter influenciado a emergência de comportamentos mais autônomos e de insubordinação entre as afro-brasileiras.

Lília Moritz Schwarcz, ao analisar as representações dos negros veiculadas nos jornais de São Paulo ao final do século XIX, ressalta que eles apareciam, com grande frequência, nas páginas de ocorrências policiais, ou era o centro de notícias escandalosas.¹⁴⁵ Assim, o negro também aparecia como alguém dependente, o serviçal que era oferecido enquanto “peça de bom funcionamento” ou mesmo o negro “objeto” de discurso dos editoriais científicos. A autora afirma que os discursos do *Correio* eram diversos, mas basicamente convergentes, pois explicavam desde a inferioridade da raça negra com relação à branca até suas características de “humildade e servilismo”. Por outro lado, Lília Moritz observa ter havido uma mudança de representação no negro na imprensa, assim, a imagem oficial do preto fiel e serviçal era paulatinamente substituída pela representação do elemento traiçoeiro “pouco franco” e que, segundo os últimos anúncios de fuga, parecia enganar facilmente brancos mais desavisados através de suas estratégias individuais.

Esta charge, portanto, reflete esta mudança de representação acerca do negro e nos apresenta uma interessante realidade, na medida em que salienta o fato de a empregada doméstica em destaque não ter aceitado o mau tratamento conferido a ela e a consciência acerca do valor do seu trabalho e da sua liberdade. Ao mesmo tempo, acreditamos que para o chargista representar uma negra enfrentando a patroa e assumindo o risco e a vontade de perder aquele emprego em um mercado de trabalho tão concorrido e limitado, devia-se ao fato de ela possuir alguma certeza quanto à

¹⁴⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. P.229.

garantia de renda. Por conseguinte, o conteúdo desse desenho dialoga com a da imagem acima, no que diz respeito à postura decidida das negras quanto à escolha do rumo de suas vidas. Paralelamente, não notamos qualquer atitude de submissão em relação às regras criadas por uma elite branca em processo de aburguesamento. Nesta charge localizamos determinados elementos que dialogam com os aspectos sustentados pela análise empreendida por Hebe Mattos, como exemplo a recusa dos libertos à execução de determinados trabalhos e a revolta contra o tratamento que lhes remetesse à escravidão, dentre os quais se destacam as restrições à mobilidade espacial e os castigos físicos. Assim, tais casos aludem à atitude da personagem, explorada pelos traços de Rocha. De acordo com a sua perspectiva, ela manifestava a vontade de ter maior controle sobre o seu tempo e o ritmo de sua vida. Além disso, o chargista, ao apresentar para os leitores, uma negra colocando seu emprego em risco, mostrava para os brasileiros que, naquelas circunstâncias, elas já possuíam maior controle sobre suas vidas, possuindo alguma segurança quanto às suas condições de sobrevivência. Tal quadro social se assemelha a aquilo que é chamado por Hebe Mattos “*de exercício da recém-adquirida liberdade de movimentação*”.¹⁴⁶ Esta situação, segundo a pesquisadora, correspondia ao caso dos libertos que abandonavam as fazendas onde haviam conhecido seu cativo.

Aproximadamente dez charges dos 179 números da revista pesquisados, mostraram os negros em situações que os aproximavam da cidadania e da condição de um verdadeiro cidadão, seja recusando o autoritarismo dos patrões e o não pagamento dos seus honorários, seja demonstrando o conhecimento acerca dos seus direitos e deveres. Ao passo que 13 charges apontam esses setores como estando presos aos estigmas do passado escravista e vivendo situações muito próximas àquelas observadas no contexto anterior à abolição.

¹⁴⁶ MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. P.10.



Cenas domésticas

A criada:- Uê, gentes! Eu tá pedindo dinheiro de alugué trazado, e patroa qué mi metté a vassôra?...

A patroa: - Decerto! Não admitto desaforos e confianças de criados!...

O patrão:- Olha, rapariga, a verdade é esta: perdi o dinheiro que tinha no Banco União do Comércio. Mas amanhã ou depois...

A criada:- Ta bom eu pôde esperá... Só qui digo é que a quebra do tá Banco União serve de discursa a todos os máo pagadô. Tudos zere tinha o nosso dinheiro lá...

Fonte: *O Malho*, 4/04/1908, número 290.

Nesta charge não assinada o cartunista apresenta ao leitor a sua opinião acerca do padrão que regia as relações entre patroa e a empregada doméstica que, por sua vez, é negra. Conforme o discurso presente na imagem, a falência do Banco União do Comércio é utilizada pelos patrões como argumento para que eles não precisassem pagar a doméstica, o que a obrigaria a atrasar o aluguel daquele mês. Tais circunstâncias são indicativas do desrespeito dos patrões à liberdade da ex-escrava e ao trabalho desempenhado pela mesma, uma vez que a reinsere em um quadro social semelhante à de uma escrava, pois ficariam dias ou meses trabalhando sem ter a garantia de receber em troca um salário digno e pontual.¹⁴⁷ O fato de a patroa não tolerar a advertência que

¹⁴⁷ Bergman de Paula Pereira observa que a abolição da escravatura não modificou as estruturas hierárquicas impostas pela lógica escravista. Assim, conforme a perspectiva da autora, na prática a pós-abolição não veio acompanhado por rupturas significativas na vida social de um determinado grupo, as mulheres que eram escravas tornaram-se empregadas domésticas. Segundo Bergman Pereira, esse tipo de trabalho era exercido quase exclusivamente pelas ex-escravas. Esse ofício não foi função, exclusiva de mulheres ex-escravas, muitos homens ex-escravos, já o exercia, mesmo antes da oficialização do fim da escravidão no Brasil. A lei Áurea teria proporcionado novos arranjos para que essas mulheres continuassem a exercer as mesmas atividades, deixando de ser escravas domésticas e passaram a ser empregadas domésticas. PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. Anais eletrônicos da ANPUH, 2011. P.1-7. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em novembro de 2013.

a negra faz quanto ao não pagamento dos seus honorários, ameaçando-a com uma vassoura, pode nos indicar que, sob a perspectiva do chargista, as negras que trabalhavam no ambiente doméstico estariam vulneráveis a diferentes formas de castigos impingidas por seus patrões.¹⁴⁸ Desta maneira, as ex- escravas, além de não encontrarem no trabalho doméstico um ambiente no qual prevalecia o senso de justiça social e a liberdade de expressão, poderiam ser vítimas de certos atos de violência, tendo que conviver com a insegurança em torno do pagamento do seu salário. Esta imagem pode nos levar a duas conclusões. De um lado, o leitor atento pode inferir que o trabalho doméstico naquele contexto assemelhava-se, em grande medida, às atividades praticadas pelas negras durante o regime escravocrata, partindo da premissa de que a personagem central encontra-se mais propensa ao recebimento de castigos físicos, bem como a restrições impostas a sua liberdade pelos patrões e ao não pagamento dos seus honorários. De outro, ao representar uma negra submissa às normas estabelecidas pelos patrões, o cartunista tinha como objetivo mostrar para os leitores que em diversos lares o trabalho escravo ainda imperava.



Copeiro: - O' tia Joanna! Veja isto! Olhe quem vai ser o presidente da República... (Lendo)- Quando ele foi ministro da fazenda, chamou um amigo para lhe explicar o que era letra de câmbio, coisa que lhe parecia um bicho de sete cabeças...

Cozinheira: Uê, gentes! Antão-se eu também tá nas condições di sê presidente da República...

A patroa: - Que desaforo! Que pouca vergonha está este serviço de criados! Em vez de tratarem das panelas e dos pratos, discutem o Bernardino... Que é que tem uma cousa com outra?! Patifes!

Fonte: *O Malho*, 18/03/1905, número 131.

¹⁴⁸ Consultar importante referência sobre este tema: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Esta charge não assinada explora a cena típica de um ambiente doméstico no qual a política brasileira se constitui no fio condutor das reflexões e dos debates dos personagens em xeque. O chargista ironiza o fato de Rodrigues Alves, então presidente da República, apoiar a candidatura de Bernardino de Campos, colocando em causa a sua competência e o preparo necessário para pleitear a liderança do Executivo Federal, já que sequer preenchia os requisitos básicos para ser ministro da Fazenda. Como se constata, a revista *O Malho* posicionou-se na contramão da candidatura de Bernardino, apoiando Campos Sales, no momento em que os nomes dos possíveis candidatos à presidência começavam a ser levantados pelas principais lideranças políticas durante os primeiros meses de 1906. No que tange à perspectiva do desenhista acerca da escravidão é possível perceber que esta imagem consiste em mais uma que apresenta as domésticas negras como sendo os setores mais vulneráveis à censura, maus tratos, à advertência e aos desígnios das patroas. Ao ironizar que poderia ser também presidente da República, a cozinheira negra, além de ser completamente desqualificada, é advertida pela patroa que a lembra do seu lugar e da sua função naquela casa, não como membro da família que goza da liberdade de expressão, mas como uma simples criada, fadada a lavar pratos e a cozinhar.¹⁴⁹ Nesta perspectiva, tem-se a impressão de que as afro-brasileiras que trabalhavam no ambiente doméstico tinham seus direitos civis ainda mais restringidos do que o restante das negras, não logrando de autonomia no espaço de trabalho, sendo desrespeitadas, com frequência, por seus patrões que as viam como estando em condições próximas da escravidão. O tratamento da patroa em relação à cozinheira, bem como suas vestes e seus pés descalços são fatores que mostravam para o leitor que os ex- cativos estavam bem distantes de gozarem de uma cidadania plena. Desta maneira, é possível perceber que o reconhecimento legal de tais prerrogativas parecia impossível de serem alcançadas pelas empregadas domésticas negras.

Para a melhor compreensão acerca das especificidades e do cenário encontrado pelas negras que trabalhavam como domésticas, no Rio de Janeiro, da Primeira República, resgatamos alguns apontamentos realizados por Bergman Pereira em seu trabalho *De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das*

¹⁴⁹ Sobre esta questão ver: SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. Consultar também: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. In: _____; GOMES, Flávio (Org.). *Quase- cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

*mulheres negras no pós- abolição.*¹⁵⁰ A autora observa que, no final do século XIX o trabalho doméstico, passa a figurar como um meio de sobrevivência, com o fim da escravidão o mundo do trabalho passa a ter outras configurações do ponto de vista jurídico, os que eram escravos agora eram livres. Assim, a incorporação dessa mão-de-obra ao mundo do trabalho, teria se dado majoritariamente pelo trabalho doméstico. O sujeito feminino negro passa a realizar as tarefas do lar a partir de outros arranjos sociais, que, de acordo com Pereira, eram em muitos casos estabelecidos por contrato de locação de serviços. Seu trabalho destaca, também, que as ex- escravas que não tinham para onde ir acabaram ficando com seus ex- senhores e exercendo a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal.

Nesta perspectiva, o serviço doméstico no pós-abolição teria assumido características muito próximas da estrutura escravista vigente no período anterior. Assim, com vistas a ilustrar a sua premissa, a autora confere destaque a tese de Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha segundo a qual:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor - escravo.¹⁵¹

A autora salienta que o trabalho doméstico era constituído das mais variadas atividades, lavadeiras, cozinheiras, babas, amas de leite, mucamas, entre outros, configurando uma estrutura social de trabalho bastante diversificada¹⁵². Seu trabalho

¹⁵⁰ PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. Anais da ANPUH, São Paulo, 2011. P-1-7. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org. Acesso em fevereiro de 2014.

¹⁵¹ PEREIRA, 2011 apud CUNHA, 2007, p.11.

¹⁵² Bergman Pereira afirma que a história do trabalho e dos trabalhadores, no Brasil do pós-abolição se inicia marcadamente com suas balizas consolidadas, de um lado, a elite latifundiária exercendo, seu poder socioeconômico e de outro uma massa de homens e mulheres recém- libertos, ou libertos há muito tempo e sem nenhuma perspectiva concreta de inserção no mundo do trabalho, dito "qualificado". Porém, a maneira de incorporação socioeconômica girou em torno dos trabalhos "subalternos", nos anos finais do século XIX e início do XX mais de 70% da população economicamente ativa ex- escrava estava inserida no trabalho doméstico. O Estado por meio de sua política estatal de emigração de força de trabalho branca reduziu os meios de inserção negra – ex- escrava –, as atividades precárias de baixa qualificação e prestígio social, produziu no país uma superpopulação disponível para o mercado de trabalho com fortes traços do sistema colonial escravista, embora o trabalho fosse livre. PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. Anais da ANPUH, São Paulo, 2011. P-1-7. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org. Acesso em fevereiro de 2014.

também chama a atenção do leitor para o fato de que algumas trabalhavam em troca de casa e comida, outras teciam relações de contrato de trabalho que em muitos casos estabelecia prestações de serviços diárias ou mensais, que estavam pautadas na informalidade e nos laços de favor ou compadrio.

Bergman Pereira afirma que o trabalho como empregada doméstica foi uma recorrência na vida das mulheres negras não se configurando, em alguns casos, apenas como porta de entrada para o mercado de trabalho, mas como a única forma possível de ocupação oferecida a elas. Outro aspecto importante esclarecido pela pesquisadora relaciona-se à existência histórica de uma precariedade estrutural do trabalho doméstico, no país, com trabalhadoras que foram colocadas imersas em um quadro de extrema proletariedade, à margem da regulação salarial estatal.

Sendo assim, tais fatores levam-na a concluir que o trabalho doméstico continha, em si, a síntese da dominação, na medida em que articulava a tríplice opressão secular de gênero, raça e classe.

A partir dessas considerações, é possível concluir que os chargistas d'*O Malho* focalizaram a instabilidade e a vulnerabilidade com as quais as afrodescendentes que trabalhavam no ambiente doméstico tinham que conviver. Pelo fato de serem pouco qualificadas e terem que concorrer com as imigrantes com maior nível de instrução no mercado de trabalho, as ex- escravas tinham que se sujeitarem às regras impostas pelas patroas e desempenhar um ofício que, além de não contar com a regulamentação do Estado, era destituída de prestígio social.

3.3 – Economia e religião: os ritos, as crenças e as queixas dos negros que viviam na capital federal



A feitiçaria – terrível ameaça

Quitandeira:- Senhor fique sabendo qui tá tudo de perna pró á! Tudo peridido nesse Rio de Janeiro...

Peixeiro: - “Ma io non veddute questa differenza. Io vendette mio petche como n’ottri tempo. Fatto mio negaço molto bene.

Quitandeira- Pro blanco por sê, ma pra nosso preto, cruce! Sinhô não vê seu douto Medêro anda sinando como nosso fais feitiçaria?

Peixeiro:- M acho prejudicio io tene, eh!

Quitandeira: Tenho eu! Blanco ensina divinhá futuro e dá felicidade a zotro... tira freguesia do nosso preto. Banana não dá prá comê... Mandinga, sim, é que dá dinheirão... Homem di cartola e moça rastando seda são os milho freguês. Mas dêxa stá, qui seu Medêro há di nos pagá com ringua di parmo!...

Fonte: *O Malho*, número 198, 30/06/1906.

Esta charge elaborada por Augusto Rocha salienta o diálogo entre uma afrodescendente, que vivia do dinheiro da mandinga, e um italiano, que vendia peixes no Rio de Janeiro. Nesta imagem o chargista explora os reflexos dos projetos políticos republicanos que visavam colocar um fim nas práticas religiosas e culturais de matriz africana, o que eliminaria a principal fonte de renda da ex- escrava. Tal medida estava em consonância com o código de condutas estabelecido pelas autoridades da época cuja intenção era concretizar a atmosfera “civilizada” tão almejada pela elite carioca. A personagem lamenta a perda da sua maior fonte de rendas, a mandinga, já que a venda de bananas não era o suficiente para que ela vivesse com conforto e dignidade.¹⁵³ A

¹⁵³ Lília Moritz Shwarcz observa que os libertos eram condenados e representados através de suas práticas bárbaras: “os sambas, as capoeiras, e as feitiçarias”. Até finais da década de 1880 pairava sobre a figura do bruxeiro um misto de sensações que iam do temor à busca da ironização, a partir desse momento os textos parecem centrar-se numa imagem predominante até então apenas no jornal *Província*, qual seja, que buscava desqualificar totalmente essa figura, caracterizando-se antes de tudo por suas práticas bárbaras e distanciadas dos padrões que a ciência oferecia. Nesse momento o feiticeiro passa a ser objeto de chacota, na medida em que suas práticas claramente se contrastavam com as técnicas e aparatos “medicinais” modernos, tão aprovados por esses jornais da época. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em*

negra contesta o fato de os brancos se valerem das mesmas práticas que as negras, no Rio de Janeiro, sem serem alvos da proibição do governo, tal como havia acontecido com as pessoas de sua cor. Em contrapartida, o Rio de Janeiro se mostrava um terreno fértil e próspero para os lucros do peixeiro italiano, que encontrara na capital federal, o ponto certo para o estabelecimento dos seus negócios.¹⁵⁴ Esta charge revela-nos, assim, a manutenção de medidas governamentais que realçavam o preconceito racial e acabavam comprometendo a vida e os ganhos dos libertos que viviam no Distrito Federal, sobretudo quando suas práticas feriam a aura “civilizada” da cidade.¹⁵⁵

Assim, no pós-emancipação, o trabalho nas ruas se revelou uma opção para uma parcela significativa da população do Rio de Janeiro. Com efeito, é exatamente isso que observamos nas charges, visto que há um número significativo de chargistas que retrataram as negras como vendedoras de quitutes, quitandeiras, dentre outros ofícios passíveis de serem observados em um cenário urbano. Neste sentido, é interessante observar que os dados disponibilizados pelo censo de 1906 apontam para essa estimativa e revelam o predomínio do subemprego. Nesse cenário, 51,8% da população economicamente ativa do Estado estavam inseridas em vagas denominadas “serviços domésticos e outros”.

Segundo as reflexões empreendidas por Adriana Gomes acerca das especificidades da secularização que acompanhou a proclamação da República, as práticas terapêuticas populares como a benzedura, garrafadas, banhos de ervas, uso de amuletos, dentre outros, que mesclavam elementos culturais diversos da formação da sociedade brasileira, deixaram de ser aceitas pelas autoridades do país.¹⁵⁶ Além disso,

branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987. P.231-232.

¹⁵⁴ É interessante salientar que cinco charges dos 179 volumes da revista destacaram a perseguição das diferentes autoridades aos negros que trabalhavam como ambulantes nas ruas do Rio de Janeiro, entre os anos de 1904 a 1908.

¹⁵⁵ Flávia Fernandes de Souza observa que a convivência no pós-abolição de libertos com seus antigos senhores e com outros setores da sociedade detentores do capital, sob regras incertas e, em grande medida, ameaçadoras da cidadania proposta pelo então Estado Republicano, após 1890, era um problema a ser enfrentado pelos setores dominantes.¹⁵⁵ Wlamyra Albuquerque definiu que a abolição não é tida como a conquista de liberdade irrestrita nem como uma completa fraude, mas como um momento para a redefinição dos limites sociais, políticos e econômicos.¹⁵⁵ A autora também adverte-nos que na ideia da cor como elemento de desigualdade para a elite intelectual do país não estava prevista a atuação de novos cidadãos, agora libertos, que alternavam sobre o problema de sua inserção no projeto ideal de nação. SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX.* 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

¹⁵⁶ GOMES, Adriana. As especificidades da Secularização Brasileira na Primeira República e a criminalização do espiritismo. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das religiosidades – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de

elas teriam que deixar de ser acreditadas e aceitas pela população, mesmo que à força. Assim, a crença e o uso dessas práticas eram considerados atos ilegais, atrasado e irracional. Como as práticas terapêuticas populares eram muito comuns pelo comportamento sociocultural dos brasileiros e, também, pela própria carência na prestação dos serviços públicos na área da saúde de assistência à população, a autora conclui que eram os praticantes ilegais da medicina que supriam a ausência do Estado. E essas pessoas que exerciam, até então, livremente o curandeirismo: pajés-caboclos, sobreviventes de nações indígenas desagregados; afrodescendentes feiticeiros, herdeiros de tradições curativas africanas; rezadores; benzedeiras, raizeiros, curadores de cobra, adeptos de confissões religiosas mediúnicas, dentre outros, foram rotulados como charlatães e praticantes da medicina ilegal.¹⁵⁷

De acordo com a perspectiva da historiadora, o combate à feitiçaria e ao curandeirismo, que eram práticas mágico-curativas, fazia parte do projeto republicano de manutenção da ordem pública. Sobretudo, quando os integrantes dessa sociedade civil do novo regime instaurado no Estado eram compostos por africanos, afrodescendentes, mestiços, ameríndios, imigrantes de diversas origens, que precisavam, no olhar do Estado, serem submetidos à normatização das leis e da moralidade, na qual se incluía a religião. A jurisprudência brasileira, auxiliada pelas autoridades policiais, devassaram os hábitos da população com o intuito de conhecer, classificar, disciplinar e tipificar que atitudes eram criminais ou não.

Adriana Gomes adverte-nos que ao longo da Primeira República coube às confissões religiosas não católicas o ônus de demonstrarem ao Estado brasileiro que eram religiões, portanto, livres para professarem a sua fé. Nesta perspectiva, as práticas populares religiosas mediúnicas tiveram que driblar inúmeros obstáculos. Para serem aceitas como religião, tiveram que demonstrar ao Estado que não eram uma ameaça à saúde e a ordem pública, ainda que tivessem em suas práticas procedimentos que, no caso do espiritismo, pudessem suscitar a cura. E nos cultos afros, demonstrar que as danças e os batuques eram manifestações de cunho religioso e não de desordem.¹⁵⁸

Desta maneira, pode-se afirmar que o conteúdo da última charge vai ao encontro da tese sustentada pela autora, no que diz respeito à perseguição empreendida pelas

História das Religiões. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013. ISSN 1983-2850. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. (Acesso em dezembro de 2013).

¹⁵⁷ SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore. *Sortilégio dos Saberes: curandeiros e juizes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004. P.76.

¹⁵⁸ MONTERO, Paula. *Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil*. Novos Estudos, n.74, pp. 47-65, 2006. P.52.

autoridades republicanas às práticas culturais e religiosas de cunho africano. Os negros tinham que esconder dos gestores públicos e da Polícia seus costumes, tendo que restringir seus rituais religiosos, classificados como feitiçaria, aos terreiros de candomblé. Além disso, essas medidas e ações executadas pelo governo impactavam a vida e comprometiam uma das principais fontes de renda das ex-escravas, que liam o futuro das mulheres mais abastadas e, com isso, obtinham quantias significativas.



Pobre gente!

A creoula:- Ocê, seu Chico, sahiu daqui do Rio pru farta di casa... Sahiu de S. Paulo praque não pôde se empregá na poliça... Sahiu de Juízo de Fora pru causa da nundação... Sahiu de Campos pru via do Parahyba... O milhó é fica por aqui memo!

O creoulo:- Fazê o quê? Côsa aqui tá preta!...

A creoula:- Pois é por esse memo: tá preta, tá inguá à nosso. E afiná é terra de seu Monteiro Lope...

O moleque:- E há Carnavá muito bonito, sim senhô!....

Fonte: *O Malho*, 17/02/1906, número 179.

A charge em destaque acima executada por Augusto Rocha ressalta as dificuldades observadas entre os negros de obter oportunidades de trabalho e estabilidade em diversos lugares do Brasil. Assim, é possível perceber que havia modestas possibilidades de os afro-brasileiros encontrarem vagas que lhes possibilitassem obter ganhos expressivos e viver com dignidade junto a sua família, o que nos permite concluir, também, que as suas chances de ascensão social eram bem restritas na maioria das cidades do Sudeste do Brasil. A forma como os negros são vistos pelos chargistas também nos mostra que as representações vinculadas ao passado escravista estavam muito recentes em suas memórias. Desta forma, suas roupas, os pés

descalços, o termo *creoulo* e o enfoque conferido as suas feições grosseiras, aspectos sempre ressaltados pela maioria das charges, estariam em consonância com tal perspectiva. Outro elemento salientado pelo chargista relaciona-se ao fato de que o salário pago aos negros no Rio de Janeiro da *belle époque* ser incapaz de pagar pelos elevados preços dos aluguéis cobrados pelo senhorio, uma vez que, naquele momento, os habitantes do Distrito Federal testemunhavam uma crise imobiliária responsável por tornar os preços das locações dos imóveis exorbitantes. Um elemento interessante presente neste desenho diz respeito à perspectiva da senhora que, ao analisar a situação observada nas outras cidades do Brasil, afirma que o personagem, seu Chico, deveria permanecer no Rio de Janeiro que lhes afigurava como sendo o local com maiores possibilidades de ascensão para um ex-escravo. Tal premissa relaciona-se à alusão da interlocutora ao nome de Monteiro Lopes, advogado negro, ex-chefe da Polícia do Amazonas, juiz de Manaus, membro do Conselho Municipal e, finalmente, deputado federal pelo Distrito Federal, em 1909.¹⁵⁹ Com base nisso, a negra conclui que a opção mais viável que se apresentava ao seu Chico era ficar mesmo no Rio de Janeiro pelo fato de ser uma cidade na qual já era possível encontrar ex-escravos ocupando postos

¹⁵⁹ Manuel da Mota Monteiro Lopes nasceu em Recife (PE) no dia 25 de dezembro de 1867, filho do operário Jerônimo da Mota Monteiro Lopes e de Maria de Paula Lopes. Fez os primeiros estudos no Ginásio de Pernambuco, de onde saiu em 1883 como bacharel em humanidades. No mesmo ano matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1889. Em seguida defendeu tese, doutorando-se. Exerceu a advocacia até 1892, quando foi convidado para o cargo de chefe de polícia do Amazonas. Por divergir da situação política do estado, não chegou, contudo a assumir o posto. Ainda em 1892, foi nomeado promotor público em Manaus, ocupando mais tarde o cargo de juiz de direito na mesma cidade. Deixou o Amazonas em 1894 para se estabelecer no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Na capital federal, advogou até 1903, quando foi eleito membro do Conselho Municipal. Aí se destacou pela defesa de benefícios para os operários e pela crítica ao Código de Posturas proposto pelo então prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos. Em 1904, ao término do mandato, buscou a reeleição, mas, embora tenha conseguido uma expressiva votação, não foi reconhecido. Em 1905 viveu episódio similar: ao pleitear uma cadeira de deputado federal pelo Distrito Federal, foi eleito, mas não foi reconhecido e diplomado. Em janeiro de 1909, candidatou-se novamente a deputado federal. Dessa vez, porém, diferentemente das outras eleições, quando se candidatara sem vinculação partidária, veio como candidato do Partido Republicano Democrata, que tinha como pontos importantes de seu programa a ampliação da instrução pública e do sufrágio popular e o protecionismo econômico. Após a eleição, da qual saiu vitorioso, surgiram boatos de que mais uma vez não seria reconhecido, por duas razões: primeiro por ser negro; segundo, porque se pretenderia colocar em seu lugar um político da situação que não teria recebido número suficiente de votos. Em 30 de abril de 1909, Monteiro Lopes foi finalmente reconhecido e diplomado deputado federal. Em sua atuação na Câmara destacaram-se: as intervenções em favor do operariado; a sugestão da criação de um ministério do trabalho; a proposição da lei sobre os acidentes de trabalho e outros benefícios aos trabalhadores, como aposentadorias, pensões e aumento dos vencimentos. Além disso, chamou a atenção para a necessidade de legislar e fiscalizar as condições precárias em que trabalhavam os menores, sujeitos a mutilações e acidentes. Outro de seus projetos era erigir, na cidade do Rio, uma estátua em homenagem ao abolicionista negro José do Patrocínio.

Disponível

em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LOPES,%20Monteiro.pdf>. (Acesso em novembro de 2013). VIANNA, Carolina.

de destaque na sociedade e, portanto, apresentava maiores possibilidades de encontrar trabalho. Há ainda uma alusão feita pelo afrodescendente ao carnaval da cidade, visto como sendo uma festa democrática na qual as diferentes etnias e raças se misturavam para comemorar e onde havia forte influência da cultura africana.

O conteúdo desta charge nos remete a alguns aspectos presentes na abordagem realizada por Hebe Mattos.¹⁶⁰ Ela destaca que a opção por deixar ou não as fazendas onde conheceram o cativo consistia em uma decisão estratégica a ser tomada pelos últimos cativos após a abolição. O exercício da recém- adquirida liberdade de movimentação teria que levar em conta as possibilidades de conseguir condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes da visão de liberdade dos últimos cativos, como as possibilidades de vida em família, moradia e produção doméstica, de maior controle sobre o tempo e ritmos de trabalho e, de modo geral, sobre as condições dos contratos a serem obtidos (de parceria, empreitada ou trabalho a jornada) tendo em vista as dificuldades então colocadas para o acesso direto ao uso da terra. Hebe Mattos chama a atenção do leitor para o fato de estas condições, no imediato pós-abolição, aparecerem como favoráveis aos libertos, em um momento de demanda por mão-de-obra e de fixação incipiente de normas de contrato de trabalho no campo. Assim, a autora afirma que:

A ilusão historiográfica da marginalização e “anomia” dos libertos se fez, em grande parte, porque a maioria deles conseguiu, em poucos anos, recursos sociais suficientes para não mais ser atingida pelo estigma da escravidão, seja negociando condições de trabalho que privilegiavam a utilização do trabalho familiar nas antigas fazendas ou nas novas áreas de expansão – contra as pretensões de manter uma organização coletivizada do trabalho no eito dos últimos senhores –, ou ainda procurando situar-se como produtores independentes em áreas de subsistência.¹⁶¹

Por outro lado, o aspecto mais interessante presente em sua abordagem reside em sua constatação segundo a qual, a mobilidade, com o passar dos tempos, passou de opção ou exercício de liberdade para uma espécie de maldição para os últimos libertos. Através da análise de suas fontes, Hebe Mattos concluiu que diversas famílias de ex-escravos tiveram nos constantes deslocamentos uma história de privações extremas e de desestruturação da vida familiar. E é exatamente isso que observamos na charge acima,

¹⁶⁰ MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana MARIA. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. P.180.

¹⁶¹ Idem, p.180-181.

na qual o negro não consegue se estabelecer em lugar algum, restando a ele voltar para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Hebe Mattos e Ana Rios observam que dentre a gama de entrevistas de filhos e netos de libertos, a alternativa de migração para as cidades, em especial para Juiz de Fora e para o Rio de Janeiro, mas também para as pequenas cidades da região, aparece como forte alternativa para a geração dos depoentes ainda em sua juventude. A autora salienta que o fato de a maior parte dos casos nos quais se detectou a migração para as cidades ter seguido a lógica do convite anterior por um parente, ou, especialmente nos casos das mulheres que saíram para se empregar no serviço doméstico, de famílias conhecidas na região de origem, não é uma novidade em estudos sobre migração. O dado específico que coloca o estudo desta migração, em particular, como um dos elementos da história do pós- abolição é que ela se origina de um contexto criado tanto no processo de fixação das novas formas de trabalho no campo, quanto da ausência de políticas especificamente destinadas a garantir algum tipo de acesso à terra e ao crédito aos libertos e seus descendentes. Assim, de acordo com as reflexões promovidas por Hebe Mattos e Ana Maria Rios e o conteúdo da charge em questão, o número de libertos, destituídos de terras e qualificação, que migravam pelas diversas regiões do Brasil em busca de mais sorte, segurança e uma vida digna era expressivo. Por outro lado, no que se refere ao liberto representado na charge, a permanência no Rio de Janeiro ainda se apresentava como sendo a melhor alternativa de ascensão social diante do fracasso observado em cidades, como Juiz de Fora, Campos e São Paulo.



Na venda da esquina

A preta: - Feijão tá caro, carne seca tá cara, tudo tá caro!

O vendeiro: - Que quer você, tia Zefa! Quem faz tudo isso caro não sou eu, é o governo com os taes impostos em ouro.

A preta: - Mas Paraty só paga posto em papé sujo e também tá caro...

O vendeiro:- Ah, esse está fidalgo... Só de imposto é um conto e um canudo... Esta gente está maluca!

A preta:- Não si pode mais mata bicho!...

O vendeiro: - Pode-se, lá isso pode-se! Mas quem quizer se embebedar tem que deixar a camisa! Custa dez tostões a garrafa!

A preta: - Tá bom, deixa! Eu vou jogá no jacaré e si tirá venho aqui fazé di gambá...

Fonte: *O Malho*, número 175, 20/1/1906.

Esta charge não assinada traz uma reflexão acerca da economia do Brasil, naquele momento, e os reflexos das medidas e impostos estabelecidos pelo governo para o conjunto da população, especificamente para os setores populares e os comerciantes da capital federal. Nela deparamo-nos com as queixas de uma negra referentes aos preços dos produtos básicos, sobretudo em relação ao aumento dos impostos sobre a cachaça Paraty, o que acabava resultando no aumento do seu preço.¹⁶²

¹⁶² Acredita-se que, a partir de 1600, a bebida tenha começado a ser alambicada em Paraty. E, mesmo sem ter sido pioneira na produção da aguardente de cana, Paraty - "quer pelas suas terras, quer pelas suas águas ou lenhas" ou ainda pelos segredos da própria alambicagem - foi a mais importante região produtora de pinga no Brasil Colônia. Não apenas na Corte como na Colônia, todos pediam uma dose de Paraty quando desejavam uma simples aguardente. A pinga produzida em Paraty fez tanta fama pela sua qualidade, segundo os historiadores, que custava mais caro que todas as demais comercializadas no país; e sua importância socioeconômica foi tão grande desde 1700 que acabou tendo seu próprio nome (Paraty) como sinônimo de aguardente até meados do século XX. Disponível em: <http://www.paraty.com.br/alambiques.asp>. Acesso em maio de 2014.

Percebe-se que a personagem também condena o fato de o governo, ao estabelecer o parâmetro para economia e os impostos, não pensar nos efeitos para os segmentos menos favorecidos.¹⁶³ Conforme os dados disponibilizados pelo trabalho de Marcelo Abreu, durante a gestão de Rodrigues Alves, o controle monetário imposto pelas negociações da dívida com grupos internacionais e o crescimento da receita líquida de divisas forçaram uma substancial apreciação cambial no Brasil. Tais contingências, como vimos, tiveram impacto direto sobre a vida dos trabalhadores que viam os preços dos produtos básicos subirem rapidamente em virtude do aumento dos impostos, sendo que o mesmo não acontecia com seus ganhos. O autor observa que os interesses do setor produtivo levaram à criação de um mecanismo automático de padrão ouro – a Caixa de Conversão, em 1906 – que possuía o poder de emitir notas plenamente conversíveis em ouro, a uma taxa fixa de câmbio.¹⁶⁴ O chargista, por sua vez, explora os resultados da implantação dessa estrutura econômica montada pelo governo sobre o conjunto da população, especificamente os afro-brasileiros que apresentaram dificuldades de pagar pela cesta básica e até mesmo pela cachaça. De igual maneira, percebe-se que, sob o olhar do cartunista, os setores populares acreditavam que a política econômica do governo visava beneficiar exclusivamente as elites que estavam à frente do setor produtivo.

¹⁶³ É pertinente destacar que seis charges dos 179 volumes d'*O Malho* pesquisados destacaram as dificuldades enfrentadas pelos ex-escravos diante da elevação dos preços dos produtos básicos, o que agravava ainda mais o quadro de privação desses setores.

¹⁶⁴ Segundo os dados apresentados por Marcelo Abreu, o Brasil vinha passando por um ciclo de crescimento entre o ajuste recessivo da virada do século e a desaceleração que precedeu a Primeira Guerra. Assim, observou-se uma melhora da posição externa no Governo Rodrigues Alves (1902/06), advinda do crescimento das exportações de borracha e o início do *boom* de investimentos europeus na periferia. Marcelo Abreu também ressalta que, com a normalização dos mercados internacionais e o retorno do afluxo de capital, além da ajuda da recuperação dos preços da borracha, o país entrou numa fase de crescimento acelerado até 1913. O autor chama a atenção para os estágios iniciais desse crescimento, tais como: súbita melhora no Balanço de Pagamentos, que causou grande expansão monetária via influxos de ouro na Caixa de Conversão. Por outro lado, o autor observa que essa posição era extremamente frágil, pois uma retração da entrada de capital e das exportações não é acompanhada automaticamente pela queda na demanda de importados. ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso; Cem Anos de Política Econômica Brasileira: 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.



P'ra festejá grande data
Nosso turo cae no samba!
Negra aqui já é mulata
Pulemo na corda bamba!

Depois do 13 de maio
Crioula virou senhora!
Eu pulo porém não caio,
Crioula vamos embora!

Ai! que bello passatempo,
Que cousa mêmo bonita!
Mucama daquelles tempo,
Já pôde ser senhorita!

Ficou turo na iguardade,
O' crioula arrasta o pé!
Viva nossa liberdade
Viva a princeza Isabel!

Fonte: *O Malho*, 12/05/1906, número 191.

Prá festeja grande data
Nosso turo cae no samba!
Negra aqui é mulata
Pulemo na corda bamba!

Depois do 13 de maio
Croula virou senhora!
Eu pulo porém não caio.
Crioula vamos embora!

Ai que belo passatempo
Que cousa mesmo bonita!
Mucama daquele tempo
Já pode ser senhorita!

Ficou tudo na iguardade,
O crioula arrasta o pé!
Viva nossa liberdade
Viva a princeza Isabel!

Esta charge executada por J. R. Lobão traz uma reflexão acerca dos reflexos da abolição da escravatura no Brasil. Nela encontramos os afrodescendentes felizes, bem vestidos, apresentando seus talentos e elementos típicos da cultura africana, que acabaram virando ícones do Brasil, caso do samba, a princípio especificidade da cultura africana e, posteriormente, incorporada ao universo da boemia carioca. O chargista atrela a liberdade dos negros às maiores possibilidades de promoção social e de praticarem ritos e explorarem elementos típicos de sua cultura. Assim, o dia 13 de maio merecia ser comemorado, uma vez que possibilitou a eles novos horizontes e

perspectivas.¹⁶⁵ É válido ressaltar que durante os anos pesquisados, ou seja, 1904 a 1908, a revista *O Malho* comemorou o dia 13 de maio com charges irreverentes e criativas, apresentando a alegria dos negros advinda da sua liberdade, como também desenhos reflexivos acerca do seu quadro social naquelas circunstâncias. Os músicos, os instrumentos musicais, as mulatas e negras dançando remetem o leitor a um cenário de festa e comemoração, apresentando o momento no qual ocorre a fusão de elementos entre a cultura brasileira e africana. Tais aspectos se distanciam, em grande medida, das representações comumente encontradas na imprensa brasileira durante os anos iniciais do século passado, as quais estigmatizavam e estereotipavam os negros, apresentando-os em trajes e situações que os aproximavam, em grande medida, da escravidão.

Esta situação nos remete à tese sustentada por Carvalho segundo a qual, a República que se instaura no país a partir de 1889, refratária à participação política da imensa maioria da população e às suas manifestações culturais, não teria conseguido, efetivamente, republicanizar o país.¹⁶⁶ O autor observa que se, por um lado, o desencanto com a República, no interior das próprias elites políticas, tornava-se evidente (essa não é a república dos meus sonhos, lamentavam-se alguns descontentes), por outro lado, as classes populares não se reconheciam naquela nação que as confinava, a elas e a sua cultura, a suas malocas.

Entretanto, no interior da República, surgiam repúblicas atomizadas, isto é, pequenos nichos de participação política que passavam distantes dos canais oficiais de participação.¹⁶⁷ Algumas dessas repúblicas populares eram a Festa da Penha (nota 1 ao final do texto), a pequena África do Rio de Janeiro (nota 2) e as agremiações carnavalescas (nota 3). Desta maneira, Carvalho conclui que através da música popular, ia se tecendo uma identidade coletiva para a cidade e quiçá para o país.

Letícia Reis observa que os símbolos populares gestados nesse processo, como a mulata feiticeira, a favela mulata ou o maxixe que tinha sua arte, permaneciam no campo da experiência vivida da cultura, não sendo incorporados ao campo da política,

¹⁶⁵ Ver o livro de MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

¹⁶⁶ CARVALHO, José Murilo. 1990. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras. _____. 1987. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras. P.161-164

¹⁶⁷ Idem, p. 38-41

cujos acesso estava vedado aos setores populares.¹⁶⁸ Por outro lado, Carvalho alerta, também, para a impossibilidade de os republicanos, orientados por um modelo europeu de cidadania e pelas teorias do darwinismo social, reconhecerem como legítimas tais formas de participação popular, por eles percebidas como bárbaras.

Outro aspecto salientado pela autora relaciona-se ao fato de que, com a ampliação da cidadania para os ex-escravos, a temperatura da tensão racial entre negros e brancos tendeu a se elevar. Como lembra Lília Schwarcz (1993)¹⁶⁹, é exatamente nesse momento, quando a igualdade jurídica é conferida a todos, que as teorias deterministas raciais ganhavam força no país e, ao estabelecerem distinções biológicas e hereditárias entre negros e brancos, acabavam por naturalizar a diferença entre as raças. Nesse sentido, é a perfectibilidade da imensa massa de ex-escravos que estava sendo posta em questão na fundação do novo pacto político republicano, cujos termos estavam sendo então estabelecidos.

Tais aspectos são facilmente identificados nas charges, no momento em que os chargistas retratam a revolta dos negros em relação às inúmeras dificuldades impostas a eles para o ingresso nas carreiras militares em São Paulo, estabelecidas, em 1906, pelo próprio governo do Estado. Tais obstáculos, como vimos, foram denunciados pela imprensa. Por sua vez, medidas como essa inviabilizavam a inserção do negro na sociedade e a consolidação de uma cidadania plena.

Portanto, as questões relacionadas ao corpo político da nação consistiam em um dos grandes dilemas com os quais as elites se debateriam durante toda a Primeira República. Assim, Letícia Reis conclui que, se os critérios darwinistas sociais eram um empecilho à plena incorporação do negro à esfera pública, em contrapartida, as tradições culturais negras, desprezadas pelos governantes e vistas como sinal de decadência, eram já parte constituinte da expressão nacional.

Seu trabalho destaca que esse dilema pode ser entrevisto por meio da atitude ambígua de parte das elites nacionais quanto às manifestações populares de raízes negras. No começo do século XX, observa-se um duplo movimento em relação às mesmas. Notava-se um movimento de condenação de práticas consideradas bárbaras e,

¹⁶⁸ REIS, Letícia Vidor de Sousa. Modernidade com mandinga: samba e política no Rio de Janeiro da Primeira República. Disponível em: <http://www.samba-choro.com.br/debates/1012493927>. (Acesso em novembro de 2013).

¹⁶⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

simultaneamente, um enaltecimento das mesmas, sendo exaltadas como produtos da originalidade nacional.

Por outro lado, Letícia Reis salienta que se observou, também, uma visão segundo a qual a cultura negra seria portadora de conteúdo, integrando e sendo concebida, paulatinamente, como detentora de elementos que representavam a cultura e os símbolos nacionais. Assim, a coroação desse processo de nacionalização se daria nos anos 1930 e 1940.¹⁷⁰ No que diz respeito à música popular, a antropóloga salienta que se, para dentro, os ritmos oriundos das classes populares, em particular o samba, iam se firmando como a música brasileira por excelência, para fora também iam ganhando a fama, cada vez mais, de representantes da brasilidade. Desta forma, a valorização da cultura popular por certos segmentos intelectuais e artísticos não se daria apenas por um movimento para dentro do país. Haveria também outro movimento de fora para dentro que apreciaria as manifestações populares do Brasil, em especial aquelas de raízes negras. Isso ocorreria, quer por meio da vinda para o Brasil de artistas estrangeiros, ávidos por conhecê-las, quer através de brasileiros (incluindo-se aí os artistas) que redescobriam o Brasil em suas viagens ao exterior.

Não obstante, se o ritmo fruído por todos era o mesmo, seus significados e usos eram diversos. Vale ressaltar que o aspecto mais interessante presente em sua abordagem reside na afirmativa segundo a qual, sob a ótica das classes populares, o samba poderia servir para ridicularizar as autoridades e subverter a hierarquia social, fazendo do papa, um dançarino de maxixe. Nesta perspectiva, Letícia Reis conclui que o olhar ambíguo sobre o samba, relacionava-se diretamente ao lugar ambíguo que o negro ocupava no contexto intelectual da época. Desta forma, as tradições culturais negras, percebidas como bárbaras, não seriam reconhecidas como legítimas, da mesma forma que não se construiu a república com esse tecido social. Essas balizas existentes entre

¹⁷⁰ Letícia Reis defende a tese segundo a qual a negociação e conquista do espaço social dos negros se deram através da música e da dança. Ela também afirma que os negros defrontaram-se indiretamente com as censuras e proibições, combinando atitudes, simultaneamente, de acato com desacato. Isto é, uma aparente adesão à ordem que esconde sempre um desrespeito à mesma. A galhofa e a pilhéria foram recursos largamente utilizados por eles, tanto em seus confrontos com as autoridades como nas querelas que tinham entre si. Por meio de sua música, as classes populares negociam sua inserção na era moderna e na ainda incipiente cultura de massas. Porém, para fazê-lo, não lhes era possível que se opusessem frontalmente às censuras, aos constrangimentos e às restrições que lhes eram impostos. Assim, a autora afirma que neste jogo político desigual, era preciso saber jogar no campo de possibilidades de luta traçado pelo adversário e, indiretamente, ir ganhando-lhe espaço, através de uma estratégia de luta ambígua e dissimulada em que todo ataque guarda em si uma defesa e toda defesa contém um ataque. Em outras palavras: para ingressar na modernidade, era preciso mandinga. E este agudo senso de oportunidade, bem como esta fina astúcia política, era um trunfo que as classes populares do Rio de Janeiro, em particular os negros, haviam desenvolvido ao longo de sua longa história de exclusão social (nota 4). Idem, p.7.

cultura e política atenuaram-se apenas quando as teorias raciais entraram em declínio, começando a afirmar-se uma interpretação mais social do país, tendência observada a partir da década de 1930, com a publicação dos trabalhos de Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), dentre outros.



Incidente das manobras

- Então como vai isto por aqui, minha velha?

- Tá ruim, nhô-nhô! Não há trabalho... Gente não ganha vintém...

- Pois olha: diz a essa gente de calças que assente praça. Trabalho não nos falta agora. Seu general diz que soldado na capital só aprende a ser frade entre as paredes do quartel...

- Eh! Eh! Seu generá tem razão! Nosso turo precisa lidá. Ciosidade é mai dos bicho... Nosso gosta qui ossuncês venha p'ra Santa Cruz, pru via di nos dá que fazê...

- Eu não sabia disso... Está bom, velha, adeus!

Oh! Nhô- nhô! Não vá sem dá o nicke a sua negra veia...

Fonte: *O Malho*, 24/02/1906, número 180.

A charge acima executada por J. R Lobão confere destaque à tristeza e a subserviência da negra que reclama com o soldado da escassez de trabalho e, consequentemente, de dinheiro. Esta imagem também focaliza a grande preocupação dos governantes na época: a ociosidade dos afro-brasileiros e a necessidade de se reinventar a ética do trabalho. A personagem, sem dinheiro e perspectivas, conta com a generosidade do soldado, que parece tratar-se de um velho conhecido, a quem pede dinheiro. Nesta imagem encontramos diversos elementos que nos sugerem que, sob a ótica do chargista, o quadro de subserviência característico do período escravista ainda integrava o cotidiano e a postura de alguns afrodescendentes. De igual maneira, é possível afirmar que determinados aspectos presentes na charge acima nos remetem a tal perspectiva, dentre os quais se destacam: a postura encurvada da personagem frente ao soldado, a esmola como fonte de sobrevivência e o uso do termo *nhô-nhô* para se referir ao interlocutor. Por sua vez, outro aspecto interessante presente neste desenho relaciona-se à condição social dos negros mais maduros, os quais, como se percebe, enfrentaram inúmeras dificuldades de inserção no mercado profissional, restando a eles poucas opções, como o trabalho informal nas ruas do Rio de Janeiro, o emprego doméstico ou a mendicância.

Desta maneira, esta charge vai ao encontro das conjunturas e questões ressaltadas pelo trabalho de Thomas Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, que tem como objeto de análise, o quadro social dos afro-brasileiros no pós-abolição.¹⁷¹ Segundo a perspectiva do autor, como os latifundiários haviam previsto a abolição não veio acompanhada pela transformação econômica e social esperada pelos abolicionistas (mais ingênuos). Seu sistema paternalista de relações pessoais prevalecia até mesmo nas áreas urbanas. A hierarquia, na qual a classificação social se vinculava, em grande medida, à cor, desenvolvera como parte integral da economia colonial escravagista. No entanto, à época da abolição, ela não mais dependia da escravidão para se sustentar. Assim, sob a ótica de Skidmore, os escravos recém-libertados sujeitaram-se à estrutura social, multirracial e de cunho paternalista, que durante muito tempo havia ensinado a eles os hábitos de deferência em suas relações com patrões e outros superiores na escala social. Outro aspecto interessante presente em suas reflexões diz respeito à observação quanto ao fato de que realizada a abolição, pareciam confirmar-se as previsões dos escravocratas mais empedernidos de que a emancipação dos escravos provocaria o caos social. Como ressalta o autor,

Milhares de escravos deixaram as fazendas e se entregaram a uma agricultura de subsistência onde quer que encontrassem uma terra para se instalar, ainda que não tardasse para que muitos ansiassem por retornar à força de trabalho rural e procurassem seus antigos senhores. Outros migraram para as cidades, mal preparadas para receber esse afluxo de trabalhadores não qualificados. Alguns se juntaram a quadrilhas urbanas, cujos membros, os capoeiras, praticavam uma forma de luta com os pés com que aterrorizavam as cidades. Assim, o trabalhador sem qualificação que ia para as cidades em busca de emprego encontrava poucas oportunidades. No Sul, tinha de competir com os imigrantes, quase sempre muito mais bem equipados para sobreviver no mundo capitalista urbano. No Norte, por outro lado, eram poucas as oportunidades de trabalho para qualquer pessoa, em vista da economia rudimentar.

Portanto, as reflexões empreendidas por Skidmore sintetizam as dificuldades com as quais os negros tinham de lidar no Rio de Janeiro, uma vez que o mercado de trabalho da cidade não tinha condições de abarcar todo aquele contingente de brasileiros

¹⁷¹ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

com pouca qualificação. Portanto, esses setores acabaram se sujeitando a laços empregatícios frágeis, aos baixos salários ou, como já vimos, encontraram como saída o trabalho como ambulante nas ruas do Distrito Federal.



Novo albergue nocturno

Art. 2. Não serão admitidos no Asylo de São Francisco de Assis menores de qualquer sexo.

Art. 3- O Asilo fornecerá uma refeição diária aos pobres e necessitados, que a solicitarem, provando estarem nas condições de serem assistidos – (Projeto do intendente Garcez).

Moleque: - Sinhô faz favor de explicá pru qui é que no tá novo albergue só pode entrá gente graúda?

O outro: - Não é da sua conta! Contente-se em ficar sabendo que eu estou em condições de ter lá dormida e comida, si quiser! Ao passo que você, si não abriro olho, pode morrer de frio e fome, porque é, apenas um desgraçado!...

Fonte: *O Malho*, número 320, 30/10/1908.

Esta charge não assinada promove uma reflexão acerca das condições dos jovens negros que viviam na capital federal. Nela fica claro para os leitores que a assistência pública não atingia os menores, filhos de ex- escravos, os quais ficavam jogados a sua própria sorte, tendo que contar com a generosidade de autoridades leigas ou religiosas. O projeto formulado pelo intendente Garcez revela-nos o pouco alcance das medidas e ações aclamadas pelo Estado com vistas a socorrer os pobres do Rio de Janeiro que, além de modestas eram burocratizadas, e acabavam por atingir poucos setores, muitos dos quais não prescindiam delas para sobreviver.¹⁷² Tal premissa corresponde à situação explorada pelo chargista, o qual denuncia as contradições e deficiências do projeto em questão que visava criar um albergue voltado para o auxílio aos pobres que habitavam a capital federal, salvo os menores de dezoito anos. Sob a ótica do negro representado no desenho, apenas os “graúdos” podiam usufruir do albergue e contar com a assistência oferecida pelo Estado, restando a ele o relento e a fome. O fato de o chargista ter explorado o quadro social de um adolescente que, por ser negro, estava sujeito aos

¹⁷² Sobre este tema consultar: SANGLARD, Gisele. *Filantropia e Assistencialismo no Brasil*. Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 10, nº 3, 2003. Ver também: SILVA, Renato da. *Abandonados e delinquentes: a infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003.

desígnios dos brancos é muito interessante, pois revela-nos que, para ele, a ajuda oferecida pelo Estado estava longe de abarcar os ex-escravos.

Outro aspecto relevante que, porém, não foi suscitado pela charge relaciona-se ao envolvimento desses setores com pequenos furtos e outros crimes que eram motivados por um quadro de extrema miséria. De acordo com o estudo empreendido por Maria Helena Souza Patto, o cotidiano e a sobrevivência das classes populares urbanas assumiram características próprias¹⁷³. A autora ressalta que esses setores, explorados nos novos sistemas dominados pelo salário ou, em sua maioria, fora deles, procuravam ganhar a vida por meio de expedientes que os punham em conflito com a lei, mas que não assumiam a forma de crime organizado nos moldes das quadrilhas europeias de antigos membros de corporações profissionais e comerciantes extorquidos de seus meios de trabalho. No que tange aos crimes com vítimas que pipocavam dia e noite na cidade de São Paulo, a historiadora afirma que eram, *na maior parte, pequenos furtos oportunistas ou gatunagem*¹⁷⁴; *vivendo em “lastimável pindayba” (como dizia uma notícia do Correio Popular, em 1808), os nossos infratores batiam carteiras e roubavam linguiça, queijo, latas de goiabada, roupas, sapatos e galinhas, fosse para consumo próprio, fosse para vendê-los a preço irrisório a comerciantes que lucravam com a venda de produtos roubados*¹⁷⁵. Nesta perspectiva, observavam-se também os jogadores, vigaristas e falsificadores profissionais, mas longe em organização e número do quadro descrito na historiografia inglesa. Como observa Maria Helena Patto, nos dados oficiais predominavam *“os pequenos crimes espontâneos, individuais, de miseráveis que não estavam organizados em quadrilha, sem projeto e sem dinheiro, roubos de subsistência, infratores não por escolha, mas pelas circunstâncias, por passar por profundas privações”*¹⁷⁶. Em linhas gerais, o tipo de crime que se multiplicava encontrava suas raízes na miséria¹⁷⁷, e que não poderia, portanto, ser considerado resistência política à expropriação dos meios de produção, à dominação e à exploração como o foram certos crimes proletários da Inglaterra industrial dos séculos XVIII e XIX.

¹⁷³ PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. ESTUDOS AVANÇADOS 13 (35), 1999.

¹⁷⁴ Sobre a diversidade de setores e ocupações que absorviam as classes trabalhadoras na São Paulo da Primeira República, veja Pinto, M.I.B. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890- 1914). São Paulo, Edusp/Fapesp, 1994. Veja também Bosi, E. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

¹⁷⁵ Pinto, M.I.B., *op. cit.*, p. 194-195.

¹⁷⁶ *Id.*, p. 198.

¹⁷⁷ *Id.*, p. 187.



A propósito
 Elle: - Ocê? Seu Joaquim Nabuco não se esqueceu-se de nois...

Farou n'ambolição de sicravo: farou na princesa Isabé, farou n'imperadô... É verdade: Qui home di mimora! Eu já nem s'alembra qui sou 13 di maio!

Elle: Eu também! Magi seu Nabuco m'encheu magi as mília, quando si declarou republicano...

Ella: Eh! Eh! Pogi eu não gossei nara disso! Ocê gossou...pruquê?

Elle: Pru via di que eu também sô inleito da Repubria e quarqué dia, quando seu Nabuco tirá diprôma, eu podi chama ele de meu coréga...

Ella: - Ah! Gora tou intendendo! Ossuncê não poria fará cum ere, p'ras mulhé sê também inleito?

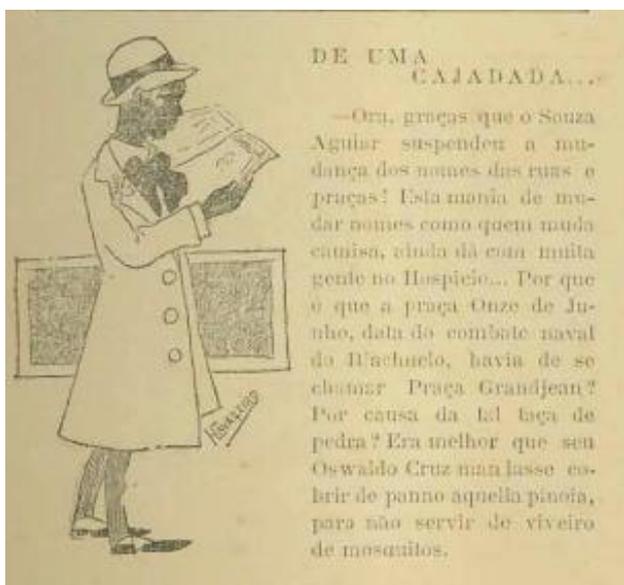
Fonte: *O Malho*, número 202, 28/07/1906.

Nesta charge não assinada o cartunista recupera a gratidão e a alegria dos escravos ao se lembrarem da atuação de Joaquim Nabuco em prol da abolição da escravatura do Brasil. A referência à adesão de Nabuco ao regime republicano pode estar relacionada à fase de sua vida na qual se dedicou à diplomacia, a qual se prolongou por quase 11 anos. Segundo Rubens Ricupero, sua atuação nesta área pode ser dividida em duas metades aproximativas a primeira, de 1899 a início de 1905, foi basicamente frustrante e coincidiu com a arbitragem da Guiana e a chefia da missão em Londres.¹⁷⁸ A segunda, que somente se encerrou com sua morte em 1910, foi inteiramente ocupada pela embaixada em Washington e as relações com os Estados Unidos.¹⁷⁹ Na charge o liberto aprova a decisão do diplomata e ex-líder abolicionista em aderir à República, de um lado, pelo fato de ele poder se candidatar a um posto político. De outro, tal atitude constituía-se em mais oportunidade de Nabuco militar em favor da consolidação dos direitos de cidadania dos negros em nosso país, dada a notoriedade de sua participação no movimento abolicionista e a ressonância dos seus discursos no

¹⁷⁸ Fonte: CPDOC, Dicionário político da elite republicana. RICUPERO, Rubens. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NABUCO.%20Joaquim.pdf>. (Acesso em janeiro de 2013).

¹⁷⁹ Para saber mais sobre as ideias preconizadas por Nabuco ver: ALONSO, Angela. *O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300004. (Acesso em janeiro de 2014).

Parlamento. De igual maneira, ao ser eleito pelo voto popular, Nabuco poderia se aproximar ainda mais da realidade dos setores menos favorecidos e agir ao favor deles, sobretudo dos ex-escravos, os quais se veriam livres para encaminhar suas demandas ao diplomata. Conforme a perspectiva do chargista, a negra acreditava, ainda, que ele poderia atuar em favor dos direitos políticos das mulheres.



De uma cajadada...
- Ora, graças que o Souza Aguiar suspendeu a mudança dos nomes das ruas e praças! Esta mania de mudar nomes como quem muda camisa, ainda dá com muita gente no Hospício.... Por que é que a praça Onze de Junho, data do combate naval do Riachuelo, havia de se chamar Praça Grandjean? Por causa da taça de pedra? Era melhor que seu Oswaldo Cruz mandasse cobrir de panno aquella pinoia, para não servir de viveiro de mosquitos.
Fonte: *O Malho*, número 220, 1/12/1906.

A charge em destaque é muito interessante, tendo em vista que é uma das poucas imagens que apresentam para o leitor um personagem negro, instruído, bem vestido e de porte elegante, o qual mostra seu conhecimento acerca da história do Rio de Janeiro e dos códigos e interesses da política carioca. O personagem, ao tecer comentários acerca da política do município em questão, então Distrito Federal, demonstra ter instrução e criticidade. Comumente, deparamo-nos com figuras semelhantes a do personagem em questão, produzidas para a revista durante o mês de maio, momento no qual era comemorada a abolição dos escravos. Assim, os desenhos executados nesse mês traziam em seu bojo importantes reflexões que levavam o leitor a enxergar o peso da influência da cultura africana sobre a de nosso país, bem como ressaltava os lugares e os papéis desempenhados por eles nas diferentes regiões, situações e momentos históricos e, finalmente, as consequências e as conquistas advindas da abolição da escravatura para esses setores. Portanto, esta charge se distancia, em grande medida, das representações mais frequentes dos negros, os quais eram vistos, na maioria das vezes, ainda imersos em situações próximas daquelas observadas durante o período escravista. Nesta imagem o cartunista apresenta para o leitor um cidadão, ou seja, alguém que já possui voz, direitos reconhecidos pelo Estado e lugar na sociedade, possuidor de bons modos,

consegue apreender alguns interesses que movem os gestores públicos e estruturam a sociedade carioca.

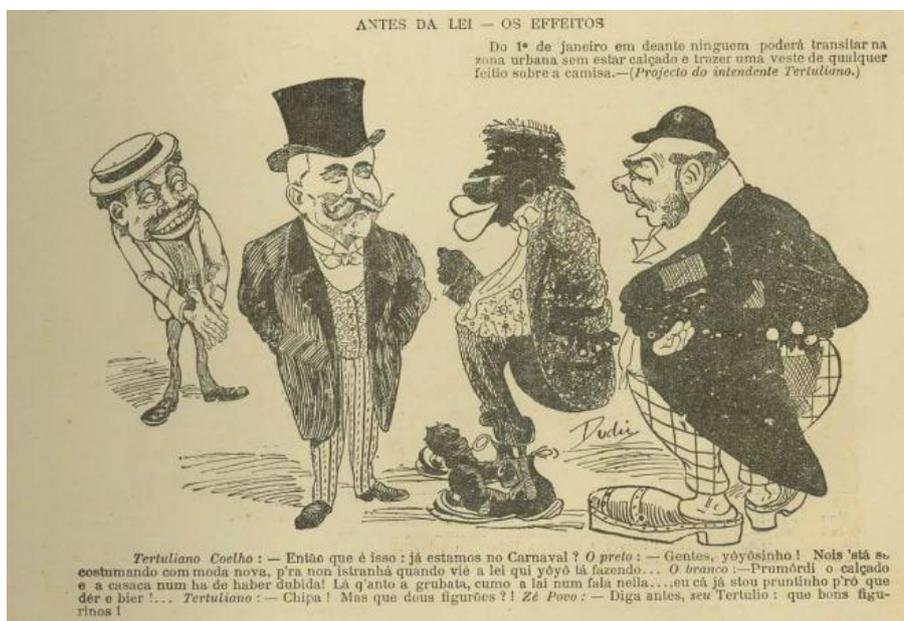


Parte de cima a carestia dos quiabos

- Eh! Eh! Sá Miquelina!
Non pote non! Quitanda tá cara...
- Tamem ocês não sabe dizê outra cosa.
Faz calo, quitanda tá cara! Faz chuva-
quitanda tá cara!
Tal quá os home dos negócios graúdo:
câmbio sube, preço companha; cambio
desce, preço fica em riba a espera que
torne a subi!
Fonte: *O Malho*, número 180,
24/02/1906.

Esta charge executada por J. R. Lobão registra a opinião de um negro que extraía a sua sobrevivência através da venda de frutas nas ruas do Rio de Janeiro. O tema que se constitui no fio condutor do discurso da imagem consiste na reclamação do afrodescendente quanto ao fato de o preço da quitanda estar elevado, o que reduzia os seus ganhos, uma vez que os consumidores restringiam suas compras, sobretudo de frutas por ser um produto mais caro e mais acessível à elite. Ao levar suas queixas para a interlocutora, uma ex-escrava com maior experiência nesse ofício, o personagem recebe uma advertência para parar de reclamar e tem que ouvir dela uma pequena explicação sobre o funcionamento da economia de mercado e a dependência dos produtos em relação ao quadro cambial do momento. A difusão de um volume significativo de charges que apresentam os ex-escravos como ambulantes, caso da imagem em destaque acima, nos leva a crer que este ofício se constituía na principal atividade e fonte de renda para um grande número de negros que viviam no Rio de

Janeiro.¹⁸⁰ Por sua vez, a maior liberdade e mobilidade deste tipo de ofício e o fato de os bons postos de trabalho estar disponíveis apenas para os brasileiros mais qualificados eram conjunturas que influenciavam diretamente o destino e a escolha profissional dos negros.



Antes da lei- os efeitos

Do primeiro de janeiro em diante ninguém poderá transitar na zona urbana sem estar calçado e trazer uma veste de qualquer feitio sobre a camisa. – (Projeto do intendente Tertuliano).

Tertuliano Coelho: - Então que é isso: já estamos no Carnaval? O preto: - Gentes, yôyôsinho! Nois stá costumando com moda nova, p'ra non istranhá quando vié a lei qui yôyô tá fazendo... O branco: - Prumôrdi o calçado e a casaca num há de Haber dubida! Lá q'anto a grubata, cumo a lai num fala nella... eu cá já stou pruntinho p'ró que der e bier!... Tertuliano: - Chipa! Mas que dous figurões?! Zé Povo: - Diga antes, seu Tertulio: que bons figurinos!

Fonte: *O Malho*, número 210, 22/09/1906.

Esta charge traçada pelo cartunista de pseudônimo Dudu explora os prováveis efeitos e a repercussão do projeto do intendente Tertuliano Coelho, o qual determinava o uso de roupas e calçados pelos transeuntes do Rio de Janeiro. Tal medida afetaria diretamente os hábitos e modos dos negros que costumavam desfilar pelas ruas da

¹⁸⁰ Segundo os dados disponibilizados pelo censo de 1906, no que diz respeito à população nacional os improdutivos atingiam a 55,54% do número total de habitantes e na estrangeira apenas 26,28%, o que se explica, não só pela presença, neste último grupo, de menor número de mulheres e crianças, como também pelo mais frequente aproveitamento do trabalho industrial de umas e outras. É, com efeito, na classe aplicada à transformação e ao emprego das matérias-primas que se encontra a maior proporção de estrangeiros. Vale ressaltar que, em vários grupos da referida classe, como, por exemplo, a indústria das madeiras, a indústria cerâmica, as da alimentação, da edificação, dos transportes terrestres e do comércio, o número absoluto de estrangeiros excede, às vezes, ao número de brasileiros. O mesmo se observa no grupo dos trabalhadores de pedreiras e no de jornalheiros e trabalhadores braçais. Em contrapartida, como era de esperar, a proporção de brasileiros é avultíssima, atingindo quase a 90% na terceira classe, que compreende as administrações públicas e as profissões liberais. Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1906. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/. Acesso em setembro de 2013.

cidade, descalços e com poucas vestes, costume adquirido durante o período escravista. Assim, o chargista ironiza esta situação, apresentando um negro com traços grosseiros, que se utiliza de roupas chamativas, carnavalescas para se acostumar com as novas circunstâncias e imposições que o esperavam. A composição do personagem vai ao encontro do estereótipo dos afro-brasileiros difundidos no início do século passado, uma vez que o cartunista sugere que as melhores vestes e as mais prováveis de serem utilizadas por estas parcelas da população seriam seus trajes carnavalescos. Cabe salientar que o projeto elaborado por Tertuliano Coelho, então intendente do Conselho Municipal, estava em consonância com as ações e decretos civilizadores contemplados pela gestão de Passos e Rodrigues Alves, os quais pretendiam consolidar juntos, o programa de regeneração e urbanização do Rio de Janeiro, tornando-a salubre e livre dos mosquitos e pestes que denegriam a sua imagem no passado¹⁸¹. Desta maneira, a proibição de os negros circularem pelas ruas da capital sem roupas e descalços estava em consonância com a atmosfera da *Belle Époque* carioca e com a representação europeia e moderna que se pretendia construir acerca da então capital federal.

¹⁸¹ Daniele Crespo salienta que foi criada a Polícia Municipal, composta por agentes da própria prefeitura, os quais deveriam observar o cumprimento das posturas, podendo aplicar multas e fazer intimações. Se fosse necessária uma coerção mais “convicente”, podiam recorrer a polícia civil. O não cumprimento dos itens dispostos na legislação distrital era punido com multas, que em alguns casos, poderiam ser convertidas em prisão, a exemplo da prática do pedido de esmolas sem licença e dos ajuntamentos em tocatas. Segundo as posturas, ficava proibida a exposição de quaisquer artigos ou objetos em janelas ou umbrais, seja em casas particulares ou de comércio; o arremesso de sólidos ou líquidos que pudessem prejudicar os transeuntes; o depósito de objetos na via pública; o atar de cavalos ou quaisquer outros animais nas ruas; o trânsito de cargueiros atrelados; o montar animais em pêlo ou trazê-los soltos pela cidade; a propriedade de animais bravios soltos; a posse de cabras, cabritos, galinhas e outras aves pelas ruas e praças; a inscrição de coisas desonestas nas paredes; a prática de qualquer espécie de jogo em locais públicos; o entrudo; o transporte de pipas e tonéis e barris rolando pelas ruas; o lançamento de lixo de varredura, animais mortos ou qualquer outra imundície nas ruas; a lavagem de animais antes das nove horas; o urinar fora dos mijadouros; o uso de brinquedos ou jogos que pudessem embarçar as linhas telefônicas; a venda de alimentos fora dos locais próprios; a venda de bebidas espirituosas para embriagados; a venda de pólvora e armas sem habilitação policial. A lista seguia ainda com a proibição da ordenhagem de vacas pelas ruas. Para se ter uma ideia da especificidade de algumas proibições, Daniele Crespo ainda salienta que para se ter um cão era necessário matriculá-lo e pagar taxa anual de 10 mil réis. Os cães apanhados na rua ou doentes tinham como destino a morte. A lavagem de roupas, forma de trabalho de grande número de mulheres, também foi proibida em casas que não tivessem quintal, não podendo ser feita em telhados e nem em pátios internos. Até o estabelecimento das lavanderias públicas, a única roupa que poderia ser lavada nas estalagens era a dos próprios habitantes. Observando essa imensa lista de proibições, podemos depreender que muitas delas se relacionavam à ordenação mínima do mundo urbano e serviam para manter e confirmar a imagem de uma cidade civilizada e moderna, a “Paris dos Trópicos”, que não poderia suportar mais o espetáculo da barbárie contido em vacas sendo ordenhadas em praça pública ou animais sendo montados em pêlo. Muitas dessas posturas dificultavam ainda mais a existência dos populares, a exemplo da criação de animais, da venda de leite nas ruas e da lavagem de roupas. A autora salienta que para esses não bastava somente cumprir as disposições do Código de Posturas; era preciso também estar atento as disposições policiais.

¹⁸¹ Daniele Crespo observa que os códigos de posturas não foram criações republicanas ou da gestão Pereira Passos. CRESPO, Daniele dos Reis. *O cotidiano policial no Rio de Janeiro de Pereira Passos (1902-1906)*. Dissertação de mestrado UFJF P.23-24. Juiz de Fora, 2007.

Procuramos analisar e discutir neste capítulo as representações dos negros estampadas nas páginas d'*O Malho*, as quais repercutiram as opiniões e impressões dos cartunistas acerca do quadro social e do cotidiano desses setores, no Rio de Janeiro, durante os primeiros anos do século XX. É possível afirmar que o universo mental desses profissionais do humor era coerente e compatível com as representações clássicas dos negros difundidas durante o período escravocrata, uma vez que os traços grosseiros de suas feições, bem como a simplicidade de suas vestes, a fala repleta de erros de português e a postura subserviente em relação aos brancos são aspectos recorrentes nas imagens humorísticas. Da mesma forma, o conteúdo das charges nos sugere que os negros teriam, ainda, que conviver com a precariedade, com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a “cidadania em negativo” durante um bom tempo, uma vez que os obstáculos colocados por uma sociedade em vias de modernização capitalista e adepta das teorias raciais importadas da Europa e adaptadas à nossa realidade, apesar de não serem intransponíveis eram grandes. Por outro lado, é necessário esclarecer que esse veículo da imprensa denunciou uma série de medidas preconceituosas observadas em diferentes Estados, que acabaram impactando a vida dos libertos e, ao mesmo tempo, eliminavam reais possibilidades de ascensão social e de redução do quadro de miséria a que muitos estavam inseridos. Ao que parece foram muitas as situações nas quais o preconceito racial e o ideal de branqueamento da população brasileira inspiraram as charges e as críticas produzidas pelos chargistas nos anos de 1904 a 1908, deixando claro para o leitor que a cor da pele ainda era um aspecto fundamental para o ingresso na ordem social e produtiva e em diversas carreiras. O exame das charges permite-nos afirmar que os negros mantiveram intacta sua cultura, religiosidade e costumes, sendo perseguidos e proibidos pelo Estado de manifestarem suas práticas de matriz africana. No entanto, determinados agentes da imprensa destacaram as contribuições da cultura africana para o nosso país, a exemplo do samba e do carnaval que ficava mais colorido e divertido com a presença dos ex-escravos, ao mesmo tempo em que nos deparamos com desenhos que realçam a consciência dos negros acerca dos seus direitos, bem como da valorização da sua liberdade, autonomia e do controle do ritmo de suas vidas. O volume de imagens que destacam o negro como cidadão consciente, participativo, autônomo e instruído não é muito expressivo, no entanto, as charges que apresentam esses setores como ambulantes tendem a realçar a

conquista de uma independência e uma liberdade maior em relação às outras categorias profissionais. Os libertos que trabalhavam no ambiente doméstico, na opinião de muitos chargistas, era um contraponto aos ambulantes, por exemplo, uma vez que tinham uma vida e enfrentavam situações que se assemelhavam, em grande medida, a de um escravo. Assim, os chargistas tiveram uma preocupação sociológica em registrar os personagens que transitavam pelas ruas do Rio de Janeiro, principalmente os negros que faziam delas o ponto da venda de suas frutas e quitutes. Nesta perspectiva, a maneira profunda como a questão social foi normalmente tratada nas representações humorísticas, a forma direta e recorrente de se afirmar a precariedade da cidadania no Brasil, praticamente inacessível aos negros denota, ao nosso entender, não o descaso, mas uma postura engajada dos chargistas em relação à questão racial. Ou seja, as charges nos revelam a existência de questões essenciais e, por isso, nem sempre são assinadas e explicitadas.

A despeito de os negros serem completamente destituídos de direitos sociais, raramente nos deparamos com charges que os mostram tristes e completamente abatidos em face do cenário pouco favorável. É possível localizar um conjunto expressivo de charges nas quais encontramos as mulatas faceiras e alegres que comemoram o dia 13 de maio através do samba e o fato de serem livres, podendo ter maior controle sobre os ritmos de suas vidas e de seus ganhos. Assim, mesmo tendo que restringir a manifestação de suas práticas culturais aos terreiros e demorassem a encontrar reais oportunidades de promoção social, os negros teriam de aceitar por algum tempo as regras e oportunidades firmadas por uma sociedade preconceituosa. Restava a esses brasileiros, portanto, estabelecer laços de sociabilidade com vistas a preservar sua cultura e religiosidade, bem como denunciar e reagir contra situações de preconceito e reivindicar as garantias fundamentais inerentes a um cidadão.

Assim, através da análise desses famosos desenhos, pudemos depreender um leque de representações e registros heterogêneos sobre os negros que configuraram postulados sociais assumidos coletivamente.

.....

Esse trabalho buscou resgatar um pouco das diferentes memórias acerca do Rio de Janeiro, as especificidades dos seus moradores, da sua política e das transformações e movimentos sociais para os quais a cidade serviu de palco durante o contexto

conhecido como *Belle Époque*. Assim, procuramos focalizar as charges que trazem consigo estruturas dinâmicas e carregadas de historicidade, que contribuíram imensamente para o resgate da história de nosso país durante a Primeira República. Comumente nos deparamos com a figura do brasileiro mulato, mal vestido, pouco instruído, portador de feições grosseiras, mas que entendia e conhecia os reais interesses que moviam as ações e os projetos encaminhados pelos principais atores sociais que estavam à frente do jogo político da capital federal. Da mesma forma, é possível perceber que os brasileiros representados nas charges reconheciam as razões pelas quais a engenharia dos melhoramentos da cidade era tão deficiente e falha que permitia a ocorrência de inúmeras enchentes que afetavam os subúrbios, principalmente os lugares próximos à Cidade Nova. Apesar disso, é notável a confiança depositada por esses setores nos seus representantes à frente do Executivo Federal e Municipal, quando comparada às suas perspectivas em relação aos deputados, senadores e intendentes do Conselho Municipal, vistos como representantes dos interesses das elites e distantes da sua realidade. Assim, essas imagens nos permitiram traçar um perfil dos brasileiros que moravam na capital federal, bem como conhecer algumas das particularidades daqueles que habitavam os subúrbios cariocas, como a negra que vendia pés-de-moleque e verduras nas ruas da cidade para sobreviver, o peixeiro italiano que conseguira ganhar a sua vida na cidade, a quitandeira e a mulata que sambavam para esquecer os problemas e comemorar sua liberdade. Em suma, essas fontes nos revelaram a heterogeneidade dos seus moradores, bem como suas estratégias de sobrevivência diante de determinadas adversidades. Por outro lado, o exame dos desenhos nos permitiu concluir que os setores populares não contavam com o auxílio do Estado para que suas vidas melhorassem principalmente os moradores dos arrabaldes da capital federal, que estavam longe de serem contemplados por qualquer política pública. Assim, relegados a sua própria sorte, esses brasileiros tinham que mobilizar esforços e recursos próprios para mudarem seus destinos e sobreviverem numa cidade cujos frutos da modernização e saneamento não estavam ao seu alcance.

No que concerne à perspectiva dos cartunistas acerca das relações travadas entre os setores menos favorecidos da cidade e os poderes públicos, foi possível perceber que elas não foram marcadas pela total passividade nem pela luta constante a favor dos seus próprios interesses. A visão desses profissionais acerca do comportamento popular oscilou ao longo do período conforme as conjunturas políticas e os pactos firmados entre o proprietário do diário e os governos republicanos. No período em que a

população carioca tomava conhecimento dos decretos e leis estabelecidos pelos governos municipal e federal, que afetavam diretamente suas vidas, os chargistas d'*O Malho* salientaram suas reações combativas a aquelas que não haviam sido fruto do consentimento popular. Contudo, há desenhos que nos mostram a total descrença dos brasileiros menos favorecidos em torno da mudança social e de ações e projetos que pudessem melhorar suas vidas, prevalecendo a inatividade e a adesão às regras estabelecidas pela ordem política, social e produtiva.

A revolta da vacina, a regulamentação da higiene, a Reforma Urbana, as sucessões presidenciais, a crise imobiliária, o “bota- abaixo”, as inaugurações das grandes avenidas, dentre outros temas foram alvos das reflexões e críticas empreendidas pelos chargistas d'*O Malho*, que a partir dos seus discursos retrataram um pouco da realidade social vivida pelos moradores do Rio de Janeiro. A revista atuou como veículo de mobilização e denúncia das mazelas sociais, das leis e atitudes consideradas arbitrárias. Assim, podemos afirmar que esses profissionais do humor exerceram um papel importante na formação de uma opinião que se mostrava ora favorável, ora desfavorável ao regime republicano, atuando na construção de ideias e valores junto ao público leitor. Desta forma, pode-se afirmar que os cartunistas acabaram influenciando as escolhas políticas dos brasileiros e, ao mesmo tempo, contribuíram para a sua instrução e percepção acerca dos interesses subjacentes às ações dos principais atores sociais, ajudando na reconstrução da história da sociedade carioca.

As charges d'*O Malho* fizeram uma verdadeira radiografia da cidade e das demandas de seus habitantes, apresentando para os leitores parte de uma memória fragmentada, porém reveladora de um olhar simbólico sobre uma dada realidade social. Cada parte dessa memória pôde nos auxiliar no trabalho de interpretação das informações coletadas, além de nos proporcionar a realização de conexões entre os acontecimentos descritos pela História e o olhar dos chargistas a partir de uma representação lógica.

Como uma forma de medir e registrar os processos sociais, os artigos e as charges veiculadas na revista revelaram não apenas o cotidiano de uma cidade em vias de modernização, mas também as particularidades da vida dos seus moradores, sobretudo daqueles setores que moravam nos subúrbios e favelas cariocas. O estudo das imagens humorísticas focalizadas ao longo da pesquisa nos permitiu entrar em um passado revelador de singularidades que fizeram e fazem parte da vida dos brasileiros.

A despeito de os chargistas d'*O Malho* terem sinalizado para a permanência das teorias raciais e seus desdobramentos, bem como para a manutenção de determinados hábitos e perfis que lembravam o contexto anterior à abolição, pode-se, afirmar que a Primeira República representou um momento de conquistas para os ex- escravos, ainda que graduais e modestas. Paralelamente às representações, que ressaltavam os traços grosseiros dos negros e a sua “cidadania em negativo”, as quais estavam em consonância, na maioria das vezes, com determinados aspectos postulados pelas teorias raciais, foi possível identificar percepções que apontavam a importância dos negros para a nação e a necessidade de combate ao racismo. Os cartunistas d'*O Malho* reconheceram a participação dos negros e a sua importância para a formação cultural de nosso país, bem como a necessidade de eliminar a discriminação racial, como vimos anteriormente, tão escandalosa em estados como São Paulo.

A República frustrou, em parte, as expectativas de consolidação da cidadania e de ascensão social por parte da população negra. O acesso à educação básica e aos direitos inerentes a um cidadão, a eliminação do preconceito racial e a igualdade de tratamento alimentaram os sonhos e as expectativas dos ex- escravos, que haviam acompanhado o advento do regime político em vigor. Os processos e experiências abordados ao longo deste trabalho foram exemplos manifestos da resistência, da ação e adequação dos negros àquela sociedade, modernizada e excludente, na qual buscavam encontrar determinadas brechas de participação política, que possibilitaria a eles a ampliação dos seus direitos e a manifestação de suas crenças. A despeito de os ganhos sociais e políticos dos negros terem sido formalmente limitados, as primeiras décadas republicanas constituíram um período bastante complexo, no qual houve espaço para lutas a favor da integração dos afro-brasileiros na sociedade e contra o racismo na grande imprensa.

As informações contidas na revista *O Malho* não se esgotaram. O presente estudo privilegiou alguns fragmentos da memória desses profissionais na arte de produzir o riso, que viram na imprensa ilustrada, um espaço de registro da luta dos brasileiros para extraírem a sua sobrevivência. Homens e mulheres que até então estavam ocultos e eram, muitas vezes, vistos como membros das “classes perigosas”, nos deixaram partes de uma memória de muitas lutas, muito trabalho e modestas conquistas. O presente estudo não se encerra aqui. Na realidade abriram-se novas possibilidades e formas de leitura, uma vez que as charges, sendo recursos polissêmicos, dão margem a interpretações que não se esgotam. O historiador, ao se deparar com essas

fontes, descobre novas perspectivas, caminhos metodológicos e perguntas, o que resulta, obviamente, em uma nova forma de explicar e decodificar o objeto estudado.

Sumário das Fontes pesquisadas

Tema: Bota- abaixo

Contra a postura- Número 68, 1904.

Começo das obras- 5/03/1904, Número 77.

Começo das obras- 5/03/1904, Número 77.

A temperatura- 19/03/1904, número 79.

Em família- 14/05/1904, número 87.

Um Sancho pança moderno- 2/07/1904, número 94.

Os garantidos, 9/07/1904, número 95.

Direitos engarrafados- 16/07/1904, número 96.

Tema: Crise habitacional e defesa dos chargistas quanto à construção das moradias populares pela Prefeitura

Fome de casas- 20/01/1906, número 175.

Cabeças falantes- 20/01/1906, número 175..

Homem prodígio- 3/03/1906, número 181.

Quem espera desespera- 10/03/1906, número 182.

Entre operários- 7/04/1906, número 186.

A propósito do Congresso- 21/04/1906, número 188.

Protetores das classes pobres- 2/06/1906, número 194.

No morro da Providencia- 9/03/1907, número 234.

Conta errada- 23/03/1907, número 236.

No Morro da Favela- 6/04/1907, número 238.

O jejum como remédio- 13/04/1907, número 239.

Cantada na Cidade Nova- 29/06/1907, número 250.

Muita esmola- 6/07/1907, número 251.

No Morro da Favela- 13/07/1907, número 252.

E por tabela- 23/09/1907, número 263.

As aparências do Zé iludem- 4/01/1908, número 277.

Troca de ideias-4/02/1905, número 125.

Bota- abaixo e rua!- 18/02/1908, número 127.

A mensagem do prefeito- 15/04/1905, número 135.

E é mesmo!- 13/05/1905, número 139.

O que vai por aí- 17/06/1905, número 144.

Boa recompensa-24/06/1905, número 145.

Cariocas do Quiosque- 26/08/1905.

Descendo o Castelo- 26/08/1905, número 154.

Tema: Exclusão dos setores populares

Não venhas- exclusão do povo do Rio de Janeiro modernizado, 1904, Número 77.

Tema: Desemprego

No ano 2000 e tantos- 1904, número 72.

Candidato perpétuo- 5/03/1904, número 77.

Previsão- 2/04/1904, número 81.

Toma que te dou eu! –13/01/1905, número 174.

Se todos respondem assim- 13/01/1905, número 174.

Incidente das manobras- 22/09/1906, número 210.

Mais ideias- 9/02/1907, número 230.

Tema: Crítica à regulamentação da higiene

Na inspetoria de higiene- p. 3- MB-

A massada das padarias-

Regulamento da higiene- 5/03/1904, número 77.

O regulamento da higiene- 19/03/1904, número 79.

Na dependura- 19/03/1904, número 79.

O arrocho oswaldico- 19/03/1904, número 79.

Por causa da desratização- 26/03/1904, número 80.

Si non é vero-26/03/1904, número 80.

Um brinde- 26/03/1904, número 80.

O regulamento sanitário- 2/04/ 1904, número 81.

A greve da higiene- 16/04/1904, número 83.

As multas sanitárias- 25/06/1904, número 93.

Mais uma vassourada- 22/06/1907, número 249.

Tema: Vacina obrigatória contra a varíola

Nós a pedidos- 26/03/1904, número 80.

Aleluia! Aleluia! 2/04/ 1904, número 81.

A obrigatória de carupa- 8/10/1904, número 108.

Papai falador - 8/10/1904, número 108.

Invejando o choco- 8/10/1904, número 108.

O mundo não se acaba- 8/10/1904, número 108.

Bateu a má porta – 8/10/1904, número 108.

Ahi é que são elas- 8/10/1904, número 108.

Uma privilegiada pela natureza- 15/10/1904, número 109.

Um zarro pela vacina- 23/10/1904, número 110.

Livra que dous!- 12/11/1904, número 113.

Tipos indiscretos- 19/11/1904, número 114.

No terreno da vacina obrigatória- 19/11/1904, número 114.

Um caminho para a ilha do bicho- 26/11/1904, número 115.

As paredes têm ouvidos- 26/11/1904, número 115.

O que anda no ar- 26/11/1904, número 115.

Um Zé bocó- 26/11/1904, número 115.

Nos ferros Del Rey- 3/12/1904, número 116.

Boa resolução- 3/12/1904, número 116

Guerra vacina obrigateza –29/10/1904, número 111.

O Zé em Camisa- 29/10/1904, número 111.

Vacina obrigatória- 29/10/1904, número 111.

É assim que se fala- 12/11/1904, número 113.

Pedra em cima da vacina obrigatória- 12/11/1904, número 113.

Três minutos de verdade- 12/11/1904, número 113.

Em que deu a brincadeira- 10/10/1904, número 117.

Tema: Crítica em relação ao aumento dos gastos públicos e dos impostos

Os “bons velhotes”- 9/07/1904, número 95.

Dos males o menor- 24/02/1906, número 180.

Amor Platônico- 28/04/1907, número 241.

Mais impostos- 30/11/1907, número 272.

Ô têmpera- 30/11/1907, número 272.

Novo imposto- 11/01/1908, número 278.

A esfola dos impostos- 30/10/1908, número 320.

O grito do povo- 30/10/1908, número 320.

Rapina em projeto- 28/11/1908, número 324.

Contrabando de casaca- 12/12/1908, número 326.

Tema: Queixas contra o mau calçamento das ruas e avenidas do Distrito Federal

Sobre as ruínas do calçamento - 13/01/1906, número 174.

As calçadas da nossa Avenida- 13/01/1906, número 174.

Comentário ao pé da letra- 20/01/1906, número 175.

Solta que é rego- 3/02/1906, número 177.

O novo calçamento da cidade- 17/02/1906, número 179.

Fonte de trocadilhos- 24/02/1906, número 180.

Prefeitura e obras públicas- 30/06/1906, número 198.

Tema: Críticas direcionadas ao Conselho Municipal

Na cidade nova – 15/10/1904, número 109.

Papai em assados- 15/10/1904, número 109

Reflexões de Zé Povo- 12/11/1904, número 113.

A mazela da cidade- 10/12/1904, número 117.

Antes da Lei- 28/07/1906, número 202.

Meeting popular no teatro S. Pedro- 3/08/ 1907, número 255.

A luta- 3/08/ 1907, número 255.

Astronomia municipal- 3/08/ 1907, número 255.

Manifestações da época- 28/09/1907, número 263.

Síntese comum- 19/10/1907, número 266.

Uma opinião- 19/10/1907, número 266.

Esguicho pra um – 26/10/1907, número 267.

Ideia salvadora- 30/05/1908, número 298.

Opiniões sobre o Conselho Municipal- 13/06/1908, número 300.

Opiniões abalisadas –25/08/1908, número 310.

Por faz e por nefas tudo errado- 5/09/1908, número 312.

No salon d'O Malho- 17/10/1908, número 318.

Uma ideia- 30/10/1908, número 320.

Sinais dos tempos- 7/11/1908, número 321.

Proezas do Conselho- 7/11/1908, número 321.

O novo avança dos contratos- 5/12/1908, número 325.

Outros tempos, outros costumes- 12/12/1908, número 326.

A sentença da força- 26/12/1908, número 328.

Prato do dia- - 26/12/1908, número 328.

Na polícia- - 26/12/1908, número 328.

Linguinha de prata- - 26/12/1908, número 328.

Tema: O despotismo de Oswaldo Cruz

Luís XIV da seringaço- 19/03/1904, número 79.

O crú- 2/04/1904, número 81.

Na diretoria de higiene- 3/12/1904, número 116.

Uma ideia para o Dr. Oswaldo Cruz- 21/03/1908, número 288.

Remédio contra o fantasma- 29/03/1908, número 289.

Tema: Obras e inaugurações

Comentários- 2/04/1904, número 81.

O direito das opiniões- 25/06/1904, número 93.

Tema: Críticas direcionadas ao serviço policial

Indústria da época- 15/10/1904, número 109.

Circunstância agravante -3/12/1904, número 116.

Um alferes de pés intransitáveis- 24/03/1906, número 184.

Locação de serviços e pão- 19/05/1906- número 192.

Policiamento- 17/11/1906, número 218.

O Melhor serviço- 29/12/1906, número 224.

É preciso outra reforma- 13/04/1907, número 239.

Muito bem apresentados- 13/04/1907, número 239.

Consulta e solução- 11/01/1908, número 278.

Cenas cariocas- 21/02/1908, número 284.

Á beira do Túmulo- 19/09/1908, número 314.

A propósito- 19/09/1908, número 314.

Ideia fixa policial- 24/10/1908, número 319.

Polícia de costumes- 21/11/1908, número 323.

Em plena cafraria – 28/11/1908, número 324.

O relatório do chefe de polícia- 6/05/1905, número 138.

Troco valente- 13/05/1905, número 139.

Tema: Seca e fome no Nordeste

Os retirantes- 19/03/1904, número 79.

Os retirantes- 9/04/1904, número 82.

A seca do norte- 21/03/1908, número 288.

Tema: Pobres famintos

Na avenida- 19/03/1904, número 79.

Tédio- 26/03/1904, número 80.

Por causa das obras- 2/04/1904, número 81.

Tudo se arranja- 16/04/1904, número 83.

As madames que assistem-25/06/1904, número 93.

Dieta obrigatória- 23/10/1904, número 110.

Amostra de legalidade- 28/07/1906, número 202.

O ano em festas- 5/01/1907, número 225.

Pobre diabo- 23/03/1907, número 236.

Resposta pela certa- 17/10/1908, número 318.

Prefeito impostor- -24/10/1908, número 319.

Costumes nacionais- 5/12/1908, número 325.

O Zé em casa- 9/09/1905, número 156.

Tema: Carestia

Na venda da esquina- 20/01/1906, número 175.

Pilheria ilustrada- 10/02/1906, número 178.

Parte de cima a carestia das quitandas- 24/02/1906, número 180.

Por aí a fora- 17/03/1906, número 183.

Carestia dos legumes- 21/03/1908, número 288.

À Cata de opiniões- 17/03/1906, número 183.

Na venda da esquina- 29/09/1906, número 211.

A criada e o vendeiro- 5/01/1907, número 225.

A carestia do açúcar-2/11/1907, número 268.

O caso do arroz- 10/05/1908, número 296.

Carestia dos aluguéis- 13/06/1908, número 300.

Tema: Preconceito racial e as representações dos negros como sendo pessoas submissas

Cor privilegiada em São Paulo- 3/02/1906, número 177.

Pobre gente- 17/02/1906, número 179.

Correspondência de São Paulo- 17/02/1906, número 179.

A feitiçaria- 30/06/1906, número 198.

Cria a fama e deita-te a dormir – 17/11/1906, número 218.

Falsos desvalidos- 5/01/1907, número 225.

Médico e doente- 9/02/1907, número 230.

Fortes contra fracos- 22/06/1907, número 249.

Pobres e ricos- 3/09/1907, número 255.

Quaresma- 7/03/1908, número 286.

A influência dos regulamentos- 14/03/1908, número 287.

Saudades do rolo- 21/03/1908, número 288.

Reclamações em termos- 22/04/1905, número 136.

A nova palavra- 29/04/1904, número 137.

Tema: Representações dos negros como sendo pessoas engajadas e não submissas aos desígnios dos brancos

De uma cajadada- 1/12/1906, número 220.

Efeitos da carestia- 29/12/1906, número 224.

Comentário preto-29/12/1906, número 224.

Lógica preta- 9/04/1907, número 234.

Projetos em viagem –7/ 01/1905, Número 121.

Danças e cantatas – 21/01/1905, número 123.

Protesto justo- 4/02/1905, número 125.

Opinião de cozinha-18/03/1905, número 131.

Altos projetos- 3/06/1905, número 142.
Discussão do problema- 29/07/1905, número 150.
Treze de maio –14/05/1904, número 87.
A abolição- 14/05/1904, número 87.
Choro aos 13 de maio- 12/05/1906, número 191.
A propósito- 28/07/1906, número 202.

Tema: Inundações no RJ

Adivinhando – 3/02/1906, número 177.
Consta- 24/02/1906, número 180.
Catástrofes e mais catástrofes- 24/02/1906, número 180.
No último dia de carnaval- 3/03/ 1906, número 181.
Recordação das enchentes- 10/03/1906, número 182.
Cenas da inundação- 24/03/1906, número 184.
Carregador de coragem- 24/03/1906, número 184.
Ecos da inundação- 31/03/1906, número 185.
A mesma coisa pra variar-5/01/1907, número 225.
É de arrepiar- 5/01/1907, número 225.
Um meeting necessário- 5/01/1907, número 225.
Hidroterapia obrigatória- 25/02/1905, número 128.
Conferência ministerial à chuva – 25/02/1905, número 128.
Ecos da inundação- 25/02/1905, número 128.
Princípio de semana e fim de mundo- 25/03/1905, número 132.
Mata-mosquitos grato!- 25/03/1905, número 132.

Tema: Queixas da população que habitava os subúrbios

Grandes males, grandes remédios- 10/02/1906, número 178.
Dize tu, direi eu- 24/03/1906, número 184.
Pelos subúrbios- 31/06/1906, número 185.
Os fedores da city- 5/05/1906, número 190.
Cautelas em São Cristóvão- 12/05/1906, número 191.
A queixa geral- 1/12/1906, número 220.
Ao pé da secretaria da Viação- 29/12/1906, número 224.

Do mangue para cima- 10/11/1906, número 217.

Imagem da atualidade- 10/11/1906, número 217.

Inundações ou tonel sem fundo- 5/01/1907, número 225.

Comparações inevitáveis- 6/04/1907, número 238.

Uma praga suburbana- 28/04/1907, número 241.

Tim - Tim por Tim- 6/07/1907, número 251.

O eclipse e o contrato dos bondes- 13/07/1907, número 252.

A pílula benemérita e o doente manhoso- 13/07/1907, número 252.

O estado das calçadas- 13/07/1907, número 252.

A pílula benemérita e o doente manhoso- 13/07/1907, número 252.

A reunião do partido ou a palhaçada com a light- 20/07/1907, número 253.

Depois da casa roubada- 20/07/1907, número 253.

Informações civis- 28/09/1907, número 263.

Jacarepaguá sem bondes- 18/01/1908, número 279.

O que se há de botar fora- 18/01/1908, número 279.

“Requerimento em termos”- 4/02/1908, número 281.

Policimento suburbano- 22/02/1908, número 284.

Reclamação das buchas- 22/02/1908, número 284.

Na Cidade Nova – 7/03/1908, número 286.

Visita esperada- 7/03/1908, número 286.

Pelos subúrbios- 3/05/1908, número 295.

Visita aos subúrbios- 3/05/1908, número 295.

O Banze na Central- 17/05/1908, número 297.

Por um óculo- 17/05/1908, número 297.

Pour epater les étrangers- 4/07/1908, número 303.

Um caso de arbitramento –18/07/1908, número 305.

Pelos subúrbios- 18/07/1908, número 305.

Exposição de buracos- 25/07/1908, número 306.

Coisas que não existem- 25/07/1908, número 306.

Delenda subúrbios- 19/09/1908, número 314.

Sonoridade presidencial- 10/10/1908, número 317.

Ecoss do Andaraí, Engenho Novo- 24/10/1908, número 319.

O avança dos bondes- 14/11/1908, número 322.

A ladroeira dos transportes- 5/12/1908, número 325.

Belezas e brilhaturas na capital- 19/12/1908, número 327.

O verão no Rio de Janeiro- 19/12/1908, número 327.

FONTES

O Malho, 16/07/1904, número 96.

O Malho, 9/07/1904, número 95.

O Malho, 28/05/1904, número 89.

O Malho, 14/05/1904, número 87.

O Malho, 19/03/1904, número 79.

O Malho, 5/03/1904, número 77.

O Malho, 2/04/1904, número 81.

O Malho, 9/04/1904, número 82.

O Malho, 25/06/1904, número 93.

O Malho, 16/01/1904, número 70.

O Malho, 16/01/1904, número 70.

O Malho, 29/10/1904, número 111.

O Malho, 12/11/1904, número 113.

O Malho, 29/10/1904, número 111.

O Malho, 16/11/1904, número 115.

O Malho, 20/1/1906, número 175.

O Malho, 3/03/1906, número 181.

O Malho, 10/04/1906, número 182.

O Malho, 20/01/1906, número 175.

O Malho, 1/12/1906, número 220.

O Malho, 9/03/1907, número 234.

O Malho, 9/03/1907, número 234.

O Malho, 6/04/1907, número 252.

O Malho, 13/01/1906, número 174.

O Malho, 3/02/1906, número 177.

O Malho, 10/11/1906, número 217.

O Malho, 22/02/1908, número 284.

O Malho, 10/10/1906, número 217.

O Malho, 5/01/1907, número 229.

O Malho, 6/04/1907, número 238.

O Malho, 28/4/1907, número 241.

O Malho, 28/04/1907, número 241.

O Malho, 3/2/1906, número 177.

O Malho, 17/02/1906, número 179.

O Malho, 5/05/1906, número 190.

O Malho, 7/04/1906, número 186.

O Malho, 29/12/1906, número 224.

O Malho, 4/04/1908, número 290.

O Malho, 18/03/1905, número 131.

O Malho, 30/06/1906, número 198.

O Malho, 17/02/1906, número 179.

O Malho, 20/1/1906, número 175

O Malho, 12/05/1906, número 191.

O Malho, 21/01/1905, número 123.

O Malho, 24/02/1906, número 180.

O Malho, 30/10/1908, número 320.
O Malho, 28/07/1906, número 202.
O Malho, 1/12/1906, número 220.
O Malho, 24/02/1906, número 180.
O Malho, 22/09/1906, número 210.

Referências bibliográficas

ABREU, M. A. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, M.A. (org). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso; Cem Anos de Política Econômica Brasileira: 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

AZEVEDO, C.M.M. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites—século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BENCHIMOL, Jaime L. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz/UFRJ, 1999.

_____. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

_____. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol.1. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: UNB, 2004. P. 842.

BONAVIDES, Paulo. *A evolução constitucional do Brasil*. Estud. av. vol.14 n.40 São Paulo Sept./Dec. 2000.

BOSI, E. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

BRANDÃO, A. M. de P. M. As chuvas e a ação humana: uma infeliz coincidência. In: ROSA, L. P. & LACERDA, W. A. *Tormentas Cariocas*. Seminário prevenção e

controle dos efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997.

BRENNNA, Giovanna Rosso del (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. P. 528.

CARONE, Edgar. *A República Velha I (Instituições e Classes Sociais)*. 4 ed. São Paulo: Difel, 1978. p. 13.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *Os três povos da República*. *Revista USP*, São Paulo, n.59, p. 96-115, setembro/novembro 2003.

CASTEL, Robert. Classes sociais, Desigualdades sociais, Exclusão social. In: BALSÁ, Casimiro; BONETTI, Lindomar Wessler & SOULET, Marc- Henry (Org.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. RS: Unijuí, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

COSTA, H. *Enchentes no Estado do Rio de Janeiro: Uma Abordagem Geral*. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001. P. 77.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____; GOMES, Flávio (Org.). *Quase- cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DOMINGUES, Petrônio, 2004. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, São Paulo: Editora Senac de São Paulo.(Cf. ANDREWS, 1998, DOMINGUES, 2004).

ELIAS, Norbert. "Habitus nacional e opinião pública". In: NEIBURG, Federico e WAIZBORT, Leopoldo (orgs.). *Escritos & Ensaios. 1. Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FAUSTO, B. *Controle social e criminalidade em São Paulo*, cit., p. 199-200.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. vol. 1. p. 99.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

- HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: EDUNB, 1993.
- HASENBALG, Carlos A. *Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, CCBB, 1996.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Arquitetura do Espetáculo-teatros e cinemas na formação do espaço público da Praça Tiradentes e Cinelândia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. 1.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. III.
- LOBATO, J.B.M. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1978. ed. 13.
- MATTOS de Castro, Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 / Nova fronteira, 1998.
- MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MAUL, Carlos. *O Rio de Janeiro da bela época*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1967.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994. P.39-40.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- NETO, José Miguel Arias. *Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização*. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano; v.1: o tempo do liberalismo excludente- da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.
- PETRONE, Maria Tereza S. *Imigração*. In H.G. C. B, v.9, São Paulo, Difel, 1978.
- Pinto, M.I.B. *Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890- 1914)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.
- PINTO, Surama Conde de Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: MAUAD, FAPERJ, 2011.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta – olhar do flâneur na belle époque tropical*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. P.23.
- ROMERO, Sílvio. *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro, 1871*. In: S. Romero. *Etnologia selvagem, 1875*. Cf. Mendonça, C.S. *Sílvio Romero. Sua formação intelectual (1851-1880)*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, v. 114, 1938, p. 74-75.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore. *Sortilégio dos Saberes: curandeiros e juizes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004. P.76.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira. O Poder Civil*. São Paulo: Editora Três, v.2, p.129, 1975.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974. P.47.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 40.

TEIXEIRA, Luís Guilherme Sodré. *O traço como texto: História da Charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rui Barbosa. Papéis Avulsos, nº38. FCRB, 2001.

_____. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005. P. 73-75.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Artigos publicados em revistas e anais de eventos

AZEVEDO, José Eduardo. *Polícia Militar de São Paulo: Elementos para a construção de uma cartografia social da questão policial no Brasil*, In: Revista da UNESP, número 1, pp. 11-24, 2003.

FERNANDES, Tânia Maria. *Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: Inoculação, Variolização, Vacina e Revacinação*. História, Ciências, saúde – Manguinhos, Vol. 10 (Suplemento 2): 461 – 74. 2003.

GOMES, Adriana. *As especificidades da Secularização Brasileira na Primeira República e a criminalização do espiritismo*. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das religiosidades – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013. ISSN 1983-2850. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. (Acesso em dezembro de 2013).

LUSTOSA, Isabel. *“Humor e Política na Primeira República”*, In: Revista Usp: Dossiê 100 anos de República, n. 3, pp. 53-64, set.-nov./89.

MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198. P.10.

MATTOS, R. C. Habitações populares na Primeira República: Campanhas, leis e discursos. In: Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011, 2011, Niterói. Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática, 2011. p. 1-13.

MONTERO, Paula. *Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil*. Novos Estudos, n.74, pp. 47-65, 2006. P.52.

PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. ESTUDOS AVANÇADOS 13 (35), 1999.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição. Anais eletrônicos da ANPUH, 2011. P.1-7. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em novembro de 2013.

SANT'ANNA, M. A. A Casa de Correção do Rio de Janeiro: Projetos reformadores e as condições da realidade carcerária no Brasil do século XIX. In: Anais XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimpósio/anais/textos/MARILENE%20ANTUNES%20SANTANNA.pdf>> Acesso em julho de 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. História, Ciências, Saúde- Manguinhos vol.18 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702011000500010&script=sci_arttext. Acessado em abril de 2013.

Teses e dissertações de mestrado

ALMEIDA, Fernanda Moutinho. *E depois do Treze de Maio? Conflitos e expectativas dos últimos libertos de Juiz de Fora (1888-1900)*. Dissertação de mestrado. História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2003.

CRESPO, Daniele dos Reis. *O cotidiano policial no Rio de Janeiro de Pereira Passos (1902-1906)*. Dissertação de mestrado UFJF P.23-24. Juiz de Fora, 2007.

FERREIRA, Maria Cláudia. 2005. *Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: UERJ.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da política: a capital federal, 1892-1902*. Niterói: PPGH-UFF, 2004, Tese de Doutorado.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O mecanismo das comissões verificadoras de poderes (estabilidade e dominação política, 1894-1930)*. 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1986. P.15-16.

PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*. ESTUDOS AVANÇADOS 13 (35), 1999.

SANGLARD, Gisele. *Filantropia e Assistencialismo no Brasil*. Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 10, nº 3, 2003. Ver também: SILVA, Renato da. *Abandonados e delinqüentes: a infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O*

Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003.

SANT'ANNA, Cristina Nunes. O cronista político Afonso Henrique de Lima Barreto. Niterói: UFF, 2008. 130p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. P. 43.

SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

Artigos e textos on line

ALONSO, Angela. *O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300004. (Acesso em janeiro de 2014).

As campanhas sanitárias na capital. Disponível em: <http://www.bvsoswaldocruz.coc.fiocruz.br/Trajectoria/diretoriageral/diretoriageral.htm>. Acesso em 20/05/2013.

AZEVEDO, A. N. de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago.2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf. (Acesso em: 23/05/2013).

BARRROS, Paulo Cezar de. Onde nasceu a cidade do Rio de Janeiro: Um pouco da história do Morro do Castelo. Revista geo-paisagem (on line), Rio de Janeiro Vol.1, número 2, dez. 2002. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/origem%20do%20rio%20de%20janeiro.htm>. Acesso em junho de 2013.

Bondes de Santa Teresa: Patrimônio ameaçado. Disponível em: <http://www.proturescola.com.br/default.asp?id=16&pg=materia>. Acessado em julho de 2013.

FERREIRA, Maria Cláudia. *Espaços de sociabilidade e ações antirracismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo (1900-1940)*. Editorial: Edição nº 3, ano II. PPHPBC-FGV. Rio de Janeiro. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/esp%C3%A7os-de-sociabilidade_ea%C3%A7%C3%B5es-anti-racismo-no-cotidiano-das-elites-negras-na-cidade-de-s%C3%A3o. Acesso em: dezembro de 2013.

Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919). Disponível em: www.dec.ufcg.edu.br. Acesso em maio de 2013.

GOMES, Adriana. *As especificidades da Secularização Brasileira na Primeira República e a criminalização do espiritismo*. Anais do IV Encontro Nacional do GT História das Religiões e das religiosidades – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá

(PR) v. V, n.15, jan/2013. ISSN 1983-2850. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. (Acesso em dezembro de 2013).

LIMA, Josy. *Estado de exceção na Primeira República: notas sobre o desterro dos "indesejáveis"*.(ParteI).Disponível em: <http://tecituras.wordpress.com/2010/04/10/estado-de-sitio-na-primeira-republica-notas-sobre-o-desterro-dos-%E2%80%9Cindesejaveis%E2%80%9D/>. Acesso em junho de 2013.

MELLA, José Luiz Villar. Temporalidade e identidade: O jogo do bicho no Rio de Pereira Passos. *Revista Rio de Janeiro: Centenário da Reforma de Pereira Passos*, Rio de Janeiro, n. 10, p.109-111, 10 ago. 2003. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/publicacoes_fase3_n10.htm>. Acesso em: 03 jul. 2013.

PEREIRA, Bergman de Paula. *De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição*. Anais eletrônicos da ANPUH, 2011. P.1-7. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em novembro de 2013.

REBELO, Fernanda. *Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX*. *Filosofia e História da Biologia*, v. 2, p. 159-177, 2007. Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-02/FHB-v02-10-Fernanda-Rebello.pdf>. (Acesso em dezembro de 2013).

Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1906. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/. Acesso em setembro de 2013.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. *Modernidade com mandinga: samba e política no Rio de Janeiro da Primeira República*. Disponível em: <http://www.samba-choro.com.br/debates/1012493927>. (Acesso em novembro de 2013).

RIBEIRO, L. C. Q. ; LAGO, L. C. . *A Oposição Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro*. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n.1, p. 144-154, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8598.pdf>. Acesso em: julho de 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República*. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos* vol.18 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702011000500010&script=sci_arttext. Acesso em abril de 2013.

